



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

JAMES DA COSTA BATISTA

**TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO DO PROFESSORADO DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO NO AMAZONAS (1988-2010)**

TESE DE DOUTORADO

MANAUS

2026

JAMES DA COSTA BATISTA

**TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO DO PROFESSORADO DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO NO AMAZONAS (1988-2010)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Exame de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

MANAUS

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B333t Batista, James da Costa
Trabalho docente e precarização do professorado da rede pública
estadual de ensino no Amazonas (1988-2010) / James da Costa Batista. -
2026.
168 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): César Augusto Bubolz Queirós.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de
Pós-Graduação em História, Manaus, 2026.

1. Precarização. 2. Educação. 3. Trabalho docente. 4. Política. 5.
Movimentos Sociais. I. Queirós, César Augusto Bubolz. II. Universidade
Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

JAMES DA COSTA BATISTA

**TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO DO PROFESSORADO DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO NO AMAZONAS (1988-2010).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Amazonas como
requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em
História.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós

Aprovado em 17 de Abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós (PPGH UFAM)
Orientador

Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza (PPGH UFRGS)
Membro externo

Prof. Dr. Fernando Seffner (PPGE UFRGS)
Membro externo

Prof. Dr. Davi Avelino Leal (PPGH UFAM)
Membro interno

Profa. Dra. Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa (PPGH UFAM)
Membro interno

A Deus que me acompanhou nessa jornada
não permitindo que desistisse nos momentos
mais difíceis,

À Priscylla, minha esposa e companheira, que
me incentivou e foi peça importante na
construção desta pesquisa,

Aos meus filhos, Mendelssohn e Melissa, que
agora adultos, puderam torcer de forma mais
incisiva pela conclusão desta tese,

Aos meus pais, Maria e Raimundo, que
oraram, incentivaram e torceram pela
concretização deste sonho,

E ao meu autista preferido, meu filho Noah
James, que chegou em nossas vidas e deu uma
inspiração a mais na trajetória dessa tese e
mostrou que numa família atípica sonhar e
concretizar sonhos é possível.

Aos companheiros trabalhadores da educação,
in memoriam, que tombaram na luta pela vida
durante a crise da pandemia de Covid-19.

AGRADECIMENTOS

Ingratidão é um dos piores pecados da humanidade! Faz-se necessário aceitar que na construção de uma pesquisa, a ajuda das mais diversas pessoas faz parte do processo e, portanto, nasce daí a necessidade de agradecer àqueles que de alguma maneira puderam tornar esse momento possível.

Dona Maria das Dores, mulher e mãe de forte que na sua pouca oportunidade de estudo, buscou incentivar os filhos a estudar. A falta de concepção da significância do mundo acadêmico não foi motivo para desistir de ver seus filhos doutores. Mais uma vez sem entender o que estava fazendo, orgulhava-se em dizer que orava todas as noites por este título – o de Doutor - que é ínfimo em ser titulado como seu filho.

Priscylla Silva, que junto com a finalização desta pesquisa celebramos nossos vinte anos de vida e parceria, literalmente me levantou todas as vezes que pensei em desistir e, sinceramente, foram muitas. Minha companheira na arte da Clio, foi muitas vezes a balança crítica de meus textos mostrando que na História há uma linha tênue entre o amor e a crítica.

Professor Dr. Luiz Balkar de Sá Peixoto, que no momento desta escrita passa por um difícil momento, onde aproveito para desejar-lhe todas as forças possíveis e preces para que venças a difícil fase que transita. Foi o primeiro professor a acreditar nas possibilidades de pesquisa das minhas angústias como professor da educação básica. Enxergou possibilidades que iam além de salários na pesquisa sobre o trabalho docente. Tive a honra em tê-lo como orientador no Mestrado, em parte significativa do doutorado, e digo que os agradecimentos rompem este pequeno espaço e localizam-se, também, em cada letra digitada nesta tese.

Professor. Dr. César Augusto Queiroes, meu atual orientador, que me acompanha desde o mestrado contribuindo significativamente nos desdobramentos, agora no doutoramento, na pesquisa sobre o trabalho do professorado amazonense. De caráter ímpar e grande conhecimento da historiografia dessa região que abraçou como sua, tornando-se como muitos chamam de “o gaúcho mais amazonense que conhecemos”, contribuiu de maneira significativa nesta tese. Aqui fica o meu sincero agradecimento, companheiro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação com os quais tive oportunidade de conversar, aprender e respeitar, digo-lhes com o maior carinho que muito de vocês estão aqui nestas páginas.

Ao mestre dos documentos do PPGH, Jailson Rodrigues, meu merecido reconhecimento pelo seu trabalho e, principalmente, pela ajuda a todos os pós-graduandos do programa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que proporcionou ajuda financeira através de bolsas de estudos, proporcionando condições de comprar materiais e insumos importante a esta pesquisa. Acredito que esse apoio já deixou de ser incentivo há algum tempo, tornando-se um suporte essencial e necessário a todos estudantes que desenvolvem pesquisa no nosso país.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM) propulsor de grandes pesquisas no campo da história regional e importante instrumento acadêmico da Amazônia que me abraçou nestes anos de mestrado e doutorado, meus sinceros agradecimentos. É uma honra fazer parte dos anais da história desta instituição.

Aos colaboradores que aceitaram emprestar suas memórias e suas angústias na trajetória pessoal enquanto pessoa e professor. Sem estes tal pesquisa não poderia ter êxito e, portanto, tais merecem grande destaque nesta tese.

Aos professores doutores Patrícia Rodrigues da Silva (UFAM), Jaci Guilherme Vieira (UFRR) e Mariana Esteves de Oliveira (UFMS) que no momento da qualificação contribuíram de forma contundente e necessária na melhoria desta pesquisa que se tornou tese. Seus apontamentos nos direcionaram às mais diversas possibilidades analíticas e historiográficas que foi possível melhorar e transitar com mais segurança o trajeto da pesquisa. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas e companheiros de labuta e luta da Escola Estadual Manuel Rodrigues de Souza localizada na periferia de Manaus e da Escola Estadual de Tempo Integral Danilo de Mantos Areosa no município de Novo Airão interior do Amazonas, meus carinhosos agradecimentos pois grande parte dos ensejos desta tese saíram dos diálogos provenientes das salas de professores destas instituições, lugar onde a precarização ganha voz e vira espaço de diálogo das dificuldades em ser professor.

Infelizmente o espaço não cabe todos que contribuíram com esse aprendiz, mas acreditem que vocês sempre serão lembrados na historicidade que vem sendo construído sobre o trabalho docente do nosso estado.

Aos esfarrapados do mundo

E aos que neles se

Descobrem e, assim

Descobrindo-se, com eles

Sofrem, mas, sobretudo,

Com eles lutam.

Paulo Freire

RESUMO

O mundo dos trabalhos tem como característica importante o seu teor metamórfico. O passar dos tempos implica nas suas mais diversas transformações que acabam interferindo na qualidade de trabalho dos proletários das mais diversas categorias de trabalhadores. Após o fim da ditadura civil militar brasileira na década de 1980 eferveceu os mais diversos movimentos de trabalhadores que buscaram combater a precarização de seus trabalhos que tinha como ponto principal os a corrosão de seus salários e, consequentemente, seu estilo de vida. O neoliberalismo construído no Brasil a partir dos anos de 1990, moldou os novos movimentos de trabalhadores, acentuando a característica multifacetada da precarização do trabalho. Não eram só os salários, mas atingia-se contratos, jornada mas, principalmente, os direitos trabalhistas. A constituição de 1988, símbolo da democracia e da cidadania não conseguiu extirpar tais problemáticas das problemáticas do mundo dos trabalhos, mas que teve significativos avanços nas questões sociais e políticas. Mesmo distante do estereótipo fabril, os professores ombreavam, de maneira particular, a precarização em seus trabalhos. Partindo dum processo de proletarização, os docentes buscaram a partir dos grandes movimentos do fim da década de 1970, as mesmas ferramentas de reivindicação dos trabalhadores fabris: os movimentos sociais. Cada vez mais precarizado, o trabalho docente foi tendo que se alinhar rituais de lutas e greves em respostas Às características de precarização como direitos, jornada, contratos e condições. Neste contexto, o presente trabalho busca compreender como o professorado da educação básica amazonense da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) foi vendo seu trabalho sendo precarizado com o passar dos anos principalmente pelos políticos que administraram o estado no contexto do gilbertismo. E parte da análise entender como estes políticos alinhavam seus discursos pelos prisma da educação como ferramenta política. Como parte da sensação de precarização, buscamos compreender como o professorado organizou suas ações para combater a precarização que já alcançava seus corpos obrigando-os a partirem aos movimento, mobilizações e greves.

Palavras-chave: Precarização; educação; trabalho docente; Política; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The world of work is characterized by its metamorphic nature. The passage of time implies a wide range of transformations that ultimately interfere with the quality of work of proletarians across the most diverse categories of workers. After the end of the Brazilian civil-military dictatorship in the 1980s, various workers' movements emerged, seeking to combat the precarization of their labor, whose main feature was the erosion of wages and, consequently, of their standard of living. The neoliberalism established in Brazil from the 1990s onward shaped new workers' movements, intensifying the multifaceted character of labor precarization. It was no longer only about wages; contracts, working hours, and especially labor rights were also affected. The 1988 Constitution, a symbol of democracy and citizenship, was unable to eradicate these problems from the world of work, although it did achieve significant social and political advances. Even far removed from the industrial stereotype, teachers experienced, in a particular way, the precarization of their work. Through a process of proletarianization, educators began—especially during the major movements of the late 1970s—to adopt the same tools of struggle used by industrial workers: social movements. As teaching became increasingly precarious, educators had to align themselves with rituals of struggle and strikes in response to worsening conditions related to rights, working hours, contracts, and overall working conditions. In this context, the present study seeks to understand how basic education teachers in the state of Amazonas, within the State Department of Education (SEDUC), have witnessed the progressive precarization of their work over the years, particularly under the politicians who governed the state during the period of “Gilbertism.” Part of the analysis involves understanding how these politicians framed their discourse through the lens of education as a political tool. As part of this sense of precarization, we also seek to understand how teachers organized their actions to combat worsening conditions that were already affecting them directly, compelling them to engage in movements, mobilizations, and strikes.

Keywords: Precarization; Education; Teaching Work; Politics; Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amazonino Mendes e a distribuição de rancho pela Prefeitura Municipal de Manaus.	97
Figura 2 - Ameaça do governo aos grevistas	103
Figura 3 - A Imprensa como porta-voz do poder	104
Figura 4 - Fim da greve de fome	107
Figura 5 - Charge sobre ameaça de uso da Polícia Militar na repressão à caminhada dos professores até o Palácio Rio Negro.	108
Figura 6 - Repressão à caminhada dos professores Imprensa I	113
Figura 7 - Repressão à caminhada dos professores imprensa II	113
Figura 8 - Mandato de vereador do Professor Aloysio Nogueira (PT) - Entrega de 80 emendas participativas ao Presidente da CMM Bosco Saraiva.	131
Figura 9 - Notícia sobre a agressão ao Professor Ribamar Bessa na imprensa amazonense	135
Figura 10 - Notícia sobre a agressão ao Professor Ribamar Bessa na imprensa amazonense 2	135
Figura 11 - Matéria com o governador Amazonino Mendes falando sobre o ataque ao Professor Ribamar Bessa	137
Figura 12 - Comício Político na Campanha para Governo e Senado em 1997.	139
Figura 13 - Fundação do PT no Amazonas	144
Figura 14 - Lançamento do livro Educação e Saberes Quilombolas de autoria da Professora Laura Belém.	176
Figura 15 - Processo de uma solicitação de Licença para aperfeiçoamento.	179
Figura 16 - Assembleia do SINTEAM em 03/03/1990.	184
Figura 17 - Vivaldo Frota em reunião com o Secretário José Melo e a diretoria do SINTEAM.	185
Figura 18 - Governador Vivaldo Frota: Só haverá aumento com mandado da justiça.	186
Figura 19 - Secretário da SEDUC AM José Melo dando entrevista sobre a greve de professores.	188
Figura 20 - Servidores Públicos do Estado em frente à ALEAM.	190
Figura 21 - Servidores Públicos do Estado em frente à ALEAM.	191
Figura 22 - Vivaldo Frota em reunião com os Diretores de Escola	192
Figura 23 - Presidente do SINTEAM, Lene Santiago, em conversa com os professores sobre a proposta do Governador.	192
Figura 24 - Assembleia do Professores decide continuar greve e aguardar a Justiça.	194
Figura 25 - Reivindicações dos professores.	196
Figura 26 - Reivindicações dos professores.	197
Figura 27 - Reivindicações dos professores.	198
Figura 28 - Reivindicações dos professores.	199
Figura 29 - Professora Lene Santiago levantada pelos professores com a vitória no TRT em agosto de 1991.	202
Figura 30 - Charge sobre as condições dos professores em 2005.	205
Figura 31 - Mobilização dos professores na Av. Eduardo Ribeiro - Centro Histórico de Manaus.	211
Figura 32 - Instituto de Educação do Amazonas sem movimentação de professores e alunos.	213
Figura 33 - Mobilização dos docentes na Avenida Eduardo Ribeiro – Centro, e, ao fundo, o IEA.	214
Figura 34 - Professores tentam entrar em escola na periferia de Manaus.	215
Figura 35 - Pannelaço dos professores em greve na frente da ALEAM.	220
Figura 36 - Sociograma da teia de redes sociais da greve de 2005.	223
Figura 37 - Mapa do Amazonas e sua divisão por municípios.	223
Figura 38 - Comunicado à sociedade amazonense	228
Figura 39 - Ordem judicial para parar a greve.	229
Figura 40 - Professores deitados em frente ao Palácio da Justiça.	230
Figura 41 - Novo Secretário de Educação.	231
Figura 42 - Professor Francisco lecionando numa Escola de Novo Airão (AM) - 2025.	235
Figura 43 - Aula gravada no Centro de Mídia	237

Figura 44 - Sala de Aula da Escola Municipal Jaú Tambor na Comunidade Quilombola Jaú Tambor – Novo Airão (2021).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Inflação 1970-1989	63
Tabela 2 - Reajuste Salarial durante o governo de Gilberto Mestrinho (1991-1995)	128
Tabela 3 - Salário Mínimo (1991-1994)	1289
Tabela 4 - Relação de professores temporários com o efetivo geral da SEDUCAM (2011-2019).	1666
Tabela 5 - Números referente à greve dos Professores da SEDUC 2005.	2133
Tabela 6 - Distância dos municípios interioranos a Manaus.	2244
Tabela 7 - Remuneração Professores EMT – PSS 2009.	2366

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento populacional do Brasil	54
Gráfico 2 - Crescimento populacional do Amazonas	54
Gráfico 3 - Desemprego no Brasil (1981 - 1990)	62
Gráfico 4 - Inflação no Brasil (1995-2000)	67
Gráfico 5 - Taxa de desemprego (1991-2000)	68
Gráfico 6 - Salário mínimo (1994-2000)	75
Gráfico 7 - Ocupação em 2020.	77
Gráfico 8 - Ocupação 2000 - Sexo.	77
Gráfico 9 - Formação da Mão de Obra docente no Amazonas (1995-2000).	159
Gráfico 10 - Formação da mão de obra docente no Amazonas (1995-2000).	159
Gráfico 11 - Contrato de professores da SEDUC AM.	167
Gráfico 12 - Relação professores do Amazonas por gênero.	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O NEOLIBERALISMO E OS DESAFIOS PARA AO TRABALHO DOCENTE NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XXI	49
1.1 O cenário neoliberal brasileiro (1980-2000)	49
1.2 Neoliberalismo e o trabalho docente	69
1.3 Uma breve História do trabalhador docente	82
2 A LENTA E COMPLEXA ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA (TRABALHADOR DOCENTE): UMA HISTÓRIA ENTRE, OPRESSÕES, RESISTÊNCIAS E LUTAS	88
2.1 De APPM ao SINTEAM, o processo de organização sindical do professorado amazonense	88
2.2 A construção do gilbertismo e sua relação com o movimento docente na década de 1980	95
2.3 Rumo às décadas seguintes: o trabalhador docente amazonense adentrando à década de 1990	116
3 A EXPANSÃO DO GILBERTISMO NO ESTADO DO AMAZONAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	123
3.1 Amazonino Mendes, o primeiro governador reeleito (1995-2003)	129
3.2 Eduardo Braga e o apoio sindical: peleguismo ou consolidação política? (2003-2010)	142
4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO AMAZONAS: UMA VISÃO DOS IMPACTOS NO TRABALHO DE PROFESSOR	148
4.1 A precária relação entre trabalho docente e legislações	148
4.2 O paradoxo da cidadania precarizante: o fazer-se docente do professor temporário	152
4.3 O professor estatutário e as legislações precarizantes	167
5. UM NOVO SÉCULO COM VELHAS LUTAS: REVERBERAÇÕES DA POLÍTICA GILBERTISTA NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO AMAZONAS NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI (1991-2010)	184
5.1 1990: uma nova década, velhas lutas	184
5.2 Justiça para os professores: o papel do Tribunal Regional do Trabalho na greve dos professores de 1990	194
5.3 A construção da greve de 2005	204
5.4 Doquinha, a mulher-mãe-ribeirinha presidente	216

5.5 Do céu ao inferno: o fim da greve de 2005	220
5.6 O Ensino Mediado por Tecnologia e a precarização do trabalho docente: o caso do professor Francisco Belém	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
FONTES E REFERÊNCIAS	244

INTRODUÇÃO

A década de 1980 foi marcada pela intensa mobilização de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Apoiados no exemplo das mobilizações dos metalúrgicos da região do ABC paulista ao fim de 1970 e no início da década seguinte, o professorado amazonense, espremido por condições precárias de trabalho, organizou-se e encampou a luta contra o Governo Estadual.¹ O arrocho salarial que diminuía o poder de compra do trabalhador, os contratos precários como o Regime Especial e um governo que não cedia ao diálogo com a categoria foram complicações constantes que se prolongaram até as décadas seguintes, chegando inclusive ao século XXI.

A necessidade de compreender historicamente o processo de precarização pelo qual o trabalhador docente passou – ou sobreviveu – nestes anos é uma lacuna que precisa ser encarada como tais outros tipos de trabalhador. Portanto, através de uma historiografia voltada principalmente para a análise do trabalho e do trabalhador nas suas especificidades, buscaremos com esta pesquisa compreender como se dá a precarização do trabalho docente, e para tanto, nos apoiaremos na História do Tempo Presente em conjunto com a História Oral.² Na percepção de como o fazer-se do professorado amazonense convergiu com a precarização do trabalho docente no estado do Amazonas, mais precisamente com os professores da Rede Estadual de Ensino entre os anos de 1988 e 2010 e, portanto, contribuir com as pesquisas ligadas à História social do Trabalho que têm contribuído para a “ampliação do leque temático, dos limites cronológicos, da própria noção de história do trabalho e uma maior diversidade nos recortes geográficos.”³

Mesmo que já tenhamos avançado significativamente nas pesquisas sobre trabalho e trabalhadores na Amazônia, a tese se põe como uma possibilidade de fugir do que alguns pesquisadores consideravam como sendo o Brasil, com pesquisas que versavam apenas sobre o trabalho no eixo sul e sudeste, negligenciando investigações regionais e sua importância. Neste contexto, Silvia Petersen já nos demonstrava que infelizmente,

¹ A Dissertação de Mestrado de James da Costa Batista, intitulada “**Da Lousa à Luta: Organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**”, analisa o movimento dos professores através da década de 1980, procurando expor a organização e politização do movimento docente, assim como a resposta do Governo Estadual da época frente a ação dos professores. Ver: BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

² Sobre História do Tempo Presente e História Oral, retomaremos essa discussão em momento oportuno.

³ BATALHA, C. H. M. História do Trabalho: um olhar sobre os anos 90. **História**. São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2002.

Houve uma tendência dos autores estenderem ao “Brasil” o que na verdade correspondeu ao centro do país. Em outras palavras, o que era também um estudo regional (embora indubitavelmente da região política e economicamente hegemônica) ganhou uma dimensão nacional ou global.⁴

Partindo da premissa que “a redução da história do trabalho ao operariado fabril é inaceitável”⁵, analisa-se o professor amazonense como trabalhador em analogias a outras categorias a partir da promulgação da Constituição de 1988, olhando como ponto de partida a transformação do mundo social, político e econômico pelo viés do neoliberalismo, transitando pelas legislações que precarizam o trabalho docente, vigentes na carta em que se destaca, por exemplo, a permissiva de criação do sindicato próprio para professores da Educação Pública, algo proibido no percurso do regime ditatorial, personalizando o Processo de Abertura Política “envolvendo o professorado brasileiro que se mobilizou do período da abertura política, foi a possibilidade de servidores públicos criarem sindicatos”⁶ e que no caso específico do Amazonas “este fato tornou possível, por exemplo, a criação do SINTEAM, em 1988,(...).”⁷, que tornou-se instituição importante no combate às precarizações existentes no âmbito do trabalho de professor.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas – SINTEAM – é fruto da organização docente ainda em 1979, com a criação da Associação Profissional dos Professores do Amazonas – APPAM –, que foi usada até a criação do sindicato, como instituição de frente na luta dos contra a precarização em boa parte da década de 1980. Mesmo não sendo um sindicato, de fato e de direito, a APPAM conseguiu organizar e envolver os professores de Manaus e dos municípios mais distantes do estado em diversas mobilizações e greves no decorrer da década de 1980, que tinham como centro melhorias salariais.⁸

Cientes de que as pesquisas em torno dos professores têm ganhado grande espaço no meio acadêmico, acreditamos que a década de 1990 e os anos que se seguem, chegando ao século XXI, ainda se constituem com grande espaço para a historiografia regional, dando-nos a oportunidade de conhecer as nuances que envolvem o trabalho docente, assim como, a atuação sindical do professorado.

⁴ PETERSEN, S. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, p. 129-153, 1995.

⁵ BATALHA, C. H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006. p. 89.

⁶ Batista, 2018, p. 172.

⁷ Idem.

⁸ DIEDERICH, A. R. M. **Movimento de professores de 1º e 2º Graus: Uma análise crítica**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 113.

O recorte final da pesquisa está localizado no ano de 2010 e foi escolhido por ser um momento de transformação política, com um governo que tentou se desvencilhar do grupo político de Gilberto Mestrinho: Eduardo Braga que se destacou como um governo que mais precarizou o trabalho docente. O recorte temporal nos dá ainda a possibilidade de transitar por um íterim dinâmico na questão política regional e nacional.

Mas como a precarização se dá no seio do trabalho do professor da Rede Estadual do Amazonas? Essa pergunta norteia a problemática desta análise tendo em vista as peculiaridades que envolvem os docentes deste grande Estado e, portanto, uma grande separação entre capital e interior. Aqui retomamos a especificidade regional quanto o grande tamanho territorial do Amazonas que diverge com o calibre numérico de sua população, deixando explícito uma problemática que é: como levar o acesso à educação a todos os amazonenses frente as peculiaridades demográficas deste Estado? Hipoteticamente, daí já temos aspectos de precarização que refletem no trabalho do professorado amazonense e, ainda, lidamos com um cenário em que esta precarização não estaria aliada somente às questões salariais, mas ainda, de contrato, jornada e legislação, além de outros fatores que veremos no decorrer do texto.

Quando tratamos da política partidária do Amazonas inserida no processo de abertura, faz-se necessário pôr em referência a participação de um antigo nome: Gilberto Mestrinho⁹, conhecido por se considerar um populista naquele momento e que vai criar uma linhagem de políticos que terão em sua governança um *modus operandi* similar ao que Mestrinho fazia quando se tratava do professorado.

Essa postura de rigidez política do governador caminhou junto com seu sucessor Amazonino Mendes¹⁰ – nome importante para o recorte temporal apresentado, tendo em vista que, neste íterim, governou o estado por quatro vezes –, considerado seu “afilhado político”. Em suas próprias palavras, Mestrinho em uma entrevista para Iraildes Caldas Torres e explanou sobre o que ele considerou como seu “aluno-pupilo”

⁹ Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, foi um político amazonense, alternando diversos cargos durante sua trajetória. Ao que importa para esta pesquisa, ele foi Governador do Estado do Amazonas por três períodos: 1959-1963, 1983-1987, 1991-1995 e Senador pelo Estado entre 1999-2007, falecendo no ano de 2009. Neste tempo, pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Gilberto foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 em 1964, retornando ao cenário político amazonense pelas Eleições Diretas para Governador que ocorreram em 1982. Infelizmente, os ares democráticos contrastavam com a relação entre “novo” governador e o professorado.

¹⁰ Amazonino Armando Mendes, importante político do Amazonas, foi governador do Estado também em três períodos: 1987-1990, 1995-2003, 2017-2019. Amazonino Armando Mendes iniciou a sua carreira política em 1983, quando foi indicado prefeito de Manaus por Gilberto Mestrinho (1983-1987), pelo PMDB onde permaneceu até 1986 quando deixou o cargo para concorrer ao Governo do Estado nas eleições de novembro daquele ano, na legenda da Aliança Democrática coligação que incluía além do PMDB o Partido da Frente Liberal - PFL o Partido Comunista Brasileiro - PCB, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e o Partido Liberal - PL entre outros.

Olha, eu vou te contar uma história, uma lição do povo. Eu considero que o Amazonino foi o melhor aluno político que eu tive. Eu conheci o Amazonino no tempo de estudante no meu primeiro Governo, e vim vê-lo no final da minha campanha em 1982. Então, botei o Amazonino na Prefeitura mirando 20 anos atrás porque eu não estava a par daquele momento, mas Amazonino estava. Ele ia sempre ao Palácio e tal, então fazê-lo Prefeito. Eu me lembro que iria ter um evento num domingo, então no sábado convidei o Amazonino para ir lá, porque eu sabia que no final de semana ele bebia cerveja, ia passear de barco porque ele tinha uma lanchinha. O evento era na Vila da Prata, tinha padre, trabalhadores e o povo do bairro em geral. [...] disse ao Amazonino: quero que tu estejas lá [...]. Ele disse, está bem.¹¹

A indicação dele por Mestrinho ocasionou a debandada de grande parte dos políticos da esquerda do PMDB regional, levando-os ao ingresso no Partido Socialista Brasileiro – PSB.¹²

Embora outros nomes tenham composto o rol de governadores do Amazonas no recorte apresentado, os dois, Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes, são a base política desse tempo, tendo sido seus sucessores, quando estes mesmos não se encontravam no poder, fruto de alianças encabeçadas por eles.

No âmbito nacional, entre os anos 1990 e 2016, o Brasil passou por diferentes tipos de governo. Findo o governo de José Sarney, caracterizado pela grave crise econômica – diga-se com mais afinco, a inflação –, chegou ao poder após uma disputa com Luís Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Mello, em 1990, com o discurso do “novo”. Este foi responsável pela introdução do Neoliberalismo caracterizado principalmente “por uma ampla abertura do mercado brasileiro para a concorrência nacional”¹³. Mesmo renunciando seu mandato, numa artimanha para não perder seus direitos políticos, Collor sofreu *impeachment* em 1992 devido a denúncias de corrupção em seu governo, o que acarretou ações de diversos movimentos sociais no país. Assim, assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco, que terminou o mandato e foi substituído por Fernando Henrique Cardoso, que teve dois mandatos seguidos. Sobre estes dois últimos governos, o professor de Sociologia José Ricardo Ramalho expõe que “ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, a política econômica esteve mais voltada para uma adequação aos preceitos de perfil neoliberal (...).”¹⁴

¹¹ TORRES, I. C. T. **Arquitetura do Poder**: Memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: EDUA, 2009. p. 239.

¹² Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amazonino-armandomendes>. Acesso em: 20 out. 2018.

¹³ RAMALHO, J. C. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**: O Tempo da Nova República: Da transição democrática à Crise de 2016 - Quinta República (1985-2016). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 203.

¹⁴ RAMALHO, J. C. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano**: O Tempo da Nova República: Da transição democrática à Crise de 2016 - Quinta República (1985-2016). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 203.

Os anos de 2003 a 2016 foram marcados pela administração petista de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) seguido por Dilma Rousseff (2011-2016), que teve uma característica principal de aumento de renda, maior poder de compra, desempenho positivo econômico e significativa melhora no mercado de trabalho.¹⁵ Após processo de *impeachment* em 2016, Dilma foi substituída por Michel Temer num cenário de crise econômica e política. Temer governou o país até 2018.

No que tange aos movimentos sindicais e mobilizações, ambos foram se reestruturando nos anos 1990 e 2000, perdendo a característica combativa dos anos 1980 e alinhando-se ao diálogo com o empresariado e o governo.¹⁶ Entretanto, regionalmente, o movimento de professores adentra o século XXI em constante mobilidade, tendo em vista que o processo de precarização do trabalho de professor acentuou-se, provocando as lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Sabedores da existência de uma considerável produção sobre trabalho e trabalhadores das mais diversas categorias socioprofissionais que o mundo do trabalho engloba, infelizmente a temática da precarização no trabalho docente ainda está aquém de sua possibilidade de produção, principalmente no que tange à historiografia brasileira e, ainda mais, regionalmente. Por isso, tais lacunas na historiografia regional abrem o precedente para analisar esta categoria socioprofissional no viés da precarização do trabalho de professores, particularmente, dos professores da Rede Estadual de Ensino do Amazonas.

O recorte anterior (fins da década de 1970 e até antes da promulgação da Constituição de 1988) já foi alvo de outras pesquisas – regionalmente - sobre movimentos sociais¹⁷, mas que não adentraram em uma das especificidades do trabalho que é a precarização fruto de uma construção de constantes ataques pelos empregadores ao trabalhador docente. Entretanto, sabedores que as mobilizações e greves dos trabalhadores se dá pela insustentabilidade da precariedade, não há como dissociar tais movimentos das organizações e mobilizações dos trabalhadores. O exemplo foi a década de 1980, impulsionada pela quantidade de reivindicações

¹⁵ RAMALHO, J. C. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República: Da transição democrática à Crise de 2016 - Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 204.

¹⁶ RAMALHO, J. C. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República: Da transição democrática à Crise de 2016 - Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 206.

¹⁷ Cf. REIS FILHO, M. M. **A saga dos operários em Manaus – 1980**. Manaus: EDUA, 2013.; SANTIAGO, C. **Clandestinidade nas linhas de montagem: A Greve dos Metalúrgico de Manaus (1985)**. Manaus: EDUA, 2015.

que ocorreram influenciadas pelas greves do ABC Paulista no fim da década de 1970, consequentemente, apoiadas pelo processo de abertura política¹⁸ que vivia o país e provocou em vários trabalhadores brasileiros a motivação pela busca de sanar, mesmo que em partes, a precarização que viviam. Para Marco Aurélio Santana tais momentos

Após a Greve de 1978, tornaram-se possíveis outras mobilizações, em um processo que consolida e amplia com as greves metalúrgicas em 1979 e 1980, às quais, em volume ainda maior que na anterior, se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil no período.¹⁹

Conscientes de que a crise que envolveu a década de 1990 culminou numa diminuição das produções acadêmicas sobre trabalhadores devido ao esfriamento dos movimentos sociais no período²⁰, percebemos em pesquisa prévia – neste caso, conversas preliminares com professores que estavam na ativa no recorte proposto - que o movimento docente amazonense, ocasionado pelo processo de precarização, foi na contramão dessa ideia com atuação no campo sindical e combativo mesmo que se adequando ao novo cenário político do momento.

O estado do Amazonas tem uma extensão de 1.559.146 km², dividido ultimamente em sessenta e dois municípios.²¹ A grandiosidade da região contrasta com a dificuldade de acesso a todas estas localidades, o que faz com que a conexão com o centro administrativo do estado – Manaus – seja um fator dificultante nas relações entre trabalhadores. Portanto, se faz necessário compreender ainda como o processo de precarização atuante no trabalho docente atinge os docentes num contexto central, o salário, mas também se distingue pela particularidade regional onde encontra-se esse trabalhador, portanto, como estes criam relações. Isso porque, a precarização atinge a todos os docentes, sendo importante compreender que tais ligações ou “práticas dos autores sociais e suas diferentes formas de interação”²² constroem uma dimensão que precisa ser encarada como um todo, neste caso, professores do Amazonas.

É evidente que, quando tratamos de pesquisas que têm como objeto o trabalhador amazonense, Manaus tornou-se no decorrer do tempo, centro das análises, deixando assim, mais possibilidades de inserir os trabalhadores dos mais diversos municípios que constituem o estado

¹⁸ Com a Lei de Anistia e o fim do Bipartidarismo em 1979, o que se percebe no Brasil foi um ascenso dos movimentos sociais, encabeçados pelos trabalhadores de diversas categorias.

¹⁹ SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 289.

²⁰ BATALHA, C. H. M. História do Trabalho: um olhar sobre os anos 90. **História**. São Paulo, nº 21, 2002, p. 73-87.

²¹ Censo IBGE – 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/brasil.am>. Acesso em: 17 ago. 2018.

²² COMISSOLI, A.; COSTA, M. Â. S. Estrelas de Primeira Grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. **MÉTIS: História e Cultura**. Caxias do Sul/RS, vol. 13, n. 25, p. 11-30, 2014.

para futuras pesquisas. Assim, a interiorização da instituição que balizou a organização do movimento docente ainda na década de 1980 foi “para o interior, [e] deixa de ser, na prática, uma entidade só de Manaus. Funda-se o núcleo da entidade em Parintins, Tefé, Lábrea, Manacapuru, Itapiranga etc.”²³ e nos propõe uma possibilidade de analisar estes trabalhadores que não estão na capital amazonense.

Com a necessidade de abirmos olhares historiográficos para outras categorias de trabalhadores, nos oportuniza que na História Social do Trabalho, o professor seja sujeito e objeto de pesquisa.²⁴ Desta maneira, podemos trazer à baila da discussão o conceito de precarização, e ainda, como esta atinge o professorado independente do rito contratual ao qual ele está inserido, buscando compreender suas formas de manifestação, complexidade e multidimensionalidade e, deste modo, pode ser visto como uma categoria de trabalho e trabalhador que pode estar no centro de discussão sobre precarização. Assim,

No contexto atual da sociedade brasileira podemos observar três grupos de trabalhadores/as em diferentes situações de precariedade: os que historicamente se encontram na informalidade, vulnerabilidade e precariedade, e por isso sem expectativas de se inserirem no mercado de trabalho formal; aqueles que, mesmo inseridos num emprego formal, não têm um trabalho de qualidade; e aqueles que haviam conseguido certa estabilidade e qualidade no trabalho, mas que agora estão ameaçados em função das novas formas de contratação e pelo processo de plataformização do trabalho, que já invade diversos subsetores dos serviços. Este contexto nos obriga a considerar o processo de precarização a partir de uma lente ampla, dadas as suas multifaces e sua multidimensionalidade.²⁵

Sobre o cenário de complexidade da precarização podemos ver que elas podem estar ligadas ao “desemprego, emprego, tempo de trabalho, rendimento, saúde e segurança no trabalho e representação sindical.”²⁶ Questões que alcançam o professor sendo ele estatutário ou temporário.

Assim, sua dimensão pode ser exemplificada no alcance a direitos trabalhistas, legislações que norteiam o trabalho, salário, jornada, contratos, etc.²⁷

A questão da precarização do trabalho docente tem avançado significativamente em áreas do conhecimento como a Educação e Sociologia, entretanto já é possível perceber algumas análises na História. Neste contexto, Mariana Esteves expõe que

²³ DIEDERICHS, A. R. M. **Movimento de professores de 1º e 2º Graus**: Uma análise crítica. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 113.

²⁴ OLIVEIRA, M. E. As consequências humanas da precarização do trabalho na SEE-SP: sofrimento docente e resistência. **Trilhas da História**, v. 5, p. 84-104, 2015. p. 85

²⁵ CARDOSO, A. C. M. **Precarização do trabalho**: políticas públicas e ação coletiva. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2022. p. 04.

²⁶ CARDOSO, A. C. M. **Precarização do trabalho**: políticas públicas e ação coletiva. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2022. p. 05.

²⁷ KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **RBCS**, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009. p. 25.

Nesse sentido, propomos aqui olhar os professores como sujeitos históricos do trabalho, nas suas relações com o mundo do trabalho e interfaces com a experiências constituem esse *fazer-se* docente em um cenário de crise e luta, entre a precarização e a esperança.²⁸

E complementa

Nesta direção, iniciamos aqui um trabalho de pesquisa em História onde um dos grandes desafios será compreender processos e sujeitos, geralmente estudados em outras áreas do conhecimento, em uma perspectiva da História e, especificamente, da História Social. Os professores são objetos comuns da pesquisa em Educação e trabalho docente figura como tema recorrente da Sociologia da Educação, e especialmente no campo de estudos “Trabalho e Educação”, mas é raro encontrarmos os professores e suas relações com o trabalho nas trilhas da História.²⁹

Um dos exemplos da precarização que atinge o trabalho de professor é a complexa jornada de trabalho. Claro que há outras especificidades que serão demonstradas no decorrer da tese, mas essa exemplificação nos ajuda a justificar a existência da precarização nesta categoria de trabalhadores. O tempo de trabalho e não trabalho³⁰ é o que podemos denominar de linha tênue no trabalho de professor, pois o trabalho docente não se limita ao espaço da escola. Entretanto, o que mais preocupa nesta característica de precarização é que, neste caso do trabalho que rompe os muros institucionais e chega aos lares, não é remunerado. Neste caso, o trabalho do professor é dividido entre tempo de ensino, aquele no qual o professor está em sala de aula, lecionando, e o tempo de trabalho docente, para suas atividades de planejamento, reuniões, estudos, correções e elaborações de atividades didáticas. Este segundo é o que costuma corroer o tempo de não trabalho do professor.³¹

Assim, chegamos à conclusão que, embora o trabalho docente tenha grande produção historiográfica, podemos contribuir numa análise no que se refere à precarização do trabalho docente, especificamente, do trabalho de professor no âmbito da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM), num recorte que nos permita compreender tal processo que vai da promulgação da Constituição de 1988, que trouxe novas normas sobre o trabalho docente, até a greve de 2018 que configurou como um dos maiores movimentos da categoria.

²⁸ OLIVEIRA, M. E. “Professor, você trabalha ou só dá aula?”: o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados, 2016. p. 33.

²⁹ OLIVEIRA, M. E. “Professor, você trabalha ou só dá aula?”: o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados, 2016. p. 33.

³⁰ CARDOSO, A. C. M. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009.

³¹ SOUZA, A. N. Tempo de ensino e tempo de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

E ainda, independentemente do tipo de contrato, o professorado tem, em seu seio, características de precarização.

Com a implementação do Neoliberalismo no Brasil na década de 1990, e ainda, os problemas econômicos oriundos ainda da Ditadura Civil-Militar que durou até 1985, várias categorias de trabalhadores tiveram como uma das problemáticas de seus trabalhos um processo de precarização que dura até os dias atuais. O professorado amazonense não se distanciou dessa problemática, mesmo sendo enquadrado na categoria de servidores públicos. As lutas por melhores condições de vida e salário, que tiveram ápice na década de 1980, se estenderam nas décadas seguintes, chegando ao século XXI de maneira acentuada conforme os governos mudavam no estado do Amazonas, mas também no Brasil. Assim, procuraremos responder como o processo de precarização do trabalho docente no Amazonas ocorreu entre a década de 1990 e as duas décadas seguintes do século XXI e, principalmente, quais eram suas características e como estas levaram o professorado a lutar para que as precarizações do trabalho docente fossem dirimidas. As preocupações poderão ser mais pontualmente definidas pelos objetivos que a seguir passamos a apresentar.

*

De forma geral, a Tese explana uma investigação e análise que transita pela metodologia da História Oral sem perder de vista outros métodos, como a utilização da grande imprensa amazonense e outras documentações burocráticas (Processos Judiciais Trabalhistas, Censos do IBGE, Diários Oficiais e outros), e ainda pelo recorte mais contemporâneo, através da História Digital em análise das redes sociais (*Instagram, Facebook e YouTube, Blogs e Imprensa on-line*) que nos possibilite vislumbrar no período mais próximo o trabalho dos professores da SEDUC-AM.

No primeiro capítulo denominado *O neoliberalismo e os desafios para ao trabalho docente na passagem para o século XXI*, de modo mais amplo, buscamos compreender o intrínseco cenário neoliberal vigente no Brasil a partir da década de 1990. Através de referências bibliográficas nas áreas da Sociologia do Trabalho e História Social, buscaremos expor como este se relaciona especificamente com o trabalho docente, tendo em vista que tal labor tem uma gama de especificidade. Tendo percebido como tal cenário se relacionou com o trabalho docente, abordaremos parte significativa da história do professorado amazonense para que possamos ter um cenário bem delimitado do trabalho docente no período apresentado. Como a relação desses docentes se dá no âmbito da política, a História Política e seus autores, nos balizarão no entendimento desta intrínseca relação: professor e governo.

No segundo Capítulo *A lenta e complexa organização da categoria (trabalhador docente): Uma história entre, opressões, resistências e lutas*, buscamos compreender como o professorado se organizou para combater o processo de precarização que atingiu a categoria, analisamos como se construiu o movimento de professores a partir da década de 1980. A necessidade de expor tal período se dá como necessidade de se ver que o processo de precarização do trabalho docente se construiu na década de 1980, e que este vai tomar uma forma distinta no recorte proposto, deixando-nos a par de que a categoria lutou contra tal precarização, e que este, não se deu somente no século XXI, mas também incisivamente, nos anos anteriores. Por conseguinte, buscaremos compreender como o gilbertismo, se posicionou contra a resistência docente através da relação de poder entre estas partes, tendo como o cerne o cenário de precariedade que assolava o trabalho docente amazonense na década de 1980 e que este vai seguir aos anos seguintes. No fim deste capítulo, exporemos como ocorreu o primeiro movimento dos trabalhadores da Educação nesse ambiente denominado Nova República, prenhe de crises econômicas e dúvidas nesse alvorecer da democracia brasileira.

Já no terceiro capítulo *A expansão do gilbertismo no estado do Amazonas a partir da década de 1990*, exporemos como se construiu o gilbertismo além do próprio Gilberto Mestrinho. A partir de 1990 até 2010, vários foram os Governadores do Estado que tentaram deixar sua marca em uma suposta oligarquia na qual estes seriam os líderes. Alguns se afastaram de Gilberto Mestrinho, como foi o caso de Amazonino Mendes, mas o seu modo de governo se assemelhava, principalmente quando estavam lidando com o movimento docente. Nesses momentos, todos os políticos discursavam que os professores eram os mais bem-pagos do país, que o movimento era politizado e que o estado passava por problemas econômicos. Desta maneira, todos os governadores do período podem ser considerados de uma maneira de lidar com os professores através do gilbertismo.

No quarto capítulo *Precarização do Trabalho Docente no Amazonas: uma visão dos impactos no trabalho de professor*, buscamos compreender como o *fazer-se* docente acontece em conluio com a precarização existente no trabalho de professor, incidindo em questões das legislações, tendo em vista que se trata de uma categoria de servidores públicos e, portanto, num arcabouço jurídico farto. Mais ainda, como tais legislações conseguem precarizar ainda mais o trabalho de professor no que tange à contratação, regime de trabalho, horários, direitos e deveres, entre outros. Ainda trazemos as mudanças e crises políticas no grupo gilbertista que governou o estado do Amazonas desde 1983, intercalando a liderança entre Amazonino Mendes e Gilberto Mestrinho, assim como a ruptura dos caciques, mas mostrando que o *modus operandi*

no tratamento do movimento docente não teve alteração significativa para a consolidação da hegemonia de poder.

Por fim, no quinto capítulo intitulado *Um novo século com velhas lutas: reverberações da política gilbertista na precarização do trabalho docente no Amazonas na transição do século XX para o XXI (1991-2010)*, buscamos entender como o processo de precarização do trabalho docente motivou as lutas e movimentos sindicais que resultaram muitas em greves. Ainda, como o sindicalismo docente chega ao século XXI com uma grande cisão, e como tal cisão atuou nos movimentos de docente e, ainda, nestes movimentos em conjunto com outras categorias de trabalhadores que se uniram aos professores em busca de melhores condições de vida.

A busca por melhores condições, sejam elas de vida, de trabalho ou salarial, pontos latentes do processo de precarização que os trabalhadores passaram no decorrer da história engajou-os em tentativas de tentar suprimir tal processo que dificultava a cada dia a sobrevivência destes trabalhadores. Assim, diversas categorias socioprofissionais se organizaram de maneiras distintas em busca de um objetivo comum: conquistas nos campos econômicos, sociais, políticos que pudessem atenuar a precarização existente no seio do trabalho.

A História Social do Trabalho muito contribui para pensar estes trabalhadores e seus trabalhos, possibilitando uma análise que vise compreender como ocorre a precarização no mundo do trabalho.

Em “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*”³², Edward Palmer Thompson analisou as lutas da população inglesa por melhorias nas condições alimentícias de produtos que faziam parte no cotidiano inglês, como o pão branco. Os “motins da fome”, como bem designou o autor, aconteciam por uma combinação bem mais complexa de fatores, como o desemprego, a elevação dos preços praticados por comerciantes de grãos e moleiros através do açambarcamento, e ainda de uma vontade dos populares de controlar os preços dos gêneros. A análise, embora centrada no século XVIII, dialoga em muito com a contemporaneidade, tendo em vista que uma das características da precarização é o salário que está intimamente ligado à alimentação dos trabalhadores e suas famílias. Portanto, Thompson nos ilumina para a ideia de que os problemas alimentícios já se encandeavam ao trabalhador há tempo.

Outro historiador inglês que direcionou parte de sua carreira historiográfica aos estudos dos trabalhadores foi Eric Hobsbawn. O autor, em conjunto com a também historiadora Joan

³² THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. . p. 154.

Scott, expôs através de uma categoria, os sapateiros, ações de radicalização e de enfrentamento através do movimento de artífices (sapateiros) ingleses do século XIX, que se organizaram e realizaram greves e outros movimentos. Uma hipótese que a pesquisa se debruçará é a ideia que quando o processo de precarização atinge um patamar alto de perdas dos trabalhadores, ele tende a se organizar e construir movimentos sociais para que se busque diminuir a problemática da precarização em seu trabalho, e consequentemente, no seu modo de vida. Portanto, compreender os sapateiros do século XIX é também dialogar com os trabalhadores da atualidade e suas especificidades. Isso de grande importância, pois o trabalho de professor tem a necessidade de ser visto de forma diferente, como por exemplo, com os trabalhadores braçais. Essa especificidade da distinção laboral que os autores se propuseram quando nos apresentam os sapateiros tinham três características icônicas:

“...uma reputação ligada a ação militante em movimentos de protestos sociais, ...uma reputação ligada aos movimentos políticos de esquerda [e] ...uma reputação do que poderia se chamar de ideólogos do povo”.³³

Aqui daremos uma pausa no processo de organização dos trabalhadores, pois mais adiante daremos uma ênfase maior.

Consequente, apoiados em uma historiografia que se volta ao trabalho e trabalhador, entendemos que o professor enquanto trabalhador situa-se também num campo de pesquisas relacionado ao período pós-ditatorial, principalmente depois de 1978³⁴ e que tais pesquisas ligadas à História Social do Trabalho têm contribuído para a “ampliação do leque temático, dos limites cronológicos, da própria noção de história do trabalho e uma maior diversidade nos recortes geográficos”.³⁵

Marcelo Badaró, ombreado em Edward Thompson, explica que a classe é um fenômeno histórico não estático que se constrói, ou em outras palavras, se faz, alicerçada na experiência. Portanto, a construção de classe acontece através da experiência que se dá por meio das relações sociais em que ela acontece e é fruto de resultado das experiências. Assim, é possível entender como o conceito de experiência nos alude à compreensão do fazer-se trabalhador docente em meio à precarização, tendo em vista também que “a experiência de classe é determinada, em

³³ HOBSBAWM, E.; SCOTT, J. “Sapateiros politizados”. In: HOBSBAWM, E. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 150-1.

³⁴ MARRAS, J. P. As relações de trabalho no pós-1978: o impacto das mudanças na sociedade. **Organização em Contexto**, n. 4, p. 73-91, 2006.; SANTANA, M. A. Um sujeito ocultado: Trabalhadores e regime militar no Brasil. **Em pauta**, n. 33, p. 85- 96, 2014.

³⁵ BATALHA, C. H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006. p. 78.

grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente.”³⁶

A pesquisa ora apresenta se debruçará incisivamente na compreensão de dois conceitos: o de Precarização e Neoliberalismo. A intensão é antes de adentrarmos à incisão destes no trabalho docente, ter uma compreensão geral que nos possa analisar de forma mais produtiva o objeto de pesquisa. Para tanto, devemos ter uma compreensão sobre o que na historiografia é conhecida como História dos Conceitos e que um grande estudioso do tema foi o alemão Reinhart Koselleck.

Reinhart Koselleck foi um historiador alemão que viveu entre os anos de 1923 a 2006. Debruçou-se em diversos estudos que varavam desde a modernidade até a concepção do tempo, mas também, um dos renomes da História dos Conceitos.

No livro “Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos”³⁷, não é somente a significação conceitual que fez Koselleck se enveredar pela história dos conceitos, mas também, compreender como o mundo moderno tomou para si tais conceitos e significados. Assim, vão se construindo não somente conceitos que dialogam com o tempo que foram construídos semanticamente, mas uma complexa experiência. Por exemplo, o termo “revolução” que se metamorfoseou no andar da história. “Democracia” também é outro exemplo de termo que se transformou conceitualmente, dependendo do tempo em que é falado, ou como o autor diz que “se dilatou”, alcançando mais autores com o passar do tempo. Neste ponto, Koselleck aponta que se torna mais comum dizer/pensar sobre “os direitos dos cidadãos”, em vez de apenas “direito dos ingleses”, como costumava-se ser dito anteriormente – comprovando o conceito de que os termos “se dilatam”. É necessário pensar no quanto o termo “história”, por exemplo, ganhou novas conceituações. História pode ser vista como uma luta política como ocorrera com Fidel Castro, deixando somente de ser o estudo do passado. Por conseguinte, o objetivo central do livro é analisar como os conceitos relacionam-se com o passado e futuro.³⁸

Aportando-se ainda da História dos Conceitos analisada pelo historiador alemão, não poderíamos deixar de expor como esta dialoga com a História Social. Ele delimita o que define estas duas disciplinas nas quais a História dos Conceitos se ocupa dos textos e vocábulos e que

³⁶ MATOS, M. B. A formação da classe operária inglesa: História e intervenção. **Trabalho necessário**, n. 18, 2014. p. 37.

³⁷ KOSSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

³⁸ KOSSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006. p. 13-20.

a História Social se serve destes para compreender os fatos que não estão presentes nestes textos. Para o autor, essa primeira definição é algo ainda superficial na complexa relação entre as disciplinas. Continuando, Koselleck diz que os conceitos compreendem algo que se relaciona com o tempo em que são emprestados e tendo, muitas das vezes, a mesma grafia mudam consistentemente dependendo do tempo histórico existente. Como ele parte da linguagem alemã, a análise semântica da palavra que vai derivar o conceito é muito abrangente, considerando que a grafia alemã para uma única palavra gera outras mais de diferentes contextos, portanto, existe nos conceitos uma característica de mutabilidade temporal. Aliás para o autor essa outra categoria, o tempo, é uma constante dinâmica estando muito presente nos seus textos traduzidos para o português. Para compreender a relação da História dos Conceitos e História Social, Reinhart Koselleck dividiu o pensamento em três partes. No primeiro, denominado “*Métodos da história dos conceitos e da história social*”, ele usa alguns exemplos para a compreensão do cerne da questão. Um dos exemplos é o conceito de estamentos que na passagem do século XVII para o XIX – transição da modernidade – esse conceito muda suas nuances de significados nas de natureza política, social, legal, econômica, etc. Dependendo do tempo, estamento poderia ser definido como uma parte social ligada à soberania ou às camadas superiores e em outro ligadas a um termo cunhado posteriormente que seria de classe. Essa visão diferente do conceito é que o autor expõe como especificidade da história conceitual. Quanto à história social para o contexto de classe é um modelo social enquadrado dentro de uma estrutura socioeconômica, daí a possibilidade de relacionamento entre as duas. Assim, o que temos é uma necessidade de compreendermos os conflitos sociais e políticos por meio dos conceitos.³⁹

Após termos feito essa passagem na necessidade de compreender os conceitos como objeto de análise da história, e, portanto, importante para compreendermos a historicização destes nos tempos históricos, passaremos à compreensão da precarização.

Inseridos no contexto do capitalismo, o trabalhador e trabalho, são alvos constantes de ataque na busca do lucro pelas classes dominantes sobre a classe trabalhadora que é “composta pelos trabalhadores assalariados que não exercem autoridade, a não ser em âmbito limitado, sobre outros assalariados”⁴⁰ e podem também ser chamados de proletários. Assim, podemos chegar à máxima que quanto mais precário o trabalho, maior o lucro da burguesia através da mais-valia que seria “aquela parte do valor total da mercadoria na qual está realizado o

³⁹ KOSSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006. p. 97-118.

⁴⁰ SINGER, P. **A formação da Classe Operária**. 14. ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 10.

sobretabalho ou o trabalho não pago do operário”, ou da classe trabalhadora e “chama-se lucro.”⁴¹

Para Paul Singer, a classe trabalhadora não pode ser vista simplesmente como os desprovidos dos meios de produção, mas tem a necessidade de serem visibilizados com suas especificidades, pois entre eles

Há os que possuem seus meios de produção: o camponês que cultiva a própria terra ou terra arrendada com seus próprios instrumentos e animais de trabalho; o artesão que confecciona ou repara com suas próprias ferramentas e matérias-primas; o comerciante que transaciona mercadorias que são dele ou lhe foram confiadas; o médico e o dentista que têm o seu próprio escritório; o professor que dá aulas particulares, etc.⁴²

A classe trabalhadora deve ser pensada como um objeto histórico preñado de subjetividade, heterogênea e mutável, pois dependendo do tempo e lugar em que é vislumbrada, se apresenta com características próprias. Por isso, o sociólogo Ricardo Antunes define a atual classe trabalhadora dessa maneira:

Nesse sentido, evidencia-se em nossa análise que a classe trabalhadora hoje não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Portanto, ela ainda é (centralmente) composta pelo conjunto de trabalhadores produtivos que produzem mais valor e que participam do processo de valorização do capital, por meio da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário científico e tecnológico.⁴³⁴⁴

O processo de precarização da classe trabalhadora, como já vimos, não é um algo novo, mas que nasceu junto com a metamorfose do mundo do trabalho. Desde as péssimas condições de trabalho na Revolução Industrial aos ataques de direitos trabalhistas conquistados, a precarização do trabalho continua sendo fator preponderante na condição de vida e trabalho do trabalhador. O sociólogo Ricardo Antunes muito tem se debruçado nas especificidades que têm o trabalho e o trabalhador e, para ele, as transformações no mundo do trabalho são fruto de uma dinâmica do capital que se acentuou a partir da década de 1980 nos países onde o capitalismo tinha grande incidência. Ele complementa que

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho, sofreu a mais aguda crise do século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser.⁴⁵

⁴¹ MARX, K. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Edipro, 2020. p. 73.

⁴² SINGER, P. **A formação da Classe Operária**. 14. ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 05-06.

⁴³ ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 92.

⁴⁴ Sobre as especificidades do trabalho, como por exemplo, seu sentido abstrato, trataremos em momento oportuno quando vermos o enquadramento do trabalho docente.

⁴⁵ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 33.

Rumando ao campo da história, Fernando Teixeira expõe outras características da precarização que tiveram impacto direto na classe trabalhadora

a precarização dos vínculos de emprego e a desestruturação do mercado de trabalho já deram passos largos. Os contratos “atípicos” apresentam remuneração mais baixa e jornadas de trabalho mais extensas, ao mesmo tempo em que a força de trabalho é composta por pessoas com baixos índices de escolaridade.⁴⁶

Ele ainda complementa que

Inclusive as áreas em que tradicionalmente a tendência é a maior segurança ocupacional, como o setor público e acadêmico, têm sofrido fortes ataques contra a estabilidade no emprego. Talvez estejamos de fato caminhando em escala planetária rumo ao fim definitivo das perspectivas de fazer carreira em um mesmo emprego, pois largar ou trocar de emprego no curto período está se tornando uma constante.⁴⁷

A precarização do trabalho é uma temática que vem ganhando fôlego nas produções acadêmicas devido a sua importância na compreensão sobre o trabalho e o trabalhador. Essa precariedade está em voga principalmente pela constituição de leis que retiram direitos trabalhistas colocando o trabalhador “de um lado o vilipêndio do trabalho nas suas formas as mais diferenciadas” e do outro gerando, muitas das vezes, movimentos e mobilizações pelas forças sociais do trabalho.⁴⁸ Para Ricardo Antunes, essa metamorfose do trabalho no Brasil ganhou força principalmente na década de 1990 com a política econômica neoliberal e pela reestruturação produtiva de diversas formas de precarização, seja ela salarial, de horário, funcional ou organizativa.⁴⁹ A precarização estrutural do trabalho, que é uma tendência global, foi criada com “o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.”⁵⁰

A ascensão econômica de países como o Japão e Alemanha na década de 1970, afetou uma economia comandada diretamente pelos americanos, principalmente porque no contexto da Guerra Fria, a luta contra a URSS demandou gastos enormes para os EUA, e que

O resultado desses fatos no final da década de 1960 foram os déficits no orçamento americano e instabilidade na balança comercial. A instabilidade na economia americana era similar a um efeito dominó, devido sua hegemonia e influência sobre o mercado internacional e nos países em desenvolvimento. Nesse cenário de incertezas e instabilidade econômica, o então Presidente dos Estados Unidos Richard Nixon adotou algumas medidas para tentar estabilizar a economia americana no mercado

⁴⁶ SILVA, F. T. REFORMA TRABALHISTA: EMPREGO, TEMPO E HISTÓRIA. In: SPERANZA, C. G. **História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas/organização**. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2019. p. 13.

⁴⁷ Ibid., p. 14.

⁴⁸ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 15.

⁴⁹ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 129.

⁵⁰ ANTUNES, R. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho**. Seminário de Saúde Mental e Trabalho. 2008. p. 04.

internacional. Uma dessas medidas foi a de desvincular o padrão dólar-ouro para um câmbio flutuante, desse modo desativando as medidas tratada nos acordos de Bretton Woods.^{51 52}

Outros fatores que abalaram o liberalismo econômico estavam ligados à Crise do Petróleo em 1973. Para Paulo Visentini, a Crise do Petróleo foi uma das impulsionadoras no surgimento do neoliberalismo, pois

Em 1973, na esteira da guerra do *Yon Kippur*,⁵³ os países árabes aumentaram o preço do petróleo em quatro vezes, além de decretarem um embargo temporário contra os países que haviam apoiado Israel. Ora, considerando que os Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que Japão e Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo. É importante salientar ainda que a maioria esmagadora da OPEP era aliada dos Estados Unidos e que este país também possuía ampla ascendência sobre as empresas transnacionais desse setor. Assim, essa manobra atingia particularmente as ascendentes economias japonesas e europeia, não-produtoras de combustível (como também deficitária em matérias-primas e alimentos).⁵⁴

No Brasil, o neoliberalismo começa a ganhar força com o fim da Ditadura Civil-Militar. José Sarney⁵⁵, sendo vice-presidente, precisou assumir o cargo no lugar de Tancredo Neves, que faleceu em abril de 1985, não chegando à Presidência da República; e se tornou o primeiro presidente civil. Sua política deu continuidade na presença estatal na economia a exemplo dos governos militares. O governo de Sarney foi marcado pela instabilidade econômica e política que teve como ápice altos índices inflacionários que levou o país a uma recessão e fortificou o ideal de mudança política no Brasil. Basílio Sallum Jr define a disputa eleitoral de 1989 da seguinte maneira:

A disputa ocorreu em meio à crise política do final do governo Sarney (1985-1990) e à aguda instabilidade monetária, com a inflação já ultrapassando os 50% ao mês no final de 1989. A eleição foi em dois turnos e “solteira”, desacompanhada de outras escolhas populares, fossem para governos estaduais ou municipais, fossem para o legislativo federal, estaduais ou municipais.⁵⁶

E ele ainda sublinha

Dia 15 de Março de 1990, quinta-feira, quando Fernando Collor tomou posse da Presidência da República, o fez embalado de grande esperança popular: segundo o Datafolha, mais de 71% dos brasileiros tinham a expectativa de que seu governo seria

⁵¹ Disponível em: <https://www.politize.com.br/conferencia-de-bretton-woods/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

⁵² SANTOS, M. S.; MARTINS, J. R. Análise do estado de bem-estar social sob a ótica Keynesiana: Seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 11, n. 26, p. 1-14, 2020. p. 9.

⁵³ Guerra Árabe-Israelense liderada pelo Egito e Síria em 1973, que ganhou este nome devido ter seu início no dia sagrado judaico de *Yom Kippur*. O conflito foi motivado por tensões territoriais devido a invasão de Israel a territórios árabes. O conflito terminou ainda em 1973 com um cessar fogo entre as partes.

⁵⁴ VISENTINI, P. F. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013. p. 3.

⁵⁵ Biografia disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/4909>. Acesso em: 25 jun. 2024.

⁵⁶ SALLUM JÚNIOR., B. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, J.; SALGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5, p. 163-191. p. 163.

ótimo ou bom, o que contrastava a opinião de 56% dos entrevistados que considerava o governo Sarney ruim ou péssimo.⁵⁷

O primeiro Presidente eleito diretamente em 1989, Fernando Collor de Mello, foi o responsável por colocar em prática políticas neoliberais. Tendo como marca de seu governo a corrupção, Fernando Collor de Mello sofre *impeachment* em 1992, pondo fim às ações de implantações do neoliberalismo no país. Para Ricardo Antunes,

Se no longo período da ditadura e mesmo da “Nova República” o Brasil ainda não havia se inserido efetivamente no processo de reestruturação produtiva do capital⁵⁸ comandado pelo neoliberalismo, durante os dois anos do governo Collor essa realidade mudou por completo.⁵⁹

A conjuntura internacional do cenário de crise na década de 1980 empurrava o Brasil para o fim das políticas de intervenção estatal, portanto, deveria se pensar como o novo liberalismo passaria do campo ideológico para uma prática econômica. Ainda, somado ao fracasso do Plano Cruzado desenvolvido pelo governo Sarney na década de 1980, aparece um cenário que se torna impulsionador para o neoliberalismo no país. Segundo Luiz Filgueiras, o Brasil foi um dos últimos países da América latina a implantar o neoliberalismo, pois este

Que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implantasse no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos.⁶⁰

A política neoliberal teve incidência direta no trabalho, causando perdas significativas para os trabalhadores. Não há dúvida que essa incidência se deu com maior impacto nos salários da classe trabalhadora devido à proposta que este tinha na elevação do lucro da burguesia. Assim, a década de 1990 foi palco de diversos movimentos sociais, pois embora o neoliberalismo atacasse de maneira mais perversa os salários, outros direitos de cunho

⁵⁷ SALLUM JÚNIOR., B. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, J.; SALGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5, p. 163-191. p. 166.

⁵⁸ Em momento oportuno, abordaremos a reestruturação produtiva para a compreensão do processo de precarização do trabalho.

⁵⁹ ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 190.

⁶⁰ FILGUEIRAS, L. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 83-84.

trabalhistas e sociais também entraram na mira dessa política econômica. Para o economista Marcio Pochmann,

O quadro geral de predomínio das políticas neoliberalizantes desde a década de 1990 favoreceu o desmantelamento da regulamentação no mercado de trabalho. Com isso, o desassalariamento tornou-se norma, com inter cruzamento no interior das plantas produtivas de distintos segmentos ocupacionais: trabalho autônomo, trabalho em cooperativas (falsas ou não), programas de estágios, trabalhadores assalariados contratados indiretamente pela terceirização, empregados assalariados diretamente contratados e sem carteira assinada.⁶¹

Assim como as outras categorias de trabalhadores, e mesmo num contexto de contrato diferenciado, pois a relação de trabalho se dá no âmbito do estado com legislações diferenciadas que versam sobre direitos trabalhistas, contratos, jornadas, vínculo empregatício, etc., o professor, ou o trabalhador docente, se viu engolido pela política neoliberal que além dos ataques a salários e jornadas, propôs uma mudança significativa no modelo de escola, pois

Este movimento neoliberal trouxe consigo o ideário da iniciativa privada para o interior das escolas públicas, assumindo um consenso ideológico da globalização, da linguagem do mercado e suas técnicas de gerenciamento. É a tentativa de substituir o tal “fracasso escolar” da escola pública pela “qualidade total” das iniciativas privadas.⁶²

Como já anteriormente exposto, a relação de trabalho do objeto aqui em análise se dá centralmente no campo da política, tendo em vista que o empregador destes trabalhadores são pessoas que chegaram ao poder através da política, e ainda, tendo o recorte temporal como alicerce, no período democrático. Portanto, não há como se desvincular de uma análise do político e da política, os quais a história já tem contribuição significativa. Para este conceito, nos apoiaremos nos estudos do historiador francês Pierre Rosanvallon.

Rosanvallon percebe o político em duas questões: como campo e trabalho. Como campo, ele compreende o lugar onde se desenvolve as relações sociais em que os indivíduos adquirem sentido, já como trabalho, o político vê um agrupamento humano que vai da população a uma comunidade. Ainda para ele, falar do político e não da política é relatar sobre o poder estatal e da nação, da igualdade e da justiça e sobre tudo aquilo que transpassa a sociedade para além das questões políticas partidárias. É neste contexto que Rosanvallon retorna à análise da democracia afirmando que ela precisa ser analisada em seu próprio tempo, pois é mutável. Até hoje a democracia tem definição incompleta. Continuando sobre a democracia como meio para entender o político, o francês explica que um dos equívocos se dá

⁶¹ PONCHMANN, M. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 70.

⁶² ARAUJO, H. L.; OLIVEIRA, J. M.; ALENCAR, B. C.; ALVES, A. S. O Estado Neoliberal e a Precarização do Trabalho Docente. In: CASTRO, P. A.; SILVA, G. C. C.; CAVALCANTI, R. J. S.; SILVA, A. V.; SILVA, G. (orgs.). **Escola em Tempos de Conexões**. 1. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2022, v. 3, p. 386-403. p. 393.

na figura do sujeito, pois o povo é uma representação abstrata da coletividade. Outros equívocos se dão entre o número e a razão. Estes dois estão relacionados também ao sufrágio universal e igualdade política que causam uma espécie de despersonalização. Por fim, a incerteza das formas adequadas de poder social que a soberania do povo se dá é através de instituições representativas. Isso causa uma dualidade que, no fim, ele diz ser entre a liberdade e poder; e entre liberalismo e democracia. Ele continua afirmando a distinção entre ambas e que a última se debruça por exemplo em analisar as decisões públicas e os resultados de eleições, vislumbrando as ações dos partícipes no processo político, já a história do político evidenciara questões diferentes como já fora exposto.⁶³

Essa relação entre o político e o trabalhador, dentre vários outros vieses, pode ser encarada como uma relação de poder que põe os dois em lados antagônicos e hierarquizados. Isso fica mais visível quando a precarização atinge altos patamares e fazem com que os trabalhadores encampem as lutas para sanar tais dificuldades. Neste contexto, o historiador francês Michel Foucault é um importante nome no que se trata de estudos das relações de poder e quando este poder se transforma em saber. Para ele, o poder está em toda parte e deve ser compreendido como uma relação flutuante que embora associado, não está preso à nenhuma instituição ou alguém. Esse poder é buscado principalmente em algo que ele vai denominar de “docilização dos corpos”, pois um corpo dócil é passível de controle, e ainda, de ser punido. Esse controle dos corpos é algo que vai mudando conforme o tempo passa, ganhando assim não só o controle dos corpos, mas da alma. Além da punibilidade outra forma do poder é a docilização do corpo, ou seja, um “corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam.”⁶⁴ O que se trata é de controlar o corpo exercendo sobre ele coerção sem dar-lhe oportunidade de discutir, transformando-o numa espécie mecânica. A disciplina é o instrumento mais usado para chegar ao resultado da docilidade do corpo.

Foucault nos apresenta a diferença entre a disciplina, escravidão, domesticidade e vassalagem quando expõe que

As disciplinas se tornaram no decorrer do século XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferente da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos; (...). Diferentes da domesticidade que é uma relação de dominação constante, global, maciça não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma de vontade singular do patrão, seu “capricho”.

⁶³ ROSANVALLON, P. **Por uma História do Político**. Tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

⁶⁴ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 134.

Diferentes ainda da vassalidade que é uma relação de submissão altamente codificada, mas longínqua e que se realiza menos sobre as operações do corpo que sobre os produtos do trabalho.⁶⁵

Algo que ainda se dá na tentativa de o político controlar os trabalhadores, é o discurso que o mesmo usa para se sobrepor a eles, pois o poder consegue estar imbricado no discurso. Mais uma vez se apoiando em Michel Foucault na obra *A Ordem do discurso*, vemos a apresentação de ideias que rodeiam o discurso, um estudo ao qual ele dará uma significativa atenção no decorrer de sua vida acadêmica. Mas o que é o Discurso? Discurso pode ser algo pronunciado ou escrito que, para o francês, além do poder pode ser perigoso. Para ele,

Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso (...) não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo.⁶⁶

O discurso pode ser compreendido como poder de coerção através de pressão exercida em outros discursos. Assim como na docilização dos corpos, a produção do discurso sofre intervenção da disciplina, mas neste de forma coercitiva.

Partindo para os movimentos de trabalhadores, através de processos trabalhistas Clarice Speranza analisou a luta dos mineiros em busca de melhorias e deixa explícito que em assembleias da categoria ocorridas em 1949, no Sindicato dos Mineiros, já apareciam importantes divisões entre os trabalhadores. Neste caso, havia os que aceitavam esperar mais pelo patronato, os que acreditavam numa saída jurídica e os que queriam uma mobilização imediata por achar “vergonhoso” ter que se recorrer à Justiça do Trabalho para se fazer cumprir um direito já adquirido.⁶⁷ O que pretendemos observar é se os movimentos sociais dos professores ocasionados pelo processo de precarização do trabalho docente são plurais não apenas em sua composição, em que diferenciações de diversas ordens como nacionalidade, gênero, etnia, condição socioeconômica, religião, entre outros, podem fazer emergir contradições importantes e até mesmo limitadoras para uma clara identificação de demandas e para o avanço de suas ações políticas e organizacionais.

A metodologia das Redes Sociais no possibilitará compreender como o processo de precarização impacta o fazer-se docente e, ainda, como tal processo é distinto dependendo da localidade, mas também, como esse se liga aos professores de distintas regiões. Assim, a

⁶⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 135.

⁶⁶ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

⁶⁷ SPERANZA, C. G. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954). Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014.

metodologia das Redes Sociais, nos permitirá analisar, além dos já expostos, outros vieses como a memória e construção de identidade dos professores. Nessa abordagem como unidade social, cria-se os nós através de elementos das redes: os professores presentes em cada localidade a ser analisada, e os laços/relações entre os nós da rede, sendo estes a sensação do processo de precarização que constrói as partes dos integrantes da rede.

O projeto não propõe apenas análise individual dos professores escolhidos, mas também como grupo social, vislumbrando a “realidade social” destes, no momento estudado, por meio das relações que tais criavam com outros grupos de locais distintos.⁶⁸ Os elos entre os grupos, denominados “cliques”⁶⁹, serão, dentro da pesquisa, vistos pela forma como os professores entrevistados sentiam o processo de precarização em seus trabalhos e também, no momento em que se organizavam na tentativa de sanar tal sentimento buscando a mobilização, pois “um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum.”⁷⁰

No século XIX, acreditava-se que só na distância temporal poderia se usar a criticidade, ou seja, “quando não mais existisse testemunhos vivos dos mundos estudados”⁷¹ e quando os vínculos entre a vivência do historiador e os eventos a serem estudados não guardassem relação direta. Assim, a análise do historiador só poderia acontecer se houvesse arquivos sobre o tema pesquisado e uma densidade de tempo larga o suficiente para apartar com clareza e segurança de “objetividade” o historiador de seu objeto. No século XX, a partir da Escola dos Annales, pensou-se que a aproximação da análise de um tempo mais recente, poderia tornar um mero relato jornalístico, portanto, um objeto de estudo problemático.⁷² Discordando da impossibilidade de o historiador trabalhar com estes recortes mais contemporâneos, Bruno Flávio Lontra argumenta

⁶⁸ ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1esp, p. 8–19, 2007. DOI: 10.5433/1981-8920.2007v12n1esp8. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 24 jan. 2026.

⁶⁹ Assim: “cliques são entendidos como grupos de atores direta e fortemente ligados a todos os outros.” ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1esp, p. 8–19, 2007. DOI: 10.5433/1981-8920.2007v12n1esp8. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 24 jan. 2026. p. 5.

⁷⁰ DIANI, M. “The concept of social movement”. *The Sociological Review*, 1992, p. 1–25 *apud*: SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. Anais do Encontro Nacional da Anpur. Modernidade, exclusão e espacialidade do futuro. Brasília, vol. 6, 1995, p. 1048.

⁷¹ FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111–124, maio/jun., 2000. p. 2; DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

⁷² FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111–124, maio/jun., 2000. p. 6.

Se admitimos que o historiador já não é mais o mesmo, se a sociedade se movimenta a fim de se interessar pela memória e procurar sentido para suas vidas numa sociedade que tem relação cada vez mais abstrata com as coisas, talvez devêssemos retomar os debates sobre a narrativa histórica, onde se abriga a discussão epistemológica sobre a representação da história como tarefa do historiador tão nobre quanto sua produção científica.⁷³

Por conseguinte, o termo História do Tempo Presente ganhou força apenas após a Segunda Guerra Mundial com os debates sobre a memória que fortaleceram a análise de uma história mais recente, afastando a obrigação do historiador de reportasse sempre a um passado mais distante.⁷⁴

É perceptível a produção de pesquisas que englobem recortes mais contemporâneos e que a História do tempo Presente tem contribuído significativamente neste ponto. Bruno Fagundes compreende que a História do Tempo Presente pode contribuir muito na construção histórica. Salienta também que Marieta de Moraes Ferreira, já há tempos vem sustentando essa premissa quando expõe que os eruditos franceses já haviam se posicionado que os testemunhos históricos eram de fato fonte histórica e que a narrativa – fonte oral – não se fazia mais problemática que a escrita.⁷⁵ O autor traz uma discussão atual quanto ao papel do historiador em outros cenários que não sejam, obrigatoriamente, a sala de aula ou ambiente de pesquisas há muito já explorados (como bibliotecas e acervos das mais diversas categorias), mas atuando também em espaços midiáticos que iremos aproveitar nesta pesquisa tendo em vista a gama de fontes obtidas - digitais neste caso - sobre as especificidades do trabalho docente presentes em blogs, sites de notícias, redes sociais (que tratamos aqui como páginas pessoais e/ou de grupos como Facebook, Instagram e YouTube - que ganharam força na década de 2010). Aponta, ainda, que nossa formação poderia se estender à criação de vídeos, filmes, jornais, coisas que hoje, devido ao momento pós-pandêmico, constitui uma ampla discussão. Ele complementa

A formação sólida tem de existir sempre: podemos nos propor a atuar em outros espaços porque somos consistentes! Há muito já incorporamos o cinema, a fotografia, o rádio, a revista como objetos de análises. Não será hora de adotá-los como instrumentos de nossa prática? Há riscos aí? Claro, mas onde não há riscos? O

⁷³ FAGUNDES, B. F. L. É possível fazer tábula rasa do passado... E do presente dos historiadores? In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 23.

⁷⁴ FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. p. 8-9.

⁷⁵ FAGUNDES, B. F. L. É possível fazer tábula rasa do passado... E do presente dos historiadores? In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 23-24.

importante é que temos uma aparelhagem conceitual e experiências históricas que nos ajudam a pensar isso tudo sem termos inconsequentes.⁷⁶

Podemos enquadrar o uso desta tipologia de fontes – as redes sociais – como um objeto novo a ser encarado pelo *métier* historiográfico. Sendo o recorte desta pesquisa contemporâneo, questões como imprensa e até ações do professorado podem ser visibilizados e analisados por tais fontes. O historiador José D’Assunção Barros expõe que “a historiografia dos novos tempos tende a se tornar cada vez mais variada e abrangente”⁷⁷, o que nos possibilita utilizar a História Digital na análise das redes sociais digitais. Assim,

As demandas relativas à expressão das memórias coletivas, à afirmação identitária e, em alguns casos, à promoção e preservação do patrimônio histórico e cultural de uma comunidade são particularmente acentuadas nas localidades e entre os grupos sociais que não estão contemplados ou não se veem devidamente representados nas narrativas dos historiadores, o que indica a existência de lacunas a serem sanadas por uma produção historiográfica que ainda está concentrada nos principais eixos dos poderes políticos e econômicos em âmbito nacional e, de forma geral, nas grandes cidades, que são os espaços onde estão predominantemente presentes os historiadores de ofício e constituídos os arquivos públicos. Para além disso, evidencia as significativas contribuições que essas comunidades, por meio das plataformas e redes sociais digitais, têm dado sobretudo em relação às histórias locais – ainda que a relevância histórica transcenda, é claro, o estritamente local –, não apenas quanto à publicização de suas memórias individuais e coletivas e de seus testemunhos sobre acontecimentos históricos, mas também em relação à disponibilização na web de uma grande quantidade e variedade de documentos – fotografias, vídeos, relatos orais, cartas, diários etc. – de inegável valor heurístico para a pesquisa histórica.⁷⁸

Partindo da ideia da contemporaneidade, não podemos abster-se de adentrar em outro campo analítico da história que é a História do Tempo Presente. Regina Beatriz Guimarães Neto auxiliando-se em Reinhart Koselek, expõe que a história, mesmo escrita sobre um tempo passado, se analisa, se condensa no presente. Ainda expõe que o trabalho do historiador se debruça na relação presente e futuro, presente e passado.⁷⁹

A História do Tempo Presente, estaria relacionada à contemporaneidade do historiador. As questões suscitadas em suas pesquisas, embora por vezes inseridas em recortes distantes, se

⁷⁶ FAGUNDES, B. F. L. É possível fazer tábula rasa do passado... E do presente dos historiadores? In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 32.

⁷⁷ BARROS, J. D’A. **Seis desafios para a Historiografia do Novo Milênio**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 63.

⁷⁸ PRADO, G. S. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. p. 19-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>. Acesso em: 30 mai. 2023.

⁷⁹ GUIMARÃES NETO, R. B. História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 37.

fazem no período atual da vivência do pesquisador. Para isso, ela usa Roger Chartier como base quando ele expõe que o historiador é contemporâneo de seu objeto de pesquisa.⁸⁰

Ainda na questão da contemporaneidade, tal quanto o historiador pode ser contemporâneo de seu tema, ou ainda, estar no tempo presente, ela apresenta

Tal afirmação implica também em discutir numa perspectiva historiográfica, as condições de produção do conhecimento histórico e a competência do historiador em relatar o passado, estabelecendo com ele, passado, uma relação que o torna contemporâneo do presente. E, sobretudo, acionar nossa capacidade de citar ou convocar o passado (...)⁸¹

A História Oral, entendida como um meio metodológico, embora esse conceito não contemple a sua totalidade de análise e subjetividade, será o principal meio – entendido como método - para análise desta pesquisa e que para tanto entende-se que as fontes utilizadas neste caso são fontes orais, singulares por serem, em boa medida, fontes construídas pelo historiador e também por seus colaboradores, já que estes, acionando a memória dos eventos investigados pelo historiador, concedem entrevistas e depoimentos sobre o tema.

Estas fontes, embora de consideráveis subjetividades, nos possibilitarão “*dar voz*” – entenda-se de forma literária, escrever as narrativas e analisá-las - a um grupo social não hegemônico, os professores, que por muito tempo tem sido relegado, esquecido e silenciado numa escrita tradicional da história. E como bem expõe Alessandro Portelli, a “história das classes dominantes que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito abundante”⁸², mas pouco vislumbra os subalternos.

Cientes de que a fonte oral não pode, nem deve ser tratada como alternativa ou substituta dos registros documentais escritos⁸³, ali onde estes não existam, ela se torna mais relevante, todavia, nestes momentos de escassez documental. No caso do movimento dos professores, há carência de registros documentais de diversas ordens que precisam ser enfrentadas tanto pelo recurso a arquivos e centros de documentação, quanto pelo emprego da História Oral e sua

⁸⁰ GUIMARÃES NETO, R. B. História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 37.

⁸¹ GUIMARÃES NETO, R. B. História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 39.

⁸² PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997. p. 13.

⁸³ Neste sentido, Regina Guimarães argumenta que “é importante dizer que não se trata de fazer ‘história oral’ em oposição ao domínio escriturístico moderno; isto é, contrapor escritura *versus* oralidade, mas sim de refletir acerca de um tipo especial de fonte, sem entendê-la como registro do que já está posto, no sentido de expressão outra realidade, de pertencer a ela, o que pode atingir por meio de métodos adequados”. GUIMARÃES NETO, R. B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. et al. **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 16-17.

capacidade de criar importantes bancos de dados sobre eventos do passado recente. Será também utilizada como base teórico-metodológica para a utilização da História Oral as análises feitas por Verena Alberti, cujos trabalhos servirão de norte não só sobre como procedermos na identificação e escolha dos entrevistados, mas também orientarão sobre confecção de entrevistas.⁸⁴

O processo de gravação e transcrição para posterior análise das fontes orais será auxiliado pelas proposições encaminhadas por Alessandro Portelli, pois para ele,

“fontes orais são fontes orais. Os acadêmicos estão querendo admitir que o documento real é o teipe gravado; mas quase tudo fica para o trabalho da transcrição e somente os escritos são publicados.”⁸⁵

Já Antônio Torres Montenegro, auxiliará na compreensão sobre os “relatos memorialísticos” dos entrevistados, dentro de um recorte próximo ao desta pesquisa, tendo em vista que suas análises transitam no período anterior e posterior ao Regime Militar.⁸⁶

Por se tratar de um texto contemporâneo ao recorte proposto e por colaborar com a análise das fontes orais, será utilizado o livro de Patrícia Rodrigues Silva, que partilha do entendimento de que as “fontes orais possibilitam um alargamento no entendimento dos sujeitos, permitindo, inclusive um questionamento de outros materiais...”.⁸⁷

A partir do uso da fonte oral, buscaremos a colaboração de professores participantes que atuavam no magistério amazonense nos anos 1980 e que, de uma forma ou de outra, participaram das campanhas salariais, passeatas, greves e paralisações daquele período.

O objetivo é compor, a partir de suas colaborações um quadro mais amplo possível sobre o tema de nossa pesquisa, destacando os dilemas organizacionais da categoria, suas estratégias de mobilização, suas principais demandas e reivindicações e a organização política do movimento e suas dissidências. A construção das greves pela categoria também serão objeto dos questionamentos aos entrevistados. A escolha dos entrevistados se dará pela participação mais efetiva no movimento, ou seja, recorreremos àqueles “que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram”⁸⁸ da mobilização, o que não significa, necessariamente, que tenham assumido à época, papéis de liderança ou destaque no interior do movimento.

⁸⁴ ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.; ALBERTI, V. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

⁸⁵ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997.; RÉBÉRIOUX, Madaleine. Lugares da Memória Operária. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **O Direito à Memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, p. 48-49.

⁸⁶ MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

⁸⁷ SILVA, P. R. **Disputando espaços construindo sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)**. Manaus: EDUA, 2016.

⁸⁸ ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011. p. 31-2

No processo de entrevistas faz-se necessário entender que a relação entre os envolvidos, entrevistado-entrevistador, é uma relação de duplo sentido, cabendo uma análise mútua destes sujeitos, buscando uma relação de igualdade para que assim possam trabalhar juntos:

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra pessoa possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos a menos que aleguem de mutualidade seja atingida.⁸⁹

Sobre a relação entre observador e observado, Portelli afirma:

Somente a igualdade nos prepara para aceitar a diferença em outros termos que hierarquia e subordinação; de outro lado, sem diferença não há igualdade – apenas semelhança, que é um ideal muito menos proveitoso. Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e consequentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.⁹⁰

Convém assinalar que os entrevistados serão escolhidos primeiramente pela atuação nos movimentos sociais docentes entre os anos de 1988 e 2010 - mesmo que haja a hipótese de analisar à luz dos acontecimentos “vividos por tabela”⁹¹ - e cuja participação em tais mobilizações, colaborasse na compreensão do cenário político do respectivo recorte. A escolha se deu também pela participação deles nos movimentos dos professores manauaras dentro do mesmo recorte, o que os habilitava a informarem acerca de outros eventuais colaboradores, pois como argumenta Verena Alberti, esses depoimentos iniciais acabam sendo “essenciais para a realização das demais entrevistas”.⁹²

Como abordamos um conjunto de temas que envolvem a década de 1980, aproveitamos entrevistas do Mestrado para compor esta tese. Neste caso, colaboraram o Professor Aloysio Nogueira de Melo, entrevistado em 2017 na UFAM, o Professor João Ricardo Bessa Freire, também entrevistado em 2017 em sua residência e o Professor Gerson Medeiros, que foi entrevistado no mesmo ano dos primeiros, mas no Sindicato dos Correios. Os dois primeiros foram professores da Universidade e tiveram íntima relação com o SINTEAM, sendo líderes diversas vezes. Já Gerson, foi professor da SEDUC e SEMED Manaus e participou dos grandes movimentos da década de 1980.⁹³

⁸⁹ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, n.14, p. 7-39, 1997. p. 9.

⁹⁰ Idem, p. 23.

⁹¹ POLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. p. 202.

⁹² ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011. p. 85.

⁹³ Cf. BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. Curitiba: CRV, 2019.

O outro entrevistado foi o professor Ivan Cabral, residente em Manaus com atuação na periferia da Capital em escolas da SEDUC. A entrevista aconteceu em 09 de abril de 2021 em sua residência. Descendente de nordestinos, nasceu em Manaus na década de 1970.

O Professor José Luiz Brás Melgueiro nos concedeu entrevista em 07 de dezembro de 2021, no CEPAN. Filho de pai militar e mãe doméstica, nasceu na década de 1960 no Ario Cucuí, próximo ao município de São Gabriel da Cacheira. Na mesma década, veio para Manaus, onde iniciou seus estudos. Foi professor da SEDUC e SEMED Manaus, além de professor universitário na Universidade Nilton Lins e no PARFOR em diversos municípios do interior do estado.

O Lambert Mello, liderança sindical do movimento de professores do Amazonas, nos concedeu entrevista em 22 de novembro de 2022. De uma família carente, teve oportunidade de estudar em escola particular quando foi adotado, momentaneamente, por sua tia. É outro docente, como muitos, que a família foi obrigada a vir para a capital em busca de melhores condições de vida.

Laura Belém nasceu no início da década de 1980, no município de Barcelos que fica na calha do Rio Negro. Seus estudos iniciaram no município, mas viveu sua experiência como professora no município de Novo Airão. Concedeu entrevista em sua residência no dia 22 de março de 2023 em Novo Airão.

Professora Raimunda Gomes, a Doquinha, foi como Aloysio Nogueira, presidente do SINTEAM. Ela liderou o movimento de 2005. Filha e neta de seringueiros do Rio Madeira, Doquinha que nasceu em 1967, portanto como ela costuma dizer, na Ditadura Civil-Militar, viveu sua infância e parte da vida adulta em Lábrea, onde também iniciou sua carreira como professora. Na década de 1990, veio para Manaus com seus filhos em busca de vida melhor. Concedeu entrevista no dia 24 de julho de 2025.

O próximo foi o Professor Gamaniel Pinheiro, que optou pela entrevista à distância pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Nasceu no município de Manacapuru, onde viveu sua infância e parte de sua carreira como professor. Teve experiência de lecionar também no município de Novo Airão. Concedeu entrevista no dia 19 de abril de 2025.

A Professora Marineide Ribeiro nasceu em Manaus na década de 1980. Seus pais vieram do interior para buscar emprego na Zona Franca. Teve experiência com a docência em Manaus sendo professora da SEDUC como temporária. Também optou pela entrevista por aplicativo no dia 28 de março de 2025.

O Professor Francisco Belém também optou por conceder entrevista pelo aplicativo de mensagens no dia 10 de julho de 2025. Filho de ribeirinhos, viveu sua infância no município de Novo Airão, onde também iniciou seu trabalho como professor.

A Professora Helma Sampaio encerrou o grupo de entrevistados. Ela também optou pela entrevista através do WhatsApp no dia 12 de setembro de 2025. Nascida e criada em Manaus, Helma é uma das lideranças atuais do movimento de professores do Amazonas.

Quando se trabalha com História Oral é comum lidarmos com questões éticas envolvendo, principalmente, a relação entrevistado/entrevistador, por estarmos trazendo à tona lembranças que para o narrador podem ser traumáticas e, desta forma, como argumenta Alistair Thomson, isso em dado momento “pode ser gratificante para o entrevistador, mas prejudicial para o entrevistado”⁹⁴. Por isso, há a necessidade de zelo neste trato, e a postura ética em tal relacionamento é, por exemplo, feita quando há a necessidade de se parar a entrevista e dar “*um tempo*” ao entrevistado. Assim, “na prática de entrevista da História Oral... há geralmente uma tênue linha entre incutir confiança e a exploração”.⁹⁵

Há ainda de se ter cuidado com os relatos no que tange à veracidade da narrativa. A memória é uma construção que transpassa a vivência do acontecimento e mostra que “tradição, imaginação e cultura erudita e popular combinaram-se para produzir um depoimento “mentiroso” que, entretanto, se revelou o mais rico e fértil para a análise histórica”.⁹⁶ Neste caso, a análise de Janaína Amado é de extrema importância para o zelo no trato com a memória. Em seu texto intitulado “O Grande Mentiroso”, a autora conseguiu um entrevistado que para os historiadores orais foi um “achado” dada a disposição e riqueza dos fatos narrados. Após horas de entrevistas e leituras da transcrição por terceiros, a autora descobre que todo o texto se tratava de uma mentira.

Baseados no pressuposto que memória e identidade estão intimamente envolvidas, buscaremos a percepção dessa relação nas narrativas dos professores entrevistados no intuito da compreensão da construção identitária destes trabalhadores, procurando perceber as características não apenas individuais, mas também coletivas. Para Michel Pollack (1992), emerge por meio da memória um sentimento de identidade que

é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria

⁹⁴ THOMSON, A. Reconstruindo a memória: questões sobre a relação Entre História Oral e as Memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 67-8, 1997.

⁹⁵ Idem, p. 68.

⁹⁶ AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História** [UNESP], São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.⁹⁷

O autor continua sobre a relação entre Memória e Identidade, sendo ela individual e/ou coletiva

Podemos dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual com coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.⁹⁸

Partindo para a ideia de *uso político da memória*, é possível compreender que a partir da memória, seja ela de arquivos, fontes orais ou mesmo das novas tecnologias (espaços virtuais), o que se busca é uma valorização do – principalmente para divulgação – da memória militante e sindical. Em entrevistas já realizadas⁹⁹, percebe-se que esse uso político da memória busca ter influência dentro do seio da sociedade, além de ter “elemento estratégico e político, portanto identitário”¹⁰⁰. Exemplos sobre a construção dessa memória política podem ser vistos em narrativas sobre duas instituições sindicais na década de 1980: o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Professores, ambos no Amazonas.¹⁰¹ Auxiliando o que seria esse uso político da memória, Guimarães Neto expõe

Nessa trilha, o tema da memória e da história ganha especial relevância para os estudos sobre as identidades nacionais e a construções de novas identidades, abrangendo grupos sociais diversos (o que acaba por colocar em questão a própria noção de identidade), (...)¹⁰²

Num recorte contemporâneo – no qual localiza-se esta pesquisa – o uso da internet como recurso para a memória dos movimentos sindicais e militantes é extremamente favorável, tendo em vista que jornais impressos da grande imprensa vêm sendo substituídos por blogs, portais e sites das de empresas, jornalistas, e outros profissionais do ramo da imprensa. Não se pode esquecer que mesmo havendo a transformação gradual da imprensa como fonte, o rigor

⁹⁷ POLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. p. 204.

⁹⁸ POLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. p. 204.

⁹⁹ O entrevistado em voga chama-se João Felício e sua narrativa está disponível no projeto *O ABC de Luta* do Arquivo audiovisual da TV dos Trabalhadores (TVT)

¹⁰⁰ PIMENTA, R. M. Uma luta difícil: Instituições sindicais brasileiras e o uso de novas tecnologias para construção de suas memórias. In: DELGADO, L. A. N.; FERRERIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.100.

¹⁰¹ Sobre exemplos do “uso político da memória” no sindicalismo amazonense, ver as narrativas do ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos Ricardo de Moraes em: SANTIAGO, C. **Clandestinidade nas linhas de montagem: A Greve dos Metalúrgico de Manaus** (1985). Manaus: EDUA, 2015. Ainda, as narrativas do Professor Aloysio Nogueira em: BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

¹⁰² GUIMARÃES NETO, R. B. História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. p. 38.

metodológico não pode e não deve caminhar distante da análise deste. Sobre essa memória dos movimentos sindicalistas dos trabalhadores obtida na internet, Ricardo Pimenta expõe:

Compreender o que representaria a memória posta na internet pelos trabalhadores é, portanto, entender os muitos processos que movimentam essa ação no âmbito da instituição sindical. Ou seja, compreender o processo de inserção desta cultura da memória na instituição.¹⁰³

Partindo para a análise do movimento de professores resultante da instabilidade laboral e de vida ocasionada pela precarização existente no *fazer-se* do professor, a construção das identidades destes trabalhadores será analisada através das formas específicas de mobilização e organização dos professores, levando em consideração suas peculiaridades regionais e sociais, sendo elas vistas como identidades individuais e coletivas.

Como já fora dito anteriormente sobre as análises de Hobsbawm e Thompson, aqueles trabalhadores trazem, ao nosso ver, uma ação análoga a dos docentes amazonenses, pois conforme as condições precárias de trabalho aumentavam e incidiam na vida particular e familiar, só lhes restava a busca por sanar tal problemática, partindo então para o processo de organização, mobilização e luta. Portanto, os docentes amazonenses do pós-1980 pareceram incorporar em seu ideário e em suas práticas diversas tradições de luta e resistência dos trabalhadores, da classe operária, pensadas em suas dimensões universais descritas nos clássicos dos historiadores ingleses.

A questão da precarização do trabalho docente no Brasil é uma seara de grandes possibilidades e que ainda precisa avançar significativamente. Portanto, a interdisciplinaridade será de suma importância, pois a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento para obtenção de resultados é necessária, haja vista a lacuna historiográfica sobre o tema.

Um dos poucos trabalhos na história e de importância sobre o tema é a tese de Doutorado em História de Mariana Esteves Oliveira.¹⁰⁴ Nesta, a autora analisa o processo de precarização dos professores da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. Não bastasse o recorte geográfico, que já possibilita uma análise nas peculiaridades que é o estado do Amazonas, a autora buscou métodos que nos distanciarão. Buscando principalmente através de uma fonte quantitativa e qualitativa – questionários – Mariana buscou questões que são íntimas dos trabalhadores em geral como salário, jornada, adoecimento, contrato, etc., que estarão presentes

¹⁰³ PIMENTA, R. M. Uma luta difícil: Instituições sindicais brasileiras e o uso de novas tecnologias para construção de suas memórias. In: DELGADO, L. A. N.; FERRERIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 100.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, M. E. “**Professor, você trabalha ou só dá aula?**”: o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados, 2016.

nesta pesquisa; mas ao utilizarmos como um dos métodos principais a História Oral em sua subjetividade, estaremos propondo uma análise diferente da autora. A tese da autora, com certeza, norteia e norteará as pesquisas sobre a temática, que já percebia que a lacuna historiográfica era um problema que deveria – e deve – ser superado. Um ponto que chama a atenção na tese da Mariana, é a inclinação a uma temática importante que é o sentimento sacerdotal que muitos trabalhadores têm sobre a docência.

Já exposto que a interdisciplinariedade será objeto importante em nossa pesquisa, nos debruçaremos sobre a Sociologia e a Educação em busca de questões que norteiem nossa análise. Nestes campos, a pesquisa sobre precarização do trabalho docente já constitui um amplo espaço consolidado.

A Tese de Doutorado em Sociologia de Renato Gomes Vieira¹⁰⁵ buscou nos situar como o trabalho docente se reconfigurou frente às grandes mudanças no mundo contemporâneo, principalmente ante o neoliberalismo vigente no sistema capitalista. Para o autor, a escola e, conseqüentemente, o professor enquanto trabalhador, não teriam como fugir de tal cenário. No entanto, ele já nos demonstrava que o professor era uma categoria socioprofissional diferenciada no mundo do trabalho. Aliás, não há discussão sobre a percepção que os docentes devem ser encarados de maneira distinta, mesmo que haja ombreamento em muitos pontos de precariedades comuns existentes na classe-que-vive-do-trabalho.

A Educação, campo no qual há significativa produção sobre o tema, nos possibilitará perceber não somente a questão do trabalho de professor, mas também a subjetividade que é o espaço laboral deste: a escola. A Dissertação de Mestrado em Educação de Maria Salete Xafranski Rodrigues¹⁰⁶, em sua análise de professores e pedagogos em Escolas de Santa Catarina, mostra como políticas neoliberais e coronelistas entre 2002 e 2009 tiveram impactos no trabalho de professor, provocando inclusive reformas educativas. Fruto de uma revisão bibliográfica, o texto reflete sobre questões como gestão e organização do trabalho docente. Ponto importante da análise de Maria, é a discussão de como a interferência no trabalho docente afetaria no funcionamento das escolas, neste contexto, como espaço de aprendizagem, assim, impactando a sociedade discente do estado e, ainda, provocando um processo de desvalorização da Educação Pública.

¹⁰⁵ GOMES VIEIRA, R. **As reconfigurações do trabalho docente no século XXI: controle, intensificação e precarização do professor**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

¹⁰⁶ RODRIGUES, M. S. X. **A precarização do trabalho docente: contextos e desafios**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2011.

Retornando à questão salarial e já de posse de relatos de alguns de professores, vemos como essa demanda se impunha com força entre os trabalhadores, exatamente pela percepção que tinham de uma crescente precarização das condições de existência em contraste com o aumento da carestia. As necessidades que os docentes tinham de poder de argumentar que ainda têm de trabalhar em vários horários tais como turnos, em detrimento do convívio com a família, do lazer e da própria formação continuada, para elevar suas remunerações é um dado a atestar o desgaste que atinge aquela categoria profissional. Essa não chega a ser uma característica exclusiva dos professores, já que também se fez e faz presente na vida de outros trabalhadores. Neste sentido, é importante ressaltar que os mineiros do Rio Grande do Sul da década de 1940 também buscava aumento em suas remunerações através da extensão dos serviços, pois no “subsolo era comum o ‘doble’, quando o operário trabalhava dois turnos seguidos para aumentar o seu salário”.¹⁰⁷

A escola da década de 1990 ainda é uma escola que não alcança a totalidade das pessoas em idade de escola, aliás, esta é uma problemática que se alastrou por diversas décadas. No entanto, com o fim da Ditadura Civil-Militar, o pensamento da população brasileira era que este cenário fosse diferente. Para Aldenice Alves Bezerra,

A expectativa era que o governo Federal, eleito pelo povo, atravessasse o campo devastado do fracasso do ensino brasileiro, atuando como articulador das políticas educacionais dos Estados e municípios, de maneira a encontrar alternativas de soluções adequadas às peculiaridades e aos impasses do sistema educacional brasileiro, provocando mudanças quantitativas e, sobretudo, transformações qualitativas exigidas pelos padrões de modernidade.¹⁰⁸

Para tentar diminuir o discriminatório acesso à Educação Pública - no Amazonas essa é uma problemática que se arrasta há anos devidos às mais distantes comunidades ribeirinhas da grande extensão do estado -, em 1996, aconteceram discussões sobre a melhoria da Educação brasileira que levaram à criação da Lei 9.394, denominada de Lei das Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB) que prevê “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”¹⁰⁹, entre vários outros direitos à Educação brasileira

O processo de Educação que, a partir da Carta Magna de 1988 no *caput* do artigo 205, passa a ser “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com

¹⁰⁷ SPERANZA, C. G. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus padrões no Rio Grande do Sul (1940-1954). Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014. p. 64-65.

¹⁰⁸ BEZERRA, A. A. **Escola Pública no Amazonas**: as políticas de 1987 a 1994. 2. ed. Revista. Manaus: Edua, 2013. p. 97

¹⁰⁹ BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educacional (LDB). Brasília: Presidência da república, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 08 out. 2020.

a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”¹¹⁰

Há de se compreender que a mobilização do professorado se estende não somente à causa da precarização existente no seio do trabalho, mas também, à melhoria da Educação Pública de qualidade, não por causa do local de trabalho em si, mas por uma escola que busque iguais condições ao alunato. Nesse contexto, devemos ver a escola como o lugar em que as diferenças sociais são vividas e presenciadas. Através do que Pierre Bourdieu chama de capital cultural¹¹¹, que “facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e dos códigos” desde que estes – capitais culturais – fossem “trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar (...)”¹¹². Podemos perceber a ideia de que a bagagem familiar auxilia nos resultados da Educação e que a ausência desta contribui na reprodução das desigualdades sociais dos estudantes, daí o discurso de uma Educação melhor fazer parte das bandeiras de lutas e mobilizações. A desigualdade no ambiente escolar pode ser vista no funil da Educação Básica: o Ensino Médio. A continuidade do Ensino Médio, que pela lógica, seria o acesso ao Ensino Superior, é uma das problemáticas do processo educacional público. Para Luiz Antônio Cunha, a Educação pode ser vista pela analogia de uma escada, em que seus degraus possuem dificuldades distintas para o proletariado e a burguesia. Para ele, o acesso à segunda classe seria mais fácil, dando uma dificuldade ao primeiro. Assim, o Ensino Superior seria uma inversão, pois os alunos mais abastados alcançariam a Universidade Pública com cursos mais concorridos e, a grosso modo, o estudante público chegaria aos Cursos Superiores da Rede Privada, denotando a ideia de inversão.¹¹³

Não obstante, a luta do professorado amazonense adentra à década se engajando neste novo modelo sindical. As conquistas dos professores, conforme narrativa dos docentes, que haviam sido conquistadas no decorrer da década de 1980, estenderam-se somente até a entrada de Amazonino Mendes no Governo do Amazonas¹¹⁴, já que o novo governador alegou

¹¹⁰ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

¹¹¹ Não nos alongaremos neste projeto sobre as ideias de Pierre Bourdieu sobre a sociologia da Educação, tendo em vista de um espaço significativo para o diálogo do autor com a Educação nacional e amazonense. Assim, é um dos objetivos da tese se debruçar sobre as ideias do sociólogo francês.

¹¹² NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 52.

¹¹³ CUNHA, L. A. **Uma leitura da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1990. p. 12-15.

¹¹⁴ Amazonino Mendes elegeu-se governador do Amazonas em 1986, tendo sido apoiado na ocasião por Gilberto Mestrinho.

inconstitucionalidade no pagamento dos professores, o que demandou novas lutas do professorado manauara, que, assim, se estenderam para as décadas seguintes.

1 O NEOLIBERALISMO E OS DESAFIOS PARA AO TRABALHO DOCENTE NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XXI.

1.1 O cenário neoliberal brasileiro (1980-2000)¹¹⁵

O neoliberalismo é a doutrina socioeconômica vigente em grande parte do mundo e tem como característica a mínima intervenção do Estado. Como o próprio nome já expõe, tal doutrina é uma remodelação do liberalismo clássico que ombreada ao capitalismo, buscou um reordenamento da relação do estado com a economia.¹¹⁶ Um dos mais importantes autores sobre o liberalismo foi Adam Smith¹¹⁷, com importantes contribuições no campo econômico.¹¹⁸

O liberalismo contribuiu para o aumento da desigualdade social e acabou por entrar em descrédito após a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, antes do acontecimento beligerante, alguns pensadores se propuseram a questionar o pensamento de Adam Smith, como o filósofo alemão Karl Marx.¹¹⁹

Após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se o neoliberalismo, sobretudo como uma oposição ao keynesianismo. A doutrina keynesiana se balizava na “revisão da teoria liberal”, e, portanto, na intervenção do estado na economia sempre que houvesse necessidade, assim evitando a retração econômica e garantindo empregos. O liberalismo não possuía meios – e nem interesse - de garantir a estabilidade empregatícia de um país, sendo assim, o poder público deveria investir em áreas em que as empresas privadas não atuavam. O objeto principal

¹¹⁵ Para uma contextualização mais contemporânea do conceito de neoliberalismo e sua ação no Brasil, abordaremos alguns aspectos históricos da construção dessa ideologia e apontaremos leituras para que o leitor possa situar-se.

¹¹⁶ O liberalismo econômico iniciou-se como uma maneira de se lutar contra a monarquia absolutista inglesa vigente até o século XVII e defendia, principalmente, a extinção do absolutismo, a implantação do regime parlamentar que fomentaria uma participação, pelo menos em tese, da população inglesa e uma liberdade econômica para que o mercado pudesse se regular sozinho.

¹¹⁷ Um dos expoentes da doutrina liberal foi o escocês Adam Smith. O filósofo e economista nasceu na efervescência do movimento iluminista que balançou a Europa entre os séculos XVII e XVIII. O que se sabe é que Smith nasceu no mês de junho de 1723 em Kirkcaldy, na Escócia. Aos 14 anos, foi enviado à Universidade Glasgow College e, posteriormente, ao Balliol College, da Universidade de Oxford. É possível conferir essas informações em: <https://investidor.estadao.com.br/comportamento/quem-foi-adam-smith-e-o-que-ele-defendia/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

¹¹⁸ Sua obra “A Riqueza das Nações” foi a primeira a discutir incisivamente questões econômicas como as relações entre preços, salários e o equilíbrio dos mercados do ponto de vista moderno. Antes do economista escocês, o principal entendimento econômico era de que a riqueza das nações estaria associada ao seu estoque de metais. Smith questionou a ideia, desenvolvendo uma tese em que a riqueza das nações estaria associada aos fluxos de mercadorias e serviços e as trocas não seriam feitas caso não beneficiassem as duas partes envolvidas, ou seja, tal relação comercial são valiosas para ambas as partes, portanto, elas deveriam ser livres, ou liberal. SMITH, Adam. “A Riqueza das Nações”. volume I, Nova Cultural, 1988. Coleção “Os Economistas”.

¹¹⁹ MARX, K. Uma contribuição crítica para a economia política. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

da teoria keynesiana era o Estado de Bem-Estar Social ou Estado Social que “se configurou e fortaleceu como um modelo de organização política e econômica após a década de 1930. Seu objetivo foi a recuperação econômica através da intervenção do Estado na economia” ¹²⁰ principalmente no setor industrial e geração de emprego. ¹²¹

No pós-Primeira Guerra Mundial, surgiu a necessidade que os estados beligerantes reconstruíssem seus países devastados pelo grande conflito. Os custos econômicos foram tão incalculáveis que fizeram os estados liberais pensarem alternativas para as políticas econômicas. Antes de adentrarmos no campo econômico do conflito, iremos tentar compreender como o resultado do conflito afetou os envolvidos. A guerra teve como saldo negativo as mortes de mais de 17 milhões de pessoas – entre civis e militares – e de forma indireta, a morte de mais 6 milhões por conta da gripe espanhola ocorrida entre 1918 a 1919, que se propagou nos tempos finais da Primeira Guerra Mundial. ¹²²

Como já fora exposto, a economia, principalmente dos estados europeus, estava em colapso com o acontecimento da guerra. Assim, o liberalismo econômico começava a perder espaços e entrar numa crise que precisou ser combatida com novas maneiras de pensar o papel do Estado enquanto interventor na economia. Nesse contexto, surge a teoria keynesiana do Bem-Estar Social ou *Welfare State* que compreendia a necessidade da participação do Estado na economia. ¹²³ Embora Keynes não tenha sido o primeiro a pensar a intervenção estatal na economia ¹²⁴, é de sua responsabilidade a quantificação e demonstração de como o Estado poderia intervir através das ideias de “políticas anticíclicas” que vislumbram o início, meio e fim de uma crise. ¹²⁵

¹²⁰ Biografia disponível em: RODRÍGUEZ, R. V. A crítica liberal e conservadora ao keynesianismo. www.pensadordelamancha.blogspot.com, Juiz de Fora, MG, 12 nov. 2012.

¹²¹ SANTOS, M. S.; MARTINS, J. R. Análise do estado de bem-estar social sob a ótica Keynesiana: Seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 11, n. 26, p. 1-14, 2020. p. 3.

¹²² Cf. VISENTINI, P. F. **A Primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014. p. 90.

¹²³ Cf. ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n. 35, p. 73-111, 1995.

¹²⁴ “É importante ressaltar que Keynes não foi o primeiro economista que propôs a ideia de Estado interventor na área econômica. Existiram outras vertentes e pensadores teóricos com essa proposta, como o caso da Escola de Estocolmo (uma escola de pensamento de teoria econômica, idealizada por estudiosos suecos), bem como o economista alemão Georg Friedrich List (1833 [1841]), que defendia o protecionismo estatal a favor da indústria nacional para seu crescimento e valorização.” Cf. SANTOS, M. S.; MARTINS, J. R. Análise do estado de bem-estar social sob a ótica Keynesiana: Seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 11, n. 26, p. 1-14, 2020. p. 5.

¹²⁵ Como o conceito se afasta do cerne desta pesquisa, recomendamos a leitura de: KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982 [1936].

Keynes não se opunha ao livre mercado, ou à mão invisível conforme Adam Smith. Para ele, o grande problema das crises econômicas era o excesso de desigualdade econômica e que, por isto, havia a necessidade do Estado intervir com investimento para fazer girar a roda da economia, investindo em infraestrutura e políticas fiscais para ocorrer um equilíbrio econômico.¹²⁶ Uma forma de exemplificar o keynesianismo é como o inglês pensava a poupança. A poupança, foi um instrumento criado pelo liberalismo clássico que pregava a ideia de que poupar era uma virtude, em que:

Rendimento = valor da produção = consumo + investimento. Poupança = rendimento – consumo. Portanto, poupança = investimento. [...]. Os montantes do rendimento agregado e da poupança agregada são resultados da livre escolha dos indivíduos quanto a consumir ou deixar de consumir, e quanto a investir ou não investir. Porém nenhum desses montantes poderá assumir um valor independente que resulte de um conjunto separado de decisões estranhas às que dizem respeito ao consumo e ao investimento. De acordo com este princípio, o conceito da propensão ao consumo tomará o lugar da propensão ou disposição a poupar.¹²⁷

A teoria keynesiana do Estado de Bem-Estar Social, que figurou em parte significativa do século XX, entra em declínio a partir dos anos de 1970 dando espaço para o novo liberalismo, ou como ficou bastante conhecido e discutido, o neoliberalismo. Temporalmente, estamos falando de um momento dominado pela polarização política entre Estados Unidos e União Soviética: a Guerra Fria. Tal período trará consigo posições políticas antagônicas que culminaram na personificaram mais claramente a esquerda e direita política.¹²⁸

A ascensão econômica de países como o Japão e Alemanha na década de 1970, afetou uma economia comandada diretamente pelos americanos, principalmente por que no contexto da Guerra Fria a luta contra a URSS demandou gastos enormes para os EUA, e que

O resultado desses fatos no final da década de 1960 foram os déficits no orçamento americano e instabilidade na balança comercial. A instabilidade na economia americana era similar a um efeito dominó, devido sua hegemonia e influência sobre o mercado internacional e nos países em desenvolvimento. Nesse cenário de incertezas e instabilidade econômica, o então Presidente dos Estados Unidos Richard Nixon adotou algumas medidas para tentar estabilizar a economia americana no mercado internacional. Uma dessas medidas foi a de desvincular o padrão dólar-ouro para um

¹²⁶ SANTOS, M. S.; MARTINS, J. R. Análise do estado de bem-estar social sob a ótica Keynesiana: Seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 11, n. 26, p. 1-14, 2020. p. 6.

¹²⁷ Keynes, J. M. (1982 [1936]). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas. p. 78.

¹²⁸ Não é objetivo expor a história da direita e esquerda política, apenas nos ater como estes na contemporaneidade dialogavam com a ideologia do neoliberalismo e, ainda, como tal antagonismo incidiu o trabalho docente. Para uma melhor compreensão sobre tal história, Cf. BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

câmbio flutuante, desse modo desativando as medidas tratada nos acordos de Bretton Woods.^{129 130}

Outros fatores que abalaram o liberalismo econômico estavam ligados à Crise do Petróleo em 1973. Para Paulo Visentini a Crise do Petróleo foi uma das impulsionadoras no surgimento do neoliberalismo, pois

Em 1973, na esteira da guerra do *Yon Kippur*, os países árabes aumentaram o preço do petróleo em quatro vezes, além de decretarem um embargo temporário contra os países que haviam apoiado Israel. Ora, considerando que os Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que Japão e Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo. É importante salientar ainda que a maioria esmagadora da OPEP era aliada dos Estados Unidos e que este país também possuía ampla ascendência sobre as empresas transnacionais desse setor. Assim, essa manobra atingia particularmente as ascendentes economias japonesas e europeia, não-produtoras de combustível (como também deficitária em matérias-primas e alimentos).¹³¹

Na América Latina, a primeira experiência das políticas neoliberais aconteceu no Chile em 1973. Concomitantemente, o neoliberalismo foi implantado junto com uma Ditadura por meio de um Golpe de Estado liderado pelo General Augusto Pinochet, que governou o país durante 15 anos. Entretanto, não foi o exemplo chileno que deu ao Brasil exemplo do neoliberalismo, pois

No final dos anos 70 e início dos anos 80, ocorre uma verdadeira onda conservadora com as vitórias, por exemplo, de Thatcher (1979), na Inglaterra, Reagan (1980), nos Estados Unidos da América do Norte, e Kohl (1982), na Alemanha. Estes governos conservadores adaptaram e colocaram em prática as ideias neoliberais até então restritas à academia. As políticas governamentais implementadas estavam baseadas na desregulamentação, na privatização e na abertura comercial. Esta consagrada vitória neoliberal em vários países logo alcançará o seu ápice no final da década de 80, com a crise das sociedades socialistas do Leste Europeu, crise esta deflagrada, também, pela queda do muro de Berlim em 1989.¹³²

No Brasil, o neoliberalismo começa a ganhar força com o fim da Ditadura Civil-Militar. O primeiro presidente civil, José Sarney¹³³, em sua política, deu continuidade na presença estatal na economia a exemplo dos governos militares. O governo de Sarney foi marcado pela instabilidade econômica e política que teve como ápice altos índices inflacionários que levaram o país a uma recessão e fortificou o ideal de mudança política no Brasil. Segundo Basílio Sallum Jr., a disputa eleitoral de 1989

¹²⁹ Disponível em: <https://www.politize.com.br/conferencia-de-bretton-woods/>. Acesso em: 05 abr. de 2023.

¹³⁰ SANTOS, M. S.; MARTINS, J. R. Análise do estado de bem-estar social sob a ótica Keynesiana: Seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 11, n. 26, p. 1-14, 2020. p. 9.

¹³¹ VISENTINI, P. F. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013. p. 3.

¹³² SERRA, C. H. A. Neoliberalismo, políticas governamentais e exclusão social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 1999. v. 1. p. 38-47. p. 40.

¹³³ Biografia disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/4909>. Acesso em: 20 jun. 2022.

A disputa ocorreu em meio à crise política do final do governo Sarney (1985-1990) e à aguda instabilidade monetária, com a inflação já ultrapassando os 50% ao mês no final de 1989. A eleição foi em dois turnos e “solteira”, desacompanhada de outras escolhas populares, fossem para governos estaduais ou municipais, fossem para o legislativo federal, estaduais ou municipais.¹³⁴

E ele ainda sublinha

Dia 15 de Março de 1990, quinta-feira, quando Fernando Collor tomou posse da Presidência da República, o fez embalado de grande esperança popular: segundo o Datafolha, mais de 71% dos brasileiros tinham a expectativa de que seu governo seria ótimo ou bom, o que contrastava a opinião de 56% dos entrevistados que considerava o governo Sarney ruim ou péssimo.¹³⁵

Já é fato notório que a herança dos governos militares, principalmente no campo da economia, foi desastrosa e levou o país para uma grave crise financeira ainda na década de 1980. Isto foi um dos motivadores na pressão para o fim de tal regime. Com o fim da Ditadura Civil-Militar na década de 1980, os governos que se seguiram adotaram uma política de modelo desenvolvimentista que teve lados antagônicos: um que procurou progresso econômico e industrial, e outro que foi

gerando e intensificando a marginalização, a pobreza, o desemprego, o subemprego e a exclusão social no país. Isto posto, atentando para a singularidade do processo histórico-social do país, defendemos, como uma das hipóteses do trabalho, que a exclusão social, configurando-se enquanto violência estrutural da sociedade brasileira, vem sendo produzida em larga escala e atinge primordialmente as camadas populares.¹³⁶

Tal cenário, levou o país a um quadro grandioso de exclusão social que não é “algo natural mas sim inscreve-se na lógica das políticas governamentais implementadas no Brasil a partir dos anos 80.”¹³⁷ É neste cenário que são implantadas no Brasil as políticas de cunhos neoliberais dos anos 1990, sendo assim, um dos últimos a adotar tal sistema pois “devido a sua significativa dívida externa, capitulou e se sujeitou às políticas de liberalização financeira e

¹³⁴ SALLUM JÚNIOR., B. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, J.; SALGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5, p. 163-191. p. 163.

¹³⁵ SALLUM JÚNIOR., B. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, J.; SALGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5. p. 166.

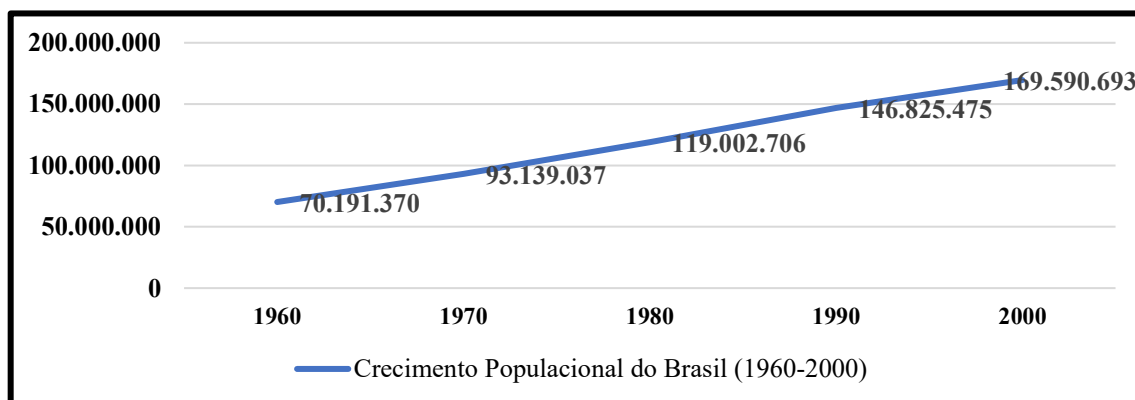
¹³⁶ SERRA, C. H. A. Neoliberalismo, políticas governamentais e exclusão social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 1999. v. 1. p. 38-47. p. 38.

¹³⁷ SERRA, C. H. A. Neoliberalismo, políticas governamentais e exclusão social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 1999. v. 1. p. 38-47. p. 39.

comercial e de desregulamentação cambial, sendo o principal objetivo a atração de recursos externos.”¹³⁸

O cenário demográfico do Brasil teve significativo crescimento desde a Ditadura Militar até os anos 2000. Neste contexto, se faz necessário compreender quais os alcances positivos e negativos para a sociedade brasileira, já que o neoliberalismo teve incisão na vida socioeconômica dos brasileiros. O crescimento no país se deu num salto de pouco mais de setenta milhões de brasileiros em 1960 para quase cento e setenta milhões em 2000. Na passagem da década de 1980 para 1990, o país cresceu mais de 23% enquanto na década seguinte o crescimento foi de pouco mais de 15% (Gráfico 1). No Amazonas, o crescimento se deu de forma mais acelerada, motivado principalmente pela criação da Zona Franca de Manaus em 1967, que originou uma vinda de migrantes em busca de melhores condições de vida e trabalho. Tal fato pode ser comprovado, por exemplo, pelo crescimento demográfico da cidade de Manaus entre os anos de 1960 e 2000. Entretanto, não podemos afirmar que, a exemplos de outros lugares, a zona rural do Amazonas ficou sem moradores, mesmo o crescimento da capital tenha sido mais acelerado que os municípios interioranos do estado chegando ao século XXI com uma populacional em proporção de igualdade com a capital. (Gráfico 2)

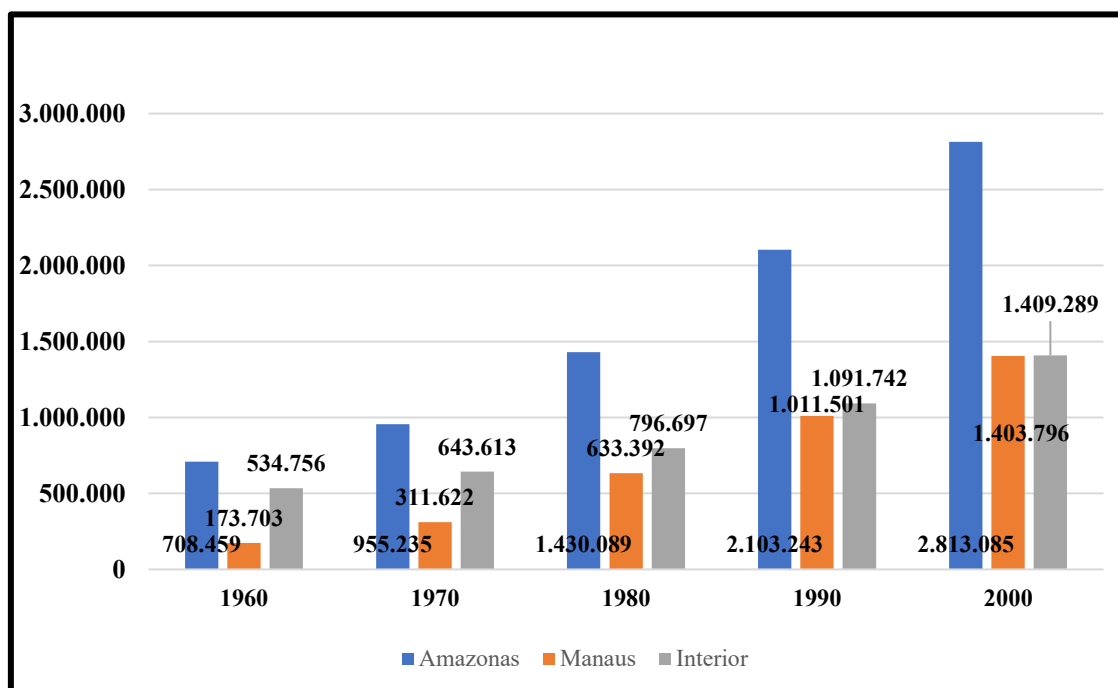
Gráfico 1 - Crescimento populacional do Brasil



Fonte: Anuário Estatístico do IBGE - 2000

Gráfico 2 - Crescimento populacional do Amazonas

¹³⁸ SERRA, C. H. A. Neoliberalismo, políticas governamentais e exclusão social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba, 1999. v. 1. p. 38-47. p. 40-41.



Fonte: Anuário Estatístico do IBGE - 2000

O êxodo rural foi um forte movimento de migração no estado do Amazonas motivado, principalmente, pela instituição da Zona Franca de Manaus em 1976 como projeto de integração da região no contexto da Ditadura Civil-Militar. Sobre esse trânsito de pessoas, a bibliografia existente tem pujante produção, o que nos leva aqui a tentar compreender como estas pessoas se tornaram trabalhadores docentes na busca de uma vida melhor no período.

O Professor José Luis Brás Melgueiro foi um desses amazonenses que deixaram os municípios e vieram para a capital. O caso peculiar deste docente é que existiu uma íntima relação com o Regime Militar, pois ele tinha tios que eram das Forças Armadas. Segundo ele, a família veio do Distrito de Cucuí, pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira conhecida pela forte presença militar e fronteiro com a Colômbia e Venezuela

Então, quando meu pai separou, ele foi embora, eu tinha... imagine... imagine esse que estavam vivendo em plena Ditadura Militar, né? Eu tenho dois tios militares, né, já falecidos, infelizmente. Um era Francisco das Chagas, chamado de Ferreira. O tio Chagas chegou a Subtenente, Ferreira chegou a capitão. Embora quem tomou conta da gente... a minha... além da minha mãe foi meus avós, mas, a relação lá, era uma relação assim muito próxima, muito próxima em casa de conversar, né, de bater papo, né, e depois que o meu pai foi embora, quem nos acolheu assim foi o meu avô, foi o nosso praticamente o nosso pai, né, ele é muito novo, aí na época de 40 anos. Eu acho... eu acho... por aí então ele... ele ajudou a minha mãe a nos criar, mas dos meus tios militares com os filhos e as filhas era uma relação muito carinhosa, não era aquela relação do líder, eles eram militares como meu pai no início, eles eram militares... mas naquela coisa assim de imposição, sabe? Talvez por isso ele foi criado nesse ambiente que... que com o tempo... com o tempo, né, as minhas... as minhas primas já são primas, irmãs, né? Eu e meu irmão e tal... É claro, contribuiu muito depois na nossa trajetória acadêmica, né, mas sempre somos solidários, né, fomos assim muito de se preocupa com outro, né, sempre nos preocupamos. Então não é... não é corresponde o dia assim olha Professor Braz é um cara de esquerda. O Biel minha irmã tal não sei o quê a Nazaré... bêbêêê tarará... os filhos do Brás mas porque o que eu aprendi eu

tentei passar para os meus filhos, essa relação próxima, carinhosa, ele tá sempre junto, entendeu? Bater papo, né, é isso.

Ah como eu não lembro bem... mas acho que tio Ferreira, né, queria que os filhos do meu avô e da minha avó... ele foi transferido, transferência mesmo, sai do local por transferência, foi... primeiro ele foi transferido e depois, tá mais agarrado com os pais e tal, também foi transferido para Manaus. Minha avó, já aposentada, meu avô também, entendeu? Minha mãe era mais altona trabalhava com vendas esse negócio de perfume e tudo, e aí eles decidiram vender a casinha que tinha lá, não, deram, sei lá... e se mudaram para Manaus, entendeu? Ou seja, a vinda era para não desgarrar do filho porque achavam que ele precisava dos pais aqui também, ele já é tudo, né, casado, então sempre morou junto. Ele depois que separamos... que eu tenho é esse meu tio chaga, né, meu avô, minha avó, minha mãe, eu e meu irmão.¹³⁹

O Professor Lambert Melo, atuante de nome conhecido no movimento de professores do Amazonas, também contribui com a compreensão dos problemas socioeconômicos do Brasil no período militar que acabavam reverberando com mais força no interior. Isso impulsionava os ribeirinhos a se mudarem para Manaus, buscando uma perspectiva de mudar de vida. Segundo o professor,

A minha infância foi muito difícil. Porque minha mãe era muito carente, mãe solteira, e não tinha escolaridade, só conseguiu aprender a assinar o nome. Então ela sempre teve grande dificuldade para sobreviver; sobrevivia fazendo trabalhos bastante precários, lavando roupa para as pessoas, fazendo faxina, às vezes conseguia, às vezes não conseguia. Então a infância foi muito dura, muito pesada mesmo, passando por muitos períodos de fome... A infância foi bastante difícil.

Nós vivemos um período na zona rural, no meio da mata mesmo, durante o início da década de 70. Depois viemos aqui para Manaus, mas ficamos aqui até a minha idade de 8 anos, morando ali naquela área que hoje é a Praça 14, próximo da Ajuricaba, morando assim em casa de favor, porque minha mãe não tinha como pagar aluguel, então morávamos de favor na casa de alguém que nos disponibilizava a casa para morar. Mas a partir dos meus 8 anos, eu tive uma mudança que foi a ida para Boa Vista, Roraima, onde eu fui morar com os meus tios, irmã da minha mãe, que morava em Roraima, disponibilizou a vontade de me levar para morar com ela lá em Roraima. A família dela lá é bem de vida, então eu tive a oportunidade de estudar em bons colégios que a família tinha condições de pagar, de bancar. Então eu fiquei morando lá dos oito aos treze anos. Então foi uma mudança importante porque foi quando eu comecei a ter uma formação de letramento, de alfabetização, de poder estudar, realmente, e daí então foi um elemento importante nessa minha fase inicial.¹⁴⁰

Uma professora que enfrentou o êxodo rural docente em busca de melhores condições de vida foi a Professora Raimunda de Souza Gomes, a Doquinha. Apesar de ter nascido em uma família que tinha uma boa situação financeira, eram donos de seringais, na década de 1960 haviam perdido a pujança financeira do fim do século XIX. Ela mostrou que vir para Manaus era uma necessidade que os ribeirinhos que buscavam outro tipo de vida diferente das culturas econômicas de caça, pesca e agricultura poderia proporcionar quase que futuro certo. Segundo ela:

Eu nasci, eu sou do Município de Lábrea né? Lábrea é sul do Amazonas, não sei se você já ouviu falar. Mas a cidade de Lábrea, ela é assim, conhecida por ser o final da Transamazônica. Então, lá no sul do Amazonas, faz fronteira com o Município de Humaitá. E eu nasci em uma comunidade, porque o meu avô era dono de seringais né, de localidades, então tinha uma localidade do meu avô que se chamava América, então foi lá na América que eu nasci. Subindo em direção a Pauini, entre Lábrea e Pauini. Dono de uns cinco! (risos) Meu avô era dono de três pra cima e dois para baixo, a

¹³⁹ José Luis Brás Melguez. Entrevista gravada em 7 de dezembro de 2021. Realizada por James Batista, digitada, p. 2-3.

¹⁴⁰ Lambert Melo. Entrevista gravada em 12 de novembro de 2022. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

gente costumava dizer na família. Acima de Lábrea eram três e abaixo de Lábrea eram dois.¹⁴¹

E ela continua:

Olha, nós não éramos, eu costumo dizer que nós não éramos pobres, mas nós éramos de uma concepção muito arcaica do que é ter dinheiro né. Meu pai, meu avô, eles achavam, aliás a família do pai toda achava que ter dinheiro era acumular, então quanto mais pudessem comprar terra, boi, não sei o quê, não sei o quê. E o custo de vida era secundário. A família da minha mãe não, eu sou por parte da vó da minha mãe, nós somos de origem Apurinã, então por conta dessa origem indígena, tinham um modo de vida muito mais solto. O pai, o avô da minha mãe, materno, avô materno da minha mãe, ele era empregado da família do meu avô paterno, então tinha uma vida diferente. Então a gente vinha pra Lábrea e voltava pra localidade do meu avô, porque meu pai era quem tocava todos os negócios, aí a gente vivia na cidade e lá. Meu pai quando estava na cidade, a gente vivia uma fartura, quando meu pai ia embora, ele achava que minha mãe podia tirar da lua o sustento dos filhos. Ele deixava assim o sustento para pra uma semana e passava seis meses. Então a gente foi criado assim. Minha mãe se virava, minha mãe costurava, minha mãe criava galinha, minha mãe plantava verdura, minha mãe fazia de tudo e a gente sobrevivia. Quando ele voltava nós éramos realmente abastados, quando ele ia embora de novo a gente voltada a ser os meninos que trabalhavam pra ajudar a mãe sobreviver.¹⁴²

A professora que desde cedo tinha o sonho de “ser professora de professor”¹⁴³, como diversos amazônidas, veio para Manaus na década de 1990 em busca da concretização do seu desejo laboral.

Nascida e criada no interior, a Professora Laura Belém, docente do município de Novo Airão, traz à baila uma questão muito importante que é a resistência dos ribeirinhos que querem mudar de vida superando as dificuldades impostas não só pela ausência do estado nos diversos rincões do Amazonas, mas também frente à realidade familiar. Segundo ela,

O meu pai nunca se importou, realmente, com a nossa educação. Como ele era analfabeto, não sabia nem assinar o nome, ele sempre priorizava o trabalho. Para ele, os filhos tinham que nascer para trabalhar. O detalhe é que dos doze filhos que ele teve com minha mãe, os dez primeiros foram mulheres, somente os dois últimos foram homens. Ele realmente não se importava com o quesito escolar. A minha mãe sempre lutou muito para estarmos na escola. A minha mãe estudou até a segunda série no Colégio Salesiano, em Barcelos. E como eles tinham uma vida muito sofrida, como eu te falei, a gente morava em uma casa em uma ilha, e ela não queria aquela vida para os filhos dela. O meu pai era uma pessoa muito rígida e violenta, também. Ele espancava minha mãe quando achava que devia, e como naquela época não tinha autoridade, não tinha punição, ele fazia o que ele queria. Aí as minhas irmãs foram crescendo e tomando as dores da minha mãe: todas as vezes que ele tentava machucá-la, as minhas irmãs ficavam na frente. A minha mãe não queria para os filhos dela a vida que ela teve, por isso ela lutou muito para nos manter na escola, tanto eu quanto as minhas irmãs mais velhas, que mesmo contra a vontade do meu pai, as minhas irmãs mais velhas já estudavam na comunidade do Cumaru, que era a que ficava mais próximo da nossa casa, mas elas remavam cerca de duas horas para chegar à escola, duas horas para ir e duas horas para voltar. Bom, eu penso que mediante à vida difícil que elas levavam. Como eu falei, eles viviam da colheita do látex. Além disso, eu acho que tudo se baseou na rigidez do meu pai, ele era uma pessoa muito difícil de

¹⁴¹ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 1.

¹⁴² Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 2.

¹⁴³ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 6.

lidar, e eu acho que ela não queria que as filhas passassem pelas mesmas coisas que ela passou, porque a vida lá era muito difícil. Como eu te falei, todas as minhas irmãs trabalhavam, e meu pai pegava a produção, vendia e simplesmente administrava o dinheiro sozinho, só comprava o que queria e só não faltava o básico porque a minha mãe não deixava, ela trabalhava na roça paralelo a isso e fazia farinha (que no interior é a base da alimentação, juntamente com o peixe).¹⁴⁴

A professora Laura demonstra em sua memória a importância que teve a figura da mãe como uma esperança para mudar de vida através dos estudos. A matriarca da família foi a inspiração para resistir ao desinteresse do pai e buscar ascensão socioeconômica pelos estudos que resultou em se transformar numa trabalhadora docente.

Há ainda aqueles professores que carregam uma distância ainda maior, como o caso do Professor Ivan Cabral:

Primeiramente, eu sou de uma família que inicialmente veio do Nordeste. O meu avô — a história que chegou até mim — meu avô veio do Ceará, ainda naquele período da borracha, né, dentro do contexto do ciclo da borracha. Ele veio trabalhar, e por aqui ele ficou. Então, constituiu família, ele se instalou na região de Codajás, de forma fixa, né, após esse trabalho que ele veio fazer.

E lá a minha família cresceu bastante, com a minha avó também, né, daquela região. E a minha família toda praticamente é de lá. Nós somos um total de seis irmãos, e quatro nasceram na região de Codajás, na cidade de Codajás, e alguns outros próximos ali, algumas localidades.

Mas eu e a minha outra irmã — eu sou o mais novo — e os dois últimos filhos desses seis já foram aqui em Manaus, quando o meu pai já veio morar na cidade de Manaus na década de 70. No começo da década de 70, trazendo quatro filhos, a minha mãe, e aqui já nasceu a minha outra irmã, que veio antes de mim, e eu. Então, eu sou daqui de Manaus mesmo.

Eu sou de uma família muito humilde. O meu pai é pequeno comerciante. Então, ele veio pra cá, adquiriu um terreno no bairro da Betânia — no começo do bairro da Betânia — e lá ele, já trabalhando com pequenos comércios, instalou um comérciuzinho e ficou morando no bairro da Betânia. E lá eu nasci. Então, eu sou de uma família humilde.

A minha mãe teve apenas o Ensino Fundamental incompleto, assim como o meu pai. E os meus seis irmãos, todos trabalhando muito pra ajudar a família. E eu fui o primeiro dos seis — apesar de ser o mais novo — fui o primeiro a chegar ao nível superior.

Então, eu nasci e cresci no bairro da Betânia. Comecei a trabalhar... Me lembro que, falando mais especificamente da minha infância, vendo meus irmãos trabalhando — eu cresci vendo eles trabalhando. O meu pai teve alguns problemas de ordem pessoal e chegou um determinado momento em que eu tinha sete anos, seis pra sete anos, e ele separou da minha mãe. Aí nossa vida teve uma guinada muito grande, do ponto de vista negativo.

Imagina, seis filhos, alguns pequenos ainda, e separados. Isso no final dos anos 70. Eu nasci em 1973. No final dos anos 70 foi quando eles se separaram, se separaram de vez mesmo. Então, a partir daí nós tivemos que morar de aluguel em diversas casas. Meus irmãos, os mais velhos, já ajudavam em casa, mas sempre de forma muito difícil. E talvez esse seja um dos motivos de alguns não terem conseguido chegar ao nível superior.

E eu, como mais novo, já tive uma certa regalia, entre aspas. Eu comecei a trabalhar já na adolescência, enquanto meus irmãos — muitos ainda pré-adolescentes — as minhas irmãs, por exemplo, adolescentes, do tipo 12, 13 anos, já trabalhavam cuidando de bebês em casas de famílias mais ricas, vamos dizer, daquela região ali da Betânia.

¹⁴⁴ Laura Belém Pereira. Entrevista gravada em 02 de março de 2023. Realizada por James Batista, digitada, p. 2-3.

E eu não. Eu e a minha irmã tivemos oportunidade de estudar. Isso, fui trabalhar quando eu já achei um pouco mais necessário pra mim mesmo, pra me manter. E eu creio que foi um dos motivos de eu ter chegado ao Ensino Superior. E a gente vai falar um pouco mais na frente sobre isso.¹⁴⁵

Nas narrativas, podemos perceber que cada professor tem um processo distinto na criação de sua identidade docente e que esta está ligada a um “processo contínuo baseada nos saberes, nas experiências e na trajetória de vida, sendo assim essa construção reflete comportamentos, valores, posturas profissionais e pessoais.”¹⁴⁶ Deste modo,

A identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade. Assim, algumas profissões deixaram de existir e outras surgiram nos tempos atuais. Outras adquirem tal poder legal que se cristalizam a ponto de permanecerem como práticas altamente formalizadas e significado burocrático. Outras não chegam a desaparecer, mas se transformam adquirindo novas características para responderem a novas demandas da sociedade. Este é o caso da profissão de professor.¹⁴⁷

As narrativas expostas e as que virão à frente, demonstram que o professor se constrói fruto de várias intervenções. Por isso, há aqueles que sempre quiseram ser professor e, ainda, os que as necessidades o levaram à docência.

Há de se salientar que essas memórias são frutos de suas vivências. Para que pudéssemos entender essa identidade do professor, buscamos associar outras áreas da vida da pessoa para entendermos a sua identidade docente: família, religião e educação. A memória tem como característica marcante a seletividade, em que as reminiscências que são expostas através das narrativas demonstram que marca ficou na vida do colaborador. Para Lambert, a infância sofrida serviu para que compreendesse a necessidade da luta por melhores condições de vida e trabalho e, assim, acabou levando-o para o campo sindical. Para Michel Polack, essas memórias têm grande significância para quem está rememorando e que

Além dessas diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica datado como data precisa de um acontecimento.¹⁴⁸

E ele complementa que a memória ainda

é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está

¹⁴⁵ Ivan Cabral. Entrevista gravada em 19 de abril de 2021. Realizada por James Batista, digitada. p. 1-2.

¹⁴⁶ AVELAR, A. F. A identidade do professor: herói ou refém do seu tempo? **Revista Científica Cognitions**. v. 4, n. 1, p. 1–13, 2021. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/91>. Acesso em: 25 set. 2025. p. 7.

¹⁴⁷ PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In: FAZENDA, I. (org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas: Papirus Editora, 2012, v. 1, p. 161-178. p. 164.

¹⁴⁸ POLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. p. 3.

sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.¹⁴⁹

O primeiro presidente eleito diretamente em 1989, Fernando Collor de Mello, foi o responsável para pôr em prática as políticas neoliberais. Tendo como marca de seu governo a corrupção, Fernando Collor de Mello¹⁵⁰ sofre *impeachment* em 1992, pondo fim as ações de implantações do neoliberalismo no país. Para Ricardo Antunes,

Se no longo período da ditadura e mesmo da “Nova República” o Brasil ainda não havia se inserido efetivamente no processo de reestruturação produtiva do capital¹⁵¹ comandado pelo neoliberalismo, durante os dois anos do governo Collor essa realidade mudou por completo.¹⁵²

A conjuntura internacional do cenário de crise na década de 1980, empurrava o Brasil para o fim das políticas de intervenção estatal, portanto, deveria se pensar como o novo liberalismo passaria do campo ideológico para uma prática econômica. Ainda, somado ao fracasso do Plano Cruzado desenvolvido pelo governo Sarney na década de 1980, aparece um cenário que se torna impulsionador para o neoliberalismo no país. Segundo Filgueiras, o Brasil foi um dos últimos países da América latina a implantar o neoliberalismo a partir da década de 1990

Que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implantasse no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos.¹⁵³

Se faz necessário compreender as especificidades conceituais que envolvem o neoliberalismo para assim podermos relacioná-lo ao que aconteceu no Brasil. Portanto, entender que neoliberalismo, projeto neoliberal e modelo econômico neoliberal periférico são conceitos distintos. No primeiro caso, trata-se da doutrina político-econômica mais abrangente,

¹⁴⁹ POLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. p. 4.

¹⁵⁰ A biografia de Fernando Collor de Mello pode ser acessada em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/ex-presidente-da-republica/fernando-collor/biografia>. Acesso em: 20 jun. 2022.

¹⁵¹ Em momento oportuno abordaremos a reestruturação produtiva para a compreensão do processo de precarização do trabalho.

¹⁵² ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 190.

¹⁵³ FILGUEIRAS, L. *A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 83-84.

criada após a Segunda Guerra Mundial, a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo que reformulou o liberalismo. O próximo é a ideia de como neoliberalismo se se formou político-economicamente no Brasil, resultado de disputas entre a burguesia e entre estas e a classes trabalhadora. Por último, o modelo econômico neoliberal periférico fruto da construção da forma como o projeto neoliberal se estruturou, a partir da estrutura econômica anterior dos países e que se tornaram distintas, demais países da América Latina de caráter periféricos. Assim, “o neoliberalismo é uma doutrina geral, mas o projeto neoliberal e o modelo econômico a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores.”¹⁵⁴

O projeto neoliberal brasileiro proporcionou um cenário favorável para os blocos dominantes - ou a burguesia brasileira - em detrimento da classe trabalhadora que, segundo Luiz Filgueiras:

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros.¹⁵⁵

Mesmo com a problemática econômica da década de 1980, herança da Ditadura Militar, no que tange aos empregos no país, estes ficaram em uma posição positiva quando compara à década seguinte. O que se percebe é um cenário de crescimento com média de 3,5% ao ano que teve sua maior alta em 1983 de pouco menos de 5% e a menor, abaixo dos 2,5% em 1986.¹⁵⁶ No que diz respeito à geração de emprego, no mesmo período, a população ocupada cresceu de 45,5 milhões em 1981 para 62,1 em 1990. Conforme o gráfico 3, a capacidade de geração de emprego, nos números apresentados, é considerada positiva.¹⁵⁷ Ainda sobre este momento de crise na década de 1980

¹⁵⁴ FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206. p. 179.

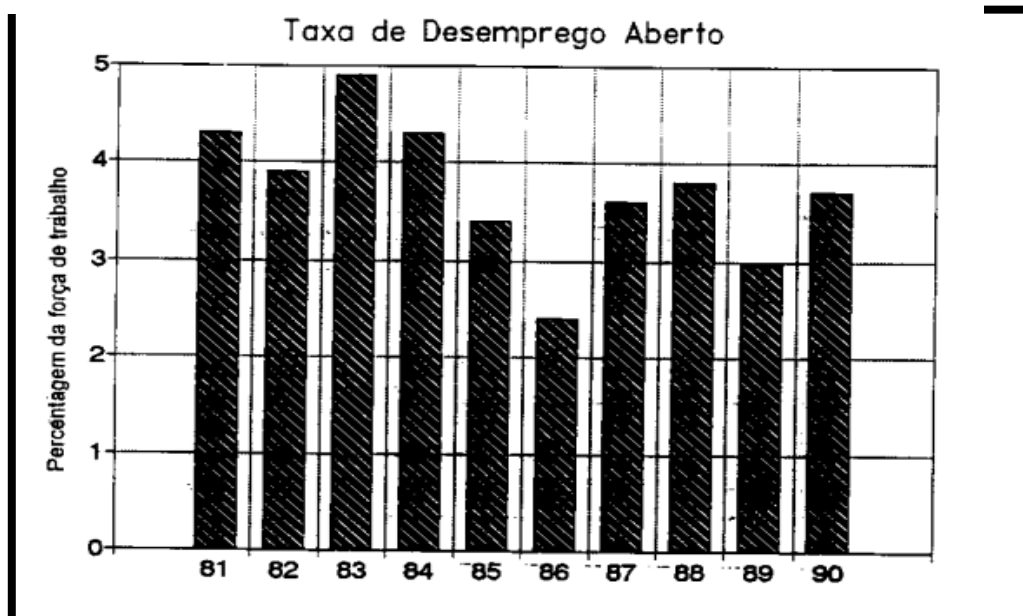
¹⁵⁵ FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206. p. 183.

¹⁵⁶ MENDONÇA, R. S. P.; AMADEO, E.; BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão do IPEA). p. 4.

¹⁵⁷ Para estes dados, a idade de 14 anos é usada como início do exercício laboral.

enfrentada pela economia brasileira na primeira metade dos anos oitenta e o aumento dos níveis de desigualdade observado na segunda, embora resultassem em elevação dos níveis de pobreza absoluta, não impedem que a evolução de uma série de indicadores sociais seja positiva.¹⁵⁸

Gráfico 3 - Desemprego no Brasil (1981 - 1990)



Fonte: Texto para discussão do IPEA, 1994.

No contexto de expansão do bloco dominante, podemos perceber que as diferenças socioeconômicas no país criaram um cenário de grande antagonismo social que vai refletir no processo educacional e, concomitantemente, nos trabalhadores da Educação. No que tange à classe trabalhadora, é mais singular compreender sua composição, e no caso do bloco dominante eles eram formados pelo

Capital financeiro internacional –expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos–; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais⁸, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional).¹⁶⁰

¹⁵⁸ OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health*, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995. p. 408.

¹⁵⁹ MENDONÇA, R. S. P.; AMADEO, E.; BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão do IPEA). p. 4.

¹⁶⁰ FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206. p. 184.

E outras frações subordinadas que são compostas pelos

Grandes grupos econômicos, não financeirizados organicamente, e os grandes e médios capitais que têm uma maior especialização no processo de acumulação: agronegócio, indústria, comércio ou serviços, estando voltados para o mercado externo e/ou interno.

No que se refere ao montante inflacionário do país, ele corrobora com a problemática do cenário de crise que atingiu diretamente a sociedade. A inflação, principal corroedor do salário do trabalhador brasileiro, movimentou a década de 1980 com os diversos movimentos de distintas categorias que se viram achatadas pelo alta inflacionária daquele momento. Veja no Tabela 1:

Tabela 1 - Inflação 1970-1989

Ano	%	Ano	%
1970	19,3	1980	110,2
1971	19,5	1981	95,1
1972	15,8	1982	99,7
1973	15,5	1983	211,0
1974	34,6	1984	223,8
1975	29,4	1985	235,1
1976	46,2	1986	65,0
1977	38,8	1987	415,8
1978	40,8	1988	1037,6
1979	77,2	1989	1782,9

Fonte: IGP/FGV

A década de 1980 no Amazonas, além da problemática socioeconômica que assolava o país, teve grande mudanças políticas que foram encabeçadas pelo retorno ao Governo do Estado de Gilberto Mestrinho de Raposo Medeiros que inicia no estado a criação de um grupo político com ações homogêneas que duraram até boa parte do século XXI e que denominaremos de gilbertismo.¹⁶¹

Fruto das alianças políticas que criaram um grupo político em que Mestrinho foi o mentor e líder, Amazonino Armando Mendes chega ao Governo do Estado pelas eleições diretas de 1986, tendo como seu vice Vivaldo Frota do PDS. Amazonino foi indicação de

¹⁶¹ O conceito criado pelo autor desta tese, refere-se à forma, inaugurada por Gilberto Mestrinho em 1983, enquanto governador, de tratar o professorado amazonense aliando um discurso de austeridade fiscal, politicismo do movimento docente e altos salários dos professores comparado ao restante do país. Ainda, agrega-se ao conceito, a continuidade de tais pensamentos aos governadores que se seguiram mantendo uma homogeneidade de ações no que refere-se à luta dos professores.

Gilberto Mestrinho que o promoveu politicamente dando o cargo de Prefeito de Manaus entre 1983-1986. Em 1990, candidata-se ao Senado Federal e eleito deixa seu vice como governador.

162

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992, o seu vice Itamar Franco¹⁶³, que era do mesmo partido de Collor, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), assume a Presidência do Brasil. Pouco há, academicamente, sobre o presidente Itamar Franco. Isso se deve, principalmente, pela política do Plano Real posto em prática a partir de 1994, mas que já era pensado desde o ano anterior; e que ficou como imagem para os brasileiros sobre o governo Itamar Franco. A saída de Collor do poder representou também uma força significativa para os movimentos sociais que tiveram papel importante na construção do papel do impedimento, pois “foi também um processo pelo qual centros de poder político e atores sociais, antes subalternos, afirmaram sua força política, em linha com o processo de democratização iniciado nos anos 1980.”¹⁶⁴ Sobre o presidente Itamar Franco:

Infelizmente, poucos trabalhos acadêmicos têm dado suficiente atenção ao modo inovador com que o governo Itamar assimilou a herança do passado imediato. Ele tem sido reduzido, de forma muito frequente, a pouco mais do que base de lançamento de um plano bem-sucedido de estabilização monetária, o Plano Real. Embora isso seja, inegavelmente, sua realização mais notória, o governo Itamar foi muito mais do que isso. Nele começou a se tornar efetiva a concepção de democracia fixada na Constituição de 1988.¹⁶⁵

A diferença entre o governo de Collor e Franco se deu, em primeiro momento, com as articulações partidárias e a presença de figuras fora da política e até mesmo com pessoas da esquerda. Assim, um ar democrático em seu governo já era percebido pela nação. Por outro lado, esse estereótipo do governo de Franco deve ser entendido como um meio de não ter os problemas que seu antecessor teve: no campo político o *impeachment* pelo legislativo, e ainda, a luta de setores sociais que, entre muitos, motivou os “caras pintadas”. Num segundo momento, divergindo de Collor, ele estimulou e executou políticas de combate à desigualdade social, grandiosa naquele momento, pois no período antecessor

“a busca da estabilidade monetária e as tentativas de realizar reformas liberais marginalizaram completamente o social da agenda governamental; mais do que isso,

¹⁶² Voltaremos a analisar o curto governo de Vivaldo Frota no capítulo seguinte devido a sua relação com o movimento dos docentes amazonenses.

¹⁶³ A biografia de Itamar Franco está disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/itamar-franco/biografia>. Acesso em: 20 jun. 2022.

¹⁶⁴ SALLUM JÚNIOR, B. O Governo Itamar e a Democracia de 1988. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 11, p. 279-303, 2021. p. 280.

¹⁶⁵ SALLUM JÚNIOR, B. O Governo Itamar e a Democracia de 1988. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 11, p. 279-303, 2021. p. 279.

aquele governo confrontou os atores coletivos que demandavam direitos sociais e maior participação na renda e nas decisões.”¹⁶⁶

Itamar Franco, em seu discurso já como Presidente da República, falou:

Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,
Não resolveremos a questão social no Brasil enquanto não formos capazes, todos nós, de olhar nos olhos de todos os brasileiros, crianças e velhos, das cidades e dos campos, e vê-los como vemos os nossos próprios filhos, os nossos próprios pais, os nossos próprios irmãos.
Não podemos ver os mais pobres com a comiseração que se endereça aos miseráveis, mas com o sentimento de que estamos diante de pessoas humanas iguais a nós, companheiras de nosso destino dentro destas mesmas paisagens, sob este mesmo céu, e nesta mesma história. A nossa sobrevivência como Nação depende da união de todos e do trabalho comum.¹⁶⁷

Uma problemática que atravessou as décadas e ajudou a construir as crises econômicas no Brasil antes do século XX, foi a inflação. Herança ditatorial, o aumento constante de preços levou o país a passar por vários planos econômicos¹⁶⁸ que buscaram resolver o problema. Aqui, abordaremos a temática pelo conceito de hábito inflacionário que se relaciona com os hábitos de diversas sociedades e que vai estar intimamente ligada ao ato de reajustar preços que “tornou-se um comportamento generalizado da população que cultivou, por um longo período da história, a ideia de que a inflação era um fenômeno permanente,”¹⁶⁹ e pode ser definido como “a necessidade, consciente ou não, presente no pensamento compartilhado dos indivíduos de aumentar ou desejar que os preços dos produtos aumentem.”¹⁷⁰ É neste contexto que o anteceder do século XX, o hábito inflacionário,

Nos anos 1980 e início da década de 1990 já era um fenômeno estabelecido na sociedade e, por isso, de difícil eliminação. Após décadas de convivência com preços descontrolados, os agentes passaram a reagir às crises ou a quaisquer elementos de incerteza aumentando o valor dos produtos. O fenômeno inflacionário transformou-se em um hábito, constituído a partir de um processo histórico característico de uma economia de industrialização retardatária. Nesse contexto, a indexação (e a teoria da inflação inercial) emerge como um reflexo dos hábitos mentais de uma sociedade que aprendeu a conviver com elevados índices de inflação, especialmente a partir dos anos 1980.

A indexação é um dispositivo que surge do aumento inflacionário e ocasiona o aumento dos preços de bens e serviços para que não haja defasagem de valor. Tal processo ocorre para

¹⁶⁶ SALLUM JÚNIOR, B. O Governo Itamar e a Democracia de 1988. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 11, p. 279-303, 2021. p. 282.

¹⁶⁷ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. **Discursos Selecionados Do Presidente Itamar Franco**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 10.; LOPES, H. C.; CONCEICAO, O. A. C. A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. *Economia e Sociedade*, v. 25, p. 147-172, 2016.

¹⁶⁸ Não é objetivo deste a análise dos planos econômicos antes do Plano Real devido o recorte proposto. Entretanto, caso haja interesse recomendamos PRETTO, D. **Um histórico das recentes políticas econômicas de combate à inflação no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

¹⁶⁹ LOPES, H. C.; CONCEICAO, O. A. C. A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. *Economia e Sociedade*, v. 25, p. 147-172, 2016. p. 159.

¹⁷⁰ LOPES, H. C.; CONCEICAO, O. A. C. A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. *Economia e Sociedade*, v. 25, p. 147-172, 2016. p. 160.

aumentar os valores, garantindo assim o poder aquisitivo e o valor da moeda. Para os economistas Modenesi e Filho,

O componente estrutural da inflação brasileira refere-se a um elevado grau de inércia inflacionária, decorrente dos mecanismos de indexação que ainda persistem na economia do país. O Plano Real (PR) promoveu uma desindexação apenas parcial da economia. Por um lado, parcela relevante de bens e serviços continua tendo seus preços atrelados à inflação passada.¹⁷¹

Com a intenção de combater os problemas políticos e econômicos que o país enfrentava, Itamar Franco buscou uma política de apaziguamento para conquistar aliados e apoio para sua possível eleição como Presidente da República. Assim, aumentou o número de ministérios, privilegiando amizades (especialmente de Minas Gerais). Este ato não foi bem recebido e ganhou o apelido popular de “República do Pão de Queijo”.¹⁷² Um dos desafios de Franco estava principalmente em encontrar um nome para assumir o Ministério da Fazenda, principalmente porque o presidente precisava um ponto importante do momento neoliberal: a desestatização. Após os fracassos de Gustavo Krausser, Paulo Haddad e Elizeu Rezende, ministros da fazenda que caíram frente à dificuldade da desestatização e privatizações, Itamar Franco que buscava força no campo político partidário, convidou o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então Ministro das Relações Exteriores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para ministro da fazenda.¹⁷³ Neste momento já chefe da economia do governo Itamar Franco, FHC se cercou de nomes ligados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) com experiência no exterior, e assim

A nova equipe considerava que, quanto mais divulgadas fossem as medidas do plano de estabilização, maior seria a adesão da população. No início de Junho de 1993, um mês depois da posse na fazenda, foi apresentado o Plano de Ação Imediata, cuja meta básica era a redução de 6 bilhões de dólares nos gastos públicos. A continuidade da política econômica em vigor foi assegurada logo em seguida, quando em 1º de julho, reduziram substancialmente as alíquotas de importação. A medida visava fazer com que o setor industrial modernizasse as linhas de montagem, de maneira a elevar a produtividade e a reduzir custos. Pretendia-se, também, enfraquecer o controle exercido sobre a economia brasileira por grupos “monopolistas”, que aceitavam entre si os preços e os impunham ao mercado.¹⁷⁴

¹⁷¹ MODENESI, A. M.; FILHO, F. F. Choque de oferta, Indexação e Política Monetária: breves considerações. **Economia & tecnologia (UFPR)**, v. 26, p. 1-10, 2011. p. 6.

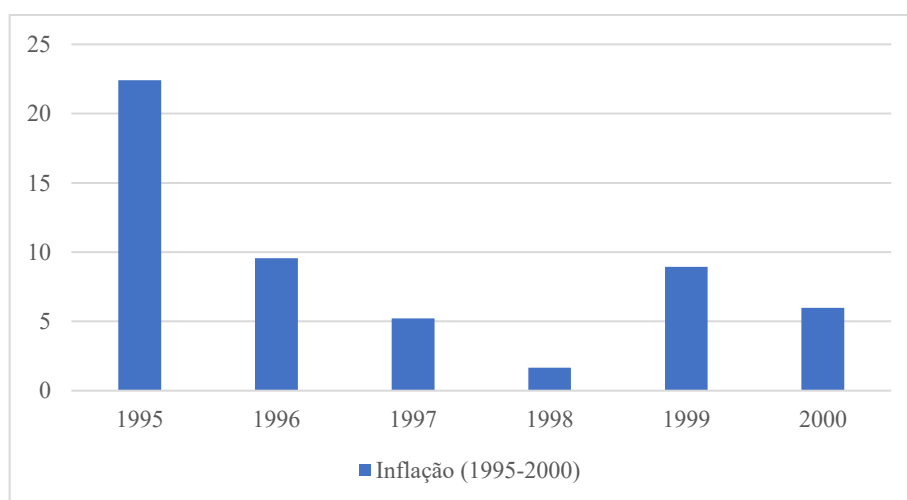
¹⁷² MOTTA, M. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República** – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 222.

¹⁷³ MOTTA, M. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República** – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 224.

¹⁷⁴ MOTTA, M. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República** – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 226-227.

A principal bandeira do novo ministro era o combate à inflação que, para os tucanos¹⁷⁵, era resultado de um déficit crônico, ou seja, anos da problemática no estado brasileiro (Gráfico 4). Deste modo, a política de desestatização e privatizações mesmo com resistência, ganhou força sob o comando de FHC, consolidando ainda mais a política neoliberal. Controlado o câmbio associado ao novo caminho da política econômica brasileira com o equilíbrio do mercado flutuante e comercial do dólar, a queda da inflação foi inevitável. O sucesso do ministro no campo econômico, personificado pelo Plano Real em 1994, além de alavancar a política em torno de FHC trouxe estabilidade econômica, levando o ministro para a indicação de seu partido à Eleição para Presidente da República.

Gráfico 4 - Inflação no Brasil (1995-2000)



Fonte: IPCA IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidoramplo.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Acesso em: 02 mar. 2023.

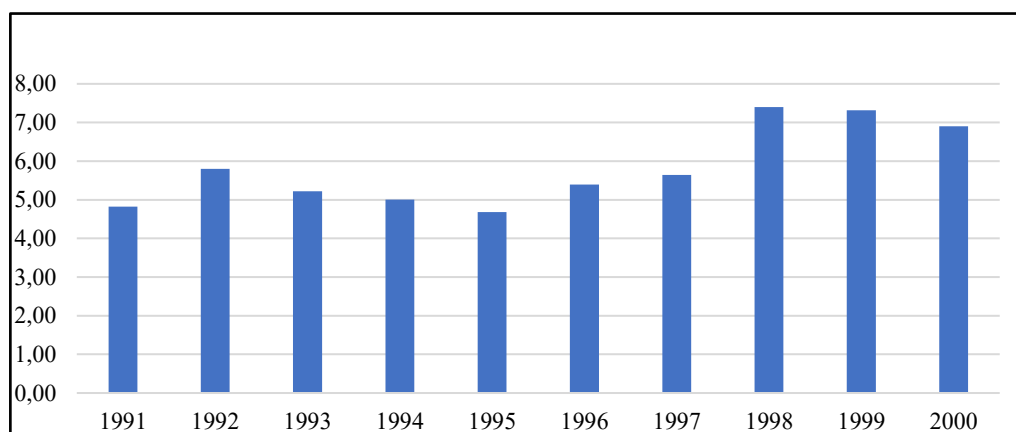
O sucesso do Plano Real sobre a inflação estava principalmente na desindexação ocasionada pela abertura de importações como medidas anti-inflacionárias. A sensação de estabilidade econômica contribuiu para que, politicamente, FHC despontasse nas eleições. Sobre o Plano Real, embora certamente ele tenha sido uma boa resposta ao caos econômico da época, algum tempo depois demonstrou seus pontos negativos, como demonstra também o gráfico 5 que expõe um número de desemprego acima da década de 1980, e ainda em expansão após o Plano Real, pois

Nas circunstâncias da época, alguma valorização cambial e alguma abertura às importações eram defensáveis. Infelizmente, o governo abusou desses instrumentos e acabou produzindo grave desequilíbrio externo, problema que perdura até hoje. No fundo, o que se fez foi substituir a inflação por uma tendência ao desequilíbrio externo.

¹⁷⁵ O termo faz referência ao símbolo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), um tucano.

Desde então, e apesar da queda da inflação, a economia não tem conseguido crescer de forma sustentada. Toda vez que a economia cresce um pouco mais rapidamente aparecem desequilíbrios preocupantes no balanço de pagamentos em conta corrente. Aumentou a dependência da economia brasileira em relação a capitais externos e a sua vulnerabilidade a oscilações da liquidez e do estado de ânimo nos mercados financeiros internacionais. O preço que pagamos por essa tendência ao desequilíbrio externo aparece de forma mais nítida nos momentos de grande turbulência financeira externa, como em 1995 depois da crise no México e desde meados de 1997 com a crise que teve origem no Leste da Ásia.¹⁷⁶

Gráfico 5 - Taxa de desemprego (1991-2000)



Fonte: IBGE, 2000.

A segunda Eleição Direta para Presidente da República ocorreu em 1994. Com um cenário positivo provocado principalmente pelos resultados do plano Real, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, venceu Luís Inácio Lula da Silva ainda no 1º turno com 55% dos votos válidos.

O ano de 1995, início do governo FHC, ou, o “presidente-sociólogo”, foi um momento também em que esteve “no auge do modelo neoliberal da globalização, com a ideia de que o país deveria se inserir no novo cenário internacional numa perspectiva de ampla abertura aos fluxos comerciais e financeiros.”¹⁷⁷ O novo presidente abraçou a política neoliberal iniciada ainda com Collor, apoiado pelo processo de globalização vigente e, ainda, teve certa facilidade, pois diferente de Collor, FHC contava com um cenário mais estável economicamente. Sua indicação ao Ministério da Fazenda, Pedro Mallan, já demonstrava que o ideal neoliberal estaria presente em seu governo, pois o novo ministro se identificava com os programas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, refletores da política econômica. FHC representava ainda o típico político dos anos 1990: “jovial, contra a “política tradicional”,

¹⁷⁶ BATISTA JUNIOR, P. N. **Plano Real, dependência e dívida externa**. Textos para discussão 76, FGV EESP - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas (Brazil), 1999. p. 8.

¹⁷⁷ VIZENTINI, P. G. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-398, 2005. p. 381.

poliglota e intelectualizado.”¹⁷⁸ O novo presidente iniciou, continuando o que pensava sobre o processo de desestatização quando promoveu

processo de privatizações das grandes e eficientes empresas públicas (aeronáutica, petroquímica, siderúrgica e telecomunicações) sem se preocupar com as empresas privadas e os custos sociais.¹⁷⁹

Buscou também criar uma identidade ao Brasil que não estivesse ligada a ideia de país subdesenvolvido.

Embora o processo de privatizações no governo FHC seja um importante ponto na relação de FHC com o neoliberalismo, outras questões podem corroborar com tal ideia:

- 1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores.
- 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica intentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado.
- 3) Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas provisórias ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que a oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados destaques de votação em separado.
- 4) O programa de privatizações continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres.
- 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo.
- 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coreia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochilas e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais. Essas, entre outras, permitem caracterizar o governo FHC como sendo de cunho neoliberal: somadas, essas medidas mostram a tendência deste governo: retirar os eventuais obstáculos a acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo – ou mesmo médio – prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão.¹⁸⁰

Exposto o cenário econômico brasileiro nos anos que envolvem as décadas de 1980 até o ano 2000, passaremos a analisar como tal cenário neoliberal impactou o trabalho do professor brasileiro e o amazonense.

1.2 Neoliberalismo e o trabalho docente.

¹⁷⁸ VIZENTINI, P. G. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-398, 2005. p. 382.

¹⁷⁹ VIZENTINI, P. G. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-398, 2005. p. 382.

¹⁸⁰ NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. *Lutas Sociais (PUCSP)*, São Paulo, v. 1, p. 103-112, 1996. p. 110.

A década de 1980 foi um período de intensa mutabilidade no mundo do trabalho no que tange, principalmente, sua inserção na estrutura produtiva. Entretanto, esse cenário de mudança se estenderá a diversas questões que envolvem a classe trabalhadora, pois este tempo foi considerado também o momento que os trabalhadores sofreram a maior crise do século XX, afetando incisivamente sua forma de ser, ou ainda, o fazer-se. No Brasil, por exemplo, o período de crise vai se personalizar nos movimentos de trabalhadores que buscaram melhores condições de vida e salários devido ao achatamento salarial causado, essencialmente, pelo arrocho promovido pelos governos militares. Neste contexto, não foram poucas as categorias e os lugares onde a classe trabalhadora deixou os espaços laborais e se dirigiram às ruas para lutarem.¹⁸¹ Entretanto, as condições de vida e os salários não devem ser vistos de forma simplista como impulsionantes na movimentação de trabalhadores, pois o cenário neoliberal, como já fora visto, é prenhe de especificidades que acabam incidindo diretamente no trabalho. Mesmo que no Brasil a década de 1980 não seja o período em que o neoliberalismo se consolidou no país, as relações com os lugares onde tal processo já estava em vigência – Estados Unidos e Inglaterra – como ocorrera em vários outros momentos, trouxeram impactos no cenário laboral, a saber: desemprego e inflação. O sociólogo Ricardo Antunes aponta algumas das mudanças neste cenário que transformaram o trabalho nessa década.

Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microelétrica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários.¹⁸²

Como o sociólogo expôs, é um momento em que o processo produtivo passará a ser pensado de maneira mais dinâmica para o sucesso capitalista, consolidando o teor mutável no seio da classe trabalhadora em que “o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de produtividade.”¹⁸³ Esse novo paradigma produtivo é uma característica do capital na década de 1980:

Se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras e fornecimento de serviços financeiros,

¹⁸¹ Apresentaremos aqui, de maneira genérica pois nos debruçaremos mais incisivamente no próximo capítulo, a expor as mudanças no que se refere aos movimentos de trabalhadores deste período.

¹⁸² ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 33.

¹⁸³ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 34.

novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional¹⁸⁴

Sendo um modo de produção diferente do *fordismo*¹⁸⁵ que consistia no processo de produtivo em massa, a especialização flexível tinha três características essenciais: (i) o crescimento da produção, exploração do trabalho vivo, ou seja, o trabalhador; (ii) a presença tecnológica e organizacional no ambiente de trabalho, promovendo uma preferência pelo trabalho morto; e (iii) a utilização de recursos que não demandem mão de obra.¹⁸⁶ Isso promoveu, nas décadas seguintes, um excedente de mão de obra que pode ser visto nas taxas de desemprego nas décadas de 1980 e 1990 e que proporcionou um cenário favorável para a imposição de um intenso processo de precarização no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na classe trabalhadora. Isso porque,

a tese segundo a qual o capital não tem mais interesse em explorar o trabalho abstrato acaba por converter a tendência pela redução do trabalho vivo ampliação do trabalho morto na extinção do primeiro, o que é algo completamente diferente.¹⁸⁷

Ao mesmo tempo que fortifica o cenário propício ao fortalecimento do capital em que este recorre “cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, que se torna ainda mais fundamental para a realização do seu ciclo produtivo num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas.”¹⁸⁸

É importante salientar que esta mutabilidade que passou a classe trabalhadora no processo de reestruturação produtiva não estava atrelada somente aos trabalhadores da estrutura privada, mas também aos serviços e trabalhadores públicos, deixando claro que assim o processo de precarização também alcançou estes trabalhadores de setores como

Saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da mercadorização, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público.¹⁸⁹

¹⁸⁴ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 35.

¹⁸⁵ Não faz parte desta análise as especificidades dos modos de produções fordista e toyotista, assim recomendamos a leitura de RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais (PUCSP)**, v. 19. p. 65-79, 2015.

¹⁸⁶ ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 41.

¹⁸⁷ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 120.

¹⁸⁸ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 120.

¹⁸⁹ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 249.

Neste cenário, o processo educacional é de extrema importância para a reestruturação produtiva, e consequentemente, para o capital. Como já vimos, uma das características desse modo produtivo é o excedente de trabalho vivo que buscará os postos de trabalhos que estão em menor número devido à inserção do trabalho morto. Assim, a escola capitalista e sua estrutura devem ser entendidas como engrenagem importante

na divisão capitalista do trabalho, na exploração dos trabalhadores, na extorsão da mais-valia, no processo de desqualificação do trabalho, no desemprego, no exército industrial de reserva, na separação crescente entre o trabalho manual e o intelectual.¹⁹⁰

Mais uma vez nos apoiando na memória do Professor Lambert, percebemos que na construção do neoliberalismo, a Educação é impactada diretamente, deixando à vista um antagonismo gritante entre Educação Pública e privada que, neste caso, parte da percepção de um estudante da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio), nos propiciando o entendimento que neste contexto capitalista a escola pública tem o seu papel ordenado ao processo produtivo de tal modo de produção. O professor, como vários outros amazonenses, acabou sendo adotado por um parente com condições econômicas melhores e levado para o estado de Roraima onde residiu na capital Boa Vista. Questionado sobre qual a visão de mundo que ele fazia da Educação no trânsito das décadas de 1970, 1980 e 1990, ele diz:

Ela [minha mãe] tinha amigos mas para sustentar era só ela. Então não tinha, era só ela e os filhos. Os outros parentes que ela tinha, irmãos, não tinham muito contato, não tinha muita ajuda, não tinha praticamente nada. Só essa minha tia que nesse período teve essa vontade de me levar para morar com ela em Boa Vista.

Então, eu cursei lá em Boa Vista o 2º ano (primário) até o 6º ano. Isso me deu uma boa base porque era uma escola particular, uma escola de boa qualidade, então com essa base pude ter uma boa formação, apesar de tardiamente, já com oito anos de idade, que comecei a ter esse estudo. E quando voltei para Manaus já tinha essa base, então pude dar andamento aqui dentro daquilo que eu tinha visto que era educação, aprendizagem, lá na escola que estudei em Boa Vista, Roraima. Então aqui eu cheguei para fazer o 7º ano, naquela época o fundamental acabava no 8º ano, então fiz a sétima e oitava, e depois fiz o Ensino Médio, que na época era “segundo grau”, chamava “segundo grau”, nas escolas públicas aqui de Manaus. Então, aqui mesmo no Fundamental, só fiz duas séries: a sétima e a oitava série.

Foi uma diferença brutal porque como a minha tia fazia parte da classe dominante do Estado (na época ele era território federal), a escola que fui estudar era a escola que preparava filhos da burguesia, e por “linhas tortas” eu acabei sendo beneficiado nisso, eu tive uma formação como se eu fosse filho da burguesia - e eu não era, minha mãe era extremamente miserável, pobre mesmo, miserável, mas ao ir morar com a minha tia em Boa Vista eu tive essa oportunidade, e a diferença é brutal: a formação que eu tive nos anos que fiquei lá me prepararam para eu chegar aqui e me deparar com a escola pública do Estado do Amazonas, que era precaríssima - e ainda é hoje - e mesmo assim conseguir ter um bom desempenho usando a base que eu tinha aprendido lá na escola que era preparada para formar líderes da classe dominante. Então realmente é uma diferença brutal, e lamentavelmente a nossa escola pública, que é feita para os filhos dos trabalhadores, dos pobres, ela realmente tem uma distância imensa dessas escolas que são preparadas para formar lideranças da classe dominante. Não é simplesmente o fato de ser uma escola particular, privada, porque tem muita escola privada que não forma nada, mas é aquela escola que tem a vocação

¹⁹⁰ CUNHA, L. A. **Uma leitura da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1990. p. 33-34.

de preparar os filhos dos ricos para serem líderes. Foi em uma escola dessas que eu estudei, e isso realmente faz uma diferença muito grande.¹⁹¹

A escola pública, espaço destinado prioritariamente à classe trabalhadora e sua prole, tem outras funções fora a oportunização de mão de obra barata, mas serve também como transmissor da ideologia burguesa. O filósofo Louis Althusser que questionava o papel ideológico de estruturas do Estado, refletiu o papel da instituição na reprodução da ideologia capitalista

Ora, o que se aprende na escola? É possível chegar-se a um ponto mais ou menos avançados nos estudos, porém de qualquer maneira aprende-se a ler, escrever e contar, ou seja, algumas técnicas, e outras coisas também, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou, ao contrário, aprofundados) de “cultura científica” ou “literária” diretamente utilizáveis nos diferentes postos de produção (uma instrução para os operários, outras para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma última para os quadros superiores etc.)

Porém, ao mesmo tempo, e junto com essas técnicas e conhecimentos, aprendem-se na Escola as “regras” do bom comportamento, isto é, as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o “posto” que ele esteja destinado a ocupar (...).¹⁹²

Portanto, não se pode pensar em um papel neutro da escola na sociedade capitalista tendo em vista sua contribuição na hegemonia da classe dominante. Não cabe a ela somente a construção de excedente de trabalhadores, mas também o papel de legitimadora da dominação da classe hegemônica.¹⁹³ O sociólogo Pierre Bourdieu, com significativa produção sobre a Educação e a escola, também expõe como a instituição se tornou um espaço de reverberação da ideologia capitalista das classes dominantes, pois

Para que seja favorecido os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças de diferentes classes sociais.¹⁹⁴

A substancialidade desse papel da escola pública a serviço do capital pode ser vista na criação de cursos profissionalizantes que tiveram grande espaço na Educação brasileira nas décadas de 1970 e 1980, em que

No governo militar, década de 1970, houve mais uma reforma da educação básica promovida pela Lei nº 5.692/71 – que reestrutura o Ensino de 1º e 2º graus. O aspecto polêmico foi, exatamente, a profissionalização obrigatória em nível do 2º grau. Essa Lei veio atender a demanda da nova fase de industrialização do país que carecia de mão-de-obra qualificada. Vivía-se a fase do “milagre brasileiro” e a opção política do governo militar foi dar uma resposta diferente às demandas educacionais das classes populares, criando ‘possibilidades’ à inserção dos trabalhadores no mercado de

¹⁹¹ Lambert Melo. Entrevista gravada em 12 de novembro de 2022. Realizada por James Batista, digitada, p. 2-3.

¹⁹² LOUIS, A. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 62-63.

¹⁹³ NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 71.

¹⁹⁴ BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 53.

trabalho, em função do desenvolvimento do capitalismo brasileiro naquele momento histórico. Ao final dos anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre no Congresso Nacional o processo que culmina com a atual LDB nº 9.394/96, quando a profissionalização obrigatória de 2º grau deixa de existir, exceto nas Escolas Técnicas Federais e nas Escolas Agrotécnicas.¹⁹⁵

Lambert Melo é um exemplo de como esse papel da escola profissionalizante funcionou no Amazonas. Ele expõe não só o papel educacional do modelo, mas também o ideológico, além da péssima formação que consolida a precarização na escola, e consequentemente, o trabalho docente. Hoje com a experiência vivida, ele compreende esse tipo de Educação da seguinte maneira:

O Ensino Médio profissionalizante era, e continua sendo... porque temos agora esse retorno do ensino profissionalizante nas escolas de Ensino Médio, muito precário, porque você não tinha professores especializados para trabalharem as disciplinas específicas daquela profissão, então eram os professores do próprio magistério que tinham que trabalhar com as disciplinas específicas da profissão, e eles não tinham o conhecimento necessário para fazerem uma formação adequada para aquela profissão. Então era mais uma forma de enrolação, sem seriedade, eu nunca atuei nessa área da administração, quando eu concluí o Ensino Médio técnico em Administração na verdade eu não tinha aprendido nada de Administração de Empresas, e acabei tendo meu primeiro emprego na área de braçal, de construção civil, e depois fui parar como operário da linha de montagem do Distrito Industrial. Em nenhum momento eu tive a oportunidade de atuar na área de Administração, que era a minha formação, e talvez, se tivesse aparecido uma vaga, onde eu tivesse que disputar com os conhecimentos que eu tinha aprendido, talvez eu nem conseguisse a vaga, porque era só enrolação, só uma fachada, para dizer que você estava formando e na realidade não tínhamos a formação adequada. E, na verdade, a gente vê acontecendo isso agora no Novo Ensino Médio, que também é técnico, a gente vê pessoas com Licenciatura que pegam essas disciplinas, mas que não tem a formação, não tem o domínio nem o conhecimento e vão para a sala de aula fazer enrolação, é a mesma situação.¹⁹⁶

A partir da década de 1990, tendo o neoliberalismo como projeto de governo, a classe trabalhadora terá seu papel reformulado. A década de 1980 com seus grandes movimentos de trabalhadores cedeu espaço para uma década de política negociativa, diferente do papel de enfrentamento que tiveram os sindicatos e os trabalhadores. Dentro do ideal neoliberal, o sindicato foi uma estrutura que, obrigatoriamente, teve seu papel repensado na conjuntura capitalista do sistema e assim como o exemplo inglês “a conversão do sindicalismo em inimigo central do neoliberalismo trouxe consequências diretas no relacionamento entre o Estado e classe trabalhadora.”¹⁹⁷ Surgia então a necessidade de colocar os sindicatos a serviço do capital, distanciando-se dos embates na década de 1980 e passando a negociar com a classe dominante. Criando assim, o sindicalismo de resultados, em que

¹⁹⁵ ANTONIAZZI, M. R. F. A educação profissional no contexto da sociedade capitalista brasileira: análise a partir do método crítico-dialético. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 127-145, 2012. p. 137.

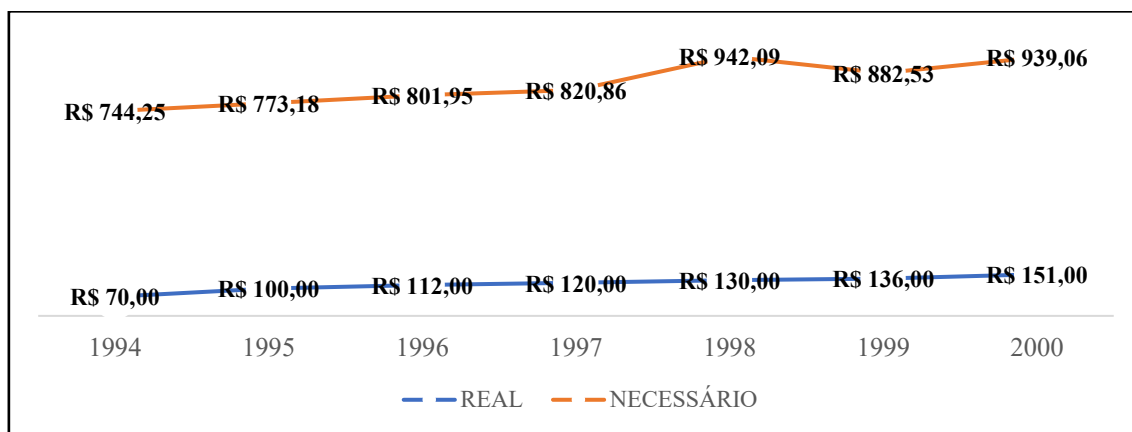
¹⁹⁶ Lambert Melo. Entrevista gravada em 12 de novembro de 2022. Realizada por James Batista, digitada, p. 4.

¹⁹⁷ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 63.

Um dos pressupostos do “sindicalismo de resultados” é que a atuação dos sindicatos deve crescer nas mesmas direção e proporção da economia capitalista. Por isso, a sua perspectiva é a da negociação, da parceria entre capital e trabalho, e não a de confronto. A relação entre sindicalismo e capitalismo resulta em benefício de todos, apenas se ambos forem fortes. Quanto mais forte for o capitalismo, melhores serão as condições para a negociação.¹⁹⁸

Assim, o que era usado como suporte para as conquistas dos trabalhadores foi enfraquecido. Desta forma, o salário mínimo, por exemplo, foi uma das conquistas dos trabalhadores que ficou aquém da necessidade. A realidade salarial não cumpre com as necessidades básica familiares dos trabalhadores, mesmo que na década de 1990 algumas das dificuldades econômicas como a inflação tenha sido superada - mesmo que momentaneamente. O gráfico abaixo expõe a diferença do salário mínimo real e o necessário a partir de 1994 e o Plano Real.

Gráfico 6 - Salário mínimo (1994-2000)



Fonte: DIEESE.

Diante das transformações que o neoliberalismo ocasionou ao trabalho e trabalhador, os anos 2000 chegarão com uma divisão laboral por categoria bem heterogênea, em que serviços com necessidades mais braçais e técnicas seriam ocupadas principalmente por homens. Para as mulheres, os cargos voltados à educação, saúde e serviços domésticos terão uma quantidade maior de mão de obra. Estes dados nos levam a pensar que o neoliberalismo buscou afastar as mulheres dos espaços laborais, onde a presença histórica do homem já se fazia presente. Isso porque:

Minas e escritórios, trabalho “sujo” e “trabalho limpo”, trabalho coletivo e labor invisibilizado, ontem e hoje, esses dois mundos parecem desconectados. A jovem se recorda do pai e de suas lutas, que não vê no presente. No tempo livre, cuida da casa.

¹⁹⁸ TRÓPIA, P. V. O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos de 1990: origem, raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. *Estudos de Sociologia (São Paulo)*, v. 14, p. 79-102, 2009. p. 84.

É uma jovem proletária do setor de serviços sem a possibilidade de construir uma prole pois sua insegurança no emprego não incentiva a vida produtiva.¹⁹⁹

O papel de subalternidade da mulher ao homem transpassa o espaço do lar e chega ao laboral, isto quando a mesma consegue um posto de trabalho. Os gráficos abaixo demonstram essa subjetividade que tem o sexo feminino no mundo do trabalho dentro do neoliberalismo. São poucas as vagas destinadas às mulheres e que representam apenas uma das várias facetas do trabalho feminino, pois, neste contexto, cabe à mulher apenas o papel de subserviência na estrutura familiar, ficando submissa também no trabalho. Para Reis Filho, o contexto manauara não destoa da realidade brasileira

O gênero torna-se uma maneira de indicar as construções sociais, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. Esta tentativa de conceber os diferentes papéis de homens e mulheres na sua especificidade limitativa resultou em constantes diálogos em favor da equidade de gênero. Isto demonstra as incansáveis tentativas de libertação das mulheres da sua condição subsidiária e sua invisibilidade no contexto de suas atividades no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos em Manaus.²⁰⁰

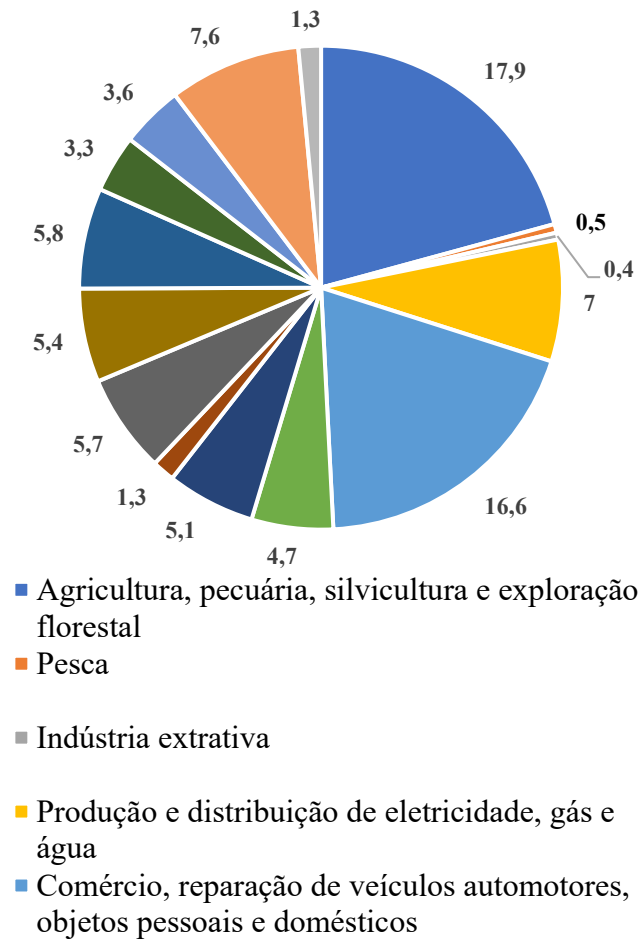
Para Brás Melgueiro, ser professora tem uma complexidade ainda maior. Esse mundo do trabalho feminino – do qual abordaremos com mais ênfase nos próximos capítulos desta tese – não se finda no local do trabalho, ele rompe os muros das escolas e se finca também nos lares, onde, para ele:

Eu imagino ainda a mulher, maior respeito pelas companheiras, dá aula de até manhã e de tarde e tal, pô, e já deixou comida pronta não sei o quê, porque corre em casa e deixa não sei o quê, aí volta, se cuida pra dar aula à noite, bicho, aí o negócio não é fácil.²⁰¹

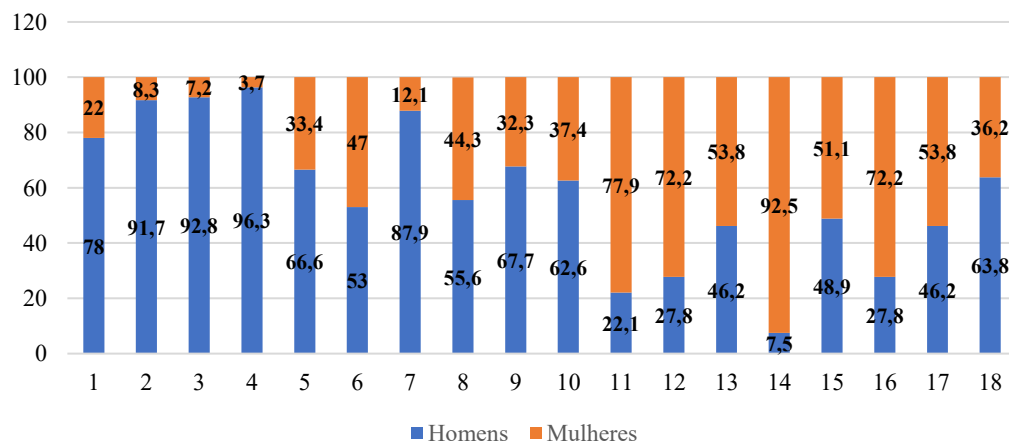
¹⁹⁹ ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 25.

²⁰⁰ REIS FILHO, Milton Melo dos. Memória do operariado amazonense: a festa como constructo e expressão da subjetividade operária. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2013. p. 33.

²⁰¹ José Luis Brás Melgueiro. *Entrevista gravada em 7 de dezembro de 2021*. Realizada por James Batista, digitada, p. 15.

Gráfico 7 - Ocupação em 2020.

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2000.

Gráfico 8 - Ocupação 2000 - Sexo.

- 1 Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal
- 2 Pesca
- 3 Indústria extrativa
- 4 Produção e distribuição de eletricidade, gás e água
- 5 Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos
- 6 Alojamento e alimentação
- 7 Transporte, armazenagem e comunicação

8	Intermediação financeira
9	Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas
10	Administração pública, defesa e seguridade social
11	Educação
12	Saúde e serviços sociais
13	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
14	Serviços domésticos
15	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais
16	Atividades mal especificadas

Fonte: Censo demográfico do IBGE, 2000.

O sociólogo Pierre Bourdieu denomina esse cenário em que a mulher é submissa nos mais diversos espaços sociais ao homem de “dominação masculina” no qual ele diz:

Também sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.²⁰²

Não nos debruçaremos neste momento sobre as relações de poder que estes espaços de distinção têm, pois será objeto de análise num contexto do trabalhador em momento oportuno. Entretanto, já podemos provocar a pensar sobre a especificidade que é o trabalho feminino e que, ainda, este é muito presente no que se refere ao trabalho docente no qual a maioria faz parte desse gênero, causando ainda mais uma subjetividade nesta categoria profissional.

Inserida no processo produtivo capitalista, a escola herdou características de tal processo como o controle e a vigilância. Para a reprodução capital, o trabalhador precisa ser alinhado às novas tendências de produção. Entretanto, a escola tem suas especificidades que devem ser levadas em consideração. A principal dessas especificidades é a gritante distinção institucional: a escola pública e escola privada.

Não é objetivo deste analisar a escola privada, pois seria algo que fugiria ao tempo da construção de uma tese devido à grande quantidade de questões que imbricam essas instituições, principalmente, no que se relaciona ao trabalhador e à precariedade deste. Esperamos que este objeto seja encarado por futuros pesquisadores. Entretanto, não há como fugir, pelo menos, de uma análise rasa para que possamos compreender o cenário educacional neoliberalista.

Contudo, antes de adentrarmos nesta análise, precisamos compreender algumas questões sobre a escola quanto a sua função ideológica. Michel Foucault nos auxilia nesta crítica.

O sistema educacional é um espaço onde a relação de poder existe concomitante com o que se sente nas prisões. Os diferentes tipos de punibilidade dão espaço para controle dos

²⁰² BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 3-4.

corpos, ou ainda, a docilização destes. Começemos pelo trabalhador. O trabalhador da Educação, no âmbito do serviço público, não está diretamente ligado a uma meta de produção vista, por exemplo, nas fábricas. A consolidação do poder do Estado se dá em ter o controle deste trabalhador alinhado às suas ideologias. Entretanto, nos dias atuais começa a existir a busca por resultados, não de apontador de aprendizado do estudante frente às questões sociais e econômicas que vive, mas uma produtividade que está ligada a índices que viabilizam recursos para os governos. Nesta parte do processo de bonificação frente a resultados, nos debruçaremos mais à frente. Assim, a docilização pode ser vista através de punibilidades implícitas muitas vezes, mas existentes, na tentativa de docilizar os corpos e fazê-los, então, corpos dóceis. Exemplos muito comuns são os discursos do governo em momento de greve, em que o controle é exercido pela tentativa de frear o movimento através de faltas, discurso exposto na imprensa e tentativa de qualificar o movimento dos professores como ato político partidário. Para Michel Foucault,

(...) podemos sem dúvida ressaltar esse tema geral de que, em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando usados métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão.
203

Ao professor não se dá o direito ao controle de seu trabalho. Sua metodologia e didática devem estar encaixadas em um espaço de tempo restrito em suas turmas. Seus horários de entrada e saída na escola são controlados e vigiados. Suas aulas não dependem do currículo, mas da vontade do Estado em ter alunos na sala de aula. O resultado final não é a aprendizagem, não é a socialização, mas a política de formação de uma classe subalterna a serviço de outra dominante em processos

(...) que *a priori*, deveriam proporcionar espaço para discussões e ponderações a respeito do trabalho do professor, da escola e do uso de seus espaços, da participação da comunidade e da sociedade, do espaço de fala do próprio aluno, e que, ao invés disso, aceitaram o estabelecimento de regras incontestáveis, organizadas de acordo com uma pseudoneutralidade, onde não há tempo para o ócio e a disciplina e a obediência são imprescindíveis – hora para isto, hora para aquilo, faça isto, não faça aquilo.²⁰⁴

O Estado, ente burocrático da estrutura organizacional do país, está relativamente intimamente ligado às classes dominantes e ao ideal capitalista. Não há como separá-los! Deste modo, a Educação acaba ligada ao capital de forma subalterna, mas de extrema importância.

²⁰³ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: O nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 29.

²⁰⁴ DUARTE, J. F. **Trabalho docente em tempos de neoliberalismo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p. 43.

Assim, surge algo importante nessa relação de poder no Estado que é o político como lugar onde há a ocorrência de conflitos irreduzíveis, resultados de uma necessidade de haver normas que devem estar acima do ordenamento normal e que não podem ser gerados na naturalidade.²⁰⁵ Pierre Rosanvallon faz uma importante distinção entre política e político. Para ele, “a política é o espaço para onde converge a representação e a tomada de decisões” e o político “é o espaço onde a representação é produzida, terreno em que a sociedade transforma a si mesma”.²⁰⁶

A relação de poder entre o governo e o trabalhador docente, é um dos exemplos em que o pensamento do historiador francês pode ser percebido; e fica explícita quando ocorrem as negociações sobre reajustes salariais da categoria em o governo representado pelo político que representa o povo, entra num jogo político no qual a política representada pelos grupos de professores em associações ou sindicatos tentam transformar sua realidade socioeconômica. É somente um exemplo, mas que nos faz debruçar sobre tal relação de poder e política. As décadas de 1980 e 1990 refletem muito bem sobre o assunto, já que a política esteve sob o poder de um grupo político liderado por Gilberto Mestrinho, momento em que comum era usar a tática de não negociar para garantir no jogo de força, através de seu poder, a hegemonia da política do governo e a docilização dos corpos e controle dos professores.

Então, o poder não se dá apenas no controle das atividades no espaço escolar, mas também fisicamente, nas ruas, nos lares e também no campo político onde o “o bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido.”²⁰⁷ Mais uma vez contribuindo, Michel Foucault expõe que uma das especificidades do poder é a disciplina dos corpos, isso serve para entendermos como esse processo ocorre não só com os docentes, mas com os alunos também. Mesmo temporalmente distante, o francês nos dá um bom exemplo de como esse poder se impõe no espaço escolar quando

Em 1667, o edito que criava a fábrica dos Gobelins previa a organização de uma escola. Sessenta crianças bolsistas deveriam ser escolhidas pelo superintendente dos prédios reais, confiados durante certo tempo a um mestre que devia realizar “sua educação e instrução (...); depois de seis anos de aprendizagem, quatro anos de serviço e uma prova qualificatória, tinham direito de “erguer e manter loja” (...). Encontramos aí as características próprias de aprendizagem corporativa: relação de dependência ao mesmo tempo individual e total quanto ao mestre; duração estatutária de formação que se conclui com uma prova qualificatória, mas que não se decompõe segundo um programa preciso; troca total entre o mestre que deve dar seu saber e o aprendiz que

²⁰⁵ ROSANVALLON, P. **Por uma História do Político**. Tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

²⁰⁶ ALBERNAZ, C. Prolegômeno Historiográfico ao objeto Político. **Historiae**, v. 2, n. 2, p. 9-24, 2011. p. 20.

²⁰⁷ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: O nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 149.

deve trazer seus serviços, sua ajuda e muitas vezes uma retribuição. A forma da domesticidade se mistura a uma transferência de conhecimento.²⁰⁸

O pensamento foucaultiano apresentado nos leva a perceber a necessidade que o Estado tem de controlar o trabalhador e, assim, controlar também os estudantes, motivando um processo educacional que não procure inserir o estudante como protagonista, mas como subalterno que, no contexto neoliberal, tanto o aluno quanto o professor vão se tornando um “agente neutro e apolítico que não se compromete com a emancipação da comunidade escolar, mas age apenas como um “transferidor de informações.”²⁰⁹ Neste cenário é que está inserida a escola particular como possível solução para aquilo em que o Estado falha na Educação, principalmente no cenário neoliberal.

Este movimento neoliberal trouxe consigo o ideário da iniciativa privada para o interior das escolas públicas, assumindo um consenso ideológico da globalização, da linguagem do mercado e suas técnicas de gerenciamento. É a tentativa de substituir o tal “fracasso escolar” da escola pública pela “qualidade total” das iniciativas privadas.²¹⁰

O Estado neoliberal ao mesmo ponto que desqualifica a escola pública, incentiva a inserção de setores privados no processo educacional. Sucateamento das instituições públicas, característica neoliberal, é usada como motivo para que diversos setores do processo educacional se afastem da responsabilidade do Estado e acabem sendo “vendidos” às empresas que passam a desempenhar serviços que vão da vigilância, limpeza, administração e até mesmo na formação docente das escolas. Assim nasce, no ideal neoliberal, uma outra escola: a escola que dá resultado e é voltada para os filhos da classe dominante. Isso leva muitos trabalhadores a usar parte significativa de seus salários para colocar seus filhos em busca de um futuro promissor, pois é usado “no caso do capital econômico, por exemplo, permitindo acesso a determinados estabelecimentos de ensino e a certos bens mais caros (...)”.²¹¹ Neste sentido,

O incentivo às grandes empresas para assumirem seus próprios sistemas de ensino; da promoção de parcerias do setor público com instituições da sociedade civil; do incentivo para a criação de escolas cooperativas ou organizadas por centros populares; da adoção de escolas públicas pelas empresas; e da criação de organização não governamentais, que contam com a participação de fundos públicos.²¹²

²⁰⁸ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: O nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 153-154.

²⁰⁹ ARAUJO, H. L.; OLIVEIRA, J. M.; ALENCAR, B. C.; ALVES, A. S. O Estado Neoliberal e a Precarização do Trabalho Docente. In: CASTRO, P. A.; SILVA, G. C. C.; CAVALCANTI, R. J. S.; SILVA, A. V.; SILVA, G. (orgs.). **Escola em Tempos de Conexões**. 1. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2022, v. 3, p. 386-403. p. 397.

²¹⁰ ARAUJO, H. L.; OLIVEIRA, J. M.; ALENCAR, B. C.; ALVES, A. S. O Estado Neoliberal e a Precarização do Trabalho Docente. In: CASTRO, P. A.; SILVA, G. C. C.; CAVALCANTI, R. J. S.; SILVA, A. V.; SILVA, G. (orgs.). **Escola em Tempos de Conexões**. 1. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2022, v. 3, p. 386-403. p. 393.

²¹¹ NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 23, p. 15-35, 2002. p. 22.

²¹² OLIVEIRA, M. A. M. **Escola ou empresa?** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 116.

Teixeira e Lima complementam

Nesta perspectiva, intensifica-se o processo de privatização das estruturas estatais tanto na esfera da produção, quanto nos setores associados às questões sociais. Destarte, embora as privatizações iniciem-se na esfera econômica, o campo social não escapa de suas ações nefastas, especialmente na educação e na saúde.

A retórica que perfila, na década de 1990, é a de que a crise no sistema educacional é uma demonstração da ineficiência e falência do estado brasileiro. Dessa forma, a privatização aparece como válvula de escape com o objetivo de atender as necessidades primordiais para a população.²¹³

Deste modo, o processo educacional brasileiro se encaixou, de certo modo, com facilidade aos ideais neoliberais, causando uma desestabilização das escolas públicas que deveriam, em teoria, servir à sociedade, mas que com o passar do tempo, ganharam uma associação à indisciplina, violência e falta de aprendizagem, causando grandes problemas ao trabalho docente como veremos adiante.

1.3 Uma breve História do trabalhador docente.

Durante muito tempo no Brasil o professorado esteve ligado à Igreja como instrumento ideologizado do cristianismo, muitas vezes ficando para trás o ensino e aprendizado. Não nos adensaremos no processo educacional colonial, pois se afasta em muito do cerne de nossa pesquisa. Buscaremos a contemporaneidade como ponto de partida na compreensão destes trabalhadores: o período republicano a partir da década de 1960, que nos remonta a um recorte antes da Ditadura Civil-Militar, que poderá nos proporcionar, mesmo que de maneira sucinta, um cenário no qual estão inseridos os docentes amazonenses.

Uma das grandes mudanças no Brasil ocorreu na década de 1950 com o processo de inversão demográfica; nesta década, a população rural era maior que a urbana. O processo de industrialização, acompanhado pelas grandes oportunidades de empregos nos grandes centros do país, levou o Brasil, na década de 1980, a ter uma população urbana em torno de 67%. No Amazonas,

Tal transformação ocorreu de maneira mais acentuada. Segundo dados do IBGE, a população amazonense que em 1940 era de 438.008, tem um salto para 955.235 em 1970. Enquanto a população amazonense elevava-se entre as décadas de 1940 e 1970 numa porcentagem de pouco mais de 118%, a população de Manaus sobe o mesmo período na porcentagem de 192%. Quanto à divisão urbana e rural da população

²¹³ TEIXEIRA, J. S.; LIMA, I. O. Neoliberalismo e privatização da educação no Brasil. In: COLÓQUIO NACIONAL E COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 8.;6., 2019, Vitória da Conquista. *Anais [...]*. Vitória da Conquista, 2019. v. 13. p. 1800-1805. p. 1801-1802.

amazonense até 1970, não houve a mesma “inversão” da relação que ocorreu no país (...).²¹⁴

O aumento populacional do Amazonas somado à quantidade de pessoas morando no interior do estado já era um problema de difícil solução. O estado do Amazonas, o maior do país em território, sofre até os dias atuais um problema no que versa a economia. Daí levar escola e professor até estes locais se mostrou uma missão complicada. Segundo Aguiar, a década de 1960 já demonstrava esse imbróglia histórico da Educação em que “as escolas criadas já não eram suficientes para atender a demanda crescente de alunos.”²¹⁵ Para James Batista, esse é um problema que se arrastou para a década seguinte, já que em 1971

O Estado do Amazonas dispunha de 1.178 escolas e 3.573 professores para o ensino primário nas diversas dependências administrativas (Federal, Estadual e Municipal e Particular); a demanda de estudantes ainda era alta principalmente na área rural do estado, mesmo este sendo atendido pela maioria das instituições de ensino.²¹⁶

No que tange à legislação, desde 1961 a Educação Nacional era regida pela Lei nº 4.024 de 1961 que fixava as diretrizes e bases da Educação.²¹⁷ Dando a todos o direito à Educação, esta poderia ser dada no lar e na escola. Esse preceito acabou por muito desobrigando os entes federativos numa Educação de longo alcance e, mais ainda, permitindo que os setores privados pudessem adentrar à Educação Nacional onde

Art. 3º O direito à educação é assegurado
II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.
Art. 4º É assegurado a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos.
Art. 5º São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos nêles realizados.

O que se percebe na legislação é a fortificação da desigualdade social que o processo educacional impõe aos estudantes. Ao tempo que põe à responsabilidade familiar o ensino, não se leva em consideração as condições socioeconômicas – que apresentamos na primeira parte deste capítulo - em que vivia o país e os brasileiros que necessitavam da escola pública. Ainda, permite a fortificação de uma instituição de cunho privado que vai substituir os espaços públicos

²¹⁴ BATISTA, J. C. Educação amazonense no governo de João Walter de Andrade (1971-1973). In: FUCHS, C.; SCHWENGBER, I. L.; SCHUTZ, J. A. (orgs.). **Educação em Debate: cercanias da pesquisa**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 250-263. p. 251.

²¹⁵ AGUIAR, J. V. S. **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60**. Manaus: Valer, 2002. p. 123.

²¹⁶ BATISTA, J. C. Educação amazonense no governo de João Walter de Andrade (1971-1973). In: FUCHS, C.; SCHWENGBER, I. L.; SCHUTZ, J. A. (orgs.). **Educação em Debate: cercanias da pesquisa**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 250-263. p. 258.

²¹⁷ BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República. [1961]. Disponível em: www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61. Acesso em: 25 mar. 2023.

num processo educacional de qualidade. Pierre Bourdieu, na década de 1960, já vislumbrava tal problemática - mesmo falando do cenário francês – onde o espaço escolar é um lugar de reprodução das desigualdades sociais. Segundo Nogueira e Nogueira,

A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Trata-se, portanto, de uma inversão total de perspectivas.²¹⁸

A década de 1970 é um momento prenhe de transformações no trabalho docente motivadas pela Ditadura Civil-Militar, que governou o país entre 1964 e 1985 com legislações que vão desde o arrocho salarial até a formação do professor. Para alguns autores, é neste momento que o processo de proletarianização da categoria que

No caso brasileiro, entretanto, a proletarianização do professorado não significou apenas o empobrecimento econômico, mas também a depauperação do próprio capital cultural que a antiga categoria possuía, ou seja, a velha formação social composta de profissionais liberais – como advogados, médicos, engenheiros, padres etc. – constituía um cabedal cultural ameadado em cursos universitários de sólida tradição acadêmica. Ao contrário, as licenciaturas instituídas pela reforma universitária do regime militar operaram um processo aligeirado de formação com graves consequências culturais.²¹⁹

Com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, começou a ficar claro o processo de proletarianização do docente brasileiro, levando em conta a formação do professor para lecionar na Educação Básica do país. O que antes tinha a miscigenação de profissionais liberais que agregavam, de certa forma, um capital intelectual no Ensino, a formação da mão de obra docente foi reformulada para atender não só a quantidade de alunos com a formação rápida e precária destes trabalhadores, mas também, para responder ao capitalismo e sua necessidade por mão de obra barata e em grande quantidade. Assim,

Art. 29. A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
 - b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
 - c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.
- § 1º Os professores a que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica.

²¹⁸ NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 23, p. 15-35, 2002. p. 17.

²¹⁹ FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006. p. 1162.

§ 2º Os professores a que se refere a letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

§ 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores.

Art. 31. As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais referidos no § 2º do artigo anterior serão ministrados nas universidades e demais instituições que mantenham cursos de duração plena.

Parágrafo único. As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais, de preferência nas comunidades menores, poderão também ser ministradas em faculdades, centros, escolas, institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim, com autorização e reconhecimento na forma da Lei.²²⁰

A previsão de cursos de licenciatura de maneira curta, um de formação de tempo menor que a licenciatura plena, levou muitos trabalhadores a buscarem a formação de professor para alcançarem salários melhores do que os oferecidos nos outros campos de trabalho. Para Ferreira e Bittar,

Nota-se, assim, que nessa época, o professorado já não portava o perfil do passado, numericamente inferior e com origem nas camadas médias urbanas e nas próprias elites. Agora, em decorrência das mudanças estruturais do país e das reformas educacionais citadas, ele passava a ser uma categoria muito pouco assemelhada à anterior e submetida a condições de vida e de trabalho bastante diversas. Em síntese: o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e de 1971, cujos efeitos engendraram uma nova categoria docente e, por conseguinte, no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores. Os professores formados nos cursos de licenciaturas curtas das faculdades privadas noturnas substituíram a pequena elite intelectualizada das poucas escolas públicas antes existentes. A extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou a rápida expansão quantitativa da escola fundamental, exigindo, para o seu atendimento, a célere formação dos educadores, o que se deu de forma aligeirada. A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus.²²¹

Antes mesmo da LDB de 1971, foi a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 que fixou as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, previa que

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.

§ 1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

²²⁰ BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 jul. 2023.

²²¹ FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006. p. 1165.

§ 2º Os estatutos e regimentos disciplinarão o aproveitamento dos estudos dos ciclos básicos e profissionais, inclusive os de curta duração, entre si e em outros cursos.²²²

A transformação do mundo do trabalho do professor passou então a apresentar, de maneira mais explícita, a precariedade e proletarização neste ramo de trabalho que por sua heterogeneidade foi mudando com o passar do tempo. É assim que a proletarização deste ofício é “percebida como um processo inerente à desqualificação e precarização do trabalho docente, em decorrência das mudanças ocorridas na sociedade capitalista e, como consequência, no processo de trabalho do professor.”²²³

Com o esfriamento do regime militar no fim da década de 1970, associada ao arrocho salarial, o professorado ganhou uma outra característica de trabalhador proletário, que para Ferreira e Bittar, o professor agora proletarizado e análogo às outras categorias de trabalhadores “assumiu uma postura associativista com base na plataforma programática que o “novo sindicalismo” havia imprimido na luta dos trabalhadores brasileiros por melhores condições e de trabalho ...”. Segundo James Batista,

O professorado brasileiro após as reformas educacionais instauradas pelo regime militar, perdeu poder aquisitivo originado pelo arrocho salarial do momento ditatorial e o acesso ao ensino superior de uma parcela da população ligada principalmente aos setores econômicos mais baixos. Como mencionamos no capítulo anterior, os cursos particulares e as licenciaturas curtas oportunizaram aos docentes brasileiros, que até este momento se viam dentro de uma classe média, tiveram uma corrosão salarial com o aumento de trabalhadores e uma formação acelerada. A crise econômica do país, no momento da transição para a democracia levou os professores brasileiros a uma luta por melhorias, o que levou a associação do professorado ao Novo Sindicalismo Brasileiro.²²⁴

Portanto, as décadas que se seguiram após os anos 1970 apresentarão um trabalhador da Educação que se proletarizou com os anos adquirindo consciência de luta em busca de melhorias. Neste mesmo contexto, os trabalhadores que mudaram de profissão e tornaram-se professores, trarão suas experiências sindicais e de lutas adquiridas nas mobilizações de seus antigos empregos. Assim, teremos um professor muito próximo de outros trabalhadores e tentando buscar melhorias de vida e salário através das lutas. Deste modo, o processo de “proletarização dos trabalhadores em educação” deve ser compreendido em duas faces:

De um lado, uma aproximação real do professor com o proletariado em termos de relações de trabalho. A prolongada jornada de trabalho, as difíceis condições profissionais, o processo de alienação e desqualificação de seu trabalho, os baixos e aviltantes salários estão levando o professor a essa situação. Os funcionários da

²²² BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 04 jul. 2023.

²²³ TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 1-11, 2008. p. 3.

²²⁴ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. Curitiba: CRV, 2019. p. 91-92.

educação, até pouco tempo atrás enlevados pela "missão de formar os homens do amanhã", estão, por sua vez, descobrindo, na prática cotidiana, sua identificação proletária própria: o de serem trabalhadores como seus companheiros da indústria, do campo e do setor de serviços a serviço do capital. De outro lado, uma aproximação real do professor com os proletários enquanto classe, através de seu processo de organização e de luta. O crescimento das associações reivindicativas, a recente transformação dessas associações em sindicatos, seu caráter autônomo e combativo, e as últimas grandes e pacientes greves apontam na direção do surgimento dessa nova categoria: os trabalhadores em educação.²²⁵

O trabalhador em Educação, agarrado pelo sistema capitalista e proletarizado, encontrará um campo inóspito nos anos 2000, devido ao neoliberalismo vigente e às novas práticas sindicais de luta que diferem da década anterior, na qual os movimentos de trabalhadores tiveram grande atuação para um contexto mais negociativo. Deste modo, o trabalhador da Educação proletarizado no “quanto o trabalho docente não é desenvolvido nas mesmas condições dos trabalhadores das indústrias, ele está submetido aos mesmos processos estruturais da maioria dos trabalhadores assalariados.”²²⁶

²²⁵ PUCCI, B. *et al.* O processo de proletarização dos trabalhadores em educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 91-108, 1991. p. 91.

²²⁶ ALVES, A. E. S. Trabalho docente e proletarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 36, p. 25–37, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i36.8639638. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639638>. Acesso em: 4 jul. 2023. p. 35.

2 A LENTA E COMPLEXA ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA (TRABALHADOR DOCENTE): UMA HISTÓRIA ENTRE, OPRESSÕES, RESISTÊNCIAS E LUTAS.

2.1 De APPM ao SINTEAM, o processo de organização sindical do professorado amazonense.

O final da década de 1970 marca o esfriamento da Ditadura Civil-Militar, consolidado principalmente pela Lei de Anistia e o fim do bipartidarismo, ambos em 1979. O processo de Abertura Política como projeto de uma redemocratização, deu espaço para que os movimentos sociais, muito perseguidos pelo regime, atuassem em busca de melhorias da classe trabalhadora. Deste modo, diversas categorias de trabalhadores se organizaram e encamparam mobilizações e greves, ficando como simbologia deste momento os movimentos paredistas do ABC Paulista no trânsito da década de 1970 para 1980.

Uma das características dos movimentos no trânsito da Ditadura para a redemocratização foi o chamado novo sindicalismo, uma nova maneira dos trabalhadores e seus sindicatos se organizarem e atuarem. Embora este seja uma organização contemporânea, o historiador Eric Hobsbawn já havia estudado movimentos que já no século XIX tinham esse contexto em que, num primeiro momento, demonstrou uma oposição ao antigo modelo sindical tendo, então, novas formas e estratégias políticas e organizativas, “em segundo lugar [o termo] sugere um posicionamento social e político mais radical por parte do sindicato”²²⁷

Segundo o Professor Lorenzo Zanetti,

Novo Sindicalismo é uma expressão com a qual, se convencionou chamar o período histórico do movimento sindical que começa com as lutas pela reposição salarial (1977) e, sobretudo, com a explosão das greves (1978) que, a partir da fábrica da SCANIA de São Bernardo (SP), se espalha pelo país. Essa expressão manifesta uma clara vontade de distinguir este período em relação ao anterior, onde predominou uma organização e uma prática sindical que acabou sendo identificada como velho sindicalismo.²²⁸

O historiador Alexandre Fortes complementa que

O final da década de 1970 foi marcado pelo fenômeno do “novo sindicalismo”, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política de base classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais.²²⁹

²²⁷ HOBBSAWM, E. J. “O ‘Novo Sindicalismo’ em perspectiva”. In: **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 225-256. p. 225.

²²⁸ ZANETTI, L. **O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993. p. 4.

²²⁹ FORTES, A. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, 2016. p. 590.

O estado do Amazonas não ficou aquém dos movimentos de trabalhadores de São Paulo, mesmo em contextos distintos, pois, por aqui, ocorreram atos de trabalhadores do serviço público como os professores, em que os ideais do novo sindicalismo estavam presentes nas mobilizações. Para a professora Arminda Mourão, atuante nos movimentos sociais, pesquisadora sobre o trabalho docente e que foi uma das diretoras do SINTEAM,

O novo sindicalismo né, ele traz essas premissas, necessárias que eles consideraram, que eles consideravam né, que é... a unidade se daria na prática, e não deveria ser seguido o modelo sindical já existente. Por isso que era preciso a criação de um novo sindicalismo, ele tem uma expressividade que há uma (inaudível), várias correntes assim como o PT tinha várias correntes, a CUT várias correntes né, inclusive que vai desembocar dentro do PT e dentro da CUT uma certa racha entre as tendências existente, inclusive quando os *trotskistas* são expulsos do PT né, é... e há uma tendência na formação de uma central né, e do novo sindicalista, novo sindicalismo brotam, brota a ideia que era possível construir vários sindicais... a tendência do novo sindicalismo foi justamente um sindicalismo de luta, nera pelego não, era de luta né?

230

Conforme o avanço dos movimentos paulistas, os professores da Rede Estadual de Educação do Amazonas perceberam a possibilidade de ombrear a luta pela defasagem salarial e melhores condições de trabalho nesse momento de intensa mobilização que é o fim da década de 1970, em que “se incorporam outras categorias (bancários, petroleiros, professores etc.) em todo o país, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil no período.”²³¹ Entretanto, resquício dos governos militares, ainda existiam legislações que negavam aos servidores públicos o direito à organização sindical e greve.

Após o golpe de março de 1964 que deu início à Ditadura Civil-Militar no Brasil, por ser considerado ato subversivo, os militares criaram uma legislação que pudesse frear os movimentos sociais no Brasil e, consequentemente, as greves. A Lei nº 4.330 de 1º de Junho de 1964 foi o primeiro instrumento que previa o controle e vigilância dos trabalhadores no que tange à sua organização e mobilização. Através desta lei, percebe-se que já de início o regime mostrou como trataria a classe trabalhadora e seus atos paredistas. O 4º artigo da lei previa que “a greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da união, Estados, Territórios, Municípios e autarquias (...).”²³²

²³⁰ DIEDERICH, Arminda Raquel Mourão. Entrevista gravada em 1º de fevereiro de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

²³¹ SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4. p. 289.

²³² BRASIL. **Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964**. Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14330.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

Com a “cara” do regime ditatorial, foi promulgada a Constituição de 1967, dando um ar de legalidade ao regime, tendo em vista a constante edição de Atos Institucionais (AI’s) para legislar sobre assuntos específicos e combater os inimigos do governo. Deste modo, a constituição previa que

os crimes “decorrentes de greve” passaram para a competência da Justiça Federal, e a greve foi proibida nos serviços públicos e nas atividades essenciais. Teoricamente, era possível imaginar uma greve legal em alguns serviços privados, não essenciais.²³³

Com a edição do AI-5 e a construção de uma espécie de “ditadura dentro da ditadura”, em 13 de dezembro de 1968, o ato demonstrou sua força contra a subversão e o comunismo, atacando principalmente através da censura e o fim do *habeas corpus*.²³⁴ Assim, a perseguição a grevistas ganhou nova força legal.

Com o esfriamento do regime militar e o aquecimento dos movimentos sociais, em 1978, foi editado o Decreto-lei nº 1.632 de 4 de agosto do mesmo ano, que reforçava a punição sobre os grevistas, assim como, tornava alguns serviços essenciais e sem possibilidade de seus trabalhadores fazerem movimentos paredistas, conceituando que “constitui greve a atitude da totalidade ou de parte dos empregados que acarrete a cessação da atividade ou diminuição de seu ritmo normal.”²³⁵ Foram considerados serviços essenciais:

Art. 1º - São de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do Presidente da República.

§ 1º Compreendem-se na definição deste artigo a produção, a distribuição e a comercialização.

§ 2º Consideram-se igualmente essenciais e de interesse da segurança nacional os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de execução direta, indireta, delegada ou concedida, inclusive os do Distrito Federal.²³⁶

A legislação ainda previa como punição:

²³³ SIQUEIRA, G. S. O STF no Egito: Greve e História do Direito no Recurso Extraordinário n.º 693.456/RJ. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 1016-1045, 2019. p. 1036.

²³⁴ CODATO, A. N. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates, Curitiba**, n. 40, p. 11-36. 2004. p. 26-27.

²³⁵ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

²³⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

Art. 3º - Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o empregado que participar de greve em serviço público ou atividade essencial referida no artigo 1º incorrerá em falta grave, sujeitando-se às seguintes penalidades, aplicáveis individual ou coletivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do reconhecimento do fato, independentemente de inquérito:

I - Advertência;

II - Suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - Rescisão do contrato de trabalho, com demissão, por justa causa.

§ 1º Quando se tratar de empregado estável, a demissão será precedida de apuração da falta em processo sumário.

§ 2º Sujeita-se ao disposto neste artigo, igualmente, o empregado que, por qualquer forma, concorrer para a greve.

Art. 4º - Cabe ao Ministro do Trabalho o reconhecimento da ocorrência de greve em qualquer das atividades essenciais definidas no artigo 1º, para os efeitos deste Decreto-lei.

Art. 5º - Sem prejuízo da responsabilidade penal, será punido com advertência, suspensão, destituição ou perda de mandato, por ato do Ministro do Trabalho, o dirigente sindical ou de conselho de fiscalização profissional que, direta ou indiretamente, apoiar ou incentivar movimento grevista em serviço público ou atividade essencial.

Art. 6º - Incorre em falta grave, punível com demissão ou suspensão, o funcionário público que participar de greve ou para ela concorrer.

Como o fim de fato da Ditadura Civil-Militar se deu em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves, José Sarney, seu vice, assumiu a presidência devido à doença do mineiro, os movimentos de trabalhadores dos serviços públicos além de lutar contra os governos constituídos, barravam de frente com as legislações ditatoriais ainda vigentes. No cenário do Amazonas, causou inúmeras problemáticas, tendo em vista que uma das primeiras categorias a se mobilizar no Estado, foi a dos professores públicos da Educação Básica.

Como já fora exposto, em 1979, os professores amazonenses buscaram melhorias para a categoria num cenário de crise econômica vigente, trazida ainda da Ditadura, que diminuía em muito o poder econômico dos trabalhadores brasileiros. Um grupo de professores liderado pelo Professor Aloysio Nogueira buscou negociar com José Lindoso, que fora eleito de forma indireta pela Assembleia Legislativa do Amazonas em 1979. Com as legislações ditatoriais ainda em voga, os professores buscaram através da APPM (Associação Profissional dos Professores de Manaus), instituição representativa dos professores da rede particular de ensino, sendo uma entidade que “se pautou por desenvolver ações assistencialistas e beneficentes, e isso ocorreu na década de 1970,”²³⁷ e que “num momento seguinte, começaram as mobilizações organizadas e enlaçadas nas novas propostas sindicais que acabaram conduzindo os docentes para ações mais efetivas e impactantes (...).”²³⁸

²³⁷ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019. p. 80.

²³⁸ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019. p. 80.

Em entrevista cedida em 2017, o Professor Aloysio Nogueira que fora docente da Seduc-AM e da UA (Universidade do Amazonas, hoje Universidade Federal do Amazonas (UFAM)), além de liderança do movimento dos professores da rede pública estadual nas décadas de 1970 e 1980, explicou como se deu a relação dos professores públicos com a APPM. Segundo ele,

Em 79 eu já estava em Manaus... eu conversando com vários outros professores e ex-alunos da própria universidade e eu tinha uma grande influência também no Estado, começamos um trabalho de organização dos professores. Aí é que nasce realmente a criação da APP, a criação não, o fortalecimento da APPM, APPM né? APPM, então era Associação Profissional dos Professores de Manaus, então aí já é uma história que dá, é uma história que traz as questões que envolve de uma tal maneira o deslanchar desse processo da APPAM depois [inaudível] SINTEAM e que vai culminar com esse trabalho chamado “Batalha do Igarapé”, então, mas começa aí nesse processo.²³⁹

Os movimentos que se espalharam pelo país no fim da década de 1970 eram uma preocupação do governo local. Ainda em 1979 procurou-se barrar a organização dos professores visando controlar futuros movimentos, e foi através da APPM que os primeiros passos na tentativa de acabar com a organização docente aconteceu

Em setenta e nove e daí as lutas se deram na APPM nesse período quando foi, nós tivemos um, quase que aplicavam um golpe em cima da gente, por que a APPM ela tinha entrado com um processo alguns anos antes em se transformar em sindicato, mas era proibido funcionário público ser sindicalizado, e eles não deram, não facilitaram isso. Ter APPM tava com esse processo lá, e quando se deu esse movimento já na época do Lindoso né, já falando do Lindoso, sabe o que eles fizeram, rapaz, chamaram Flaviano Guimarães que era presidente do APPM, “Flaviano nós temos sua carta sindical.” Agora observe a APPM estava congregando professores do estado, do município, além de professores que tinham o direito de se sindicalizar pelo sindicato das escolas particulares. Quando saiu a APPM sindical, estreitou a representatividade.²⁴⁰

Superado o imbróglio da APPM, a saída encontrada pelos professores foi criar a Associação Profissional dos Professores do Amazonas (APPAM) em 1979, que teve como seu primeiro presidente o Professor Aloysio Nogueira.

Criada na vigência da Ditadura, a APPAM foi instrumento importante para os professores, pois não havia legalidade na criação de um sindicato. Deste modo, a associação virou representatividade dos trabalhadores da Educação, deixando de atuar somente na cidade de Manaus e expandindo-se para o interior do estado.

²³⁹ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 3-4.

²⁴⁰ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 8-9.

A grandiosidade territorial do estado do Amazonas e seus longínquos municípios, até os tempos atuais é uma problemática no processo educacional. Na década de 1970, isso se dava de maneira bem mais acentuada, pois

As dificuldades de se ter professores no interior do estado, foi outra variante nas condições econômicas da categoria, tendo em vista o vasto território que compõe o Estado do Amazonas, o que fazia com que o servidor trabalhasse em condições bastante precárias. Ter professores nessas localidades, demandou muitas vezes a saída de profissionais da capital amazonense para os mais distantes rincões do estado.²⁴¹

Essa dificuldade é percebida de forma bilateral, pois é sentida tanto pelos professores, quanto pela população interiorana. Segundo uma professora que deu entrevista ao periódico *O Jornal*, ela expunha a dificuldade em sair da capital amazonense e lecionar no interior, pois a maior desconfiança se dava nos constantes atrasos de pagamento dos professores temporários. Segundo a nota:

“Tenho medo de atrasar o pagamento, mas a gente está confiando no governo”, disse a professora normalista Rita de Cássia Ferreira dos Santos, que foi a última a inscrever-se ontem na Divisão do Interior da Fundação Educacional para ir lecionar no interior.²⁴²

O atraso salarial sempre foi uma realidade nos interiores do estado, o que nos leva a perceber que a precarização do trabalho docente, não é uma questão contemporânea indo de impacto à vida econômica do trabalhador da Educação. Outra precariedade é a forma de contrato destes trabalhadores, que ganha o nome de contrato temporário. Sobre a relação da precariedade, legislações e contratos, abordaremos tais assuntos em momento oportuno desta Tese.

Do outro lado, percebemos que os moradores percebem a necessidade de se ter uma escola na localidade. Educação no interior do estado é, muitas das vezes, a melhor oportunidade para se alcançar um modo de vida com mais qualidade. Entretanto, na maioria dos casos não se pensa na qualidade educacional, mas na quantidade, sem mencionar que falamos de qualquer estrutura que possa ser chamada de escola. Em 1971, um seringueiro do interior do município de Eirunepé já nos dava ideia dessa situação em uma entrevista cedida ao *Jornal do Comércio*, em que ele expõe

Na região onde estou trabalhando, somos 42 seringueiros. Todos nós temos filhos e não queremos que sigam a mesma profissão. Existem 138 crianças em idade escolar e não possuímos nenhuma humilde escola sequer. Vou procurar falar com o sr. Secretário da Educação para explicar o problema e ao mesmo tempo implorar-lhe que nos dê uma professora. Vou dizer ao “sêo” Cabral²⁴³, que os nossos filhos precisam

²⁴¹ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019. p. 54.

²⁴² **O Jornal**. Manaus, 3 abr. 1971, p. 2.

²⁴³ José Maria Cabral, Secretário de Educação e Cultura em 1971.

aprender. Eles não poderão ser seringueiros como nós. Queremos para nossos filhos uma vida tranquila, onde não exista o cativeiro que impera nos seringais.²⁴⁴

A narrativa do seringueiro, que já demonstrava não ter - em sua concepção- estudo o suficiente tendo em vista não querer que os filhos tenham a mesma profissão, demonstra outro ponto importante das comunidades interioranas: não há necessidade de uma escola, o espaço institucional que representa a presença do Estado naquele lugar. Em sua concepção, uma única professora seria o suficiente para levar Educação aos seus filhos. A representatividade da Educação naquele momento se dava na figura do professor, não na instituição escola com salas de aulas, gestão e pedagogia. Em sua leitura, a professora resolveria os problemas para que seus filhos fugissem do estigma laboral do pai, o seringal.

Para Pierre Bourdieu, essas classes populares com baixo capital econômico e cultural, tendem a não investir altamente nos seus filhos, e buscam no processo educacional apenas um meio para que seus rebentos tenham uma vida “melhor” que as suas, pois tendo em vista que na Educação o retorno, que seria alcançar um bom emprego ou ir para a Universidade, se faria a longo prazo, tornando assim o custo de investimento inviável e, portanto,

Esperar-se-ia dos filhos que eles estudassem apenas para se manter (o que, normalmente, dada a inflação dos títulos, já significa, de qualquer forma, alcançar uma escolarização superior à dos pais) ou se elevar ligeiramente em relação ao nível socioeconômico dos pais. Essas famílias tenderiam, assim, a privilegiar carreiras escolares mais curtas, que dão acesso mais rapidamente inserção profissional.²⁴⁵

Embora os relatos presentes demonstrem um cenário da década de 1970, a problemática educacional do interior do estado continua até os dias atuais. Uma das soluções encontradas pelos governos pode ser vista pela Lei nº 1674 de 10 de dezembro de 1984 que institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário, conhecida como Regime Especial.²⁴⁶ Segundo James Batista e Priscylla Silva,

A proposta da universalização do ensino apoiado no processo de Abertura Democrática que o país vivia na década de 1980, obrigou o estado a pensar no aumento quantitativo de trabalhadores docentes. A obrigatoriedade constitucional de realização de concursos públicos não era bem vista pelo governo do Estado do Amazonas, tendo em vista que além da educação outros campos sociais estavam ganhando força e um destes incomodavam o Executivo Estadual: O Sindicalismo Docente, que levou os professores a organizarem diversos movimentos na década de 1980. Portanto, fazia-se necessário a vigilância e controle destes trabalhadores que

²⁴⁴ **Jornal do Comércio**. Manaus, 5 maio 1971, p. 3.

²⁴⁵ NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 23, p. 15-35, 2002. p. 24.

²⁴⁶ AMAZONAS. **Lei nº 1674 de 10 de dezembro de 1984**. INSTITUI o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá outras providências.

culminou em uma das formas precárias de trabalho na burocracia estadual: O Regime Especial.²⁴⁷

A fragilidade econômica do trabalho docente ocasionada, principalmente, pelos baixos salários e desvalorização profissional como o contrato de Regime Especial, levou a APPAM conseguir construir importantes movimentos na década de 1980, principalmente nos governos de Gilberto Mestrinho.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a queda das legislações punitivas ao sindicalismo de servidores públicos, a APPAM é transformada em Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM).

2.2 A construção do gilbertismo e sua relação com o movimento docente na década de 1980.

Após quase vinte anos afastado da política amazonense, Gilberto Mestrinho retorna ao Governo do Estado nas eleições gerais de 1982. A partir de 1983 quando assume o governo, Mestrinho se mostrou disposto a construir e liderar seu grupo político que durou por muitos anos revezando-se entre a Prefeitura de Manaus e o Governo do Estado do Amazonas.

O político, como todo populista, buscou o apoio popular através de benesses que iam da doação de brinquedos, ranchos e peixes, até madeiras para construção de casas. Essas práticas que se tornaram características daqueles políticos que se uniram ao gilbertismo, proporcionaram vários anos no poder por seus componentes. Um desses políticos foi Amazonino Armando Mendes que inicia na política a exemplo de Gilberto Mestrinho: ele fora indicado a Prefeito de Manaus em 1983 pelo então governador.

Sobre a relação dos dois políticos e o movimento docente, Aloysio Nogueira expõe a seguinte análise

É quando vêm as eleições e Gilberto assume, o Gilberto no próprio assumir o governo ele já vem dizendo que vai ficar vinte anos no poder, vinte anos no poder, e eu digo olha a coisa não vai ser fácil aí, muito bem, e começamos a nos organizar para a elaboração de um documento para apresentar ao novo governo né por que aquele ele já não assumia a responsabilidade a documentação anterior, foi quando nós apresentamos a reivindicação de oitenta e três, aí é que vem a questão, ele não negociou. Olha oitenta e três, oitenta e quatro, oitenta e cinco é que vai acontecer um processo, e a repressão, o governo da, se o governo da ditadura não teve força política para reprimir o movimento a maneira como Gilberto, a época que não teve condições. Rapaz, nós até nos admirávamos, rapaz nós vamos ser presos [inaudível] aguenta firme, aguentou, mas por causa da conjuntura nacional [inaudível] é diferente, é preciso examinar isso aí, eu examino essas coisas. Quando em oitenta e dois que entra Gilberto muda a conjuntura política que foi eleito democraticamente governo,

²⁴⁷ BATISTA, J. C.; SILVA, P. N. Justiça e Trabalho: Precarização do trabalho docente sob o olhar do Contrato de Regime Especial. In: BARROS, W. F. S. (org.). **Às portas dos tribunais: Os trabalhadores no Poder Judiciário no Norte do País**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, v. 1, p. 237-251.

município não né, quem que ele indica pra ser **[inaudível]** Amazonino Mendes, Amazonino Mendes, então o Gilberto ele já vinha com a conversa de que esses movimentos eram algo para destruir.²⁴⁸

O que percebemos é que as alianças que se formaram a partir de Mestrinho vão ter como foco principal uma política populista em busca da perpetuação do grupo e, por outro lado, um ataque feroz aos movimentos de trabalhadores.

O Professor Francisco Lemos também percebia essa característica em comum entre os dois políticos: o radicalismo com os servidores em mobilização. Lembrando sobre a Caminhada de abril de 1985, ele aborda

Aí a Policia fechou. Nessa época esse que hoje é Prefeito de Manaus, esse cara foi o primeiro a dançar na porrada, porque ele foi querer intermediar, ele era do PMDB, ele foi querer intermediar toda a situação com o Mestrinho e o Mestrinho era um cara radical assim como o Amazonino é, porque o Amazonino é da escola do Mestrinho, entendeu? Ele era radical. Ele não aceitou mesmo. Prepararam uma comissão, também não aceitou, aí nós fomos pro movimento, daí culminou na Batalha.²⁴⁹

²⁴⁸ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 12.

²⁴⁹ Francisco Ferreira Lemos. Entrevista gravada em 28 de maio de 2018. Realizada por James Batista, digitada, p. 7-8.

Figura 1 - Amazonino Mendes e a distribuição de rancho pela Prefeitura Municipal de Manaus.



Fonte: Jornal do Comércio, 26 de fevereiro de 1983, p. 1.

Dois momentos foram importantes para o movimento docente na década de 1980: a greve de 1983 e a Batalha do Igarapé de Manaus em 1985. Em ambos foi possível compreender como o governador Gilberto Mestrinho trataria a categoria.

Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, foi um representante icônico da política amazonense que se consolidou como liderança política na década de 1950, quando adentrou aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Recrutado pelo então governador Plínio Ramos Coelho em 1958, este chega à política quando tornou-se prefeito de Manaus, indicado pelo então governador. O partido criado em 1945 para consolidar o poder político de Getúlio Vargas era “inspirado no trabalhismo inglês, propunha-se a absorver em seus quadros os trabalhadores urbanos, beneficiados pela legislação social de Vargas”²⁵⁰ e é importante

²⁵⁰ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ptb-com-bandeiras-sociais-de-getulio> Acesso em: 03 de ago. de 2023.

salientar que o partido tinha como “ideário preconizado pelo partido, isto é, o trabalhismo, era composto por aspirações, valores e princípios que circulavam no imaginário social dos estratos populares.”²⁵¹ Sendo assim,

as bases sociais que conformaram a criação do PTB foram, essencialmente, os trabalhadores organizados em sindicatos, tendo suas lideranças ocupado papel de relevo na formação partidária. Pode-se afirmar que esse perfil de trabalhador consistia na “matéria-prima por excelência do trabalhismo getulista”, variante do trabalhismo e do PTB que marcou o alvorecer do partido.²⁵²

Criados pelo Decreto n. 7.586 de maio de 1945, que previa o ordenamento dos partidos políticos, candidatos e eleitores, o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB, representantes do getulismo no Amazonas, ficaram de lados opostos tendo em vista que o nascimento do PTB no estado surgia do enfrentamento à liderança política de Álvaro Botelho Maia, que foi interventor em 1930-1931 e 1937-1945 e governador eleito entre 1935-1937 e 1951-1954, construindo sob sua liderança e modo de governo o alvarismo.²⁵³

A história política, campo da história, vem retomando um significativo espaço na historiografia, com o que alguns autores vão definir como “retorno ao político.”²⁵⁴ Adotaremos o conceito de político e política baseando-nos no historiador francês Pierre Rosanvallon.

Para Reinhart Koselleck, os conceitos compreendem algo que se relaciona com o tempo em que são emprestados²⁵⁵ e, portanto, no decorrer da história ele é um objeto mutável. Isso nos ajudará a compreender Gilberto Mestrinho em seus diversos cenários de atuação política a partir de seu retorno em 1983 como Governador do Estado do Amazonas e no cerne de seu relacionamento com o professorado amazonense. Para além disto, como sua liderança possibilitou que outros políticos que nasceram sob o contexto do gilbertismo usassem de práticas e discursos quando se tratavam dos trabalhadores docentes. Entendemos que o

²⁵¹ SILVA, R. B. O PTB (1945/1964): Suas tendências políticas internas e a hegemonia do Diretório Sul-Rio-Grandense. **PERSEU: História, Memória e Política**, v. 7, p. 175-198, 2011. p. 177.

²⁵² SILVA, R. B. O PTB (1945/1964): Suas tendências políticas internas e a hegemonia do Diretório Sul-Rio-Grandense. **PERSEU: História, Memória e Política**, v. 7, p. 175-198, 2011. p. 177.

²⁵³ Considera-se como alvarismo o modo político exercido por Álvaro Botelho Maia (1893-1963) e a construção política no estado Amazonas, baseada principalmente no modelo populista de Getúlio Vargas. O alvarismo também pode ser encarado como a continuidade do modelo de governo de Maia por outros políticos. Maia que veio de uma família dona de seringal, portanto, de uma elite econômica, vem para Manaus estudar no Colégio Amazonense D, Pedro II, berço de parte significativa da elite política e intelectual do Estado, formou-se Bacharel em direito em 1917. Como jornalista, esteve à frente de diversos fatos político do estado chegando-se mais ao cenário político a Rebelião de Manaus em 1924. Sobre a política na Primeira República, momento em que Álvaro Maia constrói-se como político, e, portanto, tem neste referências em suas práticas políticas, é um momento onde “as oligarquias do Amazonas, a exemplo de outras oligarquias regionais, manipulavam o poder para servir aos seus interesses próprios, o que se realizava por via de alianças com os donos do poder.” Cf. SANTOS, E. M. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Editora Valer, 2021. p. 45.

²⁵⁴ ALBERNAZ, C. Prolegômeno Historiográfico ao objeto Político. **Historiae**, v. 2, n. 2, p. 9-24, 2011. p. 17.

²⁵⁵ KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006. p. 97-98.

surgimento e a consolidação do gilbertismo se constituíram através da construção de práticas políticas próprias e aglutinação de políticos ao seu grupo que o teve como líder. Mesmo que em alguns momentos estes políticos se encontrassem em lados antagônicos nas disputas eleitorais, como aconteceu com Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes, suas práticas populistas e eleitoreiras encontravam-se aliadas às características do modo político gilbertista.

Baseado no historiador e filósofo francês Claude Lefort, Pierre Rosanvallon entende que o político seria um arcabouço de procedimentos nos quais se constroem na ordem social e que acabam por tornar o político e o social inseparáveis. Ainda mais, o político pode ser compreendido como um lugar onde há a ocorrência de conflitos irreduzíveis e resulta em uma necessidade de haver normas que devem estar acima do ordenamento usual que não pode ser gerado na naturalidade.

A construção do político Gilberto Mestrinho tem íntima relação com o alvarismo, que ganha força na política regional, principalmente, depois da interventoria de Álvaro Maia (1937-1945) e que se estreitou na década seguinte, moldando as práticas políticas de Mestrinho, que copiou de Maia em suas práticas políticas de

uma figura de grande participação nos setores políticos, buscou se consolidar nesse meio, através de uma prática de assistência a diversos setores amazonenses. Seu apoio englobava a elite comercial, políticos e a classe mais pobre.²⁵⁶

Filho de interioranos da cidade de Lábrea no Amazonas, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo nasceu no dia 23 de fevereiro de 1928 em Manaus, onde os pais buscaram melhores condições para o nascimento do filho. Descendente de indígena – sua avó – da etnia Parintintin, viveu uma infância de poucos recursos em uma fazenda na cidade de Lábrea.

Sua construção como político tem significativa relação com o período que nasceu e viveu: o declínio da economia gumífera e a crise do capitalismo a partir de 1929. No fim do século XIX, com o forte impulso do capitalismo que era resultado da Revolução Industrial, Manaus entrou num período de prosperidade econômica, impulsionada pela extração da borracha. Essa dinâmica econômica teve impacto social na sociedade, não só da capital, mas também de todo o estado, chegando a ganhar um caráter mais cosmopolita.²⁵⁷ Para a historiadora Maria Luiza Pinheiro, este contexto de apogeu criou um falso ideal de homogeneidade entre os trabalhadores e as elites da borracha devido a produções que não se propunham a analisar suas especificidades, em que “o mito da cidade onde seringalistas e

²⁵⁶ SERRÃO, R. N. O Estado Novo no Amazonas: a estratégia Político-econômica de Álvaro Maia através do Jornal do Commercio (1937-1942). *Manduarisawa*, v. 5, p. 317-332, 2022.

²⁵⁷ PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2003. p. 37.

trabalhadores andavam com os bolsos cheios de dinheiro e acendiam charutos com notas de mil-réis já há muito perdeu seu poder de sedução”²⁵⁸ e que

É importante ressaltar que essas transformações físicas de traziam consigo todo um movimento de pessoas na cidade que, ao reestruturar-se, buscava adequar em espaços diferenciados seus habitantes, amparando-se na nova hierarquia socioeconômica que foi se estabelecendo.²⁵⁹

Mesmo que na década de 1920 tenha ocorrido o declínio da economia da borracha, o pensamento de que a capital amazonense seria uma oportunidade de melhores condições de vida, principalmente para o ribeirinho interiorano, permanece até os dias atuais. É neste contexto de melhoria socioeconômica que Gilberto Mestrinho se desloca, como milhares de outros, para a cidade de Manaus. Ainda na década de 1920, outro acontecimento influenciaria Gilberto Mestrinho: a crise do capitalismo de 1929, que segundo o político

Na época meu pai era dono de praticamente toda a frente de Lábrea, com a crise perdemos tudo. Nunca soubemos como a gente perdeu tudo, tínhamos padaria, sapataria, loja de tecidos. De repente não havia mais nada, só os imóveis, uma casa e a fazenda onde nós morávamos. Depois a fazenda foi transformada em igarapé, foi nesta vivência do fim da borracha e queda da bolsa de Nova York abalou toda a região que eu vivi minha infância.²⁶⁰

Aloysio Nogueira como professor de História, contribui com o pensamento sobre a construção política de Mestrinho com a imagem de homem do povo. Para ele

Conheço o Gilberto desde a década de sessenta, tive contato com ele. Ele era praticamente um garoto quando assumiu o governo pela primeira vez aqui... Foi quando ele [Plínio Coelho] convida o Gilberto Mestrinho para trabalhar com ele, e é nesse processo é que o Mestrinho ele aparece na cena de Manaus como um funcionário público né? Que falasse professor né? Ele tinha uma escola ali, outra acolá, que ele não foi professor que hoje nós temos a concepção, mas ele se dedicava a esse tipo de trabalho muito bem, e o Gilberto foi na realidade passando a influência dele, ele era um populista mesmo no ponto de vista de passear de noite né por aí. Muito bem, esse pessoal todo dessa política populista você sabe que eles foram cassados né, isso em sessenta e quatro, tanto é que o Plínio voltou no segundo governo dele, depois do primeiro governo do Gilberto foi o Plínio eleito né? No segundo governo do Plínio ele foi cassado quando estava num festival folclórico de Manaus ali na praça General Osório, onde é o Colégio Militar tem uma praça ali... Ele tava discursando quando disseram pra ele que ele ia ser cassado ali, e de fato foi né? Ele foi cassado...²⁶¹

A relação que Gilberto teve com os trabalhadores docentes é algo que necessita de uma atenção especial. A repressão que o governador cometeu diversas vezes com a categoria destoa

²⁵⁸ PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2003. p. 56.

²⁵⁹ PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2003. p. 56.

²⁶⁰ Entrevista de Gilberto Mestrinho. Ver em: TORRES, I. C. T. **Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: EDUA, 2009. p. 33.

²⁶¹ MELO, Aloysio Nogueira de. Entrevista.. Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 7.

com sua história enquanto estudante, em que sua mãe foi a primeira mestra. Mestrinho teve contato com o processo educacional muito cedo em virtude da mãe, Balbina, ser professora, tendo seus primeiros ensinamentos dados pela genitora que “ensinava como é que existiam as florestas, as árvores, como viviam os animais na floresta, o banzeiro do rio, o gado.”²⁶² Em um momento em que o Brasil passava por transformações políticas oriundas da Revolução de 1930, em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, no entanto, nos debruçaremos especificamente no pós 1937 em que houve a vigência do Estado Novo, no qual o “contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom.”²⁶³

O processo de politização de Gilberto Mestrinho está intrinsicamente ligado aos seus estudos em Manaus. O Colégio Amazonense Dom Pedro II, que foi base para muitos políticos e importante vetor nas elites econômicas e políticas amazonenses, teve significativa atuação também para Gilberto Mestrinho, pois seja

no período de crise econômica e política, o *Gymnásio [Pedro II]* se transformou, em tese, num lugar “comum”, em que se reencontrariam a classe alta decadente e a classe média, que sempre compôs o corpo discente, seja no período de bonança ou no momento de crise econômica vivida pelo Estado do Amazonas. Os grupos decadentes que buscavam por meio de uma formação intelectual superar a “falência material de suas famílias” juntaram-se a essa classe média *gymnasiana* no momento de crise, principalmente a partir da segunda década do século 20.²⁶⁴

Segundo o próprio Gilberto Mestrinho “*a educação era muito boa na época*” o que demonstra sua contínua identidade dos estudos como forma de melhorar de vida e que tal Educação “a nós que tivemos sucesso na vida, foi dada uma base muito boa.”²⁶⁵, mas também nos localiza sua discriminação aos professores nos seus governos, polarizando o entendimento que, no seu período, a Educação era boa e no governo dele a problemática central eram os professores. Importante essa visão do político como ele, que compreendeu a educação enquanto gestor, principalmente na década de 1980.

No que diz respeito à Educação do político, sua Educação Básica foi cursada primeiramente no Colégio Amazonense Dom Pedro II, onde teve seu primeiro contato com a

²⁶² Entrevista de Gilberto Mestrinho. Ver em: TORRES, I. C. T. **Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: EDUA, 2009. p. 25-26.

²⁶³ CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 123.

²⁶⁴ LIMA, E. L. C. **Dimensões da República das Letras no Amazonas: a intelectualidade Gymnasiana em Manaus (1900-1930)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. p. 81.

²⁶⁵ Entrevista de Gilberto Mestrinho. Ver em: TORRES, I. C. T. **Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: EDUA, 2009. p. 46.

política, e finalizada no Colégio Dom Bosco, não dando continuidade aos estudos, portanto, não cursando o Ensino Superior. Funcionário da Fazenda Federal, Gilberto Mestrinho foi disponibilizado para o governo do Amazonas onde trabalhou com Plínio Ramos Coelho em 1956,²⁶⁶ portanto, “muito próximo do governador, como alguém palaciado e de proximidade com o governante, rapidamente ascendeu ao poder.”²⁶⁷ Entretanto, Mestrinho certamente vislumbrou uma possibilidade de adentrar na política por ser o palaciado que foi, e ainda a construção do seu ser político.

Pierre Rosanvallon percebe o político em duas questões: como campo e trabalho. Como campo, ele compreende o lugar onde se desenvolvem as relações sociais em que os indivíduos adquirem sentido; já como trabalho, o político vê um agrupamento humano que vai da população a uma comunidade. Ainda para ele, falar do político e não da política é relatar sobre o poder estatal e da nação, da igualdade e justiça e de tudo aquilo que transpassa a sociedade para além das questões políticas partidárias.²⁶⁸

Seu retorno ao poder é uma espécie de paradoxo, pois ao mesmo tempo que ele foi um político cassado, se utilizou diversas de dispositivos ditatoriais para reprimir o movimento docente. Daí sua invertida no apoio popular das classes mais abastadas do estado. Muito querido pelos ribeirinhos principalmente, o chefe do executivo não teve o mesmo relacionamento com os funcionários públicos.

O primeiro conflito entre o movimento de professores e o governador do estado se deu no ano de 1983. A secretária de Educação, Professora Freida Bitencourt que já havia feito parte da direção da APPAM, foi personagem importante nestes embates

o Governo do PMDB também utiliza, como meios para confundir a categoria, a cooptação de lideranças, como é o caso da Secretaria de Educação (Freida Bittencourt) que foi uma das lideranças do movimento de 1979.²⁶⁹

Como já fora exposto, a postura de Mestrinho foi de tamanha repressão, neste caso da greve de 1983, por meio de legislação.

²⁶⁶ TORRES, I. C. Gilberto Mestrinho: de caudilho a boto sedutor do Amazonas. In: UGARTE, A. S.; QUEIRÓS, C. A. B. (orgs.). **Trajatória Políticas na Amazônia Republicana**. 1. ed. Manaus: Valer, 2019, v. 1, p. 121-150. p. 124-125.

²⁶⁷ TORRES, I. C. Gilberto Mestrinho: de caudilho a boto sedutor do Amazonas. In: UGARTE, A. S.; QUEIRÓS, C. A. B. (orgs.). **Trajatória Políticas na Amazônia Republicana**. 1. ed. Manaus: Valer, 2019, v. 1, p. 121-150. p. 126.

²⁶⁸ ROSANVALLON, P. **Por uma História do Político**. Tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010. p. 98.

²⁶⁹ DIEDERICH, A. R. M. **Movimento de professores de 1º e 2º Graus: Uma análise crítica**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. . p. 121.

Figura 2 - Ameaça do governo aos grevistas



Fonte: *A Notícia*. Manaus, 29 de novembro de 1983.

A greve que iniciou em novembro desse ano, foi um dos grandes movimentos da categoria, e teve grande alcance no interior do estado. Municípios distantes como Parintins, Lábrea e São Gabriel da Cacheira, aderiram ao movimento. Como resposta, o governo demitiu mais de 100 professores. Segundo o Professor João Ricardo Bessa,

Quando ele demitiu, ele fez uma reunião desesperada, fez uma reunião possesso no Palácio e eu soube, por que tinha lá uma diretora que era minha diretora, Professora Graça Beleza. E eles chamavam o nome dos demitidos: “Professor Aloysio Nogueira, Presidente, o cabeça, qual é a unidade? Unidade Centro 2. Quem é a Diretora do Centro 2? Fulana. Fale sobre esse professor!” Aí falavam. Quando chegou na minha vez: “Professor Vice Presidente, Professor João Ricardo Bessa Freire. Unidade Parque 10. Quem é a Diretora? Professora Graça Beleza” Aí o Mestrinho disse assim pra ela: “Me fale sobre esse professor incompetente e comunista!” Ela (Graça Beleza) disse: “Governador o senhor me desculpe, comunista sim, mas incompetente não. É um dos melhores professores que eu tenho. Responsável, não falta, dá boas aulas, é crítico”.

270

João Ricardo, professor do Departamento de História da UFAM, nos amostra como a figura icônica de Mestrinho se distanciou do personagem que ele mesmo criou e difundiu: a do

²⁷⁰ João Ricardo Bessa Freire. Entrevista gravada em 3 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 16.

Professor Mestrinho. Não era incomum parte da sociedade adjetivá-lo com o título de Mestre. Mais interessante, e que ainda nos propõe uma análise mais incisiva, é o fato do suposto professor chamar os docentes de comunistas quando foi caçado pelo Regime Militar.

Um dos *modus operandi* do Governo contra o movimento foi o de cooptar a sociedade contra os professores. Nesse momento foi comum o uso da imprensa para tal difusão. Não é novidade a postura da imprensa ao lado do poder capitalista na consolidação do lucro. Estar ao lado da elite econômica e política sustenta os próprios interesses dessas empresas.²⁷¹

Figura 3 - A Imprensa como porta-voz do poder



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 29 de novembro de 1983.

O Professor Gerson Medeiros, atuante do movimento de professores na década de 1980, relembra o ato repressivo contra os professores

Foi em mil novecentos e oitenta e três, ... esse momento aí foi importante pra nós de profunda reflexão. É que de madrugada chegava a lista dispensando, o Gilberto Mestrinho dispensando, exonerando, os professores estatutários. Saía em Diário Oficial. Então saía a lista de quinze, vinte e cinco, aí eu sei que quando chegava de manhã aí vinha a última lista, os “caras” eram terríveis. Aí quando os “caras” pegavam aquilo, meu Deus do céu era um alvoraço por que eles estavam na luta política. Aí foram setenta e cinco professores na realidade que foram dispensados. Mas como a gente estava muito bem organizado, então a sociedade entendeu que os professores tinham razão e foram conosco nesse processo... Gilberto deu uma recuada, primeiro ele suspendeu as exonerações dos setenta e cinco, aí eles voltaram pro trabalho, foi fundamental pra sequência da luta.²⁷²

²⁷¹ Cf. SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 275-287.

²⁷² Gerson Gonçalves Medeiros. Entrevista gravada em 5 de janeiro de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 4-5.

Algo importante na narrativa do Professor Gerson, ela mostra a força e o protagonismo do movimento docente. Como veremos em parte oportuna, o movimento mesmo sofrendo forte repressão, acabava obtendo resultados positivos e apoio significativo da sociedade.

A greve de 1983 encerrou em dezembro após a greve de fome encampada por alguns professores na porta da Igreja de São José Operário. Com o auxílio do Arcebispo de Manaus Dom Milton Correa e outros setores da sociedade, foi possível a retomada das negociações. Segundo James Batista

A união de setores como a Igreja Católica, OAB, parlamentares e a comoção que causou na sociedade amazonense com a greve de fome, fez o governador Gilberto Mestrinho retornar às negociações com os professores, o que deu fim a greve no dia 2 (sexta-feira), quando já se encontravam em greve de fome quatro docentes. A Comissão, sob liderança de Dom Milton, conseguiu com os professores o retorno às aulas e o fim da greve.²⁷³

Sobre o encerramento da greve, a APPAM lançou o seguinte comunicado:

Comunicamos aos companheiros professores que, em reunião realizada hoje (02/12/83), às 16:00 horas, entre a Comissão Mediadora, estabeleceu-se o seguinte:

- a) A Paralisação Geral está suspensa a partir de hoje.
- b) Todas as punições impostas aos professores, diretores e orientadores, serão revogadas imediatamente.
- c) As negociações entre o Governo e a Comissão dos 12, representante legítima dos professores, serão retomadas imediatamente.
- d) Serão assegurados à categoria os pontos do documento reivindicatório já discutidos e definidos pela APPAM e Secretaria de Educação e Cultura.

Assim sendo:

- 1. Os professores deverão a partir de HOJE, inclusive os que foram punidos, retornar às suas atividades em sala de aula.
 - 2. Marcar uma reunião com os Representantes de Turno, dia 03/12, às 09:00 horas, no Curso Cretã.
 - 3. Pedimos aos companheiros que apoiaram o movimento para não discriminar os professores, diretores e administradores que não foram capazes de entender o significado profundo de nossa luta.
- Manaus, 2 de dezembro de 1983.²⁷⁴

Outro documento da Associação demonstrava os motivos do movimento paredista:

Em 1982 Gilberto Mestrinho foi eleito com a promessa de democratizar a administração pública no Amazonas, gerando desenvolvimento e garantindo melhores condições de salários aos servidores públicos. Entretanto, as promessas não se tornaram realidade, particularmente na área da educação.

Em 1983 os professores reivindicavam reajuste salarial de 120%, eleição direta para diretores de escolas e unidades, aumento do número de salas de aulas e melhorias nas escolas.

²⁷³ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019. p. 135.

²⁷⁴ APPAM – *Boletim n° 17*, de 2 de dezembro de 1983.

...

Sem possibilidade de diálogo, no dia 8 de novembro a categoria decretou greve. A resposta do governo veio na forma de suspensão aos dirigentes do movimento e ameaças de demiti-los por justa causa.

Entretanto, a pressão não produziu o efeito esperado pelo governo. A Assembleia geral do dia 30 de novembro optou pela greve de fome como forma de denunciar a opinião pública as arbitrariedades e a intransigência de Mestrinho. De 48 em 48 horas um professor estaria entrando em greve de fome na sacristia da Igreja de São José Operário, na Praça 14 de Janeiro.

Mesmo assim o governo mostrava-se intransigente, recusando-se a negociar. As ameaças e pressões contribuíram para aumentar a disposição de luta da categoria. Mais de 95% da categoria em todo o Estado, já estavam paralisados e quatro companheiros em greve de fome. A Assembleia Geral seguinte reuniu mais de seis mil professores no ginásio do Olímpico Clube decidindo pela manutenção da greve

....

No dia 3 de dezembro o governo recuou, admitindo reexaminar a lista de reivindicações e suspender as punições. Essa proposta foi analisada pela categoria em assembleia geram em frente da Igreja de São José Operário, pondo fim a paralisação e a greve de fome.²⁷⁵

O Professor Francisco Lemos foi um dos participantes da greve de fome promovida após a demissão de professores por Gilberto Mestrinho. Segundo ele,

... aí ele baixou um decreto onde ele exonerava todos os professores. Todo mundo teve medo... todo mundo voltou pra sala de aula, aí então veio a ideia. O finado Barbosão: “vamo fazer uma greve de fome?”. Mas o Barbosão não era pra entrar, porque ele era um dos diretores, presidente da casa..... Aí nós tivemos essa ideia. Aí nós botamos... nesse dia nós fechamos a Constantino Nery. Botamos ali mais de dez mil professores no Olímpico. Dali nós saímos pra Greve de Fome. Saiu pra Greve de Fome eu e Barbosão e o resto vinha depois como é o caso do Bessa, como é o caso de outros colegas, a Socorro, a *Socorrora* é uma professora que já tá aposentada, mas não era fácil aquela mulher. Aí eu entro no negócio. Quando eu entro, aí chama a atenção da imprensa nacional e internacional, entendeu? Nessa altura do campeonato não sensibilizou o governo. As escolas todas pararam, só ficou escola de samba dando aula pra quem quisesse. Parou tudo. Aquele momento foi um momento de coragem e fraternidade dos professores. Resultado, quando ele viu que “tava pegando” ele retrocede e torna todas as portarias que ele tinha assinado de exoneração, professor concursado... Todo mundo tinha medo... sem efeito. Aí pede pra acabar com o escândalo da greve de fome, foi escandalizante. Foram dois dias, entendeu? Resultado dessa situação toda meu irmão é que nós ganhamos...²⁷⁶

²⁷⁵ Agenda do SINTEAM. 1983: Greve de fome contra a intransigência. Sem página e sem ano informado. O documento faz parte do acervo atual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas.

²⁷⁶ Francisco Ferreira Lemos. Entrevista gravada em 28 de maio de 2018. Realizada por James Batista, digitada, p. 3-4.

Figura 4 - Fim da greve de fome



Fonte: *A Crítica*, 3 de dezembro de 1983.

Como os acordos do movimento de 1983 não se concretizaram, o movimento docente continuou cobrando o Governo na tentativa de que as negociações avançassem nos anos seguintes. Em 1984, a APPAM continuou com as tratativas com o poder executivo, mas a principal pauta, o salário, não chegava a um acordo. Os 120% de reajuste salarial, bandeira do movimento de 1983, não entraram em um consenso com as partes.

Deste modo, em 1985, ombreados ao trânsito da Ditadura Militar para a República, e ainda, na vitória de Tancredo Neves e José Sarney como Presidente e Vice, respectivamente, da República, em 1985 os professores voltaram a se organizar para uma caminhada dos docentes que sairia do Colégio Amazonense Dom Pedro até o Palácio Rio Negro (Sede do Poder Executivo Estadual), ambos na avenida 7 de setembro na capital amazonense. Sobre o período, James Batista nos mostra uma das características do gilbertismo: a não aceitação de afronta ao seu poder político. Segundo ele,

Gilberto Mestrinho, tido como um político populista, se propunha a agradar as classes sociais mais baixas em busca de apoio e reconhecimento, fundamentais para sua ascensão política. Assim havia feito quando entrou na política, na década de 1950, até sua cassação pelo regime instaurado em março de 1964. Contudo, as afrontas ao seu

governo, eram vistas como prática de desmoralização de seu comando e sempre acompanhada do viés político, que segundo este era apoiada pela oposição.²⁷⁷

Amplamente utilizado como recurso de poder pelas elites econômicas e políticas, o discurso de poder do governador foi largamente difundido pela imprensa manauara como meio para se opor à sociedade, como os professores, e demonstrar a força do aparelho repressivo do estado. O poder exercido contra sociedade pode se chegar aos corpos de forma de ordens e até mesmo naturalmente sem que se sinta. Pierre Boudieu nos explica isto e outros tipos de exercício da autoridade.

Todo reconhecimento é desconhecimento: toda espécie de autoridade, e não apenas aquela que se impõe por meio de ordens, mas aquela exercida sem nos darmos conta, aquela que dizemos natural e que está sedimentada numa linguagem, numa atitude, nas maneiras, num estilo de vida, ou mesmo nas coisas (cetros e coroas, arminho e toga noutro tempo, quadros e móveis antigos, carros ou escritórios de luxo hoje), repousa sobre uma forma de crença originária, mais profunda e mais desenraizável do que o nome sugere.²⁷⁸

Marcada para o dia 21 de abril, a caminhada ao Palácio Rio Negro teve que ser adiada devido à morte do Presidente eleito, ainda indiretamente, Tancredo Neves. A semana que antecedeu o dia 28 foi marcada pelo discurso gilbertista de repressão ao movimento.

Figura 5 - Charge sobre ameaça de uso da Polícia Militar na repressão à caminhada dos professores até o Palácio Rio Negro.



Fonte: Jornal do Comércio. 27 de h abril de 1985. p. 3.

²⁷⁷ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019. p. 91.

²⁷⁸ BOURDIEU, P. O capital simbólico e classes sociais. In: Bourdieu e a questões das classes. **Revista Novos Estudos**. v. 96, p. 105-115, 2013. p. 116.

O uso de *charges* é um recurso muito comum na imprensa amazonense. Com uma população de condições socioeconômicas relativamente austeras, o uso de impressos e o rádio eram mais comuns na capital amazonense. Daí, chargistas como Miranda do Jornal A Crítica têm significativo espaço nas folhas dos periódicos, principalmente quando se retrata de questões políticas.

O Professor Thiago Queiroz, pesquisador que se debruçou nas análises das charges de João Miranda Queiroz, ou Miranda como era mais conhecido o jornalista, muito contribuiu para o entendimento desse modelo de crítica e ironia nas análises políticas. Em uma análise sobre as eleições de 1974 em Manaus através das *charges*, ele expõe que

Miranda, neste artigo, nos serve como um portal capaz de captar a sensibilidade de uma época. Representada através de suas charges, a história desse cotidiano pode ser traduzida, em parte, pelo possível olhar com que estes receptores lançaram sobre a piada, legitimada e descarregada, na mesma medida, em formato de riso.²⁷⁹

A matéria “*Mestrinho usará a PM contra os professores*” do *Jornal do Comércio*, traz em sua página o discurso gilbertista sobre como relacionar-se com o movimento docente. Alguns aspectos já ficam bem claros e exporemos alguns.

A repressão e agressão ao movimento que se tornou, infelizmente, prática de outros governos fica bem clara, quando ele expõe:

Eu quero dizer aos professores que não atendam nenhuma convocação da APPAM, porque não os receberei e vou impedir com a Polícia Militar que eles façam qualquer manifestação porque a classe de professores melhor paga no Brasil é do Amazonas.²⁸⁰

Exemplo de repressão foi o dos docentes do Rio Grande do Sul em 1982. Análogo ao que acontecia no Amazonas, lá “eram proibidas tanto a sindicalização como as greves dos servidores públicos”²⁸¹ e, assim

os docentes organizaram “associações” e quebraram a legislação anti greves com a legitimação de seus movimentos, muito além da legalidade. Tal legitimidade acabava sendo reconhecida mesmo por integrantes do regime e dos governos em inúmeras situações.²⁸²

E sobre a repressão ao movimento ele expõe

Apesar da agonia deste regime e do encaminhamento de determinada abertura, era questão de honra não ceder aos trabalhadores organizados, em especial num ano eleitoral. A manutenção do chamado ‘entulho autoritário’ merece uma reflexão, até

²⁷⁹ QUEIROZ, T. R.. A chacota da derrota: a charge do Miranda e a eleição de 1974 em Manaus. **Tempo Amazônico**, v. 8, p. 1-21, 2021. p. 39.

²⁸⁰ **Jornal do Comércio**. Manaus, 27 abr. 1985. p. 3.

²⁸¹ MARQUES, M. L. B. 1982: a repressão do regime cívico-militar ao movimento docente e o conteúdo da imprensa escrita no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. p. 1-15. p. 3.

²⁸² MARQUES, M. L. B. 1982: a repressão do regime cívico-militar ao movimento docente e o conteúdo da imprensa escrita no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2015. p. 1-15. p. 3.

por que o mesmo se manteve por vários anos ainda, mesmo após a promulgação da constituição de 1988, como é problematizado por uma série de autores. Na greve docente de 1982, assim que pôde, a partir da fragilização da greve e de uma leitura de um contexto favorável ao governo, este reuniu suas forças para golpear o movimento e demonstrar quem comandava ainda. A derrota da greve refluíu os movimentos docentes até o ano de 1985 no Rio Grande do Sul, quando houve uma nova greve, agora contra um governador eleito do PDS.²⁸³

Já no movimento gaúcho é perceptível que os movimentos docentes vão se estender para além da primeira metade da década de 1980 e continuarão na década seguinte, principalmente pela influência do neoliberalismo na economia e poder de consumo dos docentes.

Algo interessante que podemos perceber nos dois exemplos é que os governos que deveriam, em tese, deixar as práticas ditatórias para trás. No entanto, o uso de legislações e a repressão policial se faz comum no combate aos movimentos docentes.

Aliás, a exemplo da charge, a força policial mostrada como um cachorro a serviço de seu dono e adestrado para combater os professores, demonstra que algumas categorias, como as dos agentes de segurança pública, eram preteridas por estes governadores.

Um momento da nota questiona se essa postura do governador Gilberto Mestrinho não destoaria de um governo que falava tanto em democracia. Mestrinho, com sua postura autoritária, respondeu: “eu não tenho nada o que tratar. Dou audiência a quem eu quero.”²⁸⁴

Outro momento que caracteriza o discurso gilbertista em relação aos trabalhadores da Educação, é sempre a falácia que o movimento é politizado e que procura não buscar melhorias para a categoria, mas na fala do governador “eles não estão interessados em resolver o problema de ninguém e sim em fazer política.”²⁸⁵ No caso, se ele estaria provocando os docentes ao colocar a Polícia Militar em frente ao palácio, ele foi bastante enfático: “Não. É apenas um aviso.”²⁸⁶

Em outro momento o governador expõe:

“não admito que meia dúzia de pessoas, querendo fazer política e usando os professores como massa de manobra, venha aqui pressionar o governo. Meu governo não sofrerá pressão. Não aceito pressão, nem preciso de pressão.”²⁸⁷

A nota ainda transmite que os assessores de Mestrinho estavam cientes da tática para sufocar o movimento dos professores e que fontes da Polícia já estariam criando um esquema para não permitir o acesso dos docentes à Avenida 7 de Setembro.

²⁸³ MARQUES, M. L. B. 1982: a repressão do regime cívico-militar ao movimento docente e o conteúdo da imprensa escrita no Rio Grande do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis, 2015. p. 1-15. p. 13.

²⁸⁴ *Jornal do Comércio*. Manaus, 27 abr. 1985. p. 3.

²⁸⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 27 abr. 1985. p. 3.

²⁸⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, 27 abr. 1985. p. 3.

²⁸⁷ *Jornal do Comércio*. Manaus, 27 abr. 1985. p. 3.

Outro fato presente nos discursos gilbertista é a tentativa de dizer que os docentes já ganham um salário acima da média, comparado com outros estados. Segundo ele: “Hoje, eles vão ganhar 500 mil cruzeiros, aumento 15 vezes superior ao dado quando assumi o governo. Nenhum Estado Brasil fez isso.”²⁸⁸

Percebemos assim que o discurso gilbertista em relação ao movimento de professores está ancorado em três pontos: primeiro, pela não aceitação de que tais trabalhadores enfrentem o poder do governo; segundo, descaracterizar o movimento como necessidade dos trabalhadores propagando principalmente através da imprensa que tais movimentos têm cunho político partidário; e terceiro uma desconstrução da necessidade de aumento salarial usando de exemplo outros estados brasileiros onde as dinâmicas sociais e econômicas são completamente diferentes da realidade do Amazonas.

Sobre o acontecimento da caminhada que ocorreu no dia 29 de abril de 1985, buscaremos neste momento a memória de professores para compreender o fato.

Quando chegou no dia, a gente se concentrou no colégio Dom Pedro II, a gente se concentrou lá. Quando eu venho chegando eu percebo que o pelotão da Polícia Militar tá se concentrando atrás do Quartel da Polícia Militar, e o Félix Valois, que era o Secretário de Segurança, estava fazendo a fala à plenária dos professores que poderiam ir lá com o Gilberto que não teria nenhum problema; que o Gilberto ia receber eles tranquilamente; que não ia haver repressão de coisa nenhuma. Daí eu pedi a palavra e disse: “Olha, assim ó, se não vai haver repressão não sei, mas que o batalhão tá todo mundo concentrado ali atrás e eu não sei pra que”. Aí ele ficou meio assim sem jeito, terminou a fala dele e se mandou pra lá. Foi aí que nós decidimos fazer a caminhada até o palácio. Então, nós tínhamos chamado a imprensa, nós tínhamos chamado os parlamentares ligados ao PMDB, o Chico, Francisco Queiroz que era o Presidente da Assembleia Legislativa e do MDB foi conosco nesse processo; Arthur foi com a gente tudo, que era do MDB, foi com a gente nesse processo, então a imprensa também.²⁸⁹

Como expõe o Professor Gerson Medeiros, após as constantes ameaças do governador em reprimir a caminhada, os professores procuraram se aparelhar do outro lado buscando apoio da imprensa e dos deputados tanto de posição quanto oposição ao governo. A decisão de continuar com a mobilização se apoiou numa possibilidade de não haver repressão. No entanto,

Nós estávamos no Colégio Estadual nos preparando pá caminhada como fomo recebido pelo... compareceu lá Arthur Neto e o Mário Frota, ambos foram com a finalidade de desmobilizar a categoria. “Podemos falar?” Podem! E eu lá com a turma, tinha uns 40 a 50 professores apenas, eles subiram num banco lá e fizeram a preleção deles né, quando terminaram a preleção eu volto à palavra em ordem, daí o pau cantou (inaudível) se você quer nos ajudar, nos acompanhe (inaudível) tiveram outra, e já estava ao longo da avenida vários professores e tal, que foi terrível, aliás, o jornal *Diário do Amazonas* que traz,... Então nós fomos caminhando, foi com Arthur e tava ali a polícia bem próxima. Quando nós chegamos na porta, a polícia lá e tal, e tinha

²⁸⁸ *Jornal do Comércio*. Manaus, 27 de abril de 1985. p. 3.

²⁸⁹ Gerson Gonçalves Medeiros. Entrevista gravada em 5 de janeiro de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 7.

muitos fora né, eu tava na comissão, eu e mais outros, dai quando nós passamos do portão a polícia rapidamente fecha o portão, pegou jornalistas e outros (inaudível) e encostaram o cacete. Foi aí que se viu, a imprensa não perdoou nesse caso né.²⁹⁰

Na narrativa do Professor Aloysio Nogueira, percebemos que o discurso gilbertista, principalmente, o ligado à repressão ao movimento, alcançou grande parte dos docentes, estando, assim, os professores em pouco número para a caminhada. O uso dos políticos é mais uma vez enfatizado mostrando que a organização da mobilização não cedeu às ameaças do governador. E assim,

aí nós participamos do primeiro movimento dos professores, a conhecida “Batalha do Igarapé de Manaus”, da qual eu era o cabeça do negócio por eu ter sido militar, realmente eu conhecia as fraquezas do quartel. Do quartel e do Centro do Palácio Rio Negro. E aí a gente invadiu o Palácio. Ele não quis receber e a gente invadiu o Palácio. Aí mandou sentar o cacete, a famosa “Batalha do Igarapé de Manaus”. Ali apanhou gregos e troianos! O resultado dessa situação toda é que repercutiu no governo dele, daí passamos a fazer movimentos.²⁹¹

E ali eu tive a brilhante ideia de dizer que os portões não têm cadeados, não funciona cadeados nem coisa nenhuma e só chegar e “Pá” (sinal de batida dos portões), aí foi como a massa adentra, aí ele fechou com a Polícia. Ele interpretou como sendo uma agressão ao governo. Aí a Polícia fechou. Nessa época esse que hoje é Prefeito de Manaus, esse cara foi o primeiro a dançar na porrada, porque ele foi querer intermediar, ele era do PMDB, ele foi querer intermediar toda a situação com o Mestrinho e o Mestrinho era um cara radical assim como o Amazonino é, porque o Amazonino é da escola do Mestrinho, entendeu? Ele era radical. Ele não aceitou mesmo. Preparam uma comissão, também não aceitou, aí nós fomos pro movimento, daí culminou na Batalha.²⁹²

Fui agredido. Ainda peguei umas três borrachadas ainda. No braço, me defendendo... Os caras que serviram junto comigo que realmente me bateram.²⁹³

A caminhada até o Palácio Ario Negro, como nos mostram as narrativas dos professores, foi reprimida pela Polícia Militar sob ordens do governador Gilberto Mestrinho. Contudo, devido ao alcance que a repressão teve o governador acabou cedendo e recebendo uma comissão formada por professores e deputados para discutir a pauta de negociações.

A imprensa deu grande destaque ao acontecimento que gerou uma repercussão negativa para o governo.

²⁹⁰ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 30.

²⁹¹ Francisco Ferreira Lemos. Entrevista gravada em 28 de maio de 2018. Realizada por James Batista, digitada, p. 6.

²⁹² Francisco Ferreira Lemos. Entrevista gravada em 28 de maio de 2018. Realizada por James Batista, digitada, p. 7-8.

²⁹³ LEMOS, Francisco Ferreira. Entrevista gravada em 28 de maio de 2018. Realizada por James Batista, digitada, 10-11.

O *Diário do Amazonas* traz à tona mais um dos paradoxos que foi o governo Mestrinho: enquanto se iniciava uma Nova República que procurava enterrar o regime ditatorial, as práticas do governador contradiziam o momento com a repressão muito comum durante a Ditadura.

A repressão ocorrida no dia 30 ficou na memória do movimento docente como a “*A Batalha do Igarapé de Manaus*”. Isso se deu devido à crônica do Professor José Ribamar Bessa Freire, que expôs:

A Batalha do Igarapé de Manaus foi vencida pelas tropas oficiais, que dessa forma mereceram ganhar a Medalha de Santa Etelvina. Que ela, a Santa Etelvina, a padroeira da leseira manauara, nos proteja de outras batalhas como essa, maninha!

De qualquer forma, os professores indicaram os caminhos das ruas, das manifestações públicas, a reivindicação e da luta. Os metalúrgicos do Distrito Industrial entenderam o recado e se manifestaram, eles também, realizando a primeira greve geral. No momento mesmo em que se travava a Batalha do Igarapé de Manaus, em Abril de 1985, 20 mil metalúrgicos de 24 empresas deram início à primeira campanha salarial, que desembocou na primeira greve geral no Amazonas, iniciada pelo pessoal da Sanyo.²⁹⁴

O Professor José fez outra contribuição de sua memória em outra mobilização dos professores amazonenses, demonstrando ativa participação, atuação e conhecimento do movimento docente amazonense. Por isso, as suas inserções e análises sobre os docentes sempre estão cheias de detalhismos trazidos da sua memória, em outra crônica ele rememora:

Houve um salto qualitativo do movimento em relação ao iniciado há quase 40 anos, do qual tive o privilégio de participar ativamente. Foi no 12 de abril de 1979, uma quinta-feira santa. Fazia um mês que José Lindoso, o novo governador do Amazonas eleito pelo voto indireto, havia tomado posse. A situação salarial do magistério se degradava. A ditadura começava a descer ladeira abaixo. Em São Paulo, os metalúrgicos faziam greve com grandes manifestações, dando exemplo aos trabalhadores em todo o Brasil.

Um grupo pequeno de professores decidiu ressuscitar a velha APPM – Associação Profissional dos Professores de Manaus, então presidida por Flaviano Guimarães tendo Freida Bittencourt como vice-presidente. Editamos no mimeógrafo mais de mil exemplares do Boletim da APPM e distribuimos nas escolas de Manaus convocando os professores para uma reunião em plena semana santa, no salão paroquial da igreja de Educandos cedido pelo vigário Francisco Pinto. Compareceram 20 gatos pingados. Teria sido um fracasso se, entre os presentes, não estivesse dona Waldenora, professora do Grupo Escolar Cônego Azevedo, responsável por alfabetizar centenas de crianças e adultos. Embora jamais pronunciasse um palavrão dentro da sala para não dar mal exemplo, fora da escola era uma senhora respeitável, mas saudavelmente desbocada, capaz de mandar o governador tomar no pescoço francês. Com um discurso vigoroso, ela deu uma injeção de ânimo, nos indicou o caminho, recomendando persistir.

Fizemos novas edições semanais do boletim e continuamos a distribuir nas escolas. Começaram a chegar outras pessoas às inúmeras reuniões de organização, inclusive na Casa do Trabalhador, na rua Marcílio Dias. O número de participantes crescia de uma reunião à outra. Alguns meses depois reuníamos mais de 5 mil professores numa enorme assembleia na Quadra do Olímpico. Dona Waldenora estava lá, ela e sua indignação. Naquele ano, o movimento obteve vitórias importantes, conseguindo

²⁹⁴ FREIRE, J. R. B. A Batalha do Igarapé de Manaus. In: **Essa Manaus que se vai**. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 45.

dialogar com o governo Lindoso que foi mais flexível que Amazonino ou Gilberto Mestrinho.²⁹⁵

No contexto de conflito entre os professores e o governo na década de 1980, o Amazonas não foi um caso isolado, tendo acontecido em vários outros estados da nação. Vários serão os lugares onde os movimentos de professores, impulsionados, como já vimos, pelo processo de abertura política e precarização do trabalho, ocorrerão de forma organizada.²⁹⁶ Deste modo,

Os movimentos sociais populares, portanto, especialmente os que aconteceram no Brasil do final da década de 1970 e 1980, ao estabelecer relações com os movimentos dos educadores nos anos gaúchos, bem como com os demais setores da sociedade, que se mostraram preocupados com a educação para a transformação, estariam realizando um movimento em busca da construção do conhecimento a partir da criação e construção coletiva. Isto indicaria um caráter educativo e transformador, embora, tivesse que enfrentar várias dificuldades e limitações.²⁹⁷

O Rio Grande do Sul as eleições gerais de 1982 tiveram como eleito ao governo do Estado Jair Soares do PDS, tendo como segundo colocado Pedro Simon do PMDB. Em 1985 frente à precarização no trabalho docente os professores encamparam uma greve de 60 dias que culminou na vitória da categoria quando o então governador Jair Soares cede ao pagamento do piso salarial de 2,5 salários mínimos para a categoria. Neste contexto do professorado e sua luta histórica do período, nos interessa a eleição de 1986 vencida por Pedro Simon pois este não cumpriu o acordo feito entre os professores e seu antecessor. Simon vence as eleições deixando claro qual seria sua postura com o funcionalismo público, mais especificamente, com o professorado gaúcho. O discurso do governador eleito dialoga em muito com o gibertismo amazonense de austeridade fiscal, “intransigência, uso da força e ameaças foram o tom do governo do PMDB durante todo o período.”²⁹⁸ A falta de abertura para o diálogo levou os(as) manifestantes a recorrerem à criatividade, ocupações e auto-agendas.²⁹⁹ Frente a postura do governador,

O ano de 1987 é marcado pela maior greve organizada pelo sindicato até o momento, com duração de 96 dias, sendo marcada pela truculência por parte das instituições que amparam o Estado, como a polícia militar e pelo uso de diferentes táticas de protesto pelas sindicalistas, como acampamentos em frente a órgãos públicos.³⁰⁰

²⁹⁵ FREIRE, J. R. B. Domingo da Ressureição: a greve de professores. **Taquiprati**, 2018. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1389-domingo-da-ressureicao-greve-de-professores-no-amazonas>. Acesso em: 18 nov. 2018.

²⁹⁶ Estaremos nesta parte tratando dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul por entender que há identificação partidária, discurso de austeridade fiscal e politicismo do movimento e repressão aos docentes em movimento com o movimento docente no Amazonas. Entretanto, também compreendemos que estas identificações não estão restrita somente a estes Estados.

²⁹⁷ BRAGANÇA, Sabrina Zientarski de ; ZIENTARSKI, Clarice . **As relações e aprendizagens presentes entre os movimentos sociais de trabalhadores de diferentes categorias profissionais**. Educação e Emancipação (UFMA) , v. 9, p. 228-256, 2016. p. 253-254.

²⁹⁸ CPERS. Nossa história. Disponível em: [Nossa História CPERS - Sindicato](http://www.cpers.org.br/nossa-historia). Acessado em: 09 mar. 2026.

²⁹⁹ MACHADO, M. B. C. ; NOSCHANG, F. A. **A Campanha de Alceu Collares para o Governo do Rio Grande do Sul em 1990**. In: 12 Encontro Nacional de História da Mídia, 2019, Natal - RN. 12 Encontro Nacional de História da Mídia - Anais. Natal - RN: Alcar, 2019. v. 1. p. 5-6.

³⁰⁰ FREITAS, Ana Cláudia. Exigir nossos direitos, ensinar democracia?: o Hino do CPERS/Sindicato e a greve de professoras/es de 1987 no Rio Grande do Sul. In: **V Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2023, Florianópolis. Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2023. p. 03.

Outro Estado em que o movimento docente teve seu embate análogo à mobilização amazonense, foi São Paulo. Segundo Elaine Lourenço,

A repressão mais uma vez está presente nestes movimentos. Um dos momentos marcantes foi a greve de 1987, já no governo de Orestes Quércia, também do PMDB, que proíbe manifestação dos docentes à frente do “Palácio do Governo”. Tal qual um rei absolutista, o chefe do Executivo lança mão de um grande aparato repressivo para impedir a chegada dos manifestantes à sede do governo.³⁰¹

Oreste Quércia, assim como Gilberto e Amazonino e, Pedro Simon, faziam parte do PMDB, o que demonstra um alinhamento político partidário no trato ao movimento de professores. Eleito em 1986 para o governo de São Paulo, portanto o segundo governo escolhido de forma democrática, Quércia também engrossava o discurso de austeridade fiscal para não atender as demandas dos docentes. Agregava-se a este cenário mais um fator identitário com a postura gilbertista no Amazonas, a de que o movimento era político.³⁰²

Por fim, podemos concluir que a década de 1980 e suas principais ações moldaram a prática sindical e mobilizadora do movimento docente até a atualidade, ainda, que o discurso gilbertista do início do processo de institucionalização do movimento de professores com a APPAM, ainda é uma perspectiva que encontra-se contemporaneizada nos atos dos governos que se seguiram ao de Gilberto Mestrinho na década de 1980.

2.3 Rumo às décadas seguintes: o trabalhador docente amazonense adentrando à década de 1990

Transitado a década de 1980, momento de intensa mobilização sindical dos trabalhadores docentes e prenhe de opressão pelo governo, os trabalhadores da Educação adentram à nova década em uma continuidade de ações mobilizatórias, em disputa com o poder estatal, na luta por melhores condições de vida e trabalho.

O cenário de luta, uma continuidade da década anterior, se pautou na consolidação de direitos adquiridos com o advento da nova Constituição Estadual. Uma das conquistas primordiais, resultado das lutas na década de 1980, foi o piso salarial de três salários mínimos, que segundo o Professor Aloysio Nogueira foi conseguido, após a *Batalha do Igarapé de*

³⁰¹ LOURENÇO, Elaine. . Salários e greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. P. 3.

³⁰² GEROLOMO, Amilton Carlos. **Trabalhadores do ensino e sindicato: uma relação de conflito. Os professores da rede de ensino oficial do Estado do São Paulo e a APEOESP (1978-1987)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

Manaus, “não só assinar esse documento, o piso salarial, eles assinarem mesmo né, o resultado foi esse. Nós tivemos esse documento assinado, publicado no diário oficial e foi, constou na constituição de 1988, o piso salarial da categoria.”³⁰³ O documento que o ex-presidente da APPAM fala, eram outras pautas como melhores condições de trabalho, e outras que acabaram não se concretizando como eleição para Diretor Escolar e número de alunos por turma. Outro partícipe dos movimentos da década anteriores foi o Professor Gerson Medeiros que expôs:

Na verdade, ele não assinou nem vinte por cento daquilo que a gente... mas teve uma reivindicação que foi fundamental para gente que foi o piso salarial baseado em três salários mínimos, mais a qualificação do professor, mais cinquenta por cento da qualificação do professor. Ele pagou.

As duas narrativas nos demonstram algo importante relacionado à seleção da memória como bem propôs Michael Polack, contudo, em um mesmo acontecimento nos chama a atenção as visões distintas, fruto da heterogeneidade das memórias, e consequentemente, das narrativas.

Para Janaína Amado,

Toda narrativa apresenta uma versão, um ponto de vista, sobre algo. (...) "Importa a versão, não o fato": o antigo ditado popular já chamava a atenção para a importância e autonomia das interpretações. Toda narrativa articula alguns elementos, como: quem narra, o quê narra, por que narra, como narra, para quem narra, quando narra... As formas - quase infinitas - de articulação entre esses elementos resultam do uso de códigos culturais (linguagem, estilo, gênero literário etc.) à disposição dos autores, em determinada época, e, também, da contribuição individual oferecida por cada autor, ao escolher os códigos que utilizará em sua narrativa, e os modos como o fará. O uso desse espaço individual.³⁰⁴

Para o Professor Aloysio Nogueira, o resultado da mobilização de 28 de abril de 1984 teve grandes vitórias, conforme sua fala : “nós tivemos esse documento assinado.”³⁰⁵ Enquanto o Professor Gerson Medeiros afirma: “Na verdade, ele não assinou nem vinte por cento daquilo que a gente...”³⁰⁶ Neste caso, podemos interpretar esse paradoxo acerca do mesmo evento na seguinte perspectiva:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua autobiografia., quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar a disposição da filosofia de outros... Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar

³⁰³ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 31.

³⁰⁴ AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História** [UNESP], São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.p. 133.

³⁰⁵ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 7.

³⁰⁶ Aloysio Nogueira de Melo. Entrevista gravada em 6 de junho de 2017. Realizada por James Batista, digitada, p. 8.

consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar.³⁰⁷

Passamos agora à exposição do ponto uníssono das duas narrativas: o piso salarial dos professores amazonenses. A carta magna estadual de 1989 em seu artigo 199³⁰⁸, que trata sobre o Sistema Estadual de Educação, em seu texto primitivo sobre o piso dos professores, trazia o seguinte texto:

Art. 199. O Sistema Estadual de Educação, integrado por Órgãos e estabelecimentos de ensino estaduais e municipais e por escolas particulares, observará, além dos princípios e garantias previstos na Constituição da República, os seguintes preceitos: (...)
II - em relação ao ensino público:
(...)
e) valorização dos profissionais do ensino mediante planos de carreira para todos os cargos de magistério, com piso salarial profissional nunca inferior a três vezes o piso salarial dos funcionários públicos estaduais, promoção obrigatória e ingresso exclusivo por concurso público de provas e títulos, assegurado o regime jurídico estatutário para todas as instituições de ensino mantidas pelo Estado.³⁰⁹

Fruto das lutas dos professores, o texto constitucional contemplou parte do ensejo da categoria que era a previsão legal do salário dos docentes. Como já vimos anteriormente, o gilbertismo tinha uma característica peculiar de se mostrar como um governo que atendia os anseios da sociedade, mesmo que na prática, a exemplo do modo como lidava com os professores, inclusive com uso da força, se demonstre muito diferente. Seguindo tal característica, o Governo Estadual em uma demonstração de força – mais uma vez! -, buscou, por vias judicial, o não cumprimento de tal direito.³¹⁰

Para entendermos o uso destes discursos do poder, nos debruçaremos sobre a questão da hipocrisia, que nos alude em muito o funcionamento do gilbertismo, não só nos momentos em que o próprio Gilberto Mestrinho estava no poder, mas também, naqueles em que ele construiu como seus afilhados. Deste modo, podemos primeiramente entender o discurso hipócrita “produto de um permanente trabalho de racionalização, através do qual ele busca

³⁰⁷ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996, p. 60.

³⁰⁸ Não é objetivo, pelo menos neste momento, a análise da legislação estadual, mas somente uma amostra do cenário que a década de 1990 vai se construir na relação professorado e governo. Também não nos debruçaremos aqui nas mobilizações construídas a partir do desdobramento das leis que precarizam o trabalho docente. Ambos terão lugar específico dentro desta tese.

³⁰⁹ AMAZONAS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Amazonas, de 5 de outubro de 1989**. Compilada até a Emenda Constitucional nº 140, de 2025. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2025. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2025.

³¹⁰ Neste momento, nos debruçaremos apenas em constituir um quadro geral da relação professores e Governo Estadual, tendo em vista que posteriormente teremos parte desta tese destinada à análise das precarizações motivadas por legislações.

tornar aceitável para si e para os demais atos que são considerados inaceitáveis de acordo com os valores morais que ele mesmo afirma publicamente.”³¹¹

Não há como desassociar no discurso gilbertista a necessidade de tentar desqualificar, a todo momento, o movimento dos professores. Como já fora visto e ainda será, tais governantes discursam falácias sobre os professores na expectativa de colocar a sociedade a favor de suas narrativas hipócritas que faz parte do poder políticos destes. Sendo assim, “a hipocrisia é considerada, assim, um instrumento importante no jogo do poder, que pode ser utilizado pelos governantes segundo as suas necessidades e os seus objetivos de êxito.”³¹²

A década de 1980 foi palco dos diversos discursos hipócritas propagados pelos meios de comunicação a serviço do poder hegemônico, como já vistos. Neste contexto, Gustavo Costa nos alude que

O problema que a meu ver merece maior aprofundamento, no entanto, diz respeito aos discursos cujos meios de convencimento se constroem, não com base em pretensas verdades, mas em mentiras francamente assumidas como tais. (...) Não se trata de discutir toda a estratégia de manipulação política pautada na desinformação, disseminação de meia-verdades, insinuações, calúnia, distorção de fatos ou, para resumir nas palavras de um dos comentaristas que colaboram com o documentário: da manipulação do ressentimento das classes trabalhadoras em prol do interesse das classes dominantes, sob a suposta defesa de uma “limpeza do sistema”.³¹³

Algo que chama a atenção e vem de encontro ao discurso hipócrita dos políticos alinhados ao gilbertismo é uma característica na construção identitária destes na relação com os professores: uma maioria significativa deles se autointitulavam professores, a exemplo do próprio Gilberto Mestrinho.

Findando seu mandato, Gilberto Mestrinho, em clara continuidade do gilbertismo, ainda em 1985 “escolheu a dedo” os candidatos da “Aliança Democrática” para governar o estado: Amazonino Mendes (PMDB), governador e Vivaldo Frota (PFL)”³¹⁴ contra o Muda Amazonas, liderado pelos dissidentes do PMDB Artur Virgílio Neto e Mário Frota. Em entrevista concedida ao historiador Giovane Amaral, Mário Frota, atuante na política amazonense, descreve a escolha de Gilberto como algo que já vinha sendo arquitetado havia tempo

Quando o Mestrinho voltou do exílio, exílio não, ele não ficou exilado, ficou lá no Rio de Janeiro. Ele não vinha aqui porque não queria, era papo, ele não foi impedido de vir aqui não. Ele foi exilado lá em Copacabana, morava lá. O Mestrinho não apoiava a oposição aqui, o Mestrinho apoiava o Vivaldo Frota, que era compadre dele,

³¹¹ SILVEIRA, F. E. Reflexões sobre a natureza do poder político: o problema da hipocrisia. **Civitas (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 1, p. 147-168, 2001. p. 147.

³¹² SILVEIRA, F. E. Reflexões sobre a natureza do poder político: o problema da hipocrisia. **Civitas (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 1, p. 147-168, 2001. p. 155.

³¹³ COSTA, G. B. N. Hipocrisia cínica ou cinismo hipócrita? A coragem da mentira e as estratégias de manipulação política na contemporaneidade. **Revista Apoena**, v. 4, p. 60-73, 2022. p. 67.

³¹⁴ AMARAL, G. **Fábio Lucena**: um senador amazônida (1940-1987). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. p. 105.

e tinha sido Secretário de Estado quando o Mestrinho foi governador, inclusive mandando cartas pros amigos dele, apoiando o candidato da ARENA, que era o Vivaldo Frota. (...) O Gilberto nunca foi ideológico, nunca teve nada na cabeça, esquerda, direita, nesse sentido. Ele tinha o projeto dele, pessoal, de governo.³¹⁵

A escolha de Mestrinho estava aliançada ao seu plano de continuidade no poder. Amazonino Mendes, um desconhecido da política local, fora escolhido por Mestrinho durante seu governo na década de 1980, e o vice, um compadre político. Mas não bastava escolher, seu projeto precisava da atuação pessoal do “boto navegador”.

Veremos por exemplo a atuação de Mestrinho no *jingle* da campanha de Amazonino Mendes e Vivaldo Frota:

Jingle "Roda do Destino"³¹⁶

Tá no ar a voz do povo
Despertando a emoção
Dando lugar a um sentimento novo
Uma mensagem vem do coração
Deixo girar a roda do destino
Sei que vou votar, vou votar no Amazonino!
Deixo girar a roda do destino
Sei que vou votar, vou votar no Amazonino!
Seu caminho é certo
Cada um do povo é seu irmão
Com a bandeira de Gilberto
Tu terás outra missão
Deixo girar a roda do destino
Sei que vou votar, vou votar no Amazonino!
Deixo girar a roda do destino
Sei que vou votar, vou votar no Amazonino!

Surgido no Brasil nos anos 1920, os *jingles* são objetos muito utilizados como forma de propagação das políticas partidária existentes nas eleições. O estado, que nas décadas de 1980 e 1990 ainda concentravam grande parcela da população no interior, poderia ser alcançado pelas músicas de publicidades eleitorais pelos rádios, que faziam parte do cotidiano dos ribeirinhos e interioranos e já tinham atuação desde a década de 1970.³¹⁷ Além dos rádios, o *jingle* da Campanha de Mendes e Frota poderia ser ouvido pela televisão, alcançando público das mais diversas classes socioeconômicas do estado. Essas formas de discurso são vistas como uma forma simbólica que “constituem um amplo conjunto de fenômenos significativos como gestos,

³¹⁵ Mário Frota. Entrevista concedida em 12 mar. 2016. *apud*: AMARAL, G. **Fábio Lucena**: um senador amazônida (1940-1987). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. p. 60-61.

³¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/16D6FmcBXL/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

³¹⁷ Disponível em: [Rádio na Amazônia pode ser aliada no combate a desigualdades | Agência Brasil](#). Acesso em: 31 mar. 2024.

ações, manifestações verbais ou escritas, imagens, músicas, vídeos e, portando, o objeto de estudo deste trabalho, os jingles.”³¹⁸

Não é objetivo nosso a análise visual do *jingle*, mas mostrar como ele foi uma maneira de exercer a continuidade de poder do gilbertismo no estado do Amazonas. Na música é possível perceber uma aliança entre Amazonino e Gilberto e seu discurso em prol do continuísmo. Em um dos trechos, a música relata: “Com a bandeira de Gilberto/Tu terás outra missão.” A associação de Amazonino a Mestrinho era necessária para o processo gilbertista, sendo que os opositores já eram conhecidos na política amazonense. Para esse discurso de poder, o sociólogo Pierre Bourdieu constatou

Sabemos que todo exercício de poder é acompanhado de um discurso que visa a legitimar o poder daquele que o exerce; pode-se mesmo dizer que é própria de toda a relação de poder não ter todo o seu poder senão na medida em que se dissimula como tal. Em suma, para falar de um modo simples, o político é aquele que diz: “Deus está conosco”. O equivalente de “Deus está conosco” é hoje “a opinião pública está conosco”.³¹⁹

Entretanto, esse discurso, além de legitimação, tem que chegar aos ouvintes como verdadeiro. Não basta ser hipócrita, tem que passar aos seus eleitores um caráter de verdade para que a sua propagação seja eficaz. Segundo Michel Foucault, no que ele vai denominar de economia política da verdade

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; (...).³²⁰

Eleita em 1986, a chapa Amazonino Mendes e Vivaldo Frota continuou as práticas de Gilberto Mestrinho no que tange ao professorado amazonense. Em 1990, Mendes decide deixar o governo e dedicar-se à eleição para o Senado, deixando seu vice no comando do estado do Amazonas. Alinhado ao gilbertismo, a década de 1990 trouxe uma continuidade de precariedade no trabalho do professorado amazonense. Vivaldo Barros Frota, numa expressa continuidade do gilbertismo no estado, não dialogou com o movimento de professores e estes necessitaram continuar se organizando contra os discursos políticos de austeridade fiscal e um dos melhores salários do país, prática comum no governo Mestrinho. Assim, a década de 1990 e as seguintes caminharam com uma continuidade do processo de precarização do trabalho docente que levou o professorado a se organizar diversas vezes. O governador, ainda na década

³¹⁸ HOFFMANN, F.; SANTOS, E. R. Os jingles como formas simbólicas estratégicas de persuasão político-eleitoral. **Cadernos do Tempo Presente / UFS**, v. 8, p. 27-38, 2017. p. 32.

³¹⁹ BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 212.

³²⁰ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 52.

de 1990, expôs que não pagaria o salário dos professores que estava previsto na constituição, pois o estado não conseguiria pagar e arcar com as suas demais demandas, visando na matéria buscar os outros servidores a ficarem do seu lado e, por fim, afirmando que em seu mandato não haveria atrasos.³²¹

³²¹ ESTADO não vai reajustar salários. **Jornal do Comércio**. 12 abr. 1990, p. 6.

3 A EXPANSÃO DO GILBERTISMO NO ESTADO DO AMAZONAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Não podemos negar que Gilberto Mestrinho foi um político visionário na construção de seu poder político no estado do Amazonas. Mesmo que o AI-1 tenha-o cassado, ele buscou estratégias para continuar suas atividades empresariais e políticas até a década de 1980 quando foi eleito, de forma democrática, governador do estado.³²²

Essa estrutura organizada de poder, é fruto de um tempo distante da década de 1950, que criou o político Gilberto Mestrinho nos estertores do trabalhismo. Essa perpetuação do poder de Mestrinho é explicada pelo professor César Queiroz, que nos ajuda a compreender como esta rede já vinha tomando corpo e, que mesmo com o golpe de 1964, se personalizou na década de 1980, pois,

Em outubro de 1962, com o apoio do então deputado federal Arthur Virgílio Filho, responsável pelo movimento de pacificação do Amazonas, Plínio Ramos Coelho elegeu-se mais uma vez governador do Amazonas, derrotando Paulo Néry, apoiado pelo PSD e pela UDN. O trabalhismo amazonense se consolidava no cenário político local enquanto a oposição se desarticulava. No limite, tal hegemonia pode ser verificada até os dias atuais, quando observamos a perpetuação de herdeiros políticos dessas lideranças no poder uma vez que, desde o retorno das eleições governamentais, em 1982, o Amazonas tem sido governado por um grupo pequeno e relativamente fechado de políticos que ora se aliam, ora se opõem, tendo como patriarca o ex-governador Gilberto Mestrinho.³²³

E dessa construção política de Mestrinho alicerçada aos ideais políticos do trabalhismo César Augusto e Peri Petit adensam:

Nas eleições de outubro de 1954, Plínio Ramos Coelho foi eleito governador do estado pelo PTB, derrotando Rui Araújo, candidato da coligação formada pela UDN, PSD, PDC e PTN, e selando a derrota de Álvaro Maia. Esta eleição, vencida por Plínio por apertada margem de votos, colocou em lados opostos as forças políticas que se formaram e consolidaram durante o Estado Novo – tendo em Álvaro Maia seu principal expoente– e o trabalhismo em ascensão, representado pela ousadia de Plínio Coelho, um dos mais jovens governadores do país (tinha apenas 34 anos)¹⁵. Depois de conquistar um segundo mandato trabalhista, com a eleição de Gilberto Raposo Mestrinho, em 1958, Plínio Ramos Coelho se elege novamente para o Executivo amazonense, no ano de 1962.³²⁴

³²² QUEIRÓS, C. A. B. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. **Revista Antíteses**, v. 12, p. 542-562, 2019.; QUEIRÓS, C. A. B. 'Papagaio que está trocando as penas não fala': autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964. **Revista de História da Unisinos**, v. 23, p. 73-83, 2019.

³²³ QUEIRÓS, C. A. B. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. **Revista Antíteses**, v. 12, p. 542-562, 2019. p. 549.

³²⁴ QUEIROZ, C. A. B. ; Petit, Pere ; Petit, Pere . O Amazonas e o Pará sob a mira do golpe. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **60 anos do golpe de 1964: o Amazonas em perspectiva**. 1ed. Manaus: EditoraUEA, 2024, v. , p. 17-40. p. 29.

De sua cassação em 1964 até seu retorno ao governo em 1983, uma dúvida paira sobre a figura de Gilberto Mestrinho: como um político que até antes do golpe de estado de 1964 era trabalhista portanto ligado às lideranças sindicais, apoio às greves e mobilizações inclusive com a proteção dos movimentos pelos aparatos policiais do Estado³²⁵ tornou-se repressor dos trabalhadores na década de 1980? Com a descrição da trajetória política de Mestrinho, procuraremos responder esta pergunta demonstrando a reconstrução política no novo cenário após a ditadura civil militar e no bojo do neoliberalismo.

Vão se tornar característica os cismas entre os políticos que comporão o gilbertismo entre 1988 e 2018.³²⁶ Entretanto, veremos, que as formas de governar, e, no que interessa a este texto, a maneira de lidar com os trabalhadores, principalmente, em seus momentos de mobilização, terão características idênticas, que vão dos discursos a ações de repressão virtual e policial.

Em 1990, Gilberto Mestrinho e Francisco Garcia do Partido da Frente Liberal (PFL)³²⁷ venceram a eleição para Governo do Estado com mais de cinquenta e sete por cento dos votos válidos com a coligação “Aliança Democrática do Amazonas” (PMDB, PFL, PDC, PL, PTR, PCN e PSC), derrotando a chapa composta por Wilson Alecrim do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB). Seu terceiro mandato de governador aconteceu entre 1991 a 1995. Neste período não houve mobilizações significativas do movimento docente, sendo marcado pelas negociações entre governo e SINTEAM. Durante seu governo, foram Secretários de Educação Orígenes Angelitino Martins (1991-1992)³²⁸, Josué Cláudio de Souza Filho (1993)³²⁹ e Manoel Veríssimo Sena de Andrade Filho (1994)³³⁰. Pelos nomes expostos, já

³²⁵ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas**. Revista Mundos do Trabalho(online), v. 8, p. 49, 2017. p. 58-59.

³²⁶ Existe a possibilidade que as formas de poder capitaneadas pelo gilbertismo a partir de 2018 tenham existido, contudo não havendo objetos analíticos sobre os temas, nos propomos a certificar que este grupo existiu até o recorte final desta pesquisa.

³²⁷ Fundado em janeiro de 1985, portanto, nos momentos finais da Ditadura Civil-Militar, o partido surge como uma dissidência do Partido Democrático Social (PSD) que sucedeu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). E “como parte da Aliança Democrática, o PFL foi fundamental na articulação política que possibilitou a eleição de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral, um passo decisivo para a abertura democrática de forma pacífica e sem rupturas.” <https://www.poder360.com.br/opiniao/40-anos-da-fundacao-do-pfl-o-partido-da-frente-liberal/>.

³²⁸ Pedagogo, foi professor da SEDUC onde atuou no IEA e fundou o Centro de Educação Christus (CIEC), escola particular, e o Centro Universitário de Ensino Superior (CIESA), Instituição de Ensino Superior particular de em Manaus.

³²⁹ Oriundo de uma elite política do Amazonas, Josué Filho, como é conhecido no Amazonas, herdou de seu pai o radialista e advogado Josué Cláudio de Souza o envolvimento na política e no mundo empresarial com a Rádio Difusora, importante meio de comunicação do Amazonas. Filiado à ARENA durante o Regime Militar, perdeu para Gilberto Mestrinho nas eleições de 1982 para o governo do Estado. Foi Deputado Estadual na Década de 1990 e em 2008 foi indicado Conselheiro do Tribunal de Contas do Amazonas em 2008 pela ALEAM.

³³⁰ Por sua atuação enquanto Secretário de Educação foi preso em 2011 por desvio de Merenda Escolar.

podemos concluir que o governo de Mestrinho estava aliado aos interesses do capital por meio do neoliberalismo numa proposta de privatização da Educação, em todas as etapas de ensino, capitaneado pelo Banco Mundial onde “buscavam articular parcerias público-privado, como forma de amenizar supostamente o impacto do financiamento da educação dos cofres do Estado.”³³¹ Como não havia meios e nem pressupostos do processo de privatização das escolas, Mestrinho pôs nomes de experiência empresarial para dirigir uma das instituições mais importante de seu governo: a SEDUC.

A relação do empresariado com a Educação amazonense pode ser sintetizada através da notícia do *Jornal do Comércio*³³², em 1994. Em audiência na ALE AM, o Secretário de Educação Josué filho participou de uma sessão na qual expôs seus feitos na SEDUC. Embora tenha trabalhado em melhorar a estrutura de escolas, o secretário foi enfático ao afirmar que não conseguiu melhorar o salário dos professores e que, pelo baixo vencimento, muitos professores estavam deixando o magistério em busca de carreiras mais rentáveis. O que se pode perceber, também, é que havia atrasos salariais e que isso atingia, principalmente, os professores do Regime Especial contratados ainda na graduação para áreas em que não haviam docentes disponíveis e que para ele isso era um mal necessário. O jornal foi muito pacífico com as falas do secretário.³³³

Uma prática que expõe a tentativa da privatização da Educação Pública no estado do Amazonas na década de 1990 foi a compra de vagas em escolas particulares pela SEDUC em forma de convênios. Em 24 de setembro de 1990, o estado do Amazonas firmou convênio com o Instituto Batista do Amazonas (IBA), instituição educacional privada localizada em Manaus, para “compras de 2.000 vagas escolares do ensino de 1º grau”³³⁴ com o valor de Cr\$ 16.190.000,00 (Dezesseis milhões cento e noventa mil cruzeiros) com o objetivo “assegurar a gratuidade do ensino a maior parcela da população em escolar carente de recursos, na faixa de

³³¹ SANTOS, W. S.; DUTRA JUNIOR, W.; SILVA, G. F. Educação e Neoliberalismo no Brasil nos anos de 1990: o desmonte da educação pública. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 5, n. 12, p. 01 - 24, 2024. p. 05.

³³² “O *Jornal do Comércio*, foi criado em 1904 por Rocha dos Santos, passando posteriormente por diversas mudanças de dono. Nos anos 1930/1940 foi comprado por Assis Chateaubriand, renomado jornalista brasileiro detentor de diversos jornais pelo Brasil e, com isso, o JC amazonense juntou-se aos famosos *Diários Associados*, de grande poder e influência política no país em meados do século passado.” BATISTA, J. C. *Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980*. Curitiba: CRV, 2019. p. 105.

³³³ JOSUÉ pode não ser candidato à reeleição. *Jornal do Comércio*. Manaus, 03 mar. 1994, p. 2.

³³⁴ Termo Aditivo ao Processo nº 0039/91. *Diário Oficial do Estado Amazonas* nº 28.107. Manaus, 06 de janeiro de 1995. p. 10.

ensino de 1º grau.”³³⁵ Essa prática terá continuidade no governo seguinte de Amazonino Mendes.

O *Jornal do Comércio*, importante meio de comunicação amazonense, se mostrou uma grande ferramenta do poder hegemônico amazonense. Assim como na década de 1980 quando Gilberto voltou ao Palácio Rio Negro, neste outro mandato, o periódico também deixou de expressar crítica ao governo, tentando manter um ar de neutralidade muito diferente historicamente do papel da imprensa onde

Devemos lembrar que na imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação. Todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”.³³⁶

Como já apontamos em parte anterior, o período em que Gilberto Mestrinho esteve à frente do estado do Amazonas na década de 1990 corresponde a um cenário de intensa crise econômica e política que envolveram diversos planos econômicos, corrupção e *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello. Daí as diferentes remunerações em pouco espaço de tempo. A problemática estava intimamente ligada à galopante inflação que corroía os salários da classe trabalhadora no país. Deste modo, fica quase que impossível entender as perdas salariais dos docentes no que se refere a porcentagens. Entretanto, podemos afirmar que a partir de 1994 ocorre uma mudança que precariza também a remuneração do trabalhador docente: a Regência de Classe que correspondia ao exercício da docência em sala de aula prevista em dois terços da jornada de trabalho com valor remuneratório de 50% dos vencimentos. A problemática encontrava-se nas Licenças que o professor tinha direito. Como as licenças afastavam-no da Regência de Classe, esse valor correspondente era retirado enquanto estava de licença e, ainda pior, quando este aposentava-se.

A crise econômica que atingiu o país no primeiro quinquênio, fruto da galopante inflação do período e do descontrole político do primeiro Presidente da República reeleito que sofreu *impeachment*, obrigou o governo ao reajuste salarial atrelado ao índice inflacionário³³⁷. No Amazonas, ainda sustentado pelo discurso de austeridade fiscal, o governo Mestrinho tentou manter o salário dos servidores nos moldes da política econômica de reajuste, entretanto, a

³³⁵ Termo aditivo ao Processo nº 0040/91. Diário Oficial do Estado Amazonas nº 28.107. Manaus, 06 de janeiro de 1995. p. 10.

³³⁶ ZICMAN, R. B. História através da Imprensa: algumas considerações. **Projeto História**, n. 4, 1985. p. 90.

³³⁷ O índice oficial da inflação no Brasil é medido pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) criado em 1979, no interstício da Ditadura Civil Militar, para conferir os sequenciais aumento de preços no Brasil e que hoje encontra-se sob responsabilidade do IBGE. Cf. CYSNE, R. P.. A economia brasileira no período militar. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 23(2), 1993, p. 185-226.

burocracia estatal delegou aos servidores muitos períodos de prejuízo salarial, como vemos nas tabelas. Mesmo que os salários dos professores estejam em muitos momentos acima do salário mínimo, a especificidade do estado do Amazonas como a sua distância dos grandes centros faz com que a dinâmica econômica seja diferente do restante do país e aumente, em muito, o custo de vida da população desta localidade.

Vale destacar que essa problemática econômica não era um caso isolado brasileiro, mas uma dinâmica que pode ser entendida através do pensamento do historiador inglês Eric Hobsbawn na sua análise sobre o breve século XX e sua transição para o novo milênio. Neste cenário, vemos o fim da URSS como ameaça política aos países capitalistas, a fragmentação da classe operária, a diminuição dos pobres nos países com grandes detentores do capital como os Estados Unidos, apoiados intimamente pelo processo de globalização. Processe este que fomentou não só o cenário mundial de crise econômica que também foi percebido no Brasil, mas também uma ideia que pairava ainda no Século XIX que *“Talvez Marx estivesse certo.”* sobre o ideal liberalista vigente na década de 1980; que assim como o trabalho, passaria por uma metamorfose e tornara-se o neoliberalismo.³³⁸

Continuando o gilbertismo no estado, mesmo que em diversos momentos estes componentes do grupo liderado por Gilberto Mestrinho se apresentassem como oposição, teremos, apoiado por Mestrinho, o retorno de seu maior pupilo ao governo do estado a partir de 1995.

³³⁸ HOBBSAWN, E. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 552.

Tabela 2 - Reajuste Salarial durante o governo de Gilberto Mestrinho (1991-1995)³³⁹

Nível	1991 ³⁴⁰	1992 ³⁴¹	1993 ³⁴²	1994 ³⁴³	Regência de Classe (CR\$)	Total (CR\$)
	Vencimento (Cr\$)	Vencimento (Cr\$)	Vencimento (Cr\$)	Vencimento (CR\$)		
1	52.000,00	580.000,00	3.500.000,00	33.477,00	16.739,00	50.216,00
2	54.600,00	609.000,00	3.675.000,00	35.151,00	17.576,00	52.727,00
3	57.200,00	638.000,00	3.850.000,00	36.825,00	18.413,00	55.238,00
4	59.800,00	667.000,00	4.025.000,00	38.499,00	19.250,00	57.749,00
5	62.400,00	696.000,00	4.200.000,00	40.172,00	20.086,00	60.258,00
6	65.000,00	725.000,00	4.375.000,00	41.846,00	20.923,00	62.769,00
7	72.800,00	812.000,00	4.900.000,00	46.868,00	23.434,00	70.302,00
8	75.400,00	841.000,00	5.075.000,00	48.542,00	24.271,00	72.813,00
9	78.000,00	870.000,00	5.250.000,00	50.216,00	25.108,00	75.324,00
10	80.600,00	899.000,00	5.425.000,00	51.889,00	25.945,00	77.834,00
11	83.200,00	928.000,00	5.600.000,00	53.563,00	26.782,00	80.345,00
12	85.800,00	957.000,00	5.775.000,00	55.237,00	27.619,00	82.856,00
13	88.400,00	986.000,00	5.950.000,00	56.911,00	28.456,00	85.367,00
14	91.000,00	1.015.000,00	6.125.000,00	58.585,00	29.930,00	87.878,00
15	93.600,00	1.044.000,00	6.300.000,00	60.259,00	30.130,00	90.389,00
16	96.200,00	1.073.000,00	6.475.000,00	61.932,00	30.966,00	92.898,00
17	98.800,00	1.102.000,00	6.650.000,00	63.606,00	31.803,00	95.409,00
18	101.400,00	1.131.000,00	6.825.000,00	65.280,00	32.640,00	97.920,00

Fonte: Diário Oficial do Amazonas (1991-1995)

³³⁹ Os níveis que tratam a tabela referem-se a seguinte divisão: Níveis de 1 a 3 Professor do Magistério a nível de 2º grau; Níveis de 4 a 6 – Professores de Licenciatura Curta ou Complementação; Níveis de 7 a 9 – Professores de Licenciatura Plena; Níveis de 9 a 12 – Professores com Especialização; Níveis de 13 a 15 – Professores com Mestrado; Níveis de 16 a 18 – Professores com Doutorado. Esses níveis têm relação entre formação e tempo de serviço, no entanto, como não havia um PCCRS a mobilidade entre os níveis era quase que inexistente.

³⁴⁰ AMAZONAS. **Lei nº 2.054, de 10 julho de 1991**. Corrige as tabelas de vencimentos e salários dos servidores públicos e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1991]. Disponível em:

https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1991/7/13183?q=Corrige+as+tabelas+de+vencimentos+e+sal%C3%A1rios+dos+servidores+p%C3%BAblicos+e+d%C3%A1+outras+provid%C3%A2ncias. Acesso em 25 jan. 2026.

³⁴¹ AMAZONAS. **Lei nº 2.162, 16 de setembro de 1992**. Reajusta as tabelas de vencimento dos salários, soldos e proventos dos servidores públicos civis e militares da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1992]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1992/9/8140?q=Lei+n%C2%BA+2.162+. Acesso em: 25 jan. 2026.

³⁴² AMAZONAS. Decreto nº 15.385, de 07 de maio de 1993. Diário Oficial do Amazonas nº 27.697. Manaus, 07 de maio de 1992.

³⁴³ AMAZONAS. Decreto nº 15.781, de 12 de janeiro de 1994. Corrige os salários dos servidores do Executivo. Diário Oficial do Estado do Amazonas nº 27.867. Manaus, 13 de janeiro de 1994.

Tabela 3 - Salário Mínimo (1991-1994)³⁴⁴

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN
1991	Cr\$ 12.325,60	Cr\$ 15.895,46	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 17.000,00
1992	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 96.037,33	Cr\$ 230.000,00	Cr\$ 230.000,00
1993	Cr\$ 1.250.700,00	Cr\$ 1.250.700,00	Cr\$ 1.709.400,00	Cr\$ 1.709.400,00	Cr\$ 3.303.300,00	Cr\$ 3.303.300,00
1994	Cr\$ 32.882,00	Cr\$ 42.829,00	Cr\$ 42.829,00	Cr\$ 60.322,72	Cr\$ 85.776,77	Cr\$ 123.663,37
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1991	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 17.000,00	Cr\$ 42.000,00	Cr\$ 42.000,00	Cr\$ 42.000,00
1992	Cr\$ 230.000,00	Cr\$ 230.000,00	Cr\$ 522.186,94	Cr\$ 522.186,94	Cr\$ 522.186,94	Cr\$ 522.186,94
1993	Cr\$ 4.639.800,00	CR\$ 5.534,00	CR\$ 9.606,00	CR\$ 12.024,00	CR\$ 15.021,00	Cr\$ 18.760,00
1994	R\$ 64,79	R\$ 64,79	R\$ 70,00	R\$ 70,00	R\$ 70,00	R\$70,00

Fonte: Tribunal Regional Federal da 6ª Região, 2023.

3.1 Amazonino Mendes, o primeiro governador reeleito (1995-2003)

Eleito Senador em 1991, no ano de 1992, Amazonino Mendes concorre à Prefeitura de Manaus tendo como vice Eduardo Braga. Mendes, num rompimento com o gilbertismo, adotara o Partido Democrata Cristão (PDC), como passo para criar, segundo ele, a Nova Escola Política. Este fato inaugura as muitas cisões que ocorreram durante os anos seguintes. Para compreender melhor este momento, nos utilizaremos das crônicas como fontes, pois estas “fixam posições, constroem conteúdos e sentidos, fazem aparecer um arranjo cultural, extratos de vivências, modos de pensar e sensibilidades; operam com estratégias, tentando aproximar-se de um imaginário coletivo,”³⁴⁵ em que essas “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma

³⁴⁴ Disponível em: <https://sjmg.trf6.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/Salario-minimo.pdf>. Acesso em: 07 set. 2025.

³⁴⁵ SOUSA, A. C. M. As crônicas como fonte de pesquisa na história. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: FONTES HISTÓRICAS, ENSINO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2., 2010, Campina Grande. *Anais eletrônicos* [...]. Campina Grande, 2010. p. 2287-2299. P. 2290. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/34283/1/AS%20CR%C3%94NICAS%20COMO%20FONTE%20DE%20PESQUISA%20NA%20HIST%C3%93RIA%20-%20EVENTO%20II%20COLOQUIO%20INT.%20DE%20HIST%C3%93RIA%20GT%2016%202010..pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

autoridade à custa dos outros.”³⁴⁶ Desta forma, temos na crônica uma narrativa – literária – do autor que de alguma forma viveu aquele momento, seja fisicamente, ou ainda, através de memórias construídas. Segundo o Professor Gervácio Aranha:

Temos, na crônica, todo um acervo de imagens recortadas do cotidiano e que são significadas ao correr da pena. Mas essa significação, que fique bem claro, não implica em um corte com o referente da linguagem; não implica que a crônica se ofereça como uma metalinguagem separada do mundo que a gerou. É que ela se constitui enquanto um texto que traduz a inserção de seu autor no mundo em que viveu, tendo absorvido, tanto quanto seus contemporâneos, os valores e a cultura da época, tendo ainda participado de suas angústias, seus dramas, suas esperanças. Assim, a crônica, como qualquer outro gênero literário, pressupõe um processo de elaboração que, mesmo marcado pela ideia de criação literária, onde se sobressai o olhar do criador, se dá enquanto representação do mundo social e histórico em que o mesmo está inserido. Ora, o fato de cenas da vida cotidiana, mediadas pela crônica, retornarem ao seu lugar de origem - retorno tornado possível no vasto espaço que este último detinha na imprensa -, faz com que possamos considerá-lo um dos produtores da cidade que tem muito a dizer ao pesquisador futuro.³⁴⁷

E ele complementa que

Nesse sentido, a crônica, ao registrar instantâneos da vida cotidiana, não se constitui enquanto texto meramente descritivo sobre um acontecimento dado ou enquanto espelho fiel do real vivido. Ora, se a crônica se oferecesse como mera descrição de acontecimentos do cotidiano é provável que o cronista não despertasse a atenção de muitos de seus contemporâneos; é provável que sequer que esse gênero literário tivesse se instituído com tanta força no século XIX. Assim, tudo leva a crer que a crônica não seria grande coisa se fosse desprovida de seu aspecto literário ou poético. Todavia, mesmo que tivesse se mantido como um gênero puramente descritivo, ainda assim poderia ser bastante útil aos historiadores no futuro, muitos dos quais, ao tomarem textos literários como documentos, se preocupam menos com questões de estética e/ou de composição poética e mais com possíveis imagens capazes de iluminar de alguma forma o passado estudado.³⁴⁸

Sobre o rompimento do Negão³⁴⁹ com o Boto, o Jornalista Mario Adolfo expôs em sua crônica:

– Em uma noite, na solidão de um hotel em Brasília, ouvi a música “É o Amor”, do Zezé de Camargo e uma onda de melancolia invadiu meu coração. E um sentimento

³⁴⁶ CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.

³⁴⁷ ARANHA, G. B. (2014). Retratos urbanos: o cotidiano da cidade na ótica dos cronistas. *Revista De Humanidades (Descontinuada)*, 29(2), 389–412, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23180714.2014.29.2.389-412>. Acesso em: 28 jun. 2024. p. 296,

³⁴⁸ ARANHA, G. B. (2014). Retratos urbanos: o cotidiano da cidade na ótica dos cronistas. *Revista De Humanidades (Descontinuada)*, 29(2), 389–412, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23180714.2014.29.2.389-412>. Acesso em: 28 jun. 2024. p. 292.

³⁴⁹ Alcinha por qual Amazonino Mendes ficou conhecido popularmente, que tentava construir a imagem de homem igual do povo. Para Pierre Rosanvallon - mesmo tratando de um cenário diferente do nosso que é a França, mas que dialoga grandemente com a nossa realidade política -, na democracia o povo ainda se vê como invisível e necessita se sentir representado por aqueles que vão, em tese, fazer ecoar suas vontades, transformando-se no que o francês vai denominar de “*povo uno*” no combate à esta invisibilidade, ou ainda, uma “crise de representação”. Deste modo, Rosanvallon expõe dois fatores destes cenários sobre a dificuldade de representatividade da sociedade na democracia moderna: a primeira na divisão entre escolher os governantes (função delegada do poder dos cidadãos) e a transmissão das expectativas dos eleitores (expressão das necessidades da sociedade); e a segunda seria a natureza da sociedade moderna. Assim, ficou muito comum que os políticos modernos buscassem formas de se identificar como povo, discursando, principalmente, que ele e o povo são um só. ROSANVALLON, P. **Parlamento dos invisíveis**. São Paulo: Annablume, 2017.

tomou conta de mim: Tenho que votar para o meu povo – contou o senador, carregando, como é de costume, na retórica emotiva.

Amazonino voltou para Manaus para enfrentar, de uma só tacada, Gilberto Mestrinho, Arthur Virgílio e os empresários de comunicação, Humberto Calderaro (A Crítica) e Francisco Garcia (A Notícia).

Arthur havia lançado como seu sucessor, em acordo com Mestrinho, o deputado federal José Dutra (PMDB), tendo como vice o médico Wilsom Alecrim. Amazonino escolheu para vice, um jovem político, Eduardo Braga, que depois de passar pela Câmara Municipal e Assembleia Legislativa, exercia o cargo de deputado federal, como uma votação histórica.

Para sair do rame-rame, Amazonino lançou o que ele convencionou de chamar de Nova Escola política, composta praticamente de jovens políticos da época – Eduardo Braga, Omar Aziz, Alfredo Nascimento, Pauderney Avelino, José Melo, Ari Moutinho Filho, Washington Régis, Roberto Sabino, Francisco Bambolê, Aninha Silva, Rosaline Pinheiro, Robson Tiradentes.³⁵⁰

A eleição Municipal de 1992 ainda trouxe esperança para o campo da esquerda e para o movimento docente com a eleição para vereador do Professor Aloysio Nogueira (PT). A chapa denominada *Frente de Oposição Popular*, formada pelos partidos PDT, PT, PPS, PSB, PCdoB, tendo como candidata a Prefeita Beth Azize, ficou em quarto lugar no pleito. Aloysio Nogueira pautou seu mandato, principalmente, na Gestão Democrática do Poder, principalmente, através do Fórum de Fiscalização do Orçamento.³⁵¹ Neste pleito, Omar Aziz elegeu-se vereador. Veja a Figura 8:

Figura 8 - Mandato de vereador do Professor Aloysio Nogueira (PT) - Entrega de 80 emendas participativas ao Presidente da CMM Bosco Saraiva.



Fonte: Boletim Informativo do Fórum de Fiscalização do Orçamento Municipal - N.º 01 – 1997.

³⁵⁰ ADOLFO, M. Escola política de Amazonino de 92 ainda está viva. **Portal Mario Adolfo**, 2017. Disponível em: <https://marioadolfo.com/escola-politica-que-amazonino-lancou-em-1992-faz-disputa-o-poder-ate-hoje/>. Acesso em: 18 set. 2025.

³⁵¹ Segundo o Professor Aloysio Nogueira, o Fórum do Orçamento Público, fundado em 1994, surgiu da necessidade de que sentiram determinados segmentos da sociedade amazonense de intervir politicamente no processo de elaboração, votação, execução e fiscalização do Orçamento da Prefeitura de Manaus. Para isso, buscou construir o Orçamento Participativo, uma das formas de Gestão Democrática de Poder, compatibilizando a democracia direta com a representativa.

Deixando a Prefeitura de Manaus nas mãos de seu vice, Eduardo Braga, Amazonino irrompeu-se às eleições de 1994 para Governador onde este pleito já demonstrou que a esquerda e o movimento de professores, mesmo tendo um alcance na grande maioria dos municípios na década de 1980 e início de 1990, não agregava capital no campo político para se fazer vencedor nas urnas. Neste momento, Amazonino Mendes era filiado ao Partido Republicano Progressista (PRP), criado em 1990, que nasceu para dar continuidade ao legado do político paulista Ademar de Barros. Na chapa vencedora ainda estava como vice-governador o paranaense Alfredo Nascimento, também do PRP, este “cria político” de Amazonino desde a década de 1980 quando Mendes foi prefeito de Manaus. Atingiu sua intimidade política com Amazonino quando foi indicado interventor na Prefeitura de Manaus substituindo Manoel Ribeiro. A chapa foi vencedora com um total de 62, 26% dos votos válidos. Em segundo lugar, com 30,12% do votos, ficou a chapa composta por Nonato Oliveira (PL) e Lúcia Anthony do PC do B. Em terceiro lugar ficou a chapa composta pelo Professor Aloysio Nogueira, tendo como vice Paulo Araújo, ambos do PT.³⁵² Esta eleição demonstrou o porquê do movimento docente do estado ter entrado em declínio e não ter conseguido construir movimentos de grande vulto, pois, como demonstrou a eleição, as duas bases políticas mais fortes do SINTEAM, o PT e o PC do B, encontravam-se em lados opostos na disputa eleitoral, numa clara demonstração de cisma dentro das lideranças do sindicato.

Nessa eleição já despontou o futuro governador Omar Aziz como Deputado Federal mais votado pelo Partido Progressista Reformador pela coligação *Aliança do Povo*, comandada por Amazonino Mendes naquele pleito.

Também afilhado político e intenso defensor de Amazonino Mendes que a exemplo de Gilberto Mestrinho, seu pai político, criou um grande grupo político baseado nas estratégias de poder do Boto Navegador, como era conhecido Gilberto Mestrinho. Até o ano de 2018, o que veremos no comando do Poder Executivo Estadual e na SEDUC é uma dança das cadeiras desses políticos que, em diversos momentos, discursavam como dissidência do legado gilbertista, mas que na prática, foram estratégias de consolidação da máxima imposta a Mestrinho de que seu grupo político dominaria este estado por trinta anos, entretanto, isso durou bem mais. Um dos exemplos disso é o Ex-Deputado Lupércio Ramos. Com Mendes no poder, ele esteve sempre aliado aos ideais da Abelha.³⁵³ Também herdeiro do gilbertismo, este não

³⁵² BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultado das Eleições no Amazonas em 1994. Consultado em 18 de setembro de 2025.

³⁵³ Assim como Gilberto aliou à sua imagem política a figura do Boto, Amazonino Mendes segue os passos do mestre e relacionando seu governo ao trabalho, criou para sua imagem política uma abelha que ficou atrelada a sua imagem enquanto político.

escapou das críticas do Professor e Jornalista José Ribamar Bessa Freire,³⁵⁴ o mesmo que alcunhou a agressão aos professores em abril de 1985 de Batalha do Igarapé de Manaus. Enquanto Secretário de Trabalho e Assistente Social, Lupércio recebeu críticas pela forma como tratava as crianças de rua, um mal muito frequente na cidade de Manaus da década de 1990 e anos 2000. Segundo o Professor Bessa, sempre de forma irônica, mas incisiva, escreveu:

E é aí que a Madre Superiora torce o rabo. O indivíduo Lupércio Ramos tem todo o direito de deixar crescer os cabelos nas cavidades que quiser e ninguém tem nada a ver com isso. No entanto, o secretário de Trabalho e Ação Social (SETRAS) não tem o direito de usar impunemente o dinheiro do contribuinte para sair dando porrada em crianças abandonadas nas ruas, com o objetivo de fazer colheita de votos no roçado de setores aterrorizados da classe média. A parte sadia da sociedade amazonense certamente mostrará sua indignação contra a ação nazistóide desse Herodes de Igarapé (Aliás, Lupércio ficou chateado, porque ao sair de carro de sua casa alguém gritou: "He-ro-dis". E se escondeu detrás de um poste).

Pessoalmente, sinto-me no dever de protestar. Trata-se de uma crítica institucional e não pessoal. Não tem nome o que estão fazendo com os meninos de rua de Manaus. De 73 crianças recolhidas recentemente à prisão chamada "Escola Fazenda", mais de 20 fugiram, no domingo, dia 5, andando a pé os 28 quilômetros que separam a prisão do centro da cidade. Contaram que foram espancados com palmatória. Mas Lupércio, prepotente, não aceita críticas. Por isso, ele trocou o debate institucional sobre o projeto "Nosso Filho" pelo ataque pessoal aos que criticam a ação da SETRAS. Andou me difamando no programa "Encontro com o Povo" da TV Amazonas e ao promotor Públio Caio numa tentativa de desqualificar nossas críticas. Pura perda de tempo.

Faço um desafio público ao Lupércio. Cedo o espaço desta coluna para ele escrever o que quiser, se abrir espaço no seu programa de TV para a irmã Gustina e o Públio Caio. Ou então para o professor da UA, José Cyrino, que justamente está pesquisando sobre "A educação nos programas de atendimento à criança e ao adolescente na cidade de Manaus" para sua dissertação de mestrado. Será o projeto "Meus Primos".³⁵⁵

O Professor Bessa, mais uma vez destinou espaço para críticas a Lupércio que, desta vez, o comparou a Herodes, o rei que tentou matar o menino Jesus. Ainda sobre os meninos de rua da cidade de Manaus e o secretário da SETRAS, escreveu o professor,

Herodes de Igarapé, que tam-bém havia nascido no Alto So-limões e era muito ambicioso, ficou, então, perturbadíssimo, com medo de que a criança nascida lhe roubasse votos. Herodes só pensava em votos. Chamou os três visitantes e disse-lhes fingidamente:

³⁵⁴ O Professor José Ribamar Bessa Freire, ex-docente do Departamento de História, deu nome de *Taquiprati* em 1991 a uma coluna que criticava o poder local e que vinha sendo escrita no Jornal *A Crítica* - importante periódico de Manaus - desde 1983. Segundo o professor o nome da coluna "é um cotoco. Cotoco, em amazonês, é um gesto que consiste em erguer o dedo do meio da mão, abaixando o anelar e o indicador. É uma espécie de "banana" amazônica, porém mais discreta. Uma "banana" você dá quando quer criticar alguém, às vezes é usada de forma obscena para ofender. Você dobra um braço fazendo um L, fecha a palma da mão voltada para cima, enquanto a outra mão agarra o músculo do braço dobrado, cujo antebraço é levantado." Em 1996, a coluna foi para o recém-criado Jornal do Norte voltando ao *A Crítica* em 2001 permanecendo alguns meses. Entre 2003 e 2023, a coluna ficou disponível no Diário do Amazonas. Hoje as crônicas da coluna estão disponíveis na internet. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/historia>. Acesso em: 14 set. 2024.

³⁵⁵ FREIRE, J. R. B. Os meninos de rua, Lupércio e a orelha de porco. *Taquiprati*, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/483-os-meninos-de-rua-lupercio-e-a-orelha-de-porco>. Acesso em: 14 set. 2025.

- “Ide e informai-vos bem a respeito do menino-de-rua. Quando o ti-verdes encontrado, comunicai-me, para que eu também possa ajudá-lo. Vou tratá-lo como se fosse ‘Nosso Filho’ (Espia só, leitor (a), o papo de Herodes).

Os três saíram procurando pelas ruas de Manaus, até que encontraram, deitado numa caixa de papelão da Zona Franca, o menino-de-rua, a quem ofereceram presentes: comida, carinho, respeito e o conhecimento de seus direitos previstos no Estatuto da Infância e Adolescência. Mas na-da informaram, porque desconfiaram que Herodes era um sacripanta.

Vendo, então, Herodes, que os visitantes não tinham confiança nele, ficou muito irado, formou um pelotão de 150 agentes e, num enorme arras-tão, saiu capturando menores de-rua pelas principais arté-rias, becos e praças do centro de Manaus e pelos casarões abandonados, onde se refugia-vam, caçando-os como as ca-rrocinhas faziam com os ca-chorros vadios.

— Pega! Pega! Ali tem um. Ali, escondido naquele porão!

As crianças perseguidas protestavam, esperneavam e gritavam, mas eram levadas para uma prisão denominada impropriamente de “Fazenda-Escola”, no Km. 15 da BR-174. Cumpru-se, então, o que foi dito pelo profeta Jeremias:

— “Ouvir-se uma voz, choro e grandes lamentos: é Raquel a chorar seus filhos; não quer consolação, porque já não existem” (Jer. 31,15).

E ele finaliza:

O Lupércio é pedófilo. É isso mesmo que você leu, leitor(a): pedófilo. Não é pedófilo não! Vou soletrar para não haver dúvida: pé-é-pé, dê-ó-dó, efe-ó-fó, bê-ó-bó, pedófilo. Odeia crianças. Elas não votam. Se for criança abandonada, sem casa, morando na rua, o rancor do Lupércio torna-se patológico.

Essa excrescência, denominada cinicamente “Projeto Nosso Filho”, apoia-se numa concepção equivocada, avaliando que os menores de rua constituem um caso de polícia e não um problema socioeconômico. Em realidade, ninguém acredita que o objetivo de tal projeto seja contribuir efetivamente para ajudar quem tanto precisa da nossa solidariedade. Seus objetivos são puramente eleitoreiros e demagógicos. Por isso, o que o Lupércio quer mesmo é retirar, na porrada, os menores da rua e recolhê-los compulsoriamente a uma prisão, para ganhar, desta forma, a simpatia de setores aterrorizados com a insegurança crescente.

O Herodes de Igarapé jura por todos os anjos e santos do céu, que “a prisão não é uma prisão: Se os pais aparecerem, eles podem ir embora. Acontece que os pais não querem mais saber deles. Depois de uma semana, não apareceu nenhum parente para reclamar sua devolução”.

Criança, para o Lupércio, é uma mercadoria, uma coisa. É um pacote qualquer. Por isso ele fala de devolução. Assim como existe terra devoluta, tem também criança devoluta. Desculpa, leitor(a), mas tenho que repetir isso: o Lupércio é um cretino.³⁵⁶

A trajetória do professor José Ribamar Bessa Freire está intimamente ligada às críticas aos governos amazonenses desde a década de 1990. Segundo o mestre, este motivou ataques que deixaram de ser apenas discursos e partiram contra sua vida. Em janeiro de 1997, o professor foi agredido enquanto lia um jornal no Rio de Janeiro. Em vista das críticas e denúncias que fez em todos estes anos e, mais ainda, por cartas, telefonemas e discursos nas tribunas legislativas em Manaus, o professor concluiu que foi um ato político que tentara calar-lhe. O fato foi noticiado no Amazonas como segue na imagem:

³⁵⁶ FREIRE, J. R. B. Quem é o Herodes de Igarapé? **Taquiprati**, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/484-quem-e-o-herodes-de-igarape->. Acesso em: 14 set. 2025.

Figura 9 - Notícia sobre a agressão ao Professor Ribamar Bessa na imprensa amazonense 1³⁵⁷



Fonte: Jornal do Norte do dia 05 de fevereiro de 1997. Capa

Figura 10 – Notícia sobre a agressão ao Professor Ribamar Bessa na imprensa amazonense 2



Fonte: Jornal do Comércio de 05 de fevereiro de 1997. Capa.

Sobre um possível mandante e, de forma irônica, características de seus textos, ele expôs:

QUEM DESDENHA, QUER OCULTAR?

³⁵⁷ Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/364-atentado-ao-taquiprati-aos-donos-de-jornais-->. Acesso em: 14 set. 2025.

Enquanto os amigos limpavam a espingarda, o governador Amazonino Mendes dava uma declaração muito estranha ao Amazonas em Tempo, cuja lógica não resiste ao primeiro piparote. Começou fazendo uma avaliação absolutamente correta deste colunista: “Sempre o considerei inócuo e incapaz de fazer algum mal”. Certo. Certo. Grato pela consideração. Favor não esquecer de avisar isso aos seus secretários e ao negão mão de pilão. Quem desdenha quer ocultar?

Depois, jurando que não lê esta coluna, afirmou: “Ao que consta, ele agride muita gente, gratuitamente, daí vai ser difícil para ele saber quem lhe deu o troco”.

Epa! Epa! Pera lá mermão! Se sou "inócuo, inofensivo e sem credibilidade" como posso agredir muita gente? O que ele chama de "agressão" são as críticas às políticas públicas e à corrupção nos porões do Palácio do Governo. Quanto ao gratuitamente, ele tem razão. Não me pagam nada para criticá-lo. O governador antecipa-se às investigações e já concluiu que vai ser difícil encontrar os mandantes. Usou o termo “troco”, justificando a porrada que me deram. Desde já, faço minhas as palavras da jornalista Elizabeth Azize, em seu depoimento ao Fórum pela Ética na Política: “Tudo o que acontecer comigo será de responsabilidade do sr. Governador do Estado, do Sr. Secretário de Segurança e do Comandante da Polícia Militar”.³⁵⁸

Como demonstração do poder local, o caso ficou sem solução, mas nos fortalece a ideia de repressão que é característica do gilbertismo nos governos do Amazonas aos que buscam lutar contra o poder. O caso denota as muitas vezes em que o Governo Estadual buscou da repressão aos trabalhadores da Educação quando estes buscavam melhores condições salariais, de vida e de trabalho. Mas por outro lado, manteve a força da coluna *Taquiprati*, tornando-a uma das formas de resistência ao poder hegemônico no estado do Amazonas.

³⁵⁸ FREIRE, J. R. B. Quem mandou? Amazonino e o Taquiprati. **Taquiprati**, 1997. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/362-quem-mandou-amazonino-e-o-atentado-ao-taquiprati>. Acesso em: 14 set. 2025.

Figura 11 - Matéria com o governador Amazonino Mendes falando sobre o ataque ao Professor Ribamar Bessa

Amazonino considera jornalista "inócuo"

O *Em Tempo* procurou o governador Amazonino Mendes para falar sobre o atentado denominado pelo jornalista Ribamar Bessa. O governador sempre foi um dos principais alvos do jornalista - senão o principal - em suas críticas, embora na carta, Bessa não faça nenhuma referência ao nome do governador e tampouco a qualquer outro nome de sua equipe.

Amazonino Mendes estava ontem em Brasília e não fez qualquer objeção para comentar o assunto.

O governador disse que se fosse mandar espancar as pessoas que costumam agredir-lo, não poderia mais governar por falta de tempo. "Óbvio que nem de leve me passaria mandar bater nele. Teria outros desafios mais importantes e agressivos para merecer um eventual desejo de vingança. Mas isso não faz meu gênero", descartou o governador.

Amazonino disse, também, que não lê a coluna do jornalista Ribamar Bessa mas, "ao que consta ele agride muita gente, gratuitamente, daí, vai ser difícil para ele saber quem lhe deu o troco", comentou. O governador considera o trabalho de Bessa "inócuo" e o jornalista inofensivo e sem credibilidade. "Ele não me deve nada. Sempre o considerei inócuo e incapaz de fazer algum mal. Ele não tem credibilidade", insistiu o governador.

Finalizando a entrevista, Amazonino Mendes lembrou que atitudes como essa lembram fatos como os que caracterizaram o *Plano Cohen*, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

O Plano Cohen

Etapa final do governo de



Amazonino

"Ele não me deve nada e não tem credibilidade"

Getúlio Vargas (1937), a sucessão como de costume motivava inúmeras crises. Duas soluções foram sugeridas: a prorrogação de mandatos e como consequência, o adiamento das eleições. Getúlio queria a prorrogação. Manifestou o desejo ao ministro da Guerra enfatizando que não poderia intervir porque era parte interessada. Getúlio insistiu argumentando que malograra a tentativa de Benedito Valadares (governador de Minas Gerais) de conseguir a revisão da Constituição que permitia a prorrogação do mandato presidencial. E o Congresso nada fazia para resolver o impasse. Reunidos os ministros militares resolveram que as Forças Armadas deveriam promover uma ação mais ampla para evitar a iminente subversão da

ordem. Um documento apreendido de um capitão foi fornecido pelo Estado-Maior do Exército e se "referia" a um suposto plano comunista de subversão. Foi chamado de Plano Cohen.

O general Goes Monteiro, chefe do Estado-Maior levou o plano a Getúlio Vargas. Só que poucas pessoas tinham conhecimento do texto. E ninguém conseguia vê-lo. O plano também foi enviado ao Congresso para que deputados e senadores aprovassem a proposta de um plano de guerra. Exposto o problema alguns congressistas exigiam o documento mas o governo revelava sempre que não podia exibi-lo por se tratar de segurança nacional. O general Goes Monteiro não resistiu e acusou que o Plano era falso.

QUEM DESDENHA, QUER OCULTAR?

Um dos maiores aliados de Amazonino Mendes, e Secretário de Educação, foi José Melo de Oliveira, conhecido como Professor Melo. Como já fora visto em outros momentos, enquanto Secretário, perpetuou os ideais de Amazonino de conter o movimento de professores e manter a política de austeridade fiscal no que se relaciona às melhorias de condições salariais e de trabalho dos docentes. Mesmo com a prática de compra de vagas em escolas particulares iniciadas no governo anterior, mostrando um aumento de estudantes no estado, Amazonino Mendes preferiu investir no setor particular, uma prática neoliberal, em vez melhorar as condições dos professores e escolas.

Mesmo não havendo uma mobilização significativa do professorado em seu governo, os professores ainda continuavam reclamando da precarização do trabalho na SEDUC, buscando informar a população através de atos noticiados na imprensa.

Em dezembro de 1995, o então Deputado Estadual Eron Bezerra (PC do B) critica o plano de Cargos e Salários enviado pelo então governador Amazonino Mendes, que tinha como pontos críticos os anos em que chegaria ao último posto da carreira (para Eron 34 anos) e o salário de aposentadoria neste projeto. Ele foi indagado por Maneca e Omar Aziz, que se mostraram a favor do plano e do governo. As críticas contra o Deputado ainda vieram de Belarmino Lins e Bambolê. Ambos também achavam que o plano atendia a categoria.³⁵⁹

Em 1997, o Deputado Estadual Washington Régis, líder do governo Amazonino na ALEAM, destacou na tribuna que o professor amazonense tem um dos melhores salários do Brasil graças ao bom trabalho do Secretário de Educação José Melo e do governador.³⁶⁰ O discurso gilbertista de valorização do professor foi adotado por Amazonino Mendes como estratégia de colocar a sociedade amazonenses contra qualquer mobilização dos professores. Por este motivo, também neste governo, os professores não conseguiram apoio e unidade para construir uma greve mesmo com as condições salariais precárias.

Com a Emenda Constitucional nº 19/97, foi autorizada a reeleição do Presidente da República, dos governadores e dos Prefeitos.³⁶¹

Já em campanha para a reeleição, Amazonino Mendes primeiro colocado nas pesquisas de voto, ressaltou que um dos grandes feitos da administração foi o aumento salarial dos professores.³⁶²

³⁵⁹ SALÁRIO dos professores gera discussão. **Jornal do Comércio**. Manaus, 06 dez. 1995, p. 3.

³⁶⁰ RÉGIS destaca na ALE bom salário dos professores. **Jornal do Comércio**. 23 mar. 1997, p. 3.

³⁶¹ BRASIL. Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acesso em: 15 set. 2025.

³⁶² GOVERNADOR ressalta trabalho. **Jornal do Comércio**. Manaus, 14 abr. 1998, p. 3

Separados desde 1992, esta campanha serviu para realinhar os laços entre Amazonino Mendes e Gilberto Mestrinho e fortalecer os ideais do gilbertismo a partir de 1997.

Figura 12 - Comício Político na Campanha para Governo e Senado em 1997.



Fonte: *Instagram* Prof. Gilberto Mestrinho.³⁶³

Mesmo com o reatamento, a partir desse momento, podemos perceber que a liderança do gilbertismo ficará a cargo de Mendes na organização e consolidação do grupo político. No discurso, Amazonino Mendes fala do seu rompimento com Gilberto Mestrinho, assumindo-o como seu pai político e busca o apoio do povo para elegê-lo como Senador enquanto buscava sua reeleição:

O filho gosta do seu pai e, no entanto, estava separado do pai. Ele está hoje ao meu lado. Estamos juntos, irmanados, como deve ser. A história estava errada! Tava tudo errado! Ele, Gilberto Mestrinho, ele que começou tudo. Ele é a matriz de tudo. A ele

³⁶³ PROF. GILBERTO MESTRINHO. Hoje é a vez do então governador Amazonino Mendes falar sobre o Gilberto Mestrinho durante a convenção em Manaus para a eleição de 1998. Manaus, 17 de setembro de 2025. *Instagram*: @profgilbertogilbertomestrinho. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DOuFzZ1EmGR/?igsh=MXYYyZWsdmtodnVmOA==>. Acesso em: 29 set. 2025.

meu profundo respeito. É candidato ao Senado não apenas pela nossa gratidão natural, o nosso reconhecimento a seus tantos anos de luta, de dissabores, de decepção, de sacrifício. Ele é candidato ao Senado porque armazenou na sua cabeça e na sua alma toda a experiência e conhecimento possível para defender com a competência necessária o Amazonas da inveja brasileira, da perseguição do Sul contra nós.³⁶⁴

De forma a entender essa política muito comum na década de 1990, os discursos de palanques, vemos que essa ação é uma forma de sustentar o poder de um grupo político que pode ser entendido como facção, neste caso, o gilbertismo. Os comícios, lugar de encontro de famílias adeptas ao político que lá se encontra, tornou-se um espaço de lazer das massas, onde não se encontram somente os políticos, mas cantores, jogos de bingos, sorteios, entre outros. Desta maneira, o comício, ou seu palanque, “não se confunde com um ajuntamento qualquer de pessoas em torno de um candidato”³⁶⁵,

serão o lugar, por excelência, de manifestação de identidade de uma facção, senão da própria existência de facções. Aliás, é em tom o dos próprios comícios que se dá um dos embates mais intensos desse período, que é marcado pelos conflitos. A questão do local onde cada facção fará realizar os seus grandes comícios é considerada crucial nas estratégias de campanha. O resultado dessa disputa, que, muitas vezes, envolve, além da prefeitura e da polícia, a própria justiça eleitoral, corresponde a uma primeira manifestação da força relativa de cada facção. A atribuição, em caráter permanente, de uma praça importante para os comícios de uma facção, contribuirá para alterar a geografia social da cidade ou da vila num determinado sentido e pesar no desdobramento da campanha e, em última análise, nos resultados da eleição.³⁶⁶

Numa disputa com o Prefeito de Manaus Eduardo Braga, Amazonino venceu a eleição que teve como vice-governador o empresário Samuel Hannan.³⁶⁷ Neste pleito, Gilberto Mestrinho foi eleito Senador da República mostrando, novamente, alinhamento entre os dois políticos.

Seu segundo governo fica marcado pela continuidade da precarização do trabalho docente no que se refere, principalmente, à questão salarial.

Em abril de 2000, o Jornal do Comércio traz uma matéria em que a Presidente do SINTEAM, Raimunda Gomes, destaca que os professores estaduais estavam sem reajuste desde 1986 e que houve uma grande greve dos professores das duas redes em 1990.³⁶⁸

³⁶⁴ PROF. GILBERTO MESTRINHO. Hoje é a vez do então governador Amazonino Mendes falar sobre o Gilberto Mestrinho durante a convenção em Manaus para a eleição de 1998. Manaus, 17 de setembro de 2025. *Instagram*: @profgilbertogilbertomestrinho. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DOuFzZ1EmGR/?igsh=MXyYzWs0dmtodnVmOA==>. Acesso em: 19 set. 2025.

³⁶⁵ HEREDIA, B. M. A.; SOARES, P. M. G. Os Comícios e A Política de Facções. *Anuário Antropológico*, v. 94, p. 31-94, 1995. p. 37.

³⁶⁶ HEREDIA, B. M. A.; SOARES, P. M. G. Os Comícios e A Política de Facções. *Anuário Antropológico*, v. 94, p. 31-94, 1995. p. 37.

³⁶⁷ Foi professor da Educação Básica e Superior. Presidiu vários conselhos estatais como da Eletrobrás, mostrando envolvimento, mesmo que de forma velada em diversos governos do Estado do Amazonas.

³⁶⁸ PROFESSORES aguardam Plano de Cargos e Salários. *Jornal do Comércio*, Manaus, 04 set. 2000, p. 3.

Já havendo enfrentado o movimento de professores com mão de ferro enquanto governador na década de 1980, não propôs grandes mudanças nas condições de trabalho do professorado. Entretanto, um ato político marcou seu governo: a efetivação de servidores temporários através da Lei nº 2.624 de 22 de dezembro de 2000 que previa:

Art. 1º - Ficam transformados em cargos as funções que atualmente desempenham os servidores que pertenciam ao regime especial instituído pela Lei nº 1.674, de 10 de dezembro de 1984, ou admitidos na forma do § 1.º do artigo 108 da Constituição do Estado.

§ 1º - Os servidores de que trata este artigo passam a integrar o Quadro Suplementar do Poder correspondente, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas, respeitada a lotação respectiva, com o respectivo valor do estipêndio fixado como vencimento.

(...)

§ 3º - Os cargos transformados por este artigo serão automaticamente extinto à medida que vagarem.

Art. 4º - Do setor Educação, são sujeitos desta Lei os portadores de Licenciatura Plena, de Bacharelado com complementação pedagógica, Licenciatura Curta e Formação em Magistério em nível do ensino médio. Parágrafo único – Os servidores de que trata este artigo serão qualificados pelo Estado, para atendimento da habilitação exigida pela legislação federal específica. Art. 5º - Os servidores do Quadro Suplementar são contribuintes obrigatórios do regime de previdência do Estado.³⁶⁹

A promulgação da lei é típica do modelo de governo gilbertista, visando medidas populares para a perpetuação do poder que visava dar um fim ao Regime Especial, mas que na prática criou um grupo de servidores com menos direitos que os estatutários. Acontece que, na realidade, a lei causou um futuro imbróglia na profissão docente pautada por uma carreira que se baseia no processo de formação. Como se vê, a legislação criou um novo tipo de servidor público na esteira de regulamentar os trabalhadores temporários: o Quadro Suplementar. Estes servidores teriam seu cargo garantido na estrutura até sua aposentadoria, morte ou pedido de exoneração. Entretanto, no caso dos professores, com a criação do Plano de Carreira, Cargos, Salários e Remuneração, estes não seriam promovidos na promoção por titularidade, ou seja, embora cursassem Especialização, Mestrado e Doutorado, suas remunerações não poderiam ser reajustadas, pois a sua carreira era única como suplementarista. Segundo o Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas à época, Lupércio Ramos,³⁷⁰ afilhado político de Amazonino Mendes pertencente ao partido de Mendes, o PFL, sobre a lei, ele expõe:

³⁶⁹ AMAZONAS. **Lei nº 2.624, de 22 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a integração de servidores em Quadro Suplementar e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Amazonas, [2000]. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2000/7079/7079_texto_integral.pdf#:~:text=DISP%C3%95E%20sobre%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20de,Suplementar%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 08 set 2025.

³⁷⁰ Sobre Lupércio Ramos, que além de Presidente da ALEAM foi secretário de Estado do Amazonino Mendes agindo da mesma maneira em ambos os postos, o de auxiliar do governador, vale indicar dois textos do Professor José Ribamar Bessa que fez parte do Movimento de Professores na década de 1980 e se tornou grande crítico por meio de suas crônicas direcionadas a muitos políticos amazonenses. Cf: FREIRE, J. R. B. Quem é o Herodes de Igarapé? **Taquiprati**, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/484-quem-e-o-herodes-de-igarape->. Acesso em: 14 set. 2025.; FREIRE, J. R. B. Os meninos de rua, Lupércio e a orelha de porco.

Essa seria a forma correta dentro dos trâmites da lei de torna-los regular perante o serviço público. Essa medida, segundo explicou, não dará estabilidade ao serviço público e, sim, seguridade, pois esse critério protecionista não existe mais. Será também a oportunidade de nessa prática que vinha ocorrendo há muitos anos (...).³⁷¹

A lei foi palco de diversas disputas judiciais que alegavam inconstitucionalidade na legislação. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou a ação sustentando a ilegalidade³⁷², entretanto, estes servidores continuam no quadro de servidores até os dias atuais.

Em 2002 chegou ao fim o governo de Amazonino Mendes sem que os docentes houvessem conquistado melhores condições de vida e salário.

3.2 Eduardo Braga e o apoio sindical: peleguismo ou consolidação política? (2003-2010)

Carlos Eduardo Pereira Braga iniciou sua vida política como vereador da cidade de Manaus em 1983. Em 1987, foi Deputado Estadual pelo PMDB num visível alinhamento ao governador eleito Amazonino Mendes, pelo partido capitaneado por Gilberto Mestrinho. Neste mandato foi líder do governo e relator da Constituição Estadual e Federal em 1989. Em 1991, ainda aliado ao grupo político dominante, é eleito Deputado Federal pelo PDC, partido que compôs a coligação Aliança Democrática do Amazonas (PMDB, PFL, PDC, PL, PTR, PCN, PSD). Neste pleito foi eleito Amazonino Mendes, pela mesma coligação, mas chama-nos a atenção, a presença de políticos da esquerda amazonense pertencente aos sindicatos de categorias. A Professora Marilene Correia (PT) ficou em segundo lugar na eleição para o senado, tendo como suplente a Professora Arminda Mourão (PC do B), que foi presidente do SINTEAM. Como Deputado Federal, foi eleito Ricardo Moraes que comandou o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas. Elegeram-se ainda como Deputados Estaduais Sebastião de Souza Nunes (PT) e Eron Bezerra (PC do B). Em 1992, é eleito vice-prefeito de Amazonino Mendes, assumindo a Prefeitura de Manaus em 1994 com a saída de Amazonino para disputar o Governo do Estado do Amazonas. Em 1998, quebrando sua aliança com Amazonino, candidata-se ao Governo do Estado com a coligação Frente Ampla Reage Amazonas (PSL, PSB, PT, PDT, PPS, PCdoB, PMN, PPB, PSD). Nesta eleição é possível ver o alinhamento dos partidos que comandavam o SINTEAM com o futuro governador.

Taquiprati, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/483-os-meninos-de-rua-lupercio-e-a-orelha-de-porco>. Acesso em: 14 set. 2025.

³⁷¹ ALE acaba com o regime especial. **Jornal do Comércio**. Manaus, 21 dez. 2000, p. 3.

³⁷² Após STF negar recurso e obrigar demissão de servidores no Amazonas, Serafim Corrêa propõe diálogo entre poderes. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/apos-stf-negar-recurso-e-obrigar-demissao-de-servidores-no-amazonas-serafim-correa-propoe-dialogo-entre-poderes/>. Acesso em: 08 set 2025.

Em 2002, mais uma vez, ocorre outra grande crise no gilbertismo e o maior afilhado político de Mestrinho, apoia para o Governo Estadual uma chapa contrária ao Boto Navegador. Amazonino Mendes apoiou Eduardo Braga do Partido Popular Socialista (PPS) e Omar José Abdala Aziz do PFL, partido de Amazonino Mendes. A derrota de Mestrinho inaugura um período de troca de liderança política no estado, chegara a vez de Amazonino Mendes seguir os passos de seu padrinho e liderar a política local. Entretanto, isso não rompe com os moldes de governo do gilbertismo no que tange, principalmente, ao controle do movimento docente no estado.

Já mencionado, o período entre a década de 1990 e os anos 2000 foi um período em que as grandes greves docentes vistas no decorrer da década de 1980 não ocorreram, mas que também não significa que a organização tivesse cessado. Como é sabido, este é um momento que o Partido dos Trabalhadores finalmente chega ao poder, porém, em meio às críticas de lideranças do PT como as do Professor Aloysio Nogueira, que tempos depois expôs seu posicionamento

Permaneci no PT até a publicação da chamada Carta aos Brasileiros de 2002. Embora, muito antes, o PT já não priorizasse a política histórica de defesa dos interesses dos trabalhadores e de seus mais diversos movimentos sociais. Por isso, agigantou-se no PT uma forma de fazer política que mais adiante se tornou conhecida como Lulismo, desprovido dos propósitos essenciais das origens do próprio PT. O PT foi fundado com o objetivo precípuo de combater a política conservadora em todos os seus níveis: teórico e prático. Daí a necessidade de o PT lutar contra a predominância da conciliação de classe na política. Posição conciliatória defendida não somente exercida pelos partidos das classes dominantes, mas por setores da esquerda em nível nacional e local, que se aliavam com partidos e setores conservadores buscando o poder. Com o advento da postura política do PT contida na Carta aos Brasileiros em 2002, o PT aprofundou a conciliação de classe que resultou, inclusive, na presença de Michel Temer nos governos Lula e Dilma. Os chamados golpistas que conduziram o impeachment de Dilma, ao meu ver, há muito se encontravam encrustados nos governos petistas. A velha política conservadora não desapareceu e agigantou-se, a partir, sobretudo, da crise capitalista de 2008 e do aprofundamento da crise do governo de Dilma.³⁷³

O governo de Braga inaugura um momento muito criticado pelos professores sobre a postura política do SINTEAM, em que alguns vão chamar de estratégia política e outros de peleguismo. A Professora Raimunda Gomes, a Doquinha, que foi Presidente do Sindicato expôs a relação do Sindicato com Braga: “em dois mil e três, em dois mil e três já era o Eduardo Braga o governador, e o Eduardo Braga a gente havia apoiado né pra governo. Ele ganha e ele começa a nos enrolar, nos enrolar.”³⁷⁴

³⁷³ Acritica.com. “Lula virou caixeiro viajante da Odebrecht”, avalia fundador do PT no Amazonas. Entrevista com o Aloysio Nogueira. Acritica.com de 28 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/lula-virou-caixeiro-viajante-da-odebrecht-avalia-fundador-do-pt-no-amazonas-1.179300>. Acesso em: 16 set. 2025.

³⁷⁴ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 20.

Mesmo com o descontentamento com o governador, as bases do governo Braga mantinham as estruturas da esquerda em seu quadro, o que dificultava em muito a organização e mobilização dos professores.

A Professora Marilene Correia, que pertenceu à direção do PT, fez parte do governo de Eduardo Braga. A Professora foi Secretária da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, e depois Reitora da Universidade Estadual do Amazonas. O Jornal 10 Minutos em vídeo exposto na sua página do YouTube sobre a indicação da professora a candidatura ao senado nas eleições de 2010 expôs:

O PT oficializou a candidatura de Marilene Correa ao Senado Federal na tarde dessa segunda 10 de Maio. As primeiras estratégias de campanha foram definidas em uma reunião na sede do partido. Marilene que durante o governo Eduardo Braga comandou Secretaria de ciência e tecnologia por quatro anos e a Reitoria da UEA por três, não vê problemas de ter o ex-chefe como adversário.³⁷⁵

Na reportagem, a professora que foi uma das fundadoras do PT no Amazonas explicou: “Eu fui Secretária de Estado do Amazonas e não do Eduardo Braga e fui Reitora da Universidade do Estado Amazonas e não do Eduardo Braga.”

Figura 13 - Fundação do PT no Amazonas



Ao centro Lula, lado direito Professor Aloysio Nogueira e esquerdo Professora Marilene Corrêa. A criança ao fundo é o filho do Professor Aloysio Nogueira, Aloysio Filho.

Fonte: Acervo pessoal de Aloysio Nogueira.

Neste momento, traremos à baila da análise deste governo o conceito de transformismo para compreendermos como essa cooptação do poder hegemônico de categoria que se encontrava contrárias a este poder são cooptadas, mas não caladas, O conceito é um objeto

³⁷⁵ Jornal Dez Minutos. PT do Amazonas lança candidatura de Marilene Corrêa ao Senado. 10 de maio de 2010. 1min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SyBA6EfwbUY>. Acesso em: 20 set. 2025.

analítico de Antonio Gramsci. O conceito foi criado a partir da ideia de “Revolução Passiva” para entender a ascensão da burguesia durante o processo de união da Itália no século XIX que ficou denominado como *Risorgimento*. Para o filósofo italiano,

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior de forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.³⁷⁶

Daí, “o transformismo como uma forma da revolução passiva no período de 1870 para a frente.”³⁷⁷ Deste modo, Revolução Passiva é o processo de mudança histórica de estrutura pré-capitalista para capitalista comum nos acontecimentos das Revoluções Burguesas que produz uma destruição das velhas ordens e ascensão de uma nova ordem sociopolítica. O transformismo, então, passa a ser entendido no contexto da Revolução Passiva, como o processo de transformação que passou o Estado Italiano. Contudo, o conceito atravessou os tempos contribuindo no entendimento das relações políticas mundiais, desta maneira “é a forma de um processo de mudança histórica cujo o conteúdo é a Revolução Passiva.”³⁷⁸ O transformismo vai ter duas vertentes: o transformismo molecular que ocorre a incorporação dos componentes de partidos de oposição ao partido conservador no poder, buscando a anulação deste partido de oposição, operando “negativamente, levando as forças oponentes à desarticulação e desmobilização”; e o transformismo ampliado que

se configura como método mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças oponentes na arena da disputa política, porém, anulando progressivamente seu caráter contra-hegemônico, sem necessidade de decapitá-las.³⁷⁹

Neste caso, adotaremos para esta análise os ideais do transformismo ampliado para entendermos a relação política no governo Eduardo Braga. No caso brasileiro, o conceito de *Revolução Passiva* e, conseqüentemente, de transformismo refere-se

acerca do fortalecimento do Estado em favor das forças hegemônicas e a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico que exclui as massas populares desse processo.”

Sobre o transformismo no Brasil com a entrada do PT no poder, a Professora Antonia Souza nos diz:

³⁷⁶ GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 317.

³⁷⁷ GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 309.

³⁷⁸ MACIEL, D. Revolução passiva e transformismo em Gramsci. In: DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 165-168. p. 166.

³⁷⁹ MACIEL, D. Revolução passiva e transformismo em Gramsci. In: DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 165-168. p. 166.

No período da história brasileira que se inicia em 2002, tivemos um caso típico de transformismo de grupos ou classes sociais de oposição. Este representa a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores – PT, da candidatura presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, depois de três sucessivas derrotas. O PT foi criado em 1980, diante da crise política da “abertura” da ditadura militar como resposta do movimento operário e camponês, e em decorrência da greve centrada nas montadoras do ABC paulista, tendo as principais lideranças desse movimento grevista se transformado nas lideranças do próprio PT. O líder político e, presidente eleito, Lula da Silva, em 2002, nasceu nesse contexto.³⁸⁰

Nas narrativas e no vídeo, podemos ver que Eduardo Braga buscou uma maneira diferente de seus anteriores de lidar com o movimento de professores cedendo cargos para os componentes de partidos e, do próprio sindicato, em troca de controle do professorado. Em meio a esta forma de lidar com os trabalhadores da Educação, o descontentamento também alimentava a necessidade de organizar manobras de luta para amenizar a precarização do trabalho docente, que vai culminar em uma greve no ano de 2005.

Entretanto, embora as estratégias de Braga parecessem se basear no transformismo, o governador também comandou seus interesses políticos com mãos de ferro, afastando seus opositores diretos que tentavam retirá-lo do cenário político e de poder.

Um dos casos mais icônicos que demonstrou, supostamente, como Eduardo Braga lidava com seus desafetos foi a ocorrência do Caso Wallace³⁸¹, que devido seu alcance tornou-se documentário da Netflix “Bandidos na TV”. Ele foi Deputado Estadual por três mandatos (1999-2008), - na última eleição (2006) sendo o Deputado mais votado do estado - em coligações ligadas a Eduardo Braga, Amazonino Mendes e Alfredo Nascimento. Ex-policia Civil, o político sempre demonstrou que queria ser Secretário de Segurança do Estado, cargo que nunca alcançou. Em meio à investigação por formação de quadrilha, associação ao tráfico de drogas e porte ilegal de armas e uma busca em sua residência, o ex-Deputado – Wallace

³⁸⁰ SOUSA, A. A. O conceito gramsciano de “revolução passiva” e o estado brasileiro. **Revista Labor**, v. 3, p. 01-12, 2010. p. 10.

³⁸¹ Wallace Souza inicia sua carreira como apresentador em 1996 no Programa Canal Livre, na TV Rio Negro, pertencente ao político e empresário Francisco Garcia, que já havia sido vice-governador de Amazonino Mendes (1991-1995) Na década de 1990, imperava o jornalismo sensacionalista e seus conteúdos, em tese, deveriam ser vistos “como um assunto da esfera pública, visto que são abordadas questões de violência que poderiam ser resolvidas com políticas públicas mais eficazes e por meio de um processo deliberativo mais efetivo”, pois tratavam-se de assuntos que deveriam ter uma atuação do estado para suas resolução e não explorados no processo de ascensão política comum naquele momento. No entanto, as matérias buscavam reações de sentimentos dos telespectadores tidos como acrícos e despolitizados, foco importante para do politicismo vigente à época. Cf: MOREIRA, H. C.; OLIVEIRA, B. S. De herói a vilão: Wallace Souza e o enquadramento sensacionalista no jornalismo brasileiro, **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo** [En ligne, online], v. 12, n.1, 2023. Disponível em: <https://revue.surlejournisme.com/slj/article/download/521/477/1450>. Acesso em: 20 set. 2025.

Souza foi teve seu mandato cassado e preso em 2009 – falou: "Eu vou voltar pra essa mesma polícia, vou mostrar que eu vou ser secretário de Segurança."³⁸²

Anos depois, o irmão de Wallace Souza, Carlos Souza que também apresentava o programa junto com outro irmão, Fausto Souza, e fora Deputado Federal em aliança com Eduardo Braga e Amazonino Mendes, expôs que tudo havia iniciado nas eleições para a Prefeitura de Manaus em 2008 quando foi vice na Chapa de Amazonino Mendes. Em um comício, Wallace Souza, ao discursar, chamou Eduardo Braga de ladrão e, segundo o ex-deputado federal, Braga avisara que aquela ação não ficaria sem resposta. Anda sobre o que Carlos Souza chamou de “complô diabólico”:

Recusei um convite do Eduardo Braga para ser vice na chapa que ele pretendia formar para disputar a Prefeitura naquele ano. Eu tinha 24% das intenções de votos e o Amazonino tinha 26%, por isso não aceitei ser vice dele. Eu já era do grupo político do Amazonino que me disse vamos formar uma chapa, ganhar a eleição e você vai ser prefeito de Manaus. O Eduardo Braga não gostou disso também de eu ter recusado o convite dele.³⁸³

Wallace Souza faleceu em 27 de julho de 2010 e Carlos Souza, devido à grande polêmica sobre o Caso Wallace, não conseguiu ser eleito novamente até os dias atuais.

Eduardo Braga continuou no Governo do Amazonas até o ano de 2010.

³⁸² DEPUTADO do Amazonas é investigado por envolvimento com crime organizado. **G1**. 02 ago. 2009.

Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1252141-5598,00.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

³⁸³ Carlos Souza acusa Eduardo Braga de ser o criador do ‘Caso Wallace’. **AMAZONAS1**. 06 jun. 2019.

Disponível em: <https://amazonas1.com.br/para-irmao-de-wallace-senador-foi-o-idealizador-de-um-complo-diabolico-para-prejudicar-a-familia-souza/>. Acesso em: 21 set. 2025.

4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO AMAZONAS: UMA VISÃO DOS IMPACTOS NO TRABALHO DE PROFESSOR

4.1 A precária relação entre trabalho docente e legislações

Já há muito foi falado e analisado que o fim da década de 1970 e início dos anos 1980 foram palcos de intensos movimentos sociais, principalmente, de diversas categorias de trabalhadores. O enfraquecimento do regime ditatorial com o processo de Abertura Política aliado aos arrochos salariais e ao aumento intenso da inflação, motivou a organização destes trabalhadores que buscavam, principalmente, melhores condições de trabalho e vida. O exemplo foram os metalúrgicos do ABC Paulista, profissionais da iniciativa particular, contudo, servidores públicos também entraram em campo, enfrentando, inclusive, os resquícios ditatoriais como o movimento de professores amazonenses quem em 1983 foram demitidos e repelidos pelo governador Gilberto Mestrinho que usou legislações ditatoriais que impediam a organização sindical e mobilização destes trabalhadores.³⁸⁴

Neste interstício, foi criada a legislação que rege os trabalhadores docentes da SEDUC AM: o Estatuto do Magistério dos Professores do Amazonas³⁸⁵:

Art. 3º São objetivos do presente ESTATUTO:

I - Proporcionar, aos integrantes do Magistério Público do Estado do Amazonas, condições que os coloquem em situação de relevo e os estimulem no exercício da profissão;

II - Implantar sistema de remuneração que assegure, aos integrantes do Magistério Público, padrões sócio-econômicos correlatos aos das demais profissões;

III - Incentivar permanente aperfeiçoamento, atualização, formação e especialização dos integrantes do Magistério, com vistas a garantir o melhor desempenho de suas funções;

IV - Estabelecer normas e critérios reguladores do ingresso, da promoção das atividades e dos demais aspectos das carreiras do Magistério;

V - Criar estímulos e assegurar condições que possam atrair profissionais habilitados ao exercício do Magistério nas várias regiões do Estado.

Art. 4º Ao pessoal do Magistério, será assegurado tratamento condizente com o dispensado às demais categorias de igual nível de formação profissional, implicando em:

1 - Remuneração condigna;

2 - Progressão constante na carreira;

³⁸⁴ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 07 jul. 2023. Cf. BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. Curitiba: CRV, 2019.

³⁸⁵ AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980] Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

3 - Valorização profissional e social.³⁸⁶

Se voltarmos ao tempo, lembraremos dos movimentos dos professores na década de 1980 por melhores condições salariais, de trabalho e eleição para diretores, o que nos deixa a margem para afirmar que o Estatuto era mais uma das leis sobre o trabalho docente que não funcionava, tornando assim, mais um motivador da precarização do trabalho de professor no estado. O acesso ao serviço público que, em tese, deveria dar-se através de Concurso Público e promover todo professor à tipificação de estatutário, portanto, com direitos disposto em lei. Deste assunto, o Estatuto do Magistério expõe:

Art. 18. O ingresso nas carreiras do Magistério Público Estadual far-se-á por concurso público de provas e títulos, realizado sob orientação das Secretarias de Estado da Educação e Cultura e da Administração, e dar-se-á sempre nas classes iniciais.

Art. 19. Das instruções para os concursos constarão, necessariamente:

I - o limite mínimo de idade, que será de dezoito (18) anos completos ou a completar até a data da realização do concurso;

II - o limite máximo de idade que será de quarenta e cinco (45) anos, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo;

III - o número de vagas a serem preenchidas;

IV - o prazo de validade;

V - a localidade para o qual deverão ser nomeados ou aprovados.

Parágrafo único. A inscrição no concurso de que trata este artigo independente de limitação de idade para os membros do Magistério ou funcionários públicos.³⁸⁷

O descumprimento de legislações que visavam organizar o trabalho docente se tornou pauta dos movimentos de professores, motivando greves e mobilizações a partir da década de 1980.

Esses movimentos não só projetaram um novo modelo de organização sindical, mas também se fizeram presente na construção da Constituição de 1988, garantindo, através de seus representantes na constituinte, direitos até então esquecidos e apagados na vigência da Ditadura Civil-Militar. Sobre os movimentos docentes e sua representação na Carta Magna de 1988, Carvalho e Costa expõem:

A crescente organização e mobilização dos professores na década de 1980 possibilitou a eleição de seus representantes para a Assembleia Nacional Constituinte, a ponto de garantir no texto da CF/88 propostas políticas relacionadas à valorização dos

³⁸⁶ AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980] Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

³⁸⁷ AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980] Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

profissionais da educação, com estatuto de princípios que se referem à autonomia, às condições de trabalho e carreira e à participação na gestão da escola.³⁸⁸

A transição constitucional, que gera a Carta de 1988, foi um fenômeno caracterizado por uma mudança gradual de regime e legitimidade, muitas vezes mantendo formalmente a constituição anterior durante o processo de elaboração de uma nova. A legitimidade da nova constituição emerge da crise da velha ordem e da aceitação de uma nova ideia de Direito, exemplificada pela transição brasileira de 1985-1988, marcada pela eleição de um presidente da oposição e pela subsequente atuação do Congresso como constituinte e legislativo.³⁸⁹ Neste contexto,

A característica marcante desta Constituição é o fato de agrupar setores políticos tão diferentes dentro de si, revelando que esse é um texto democrático, sendo, portanto, desde o início uma ruptura com a sistemática vigente anteriormente. O Brasil iniciou uma nova era naquele instante.³⁹⁰

Entretanto, a carta magna deve ser encarada como um texto paradoxal, pois ela vem à luz com data marcada para sofrer uma revisão global e contém mecanismos que remetem a revisões parciais seguidas e constantes. Foi posta sob um signo do precário, durante sua elaboração e, posteriormente, ela não respondeu às exigências histórica.³⁹¹ Daí a existência da precarização do trabalho docente mesmo depois de sua promulgação.

No Brasil, onde a formalização de direitos previsto na Constituição de 1988, ocorreu sem a correspondente capacidade do Estado de garanti-los efetivamente. Essa situação, embora distante do ideal, é vista não como um desvio, mas como uma característica particular, que não ocorreu somente aqui no país. Dessa forma, embora tenha ocorrido na carta de 1988 conquistas frutos de um processo coletivo, não podemos deixar de reconhecer que houve perdas, e como resultado de disputas entre diferentes interesses que encontraram novas oportunidades na transição democrática.³⁹²

Para muitos, a nova Constituição, produzida após um Regime Militar que durou mais de vinte anos, devido ao seu o momento e a forma de como foi construída, consideravam-na

³⁸⁸ RODRIGUES, R. S.; Costa, A. C. Da Constituição Federal de 1988 ao Plano Nacional de Educação 2014-2024: ardilosas apropriações da valorização do trabalho do professor. **POLÍTICA & TRABALHO (UFPB. IMPRESSO)**, v. 50, p. 231-248, 2019.

³⁸⁹ MIRANDA, J. A Constituição de 1988: Uma Constituição de esperança. **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 179, p. 155-164, 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/179/ril_v45_n179_p155.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

³⁹⁰ JAROCHINSKI SILVA, J. C. Análise Histórica das Constituições Brasileiras. **PONTO-E-VÍRGULA (PUCSP)**, v. 10, p. 217-244, 2011. p. 239

³⁹¹ FERNANDES, F. **A Constituição Inacabada** – Vias Históricas e o Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

³⁹² VISCARDI, C. M. R.; JARDIM, F. P. B. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, J. L.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 5, p. 447-477. p. 449.

como um símbolo da Democracia e os novos parâmetros de cidadania que o país estava passando. Muitos foram os grupos e interesses que fizeram parte da escrita do texto constitucional, o que levou o Ulysses Guimarães a afirmar que a constituição ali era prenhe de “emendas populares” e “sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores.”³⁹³ Entretanto, quando nos atemos aos direitos de trabalhadores, a própria carta torna-se um documento paradoxal e é preciso “fazer o balanço de perdas e ganhos” pois, infelizmente, ela é “prova de que nenhum direito garantido por lei é perene e intocável, mas objeto de permanente disputas.” De todo modo, a Constituição assegurou direitos essenciais como saúde, direito e educação.

No que tange ao interesse desta pesquisa, constou na Carta uma parte exclusiva, dando obrigações não só ao Estado, mas também às famílias como responsáveis pelo processo educacional.³⁹⁴

Art. 205. À educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.

Não é objeto nesta pesquisa a análise da previsão educacional do texto constitucional, mas a relação desta legislação com o trabalho docente da Educação Básica. Deste modo, nos interessa aqui neste momento o texto do art. 206 incisos V e VI. O texto original já se demonstrava o resultado das lutas dos trabalhadores docentes quando prevê plano de carreiras e piso salarial. Entretanto, falamos de interesses políticos partidários na escrita da lei, que refletiu também interesses dos governos quando a carta não propôs dados sobre como funcionaria esses direitos dos docentes. Isso demonstra uma desvalorização político-social num contexto em que os docentes deveriam ser enxergados como “as parteiras da sociedade do

³⁹³ VISCARDI, C. M. R.; JARDIM, F. P. B. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, J. L.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 5, p. 447-477. p. 451.

³⁹⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2025. Art. 205 a 213.

conhecimento, sem eles, sua confiança e sua competência, o futuro será malformado e natimorto”³⁹⁵, mas que infelizmente têm em sua trajetória um processo de desvalorização que culmina, como veremos, num processo histórico de precarização. Deste modo,

Tal realidade só será possível se a educação ofertada for de qualidade e para tanto, é necessário que se tenha, entre outros aspectos, o investimento e o devido cuidado com o trabalho do professor. Pois, acredita-se que um professor melhor preparado poderá contribuir com a formação integral do sujeito e, conseqüentemente, com a sua integração como cidadão na sociedade em que vive. Entretanto, o cuidado com o trabalho docente ainda não é uma constante. Entre os principais desafios observados ao longo do tempo quando analisada a trajetória docente, observou-se a presença do mal-estar no trabalho do professor.³⁹⁶

Trazendo à realidade amazonense, é possível fazermos um paralelo entre a constituição federal e estadual. A lacuna sobre piso salarial que existia na legislação federal foi resolvida com o forte movimento docente amazonense da década de 1980, através do qual os docentes conseguiram que fosse colocado no texto estadual a premissa de três salários mínimos.³⁹⁷ É importante salientarmos essa vitória do movimento docente, pois veremos que tal conquista foi objeto de luta contra outros governadores na década seguinte.

O inciso VI do art. 206 é a prova que os ensejos da categoria de professores ecoaram na construção da Constituição, pois sempre foi uma das bandeiras da categoria uma gestão democrática que efetivasse a participação dos professores na construção do processo educacional, inclusive com eleição para gestão das escolas. Infelizmente todos os pontos abordados pela Constituição ainda hoje são pautas dos movimentos de professores pelo país. Aqui começamos a vislumbrar a luta do professorado no campo político, com a frágil legislação para o trabalho docente na escrita da Constituição.

4.2 O paradoxo da cidadania precarizante: o fazer-se docente do professor temporário

No que concerne ao contrato de trabalho, a Constituição não trouxe texto algum, prevendo somente o acesso ao serviço público por meio de concurso público. Infelizmente, a

³⁹⁵ HARGREAVES, A. Para além da padronização: comunidades de aprendizagem profissional ou seitas de treinamento para o desempenho? *In*: HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 171-200. p. 171.

³⁹⁶ KASPER, S. A.; RINALDI, R. P. O trabalho docente como elemento fundamental na garantia do direito à educação. **Itinerários Educativos**, p. 41-55, 2019. p. 257.

³⁹⁷ AMAZONAS. Constituição Política do Estado do Amazonas, 1989. Disponível em: <http://www.ale.am.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2025. Art. 199 - II, §e.

mesma Constituição que orienta tal tipo de acesso prevê um dos pontos maior precariedade no trabalho docente: o contrato temporário. O texto constitucional expõe:

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

(...)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

O do trabalho temporário, previsto na constitucional, está condicionado a necessidades dos governos que um concurso público demoraria a sanar. Entretanto, essa forma de contratação precária já tem um lastro histórico que vem antes da própria constituinte.

No caso do Amazonas, esta prática advém da lei 1674 de 10 de dezembro de 1984, uma norma criada no governo de Gilberto Mestrinho que, já precarizava o trabalho docente naquele período. Segundo a lei:

Art. 1.º - Além dos funcionários públicos, poderá haver na Administração Estadual servidores admitidos em serviços de caráter temporário e contratados para funções de natureza técnica especializada.

Art. 2.º - As admissões de servidores em caráter temporário ocorrerão:

I - para o exercício de funções públicas em atendimento à necessidade transitória de substituição de titular de cargo efetivo afastado em virtude de licenças não remuneradas;

II - para o exercício de funções públicas em atendimento à necessidade inadiável, do serviço público até a criação e provimento dos cargos correspondentes;

III - para trabalho desenvolvido na execução de obras e serviços determinados até o seu término.³⁹⁸

A lei de caráter extremamente provisório, com premissa para contratação somente em caso excepcionais, tornou-se prática comum nos governos seguintes. Se olharmos atentamente na conjuntura temporal, desta norma, veremos que a mesma foi criada após os grandes movimentos de professores da década de 1980 e, por isso, encontrou seu uso, principalmente, na contratação temporária de trabalhadores docentes. Esses tipos de contrato caracterizam-se, principalmente, pela “precarização dos vínculos de emprego e a desestruturação do mercado de trabalho” que se definem como “contratos atípicos” que “apresentam remuneração mais baixa”³⁹⁹. Esse tipo de trabalho que ganhou força a partir dos anos de 1970, em que

o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto a recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da

³⁹⁸ AMAZONAS. **Lei nº 1.674, de 10 de dezembro de 1984**. Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1984]. Disponível em: https://legisla.impressaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1984/12/13373?q=lei+n%C2%BA+1.674. Acesso em: 26 jan. 2026.

³⁹⁹ SILVA, F. T. Reforma trabalhista: emprego, tempo e história. In: SPERANZA, C. G. **História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas/organização**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 15.

década de 1960 onde, particularmente na Europa ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais. Foi nesse contexto que o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.⁴⁰⁰

Assim podemos perceber que este tipo de contratação encontrou mão de obra extensa, pois era muito comum que estes trabalhadores fizessem parte da classe desempregados que aceitavam este tipo de emprego. O Professor Lambert Melo, foi um dos docentes que aceitou trabalhar neste molde precário de emprego e nos relata:

Nessa época eu já estava casado e já tinha minha primeira filha que agora vai completar 30 anos e fomos nos virando, fomos dando um jeito e já no segundo período que foi no início do ano de 1993, eu já comecei a lecionar numa escola particular ganhando um salário muito baixo, mais baixo do que pagava na rede pública, apesar que na rede pública também era muito baixo mas na escola particular o salário ainda era menor.⁴⁰¹

Como podemos observar, o professor adentrou ao trabalho ainda em processo de formação e, portanto, já de cara percebe-se que não somente o contrato era precário, mas também a configuração do serviço, tendo em vista a pouca experiência do docente. Isso é uma fragilidade que encontra abrigo legislativo, pois até a década de 1990 as leis que previam as formações necessárias para o exercício da docência tinham fragilidades que precisaram de outras legislações para uma mudança. Isso reflete na questão salarial, tendo em vista que este trabalhador, com uma formação aquém do seu trabalho, acaba fazendo jus a uma remuneração menor que o trabalhador concursado e com a formação completa. Essa necessidade em adentrar o mundo dos trabalhos por estes profissionais do magistério, “inclusive áreas em que tradicionalmente a tendência é a maior segurança ocupacional, como o setor público e acadêmico, têm sofrido fortes contra a estabilidade no emprego.”⁴⁰² Deste modo,

O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.⁴⁰³

⁴⁰⁰ ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026. p. 4.

⁴⁰¹ Lambert Melo. Entrevista concedida ao autor, James Batista, em 12 de novembro de 2022. Gravada e digitada. p. 7

⁴⁰² SILVA, F. T. Reforma trabalhista: emprego, tempo e história. In: SPERANZA, C. G. **História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas/organização**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. p. 15-59. p. 20.

⁴⁰³ ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026. p. 3.

Ainda com a narrativa do Professor Lambert, podemos perceber como se personificava essa precarização do Contrato de Regime Especial⁴⁰⁴:

Mas eu comecei a lecionar numa escolinha particular, ainda no segundo período e depois consegui também na rede estadual de ensino através de uma forma que eles tinham de selecionar que era chamado de regime especial. Então na época tinha uma forma de contratação de pessoas não formadas não eram formadas e não eram concursadas que era o chamado regime especial na rede estadual de ensino e ali eles aceitavam a acadêmicos, não é? Geralmente aceitavam acadêmicos de quarto período quinto período sexto período, mas eu consegui ainda estando no segundo período entrar nessa contratação que era bastante penoso porque você cinco meses sem receber trabalhando sem receber e, portanto, tendo que gastar com locomoção, com alimentação e tudo mais, era na esperança de um dia receber e poder pagar as dívidas e sobreviver e assim fui levando durante a formação durante o estudo no curso de História até conseguir minha colação de grau em 2000. Entrei em 92 e coleí grau em 2000. Passei 8 anos para um curso que deveria passar 4 anos passei o dobro, por conta, justamente, da necessidade de ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Nunca fiquei reprovado até chegar no último ano, até chegar no último período porque no último período tinha que apresentar o trabalho de conclusão de curso e pra fazer o trabalho de conclusão de curso tinha que ter leitura você tinha que ler muita coisa e trabalhando estudando eu não tinha tempo de fazer essas leituras que eram extras né porque você tinha que dar conta das matérias, estudar para as provas, trabalhar e essas outras leituras que eram exigidas para o trabalho de conclusão do curso não tinha tempo de fazer então tive que ficando reprovando período reprovando outro período até conseguir fazer todas as leituras e depois preparar o trabalho, a monografia para poder entregar e aprovado então aí no seu passeio é vários anos lá para depois conseguir me informar, então é uma dívida muito difícil né muito pesada muito dura mas felizmente em 2000 eu consegui colar grau, consegui me formar, no ano anterior em 99 eu já tinha feito o concurso público das duas secretarias porque eles fizeram o concurso público em 99 e eu fiz mesmo não tendo concluído eu dependia somente da monografia para entregar então a esperança de colar grau estava bem próxima. Então, eu fiz o concurso, fui aprovado nos dois, fui aprovado tanto na SEDUC do quanto na Semed e quando chegou o momento da colação de grau pedi antecipação, pedi correria, pedi tudo para não perder a chance de tomar posse, e aí, felizmente, tomei posse como concursado, e aí melhorou um pouquinho, a vida melhorou um pouquinho, concursado.⁴⁰⁵

Outro professor que teve a experiência trabalho no precário Regime Especial foi Brás Melgueiro. Segundo ele

Ah, como disse, eu primeiro fiz Medicina né eu demorei a fazer assim o vestibular terminei aí na realidade... aí a minha namorada, hoje minha esposa, 41 anos juntos, né? Ela engravidou! Deu golpe da barriga. [risos] Aí, O que aconteceu eu tinha que trabalhar, trabalhar de dia né como fazer faculdade e tal não tinha nem curso à noite e aí eu fazia eu tinha começado a fazer um curso de licenciatura curta⁴⁰⁶ mas foi pouco tempo eu não terminei o semestre entendeu aí tive que sair para mim ir trabalhar porque tinha um filho para criar. Bom, aí eu dei um tempinho e fui estudando, daí depois como eu falei. Aí eu fiz Medicina e parei. Aí quando foi como eu tinha um

⁴⁰⁴ Cf. BATISTA, J. C.; SILVA, P. N. Justiça e Trabalho: Precarização do trabalho docente sob o olhar do Contrato de Regime Especial. In: BARROS, W. F. S. (org.). **Às portas dos tribunais: Os trabalhadores no Poder Judiciário no Norte do País**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, v. 1, p. 237-251.

⁴⁰⁵ Lambert Melo. Entrevista concedida ao autor, James Batista, em 12 de novembro de 2022. Gravada e digitada. p. 7-8.

⁴⁰⁶ Instituída pela Lei nº 5692/71 que fixou as Diretrizes para o Ensino de 1º e 2º Graus e dava outras providências, previa no Art.30 - b que no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração. Para ter tal grau necessitava que se fizesse uma formação complementar de 180h. Tal legislação foi substituída pela necessidade de Licenciaturas Plenas pela Lei nº 9394/96.

adicional, trabalhei na Moto Honda dois anos, daí saí e aí fui para a escola no primeiro momento comecei como administrativo né ajudando a secretária, a diretora na escola ficava com ela na diretoria e lá era secretaria-diretoria. Fiquei ajudando. E aí no decorrer do processo com o tempo aí foi arranjado regime especial né contrato aí eu fui dar aula tá entendendo⁴⁰⁷

As duas narrativas nos propõem a pensar o papel social do professor. Em ambos os casos a docência transpassou a possibilidade da escolha e transformou-se numa obrigação de trabalhar. O professor que detém uma especificidade laboral que o diferencia, de modo geral, dos outros trabalhadores, foi tornando-se alternativa aos desesperos sociais motivados pela necessidade de sobrevivência. A partir dessa nova configuração de trabalhador, o professor entra no cenário da reestruturação produtiva capitalista⁴⁰⁸ como um proletário, que, mesmo com seu trabalho abstrato e prenhe de subjetividade, tornou-se um mero vendedor de sua mão de obra, como vimos, já não tão qualificada, levando o docente ao interior da precarização. Segundo Ferreira e Bittar, esse processo de proletarianização – embora nossos casos citados sejam da década de 1990 e 2000 -, teve seu ápice na Ditadura Militar, em que

Nota-se, assim, que nessa época, o professorado já não portava o perfil do passado, numericamente inferior e com origem nas camadas médias urbanas e nas próprias elites. Agora, em decorrência das mudanças estruturais do país e das reformas educacionais citadas, ele passava a ser uma categoria muito pouco assemelhada à anterior e submetida a condições de vida e de trabalho bastante diversas. Em síntese: o crescimento econômico acelerado do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar impôs uma política educacional que se materializou, em linhas gerais, nas reformas de 1968 e de 1971, cujos efeitos engendraram uma nova categoria docente e, por conseguinte, no exercício da profissão em parâmetros distintos dos anteriores. Os professores formados nos cursos de licenciaturas curtas das faculdades privadas noturnas substituíram a pequena elite intelectualizada das poucas escolas públicas antes existentes. A extensão da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos ocasionou a rápida expansão quantitativa da escola fundamental, exigindo, para o seu atendimento, a célere formação dos educadores, o que se deu de forma aligeirada. A combinação entre crescimento quantitativo, formação acelerada e arrocho salarial deteriorou ainda mais as condições de vida e de trabalho do professorado nacional do ensino básico, tanto é que o fenômeno social das greves, entre as décadas de 1970 e 1980, teve como base objetiva de manifestação a própria existência material dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus.⁴⁰⁹

⁴⁰⁷ José Luis Brás Melgueiro. Entrevista gravada em 7 de dezembro de 2021. Realizada por James Batista, digitada, p. 7.

⁴⁰⁸ O conceito de reestruturação produtiva se refere às transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho alinhada aos ideais neoliberais. Característica principal deste cenário, construído na morfologia do trabalho, é a precarização. Para uma melhor compreensão da temática Cf. Antunes, Ricardo – A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990 Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVII, 2014, págs. 11-25; ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, p. 405-419, 2011.; TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 77, n.77, p. 71-99, 2001.

⁴⁰⁹ FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006. p. 1165-1166.

Podemos destacar duas questões importantes nas narrativas dos Professores Lambert Melo e José Brás: a entrada no mundo do trabalho, neste caso, na Educação; e a dificuldade econômica vigente no país na década de 1990. Deste modo, podemos pensar na intensa precarização dos trabalhos daqueles que conseguiam se manter em atividade remunerada. É um destaque na fala dos professores a presença da precarização no Regime Especial não somente no que tange ao pagamento, mas também aos salários. Entretanto, essa precarização ganha índices alarmantes no primeiro quinquênio da década de 1990, no qual

Tradicionalmente a conotação de “emprego de qualidade” é emprestada aos postos de trabalho protegidos pela legislação trabalhista, seja através do acesso à carteira de trabalho, seja por meio de regime estatutário. Embora sendo, por uma série de razões mencionadas anteriormente, uma visão estreita e simplista de qualidade do emprego, esta tem sido, na grande maioria das vezes, a praxe na literatura. Alternativamente, a idéia de precariedade do emprego tem sido associada à inserção no mercado de trabalho como empregado sem carteira ou por conta própria.⁴¹⁰

Na década de 1990 era muito comum a presença de professores que tinham como formação o Magistério⁴¹¹. Devido à ausência de Cursos Superiores, principalmente no interior do estado, era prática comum a presença de professores com a mínima formação possível. Tendo passado também pelo Contrato de regime Especial, o professor Gamaniel Pinheiro expõe sua experiência:

Minha mãe sempre dizia que eu tinha que fazer uma Faculdade. Porém, naquela época, só havia a UA como Universidade no Amazonas. Ou seja, só havia vestibular uma vez por ano e se não passássemos, teríamos que esperar o próximo ano, para pleitearmos novamente uma vaga na Universidade.

Em 1993, incentivado pela minha mãe, fiz o Curso Adicional em Comunicação e Expressão pelo Centro de Formações Pe. Anchieta, o qual me dava o direito de ministrar aulas para a 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental. Sendo assim, já naquela época, pela escassez de professores fui contratado pelo Regime Especial, em 1994, como professor de Língua Portuguesa.

Durante anos, continuei com o contrato sendo renovado a cada ano pelo Regime e como a LDB exigia que todos os profissionais em Educação que estivessem em sala de aula tivessem Graduação na área em que estivessem atuando, tive que me graduar. No ano 2000 a prefeitura do meu município em consonância com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ofereceu graduações para os profissionais que estavam em sala de aula. Mas infelizmente, não veio a graduação em minha área de atuação. Foi quando eu prestei vestibular para área de Educação Física, na qual me formei em 2005. Mas nunca atuei com professor de Educação Física.⁴¹²

⁴¹⁰ RAMOS, L; REIS, J. G. A. **O emprego no Brasil nos anos 1990**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. p. 6

⁴¹¹ Curso técnico-profissionalizante que visava formar professores para o exercício na educação básica, principalmente na educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental. Teve seu fim institucional com a Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e bases da educação nacional que reformulou a formação dos professores com o ensino superior. Cf. TROJAN, Rose Meri . A Formação dos professores nos cursos de magistério de segundo grau. *Educar em Revista* , Editora UFPR Curitiba PR, v. 1, n.13, p. 67-74, 1997.

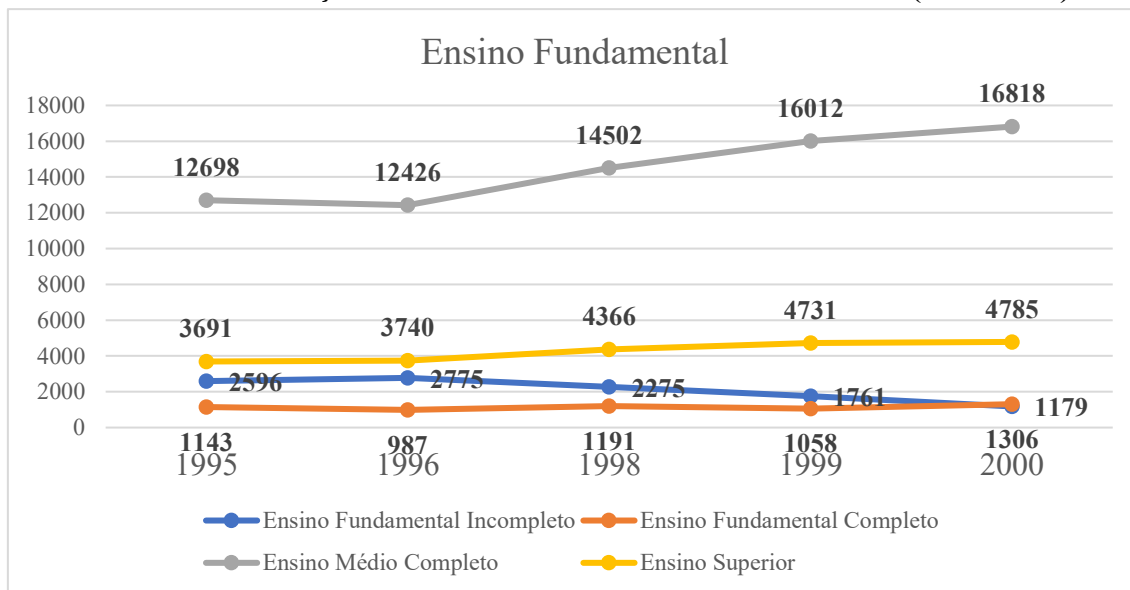
⁴¹² Gamaniel da Costa Pinheiro. Entrevista gravada em 19 de abril de 2025. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

A realidade social do Professor Gamaniel Pinheiro é distinta aos outros professores. Filho de professores, o professor Gamaniel foi incentivado ao trabalho docente. Como já vimos, a década de 1990 tem como cerne uma problemática socioeconômica que levou várias pessoas aos diversos tipos de trabalhos precários. Mesmo com a diferença de ser um emprego público, os espaços ocupados para o Regime Especial, já previam uma mínima formação que impactava no aspecto econômico dos trabalhadores. Como o professor Gamaniel expôs, ele procurou melhorar a sua formação para conquistar melhorias sociais e econômicas atuando no ramo da docência:

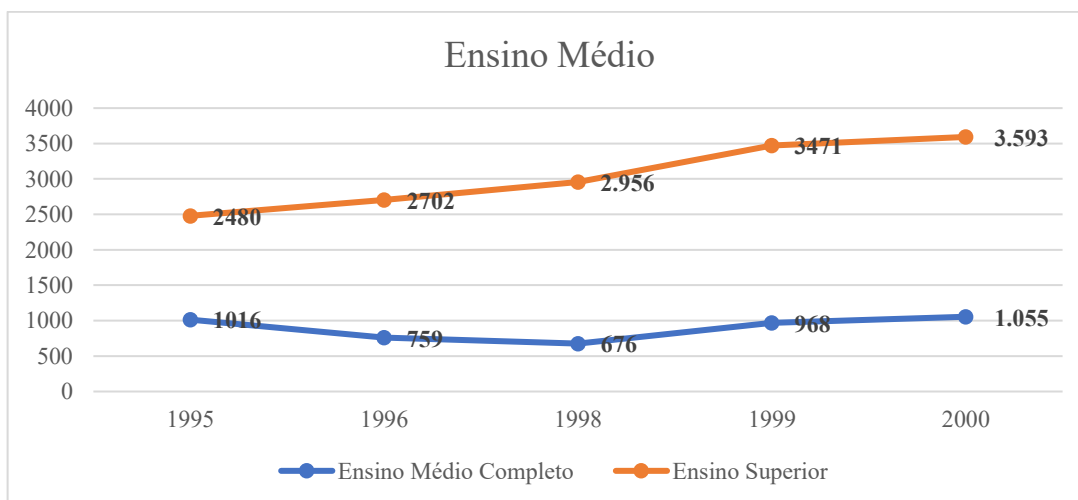
Anos depois, para trabalhar na área de atuação de que gosto, cursei graduação na área de Língua Portuguesa em uma Universidade Privada. Em 2014, incentivado por um colega professor, cursei Pós-graduação em Meio Ambiente pela UFAM. Com o intuito de trabalhar como professor universitário e incentivado pela minha ex-companheira, em 2023, fiz a defesa do meu mestrado na área de Ciência da Educação pela UNIT em parceria com a UNIDA, na *Ciudad Del Est* no Paraguai. Atualmente, estou doutorando na mesma Universidade, onde espero defender minha tese em 2027.⁴¹³

Como podemos perceber, a mão de obra docente não era homogeneizada no que tange à escolaridade do professor. O Regime Especial, que foi pensado para dirimir o problema da falta de professores, acabou contratando docentes com os mais diversos níveis de formação. Como vemos no Gráfico XX e YY, vários eram os docentes que ainda não tinham sequer o Ensino Médio. Algo que chama a atenção é a grande quantidade de professores com o Ensino Médio, isso se dá pela grande quantidade de vagas do Magistério a nível de Segundo Grau que licenciava o professor para a primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 4º ano). Devido à escassez de mão de obra, muitos desses normalistas faziam uma formação adicional para adentrar na segunda etapa do Ensino Fundamental, como expôs o Professor Gamaniel Pinheiro.

⁴¹³ Gamaniel da Costa Pinheiro. Entrevista gravada em 19 de abril de 2025. Realizada por James Batista, digitada, p. 2-3.

Gráfico 9 - Formação da Mão de Obra docente no Amazonas (1995-2000).

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – Elaborado pelo autor

Gráfico 10 - Formação da mão de obra docente no Amazonas (1995-2000).⁴¹⁴

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE – Elaborado pelo autor

Os dados do IBGE em muito dialogam com as narrativas dos professores entrevistados no que se refere ao saber que o "trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de

⁴¹⁴ Os dados sobre o Ensino Fundamental Incompleto e Completo, nesta etapa de Ensino não se mostram impactantes, e por estes motivos não foram expostos no gráfico. No ano de 1998 haviam 04 docentes com o Ensino Fundamental Incompleto e no ano de 1999 haviam 14 docentes com o Ensino Fundamental Completo. Isso dá-se pelo motivo da escassez de mão de obra nos interiores do Estado.

determinados meios."⁴¹⁵ No caso do Ensino Fundamental, nos anos dispostos, temos uma transformação na mão de obra com o Ensino Fundamental incompleto: uma diminuição de trabalhadores com esta formação de 54,58%. Esse cenário de professores com baixa formação se encontrava principalmente nos municípios interioranos, onde a mão de obra especializada é mais difícil e demanda, na maioria das vezes, que este profissional deixe a cidade de Manaus e rumo aos rincões. Essa mudança era muito difícil, pois como já foi relatado, estes profissionais eram em sua maioria oriundos dos contratos de Regime Especial, o que já denotava um baixo salário e atrasos costumeiros. Assim, com uma legislação que deixava brechas, muitas pessoas foram contratadas apenas com a mínima formação possível. Os professores com Ensino Fundamental completo se mantiveram, de certa forma, numa margem que cresceu com a população do estado. Os professores com Ensino Médio oriundos principalmente do Magistério tiveram um crescimento de 32,45%. Como veremos no próximo tópico, em 1996 é promulgada a Lei nº 9394 que obriga a mudança na formação dos professores para que se chegue ao máximo possível de professores com o Ensino Superior. No Amazonas, após esta lei, vimos um crescimento de 29,64% neste nicho.

No que se refere ao Ensino Médio, a formação da mão de obra docente estava concentrada no Ensino Médio e Superior. Corroborando com as mudanças motivadas pela lacuna que a Constituição de 1988 detinha, tivemos uma diminuição de professores com o Ensino Médio de 3,7%. Isso motivou-se pelo fato, como já fora dito, da grande quantidade de alunos que se formaram no Magistério. Essa modalidade de formação chegou em vários dos municípios interioranos, tornando-se mais fácil sua contratação. Sobre o Ensino Médio, diferente do Ensino Infantil e Fundamental 1 que são obrigações das prefeituras, este é de responsabilidade dos Governos do Estados e Federal. Na mão de obra com o Ensino Superior, chega-se no Amazonas ao século XXI com um aumento de 44,88% neste ramo de Ensino o que reflete o pensamento de Ricardo Antunes o qual diz que

O Século XXI apresenta, portanto, um cenário profundamente contraditório e agudamente crítico: se o trabalho ainda é central para a criação do valor (...), estampa, em patamares assustadores, seu traço de superfluidez, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, além do enorme exército de desempregados e desempregadas que se esparramam pelo mundo.⁴¹⁶

⁴¹⁵ LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-20, 1978.

⁴¹⁶ ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026. p. 11-12.

Como já fora dito, a legislação do Regime Especial era ainda de 1984 e precisou passar por mudanças para atender os ditos da Constituição de 1988. Assim, foi instituída a Lei nº 2.607 de 29/06/2000 que criou o Regime Direito Administrativo (RDA)⁴¹⁷

atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Estadual direta, as autarquias e as fundações públicas poderão realizar contratação de pessoal por tempo determinado.⁴¹⁸

Para os trabalhadores, a partir desta lei, deveriam ser contratados após o Processo Seletivo Simplificado (PSS), que no caso dos professores deveriam avaliar seus currículos, atestando formação e experiência. Seguindo o processo de precarização do trabalho docente, a legislação traz alguns pontos que devem ser destacados como: o salário pago aos professores temporários, o fim do contrato por parte do contratante, o Governo do Estado do Amazonas; e o controle do movimento de professores por meio destes servidores.

À luz desta lei, esse tipo de contratação deveria ocorrer somente em caso de necessidade temporária e excepcional, contudo, o que se vê até os dias atuais é o uso de tal prática em detrimento do concurso público. Essa temática do trabalho temporário docente é característica do processo de precarização e das políticas neoliberais para a Educação.

Um estudo da organização Todos pela Educação⁴¹⁹ nos traz à guisa do debate dados importantes. O primeiro é a diminuição do quadro de professores estaduais no país entre os anos de 2013 e 2018. Segundo o estudo, em 2013 o país tinha 725,9 mil professores e decaiu para 677,5 mil, um decréscimo de 6,67%, totalizando um número de mais de 48.000 docentes.⁴²⁰ Do outro lado, a população brasileira subiu de 193.933.659 em 2013, para 208.494.900 em 2018, totalizando um aumento de mais de 7,5%. Estudos já alertam para esse

⁴¹⁷ AMAZONAS. **Lei nº 2.607, de 29 de junho de 2000.** Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, § 1º, da Constituição do Estado. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [2000]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2000/6/6806?q=Lei+n%C2%BA+2.607. Acesso em: 26 jan. 2026.

⁴¹⁸ AMAZONAS. **Lei nº 2.607, de 29 de junho de 2000.** Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, § 1º, da Constituição do Estado. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [2000]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2000/6/6806?q=Lei+n%C2%BA+2.607. Acesso em: 26 jan. 2026.

⁴¹⁹ Organização independente que busca defender a Educação Básica no Brasil. A entidade faz estudos sobre as temáticas que envolvam a Educação brasileira. Segundo a entidade “A trajetória do Todos anda lado a lado com o desenvolvimento da Educação Básica no nosso país. Desde a sua fundação, dia 6 de setembro de 2006, mantemos nosso compromisso com a escola pública e lutamos por avanços reais na qualidade da educação brasileira.” Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2025.

⁴²⁰ TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Professores temporários nas redes estaduais do Brasil.** Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

decréscimo de trabalhadores docentes e apontam para o que chamam de apagão de professores. Isto estaria associado, principalmente ao processo de precarização que o trabalho docente vem sofrendo nos últimos anos como desvalorização social, baixos salários e condições de trabalho que desestimulam a busca pela carreira. Segundo Christina Queiroz, pesquisadora da FAPESP,

Apesar da busca por construir um país civilizado e economicamente produtivo passar, necessariamente, pela boa formação de crianças e jovens, professores da educação básica têm enfrentado, nas últimas décadas, desafios envolvendo baixos salários, falta de acesso a laboratórios e bibliotecas escolares, assim como um processo de desvalorização social da profissão. Divulgado em 2021 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o relatório “*Education at a glance*”, por exemplo, indicou que o piso salarial de docentes do ensino fundamental no Brasil é o mais baixo dentre as 40 nações analisadas, sendo menor do que em outros países latino-americanos como Colômbia e México.⁴²¹

Diante deste quadro, não é errado falar que está ocorrendo um envelhecimento da mão de obra docente que estimula ainda mais a diminuição de professores no país onde “o percentual de docentes do ensino básico com 50 anos ou mais cresceu 109% no período.” E, portanto, causa uma preocupação no futuro da Educação nacional, pois

apesar de se apresentar estável, com cerca de 2,2 milhões de professores atualmente, choca-se com as projeções, que indicam que o Brasil chegará a 2040 com apenas 1,74 milhão de professores.⁴²²

Visivelmente, este cenário enfraquece os movimentos docentes que têm em sua bandeira a luta por melhores condições de trabalho, o que passaria pela busca do trabalho estável através de concurso público. Entretanto, o que se vê é o contrário, é o constante uso de uma prerrogativa legal para precarizar, ainda mais, o trabalho de professor. Assim, sem os mesmos direitos dos trabalhadores estatutário, o professor temporário tem

Problemas dramáticos enfrentados pelo professor resultam de processos intensivos de precarização de seu trabalho. Uma parte importante desse movimento histórico de degradação da atividade docente é a existência do professor temporário. Compõem sua tragédia o pequeno ou excessivo número de aulas; salários baixos e mesmo menores que os dos efetivos; aulas em várias escolas; disciplinas diferentes para o mesmo professor; conjugação de trabalho efetivo e temporário; outros trabalhos para complementar a renda, entre múltiplos desdobramentos pedagógicos e políticos.⁴²³

⁴²¹ QUEIROZ, C. Profissão docente em risco. **Revista FAPESP**, São Paulo, v. 332, 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/profissao-docente-em-risco/>. Acesso em: 15 maio 2025.

⁴²² TEIXEIRA, Y. Brasil poderá ter carência de 235 mil professores de educação básica até 2040. **Jornal da USP**. 13 de mar. 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-de-educacao-basica-ate-2040/#:~:text=Entre%202009%20e%202021%2C%20o,mais%20cresceu%20109%25%20no%20per%C3%ADodo..> Acesso em: 15 maio 2025.

⁴²³ SEKI, A. K.; SOUZA, A. G.; GOMES, F. A.; EVANGELISTA, O. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa (UEPG. Online)**, v. 12, p. 942-959, 2017. p. 945.

Para a Professora Marineide Ribeiro, que atuou muito tempo na égide do trabalho temporário na SEDUC AM, a diferença entre o professor estatutário e professor temporário é algo bem definido na estrutura educacional, pois

Além dos benefícios garantidos através do concurso e do plano de cargos e carreira conquistado pela categoria, em duas escolas pelas quais passei, percebi que as vezes havia um tratamento diferenciado por parte da gestão escolar, por exemplo: na hora das cobranças de cunho pedagógicos, eles se sentiam mais a vontade de cobrar dos pss⁴²⁴ as mesmas atividades direcionadas também aos estatutários. Para os pss as cobranças eram mais efetivas, e para os professores estatutários mais branda e em alguns casos, nem eram aplicadas. Havia também um tratamento diferenciados até mesmo por parte de alguns professores, que no meu entendimento se sentiam superiores a nós. Certa vez presenciei uma discussão de uma professora estatutária com uma professora pss, no calor da discussão a professora estatutária em tom elevado disse “eu passei no concurso!!!” Aquilo me deixou triste e pensativa com aquele posicionamento da docente.⁴²⁵

Cabe pensar qual problemas traria para a Educação esse tipo precário de contratação. No Amazonas esses profissionais têm uma gama de problemáticas neste tipo de vínculo. Podemos começar elencando as questões jurídicas deste contrato.

A Constituição Federal de 1988, como já foi visto, prevê este tipo de contratação pelos entes federados, entretanto, não houve uma preocupação com o quantitativo destes trabalhadores no serviço público. E isso não para na carta federal, perpassa outros regulamentos. No caso da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional,⁴²⁶ o trabalho docente é qualificado sem o olhar sobre o professor temporário.

- Art. 61º Consideram-se profissionais da educação básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
- I- professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
 - II- trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
 - III- trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;
 - IV- profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;
 - V- profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação.

⁴²⁴ Denominação muito comum para os professores temporários. Como estes são oriundos dos Processos Seletivos Simplificados (PSS), acabam sendo identificados como PSS.

⁴²⁵ Marineide Ribeiro da Cunha. Entrevista gravada em 28 de abril de 2025. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

⁴²⁶ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

Além da precarização que é esta de flexibilização de contrato, os governos buscam que a deficiência legislativa, criar um outro grupo de professores, possa ocorrer de maneira mais fácil, promovendo a docilização e o controle destes corpos. Isso é perceptível em momentos de mobilização do professorado, quando tem que enfrentar o governo em busca de melhores condições, aliás, quando a precarização chega ao extremo e os trabalhadores não conseguem suportar as diversas dificuldades do exercício da profissão. É neste sentido que os poderes executivos têm buscado “a intensificação dos regimes especiais de trabalho no serviço público”⁴²⁷, na qual estes tipos de contratação que deveriam ser “extraordinárias e estão hoje em ascensão, fazem com que a estabilidade – uma característica do serviço público – deixe de existir, dando lugar a uma situação laboral instável.”⁴²⁸

As implicações deste tipo de contrato não atingem somente a vida do trabalhador, mas o processo educacional. O professor contratado sob a égide do contrato temporário, geralmente não consegue criar vínculo com os discentes, tendo em vista a sua rotatividade e o pouco tempo para organizar o seu fazer-se docente junto às escolas. No Amazonas, estes profissionais são contratados pelo período máximo de quatro anos, e devido à precariedade de seus contratos, é muito comum que estes sejam enviadas para várias escolas durante o período contratual. Deste modo tais “condições do trabalho docente [que] são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimentos e de saberes. O professor torna-se um mero ‘dador de aulas’.”⁴²⁹ Assim,

Não é difícil imaginar as consequências para a ação pedagógica desse movimento oscilatório: rompimento de vínculos com a equipe da escola; dificuldade de contrair vínculos com os alunos; dificuldades de elaborar planejamentos ou mesmo de escolher os materiais didáticos com os quais irá trabalhar; dificuldades de inserção nas relações familiares e comunitárias inerentes à escola; impossibilidade de construir uma carreira na rede pública de ensino; entraves para seguir com a formação, especializações e pós-graduações, pois estão fora dos planos de carreiras; limites no amadurecimento das próprias formas de intervenção pedagógica – a lista é inesgotável.⁴³⁰

Avançando nas legislações, outro mecanismo importante é o Plano Nacional de Educação, o PNE⁴³¹. O Plano que teve vigência inicial entre os anos de 2014 a 2024, foi

⁴²⁷ OSTER, V. V.; MARTINS, A. M.; SEHNEM, E. L. F. Transitoriedade na Educação. **Retratos da Escola**, v. 18, p. 117-134, 2024. p. 120.

⁴²⁸ OSTER, V. V.; MARTINS, A. M.; SEHNEM, E. L. F. Transitoriedade na Educação. **Retratos da Escola**, v. 18, p. 117-134, 2024. p. 120

⁴²⁹ PEREIRA, J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 15, p. 82-98, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n15p82-98>. Acesso em: 22 maio 2025. p. 90

⁴³⁰ SEKI, A. K.; SOUZA, A. G.; GOMES, F. A.; EVANGELISTA, O. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa (UEPG. Online)**, v. 12, p. 942-959, 2017. p. 952.

⁴³¹ BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

formulado para que se pudessem alcançar metas e melhorar a Educação Básica do país. Teve no seu texto conquistas como a valorização salarial dos professores que deveria ser adequada neste período aos outros profissionais que tinham obrigação de ter o Ensino Superior. Entretanto, a

“Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE”, não foi efetivada.⁴³²

Vale destacar também que o PNE foi fruto de discussões políticas partidárias e que, por isso, deixou alguns pontos que são necessários ao trabalho docente de fora do texto: os contratos temporários. A lei não previu a tentativa de diminuir o montante de contratos temporários, pois em muitas esferas governamentais tais tipos de contratações são bandeiras políticas. Esses cargos temporários se tornam moeda de pagamento para muitas campanhas, principalmente nos interiores e zonas rurais do país. No Amazonas isso não é diferente. Podemos ratificar estas ideias através do gráfico 11. Entre os anos 2011 e 2019, o montante de professores do estado do Amazonas saiu dos 35.271 docentes para 41.546, um salto de 26% no número de docentes de todas as esferas administrativas no estado. Quando falamos de professores temporários, o que percebemos é que estes servidores mantêm um número entre os 18 mil professores que é resultado, principalmente, do hábito de manter esses professores sob a égide do contrato temporário pelas prefeituras dos interiores do Estado. Esta proposição é observada, principalmente, pelos dados de contratação da Secretaria Estadual de Educação. O quadro de docentes da SEDUCAM não apresenta grande transformação em termos de números: saem de 16.178 em 2011 para 16.146 em 2019. Quando tratamos dos servidores efetivos, aqueles que adentraram ao sistema por concurso público, eles saltam de 7.059 em 2011 para 10.307 em 2019, ou seja, um aumento de um aumento de 68%. No caso dos temporários há um decréscimo de servidores. No ano de 2011 eram 9.111 e em 2019 somavam 5.800, um decréscimo de 3.311 servidores, ou seja 36%. Como podemos ver, embora essa diminuição de professores temporários tenha diminuído, ainda são grandes números conforme nos mostra a tabela abaixo:

⁴³² Relatório do Inep aponta retrocessos e descumprimento de metas do Plano Nacional de Educação. **G1**, 2020. /Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/02/relatorio-do-inep-aponta-retrocessos-e-descumprimentos-de-metas-do-plano-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2025.; CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. PNE chega a seu décimo ano em 2024 com 90% de seus dispositivos descumpridos, 13% em retrocesso e 30% com lacuna de dados. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2024/06/17/pne-chega-a-seu-decimo-ano-em-2024-com-90-de-seus-dispositivos-descumpridos-13-em-retrocesso-e-30-com-lacuna-de-dados/>. Acesso em: 22 maio 2025.

Tabela 4 - Relação de professores temporários com o efetivo geral da SEDUCAM (2011-2019).

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
%	56	46	41	40	40	26	30	33	36

Fonte: Sinopses estatística da Educação Básica – INEP – Elaborada pelo autor.

Voltando mais uma vez ao Estatuto do Magistério do Amazonas, podemos perceber que este já previa a situação do professor temporário. Temporalmente, falamos de uma legislação anterior às normas atuais que regem o trabalho docente. Mesmo assim sendo o documento norteador do trabalho de professor da SEDUC AM, temos que trazer à baila da discussão o que ela prevê sobre este trabalhador. Assim ela diz:

Art. 187. Quando a oferta de professores e de especialistas de educação, efetivos, não bastar para atender às necessidades do ensino de 1º e 2º graus, o Poder Executivo poderá contratar pessoal devidamente habilitado para o Magistério, no regime da legislação trabalhista, com salário ou remuneração não superior os vencimentos dos integrantes do Quadro do Magistério Público Estadual, sujeitos aqueles às mesmas atribuições destes e observadas as demais condições legais, inclusive habilitação exigida para a classe.⁴³³

Trazemos aqui novamente a lei, visando expor como as legislações, durante o tempo, previram o trabalho temporário. Ainda, buscamos expor como tais legislações deixam lacunas sobre este tipo de trabalho, ou ainda, como elas versam de maneira contraditória quanto ao professor temporário. No Estatuto percebemos que este professor deveria ter o direito dos docentes estatutários, contudo, até os dias atuais o que se vê é uma diferenciação gritante entre os tipos de trabalhadores. A professora Marineide Ribeiro, quando indagada sobre a forma de tratamento no ambiente escolar entre o professor temporário e o estatutário expõe que há diferença: “Olha, de certa forma sim, porque se você é contratado e chega na escola para realizar a mesma atividade laboral do que outro profissional, com a mesma jornada de trabalho e você ganha menos que ele, você já está perdendo.”⁴³⁴

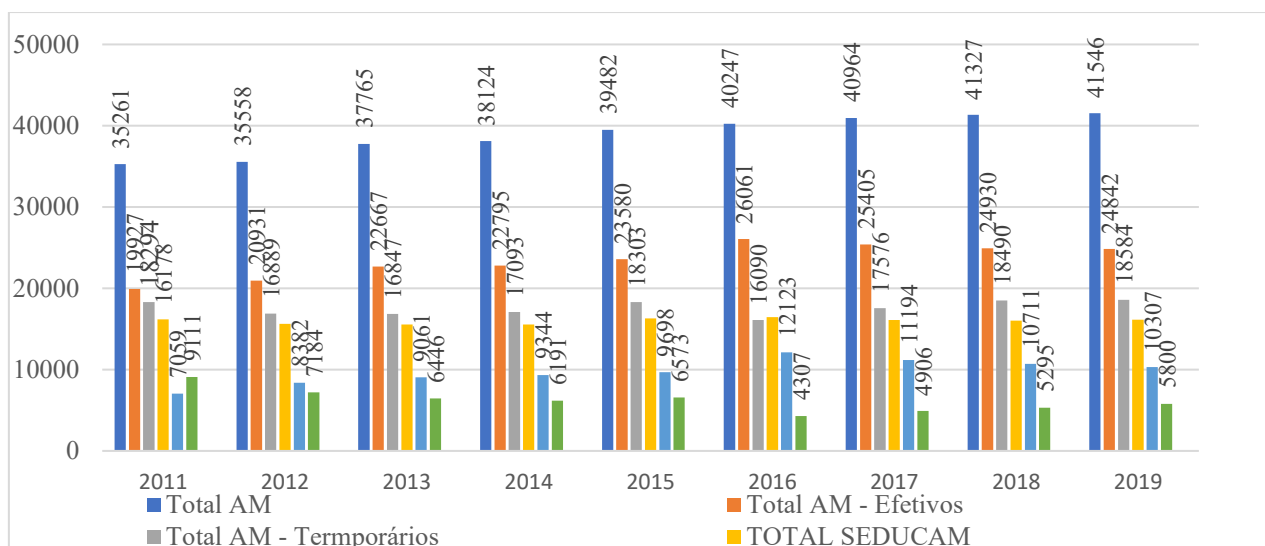
O relato da professora Marineide Ribeiro traz à tona um problema explícito sobre os trabalhadores temporários no âmbito da SEDUC AM: o salário. A professora citada é licenciada em História pela UFAM e Mestre em História Social pela mesma instituição. No período da entrevista estava no ano final do Doutorado em História Social na mesma universidade. O

⁴³³ AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980.** Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980] Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

⁴³⁴ Marineide Ribeiro da Cunha. Entrevista gravada em 28 de abril de 2025. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

paradoxo do contrato temporário expõe a faceta precarizadora em que os títulos dos professores que participam do processo seletivo ajudam a ficar numa colocação melhor, mas no que tange ao salário contratual estes professores recebem o salário de início de carreira do professor estatutário, o de Licenciatura Plena.

Gráfico 11 - Contrato de professores da SEDUC AM⁴³⁵.



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica – INEP – Elaborada pelo autor

4.3 O professor estatutário e as legislações precarizantes

O sentimento de desvalorização por parte da SEDUC AM não é algo que atinge somente os temporários, mas também os professores estatutários que têm no âmbito legislativo, que guia o trabalho docente, uma grande dificuldade. No caso do servidor estatutário, diferente do PSS, não é a ausência de legislação, mas o efetivo cumprimento dos direitos destes trabalhadores. Portanto, passar em um concurso público não caracteriza que este trabalhador esteja distante da precarização que existe no trabalho docente. A partir da Constituição de 1988,

Art. 37

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

Mesmo com o caso do trabalho temporário tendo previsão legal, como já fora visto, a carta magna foi bem explícita sobre a forma contratual dos servidores. Passadas a etapas

⁴³⁵ Sobre o tipo de contratação temporária as Sinopses Estatísticas da Educação Básica iniciam a exposição destes dados a partir de 2011. Tendo em vista a dificuldade dos dados pela SEDUC, optamos a usar tais dados do INEP.

prevista dos Concurso Público, o docente da SEDUC AM passa ainda pelo interstício de três anos de avaliação, denominado de estágio probatório:

Todo servidor, aprovado em concurso público, nomeado para provimento de cargo efetivo pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino, que entra em efetivo exercício do cargo, fica sujeito a um período de 03 (três) anos de Estágio Probatório, com o objetivo de apurar, ano a ano, durante este período, se o servidor preenche os requisitos, de competência técnica e comportamental, necessários à sua manutenção e confirmação no cargo, para o qual foi nomeado.⁴³⁶

No período que o professor estiver em Estágio probatório, ele não é alcançado por diversos direitos como licenças, promoções, cargo em comissão e remoção até que atinja a estabilidade prevista em avaliação do estágio probatório.

Sobre o processo avaliativo, o Estatuto do Magistério é muito disperso sobre o funcionamento, dando margem ao que é muito comum em momento de mobilização da categoria, em que igualmente os PSS, os professores em estágio probatórios são usados para desmobilizar as ações sindicais da categoria.

CAPÍTULO IV - DO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DA ESTABILIDADE SEÇÃO I DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 46 - Ao entrar em exercício, o membro do magistério nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de dois anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Parágrafo único - Dentro do período do estágio probatório, a autoridade competente fica obrigada a pronunciar-se sobre o cumprimento das condições pelo estagiário, nos termos do regulamento. Art. 47 - O membro do magistério não aprovado no estágio será exonerado.⁴³⁷

O professor que após três anos de estágio probatório é aprovado nas avaliações torna-se efetivo e passa a ser denominado como estatutário.

Um dos direitos que este professor adquire é a licença a cada cinco anos de atividade denominada Licença Especial. Segundo o Estatuto do Magistério:

SEÇÃO VIII DA LICENÇA ESPECIAL

Art. 115 - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o Membro do Magistério fará jus à licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo, podendo acumular o período de dois quinquênios.

§ 1.º - Não será concedida licença especial se houver o Membro do Magistério, no quinquênio correspondente:

I - Sofrido pena de multa ou suspensão;

⁴³⁶ AMAZONAS. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2012 – SEDUC. Disciplina procedimentos e define critérios para a implementação do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores da Carreira do Magistério em Estágio Probatório da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Disponível em: <https://antigo.seduc.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/estagio-probatorio-informacoes-.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2025.

⁴³⁷ AMAZONAS. LEI N.º 1.374, DE 23 DE JANEIRO DE 1980. DISPÕE sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acessado em: 21 maio 2025.

II - Faltado ao serviço sem justificação; e

III - Gozado licença:

a) Para tratamento de saúde, por prazo superior a cento e oitenta dias, consecutivos ou não;

b) Para tratamento de saúde em pessoa da família, por prazo superior a cento e vinte dias, consecutivos ou não;

c) Para tratamento de interesses particulares;

d) Por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar, por prazo superior a sessenta dias, consecutivos ou não.

§ 2.º - Cessada a interrupção prevista neste artigo, recomeçará a contagem de quinquênio, a partir da data da reassunção do membro do Magistério ao exercício do cargo.

Art. 116 - O membro do Magistério efetivo, ocupante de cargo em comissão ou função gratificada, terá direito à percepção, durante o período de licença especial, das vantagens financeiras do cargo em comissão ou da função gratificada que ocupar.⁴³⁸

Como pode ser observado, ao professor que complete um quinquênio é dado o direito de licenciar-se a três meses e, a cada dez anos, seis meses.

A problemática desta legislação encontra-se no inciso II do Art. 115 §1. Sabedores que devido à precariedade do trabalho de professor no âmbito da SEDUC AM, na história destes trabalhadores é muito comum a ocorrência de manifestações e mobilizações da categoria, principalmente, por melhores condições salariais. É neste contexto que a legislação assume uma característica problemática, pois os professores PSS não têm direito a esta licença, os professores em estágio probatório também não, e a grande maioria dos professores que participam dos movimentos sociais são estatutários; e como é comum por parte do Governo do estado do Amazonas a repressão dos grevistas, grande maioria dos professores perdem seu direito à licença especial, acumulando anos contínuos de serviço sem serem assistidos por este direito. Isso demonstra uma prática de controle do Estado aos docentes. A exemplo podemos verificar a legislação sobre o tema dos servidores públicos de Manaus com uma legislação de 1971, em pleno funcionamento da Ditadura Civil-Militar. Segundo a Norma:

Art. 150 - Após cada decênio de efetivo exercício no serviço público municipal, ao funcionário que a requerer, será concedido pelo Prefeito licença prêmio de doze meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo

Parágrafo Único - Ao funcionário nomeado após a vigência deste ESTATUTO, será concedida a licença prêmio de seis meses, obedecido o disposto no presente artigo.

Art. 152 - Não será concedida licença prêmio se houver o funcionário em cada decênio:

(...)

II - Faltado ao serviço, injustificadamente por mais de trinta (30) dias consecutivos ou não;⁴³⁹

⁴³⁸ AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980] Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

⁴³⁹ MANAUS. **LEI Nº 1118 - DE 01 DE SETEMBRO DE 1971**. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Manaus. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-manaus-am>. Acesso em: 09 jun. 2025.

Podemos perceber que a legislação estadual em vez de ser uma norma para dar ao professor um momento de descanso, é usada como meio de promover a falácia da produtividade laboral. Este descumprimento e dificuldade do acesso aos direitos previstos em lei são causas muito comuns da insatisfação dos professores da Rede Estadual de Ensino, e visto ainda como uma falta de valorização do trabalhador da Educação. Para a professora Laura Belém, estatutária, docente do Município de Novo Airão:

Eu penso que, na verdade, o que menos importa para a Secretaria de Educação é o bem estar do professor. Eu nunca me senti valorizada como professora. Penso que hoje, qualquer pessoa que opte pela opção de professor, tenha que estar preparada para trabalhar por amor.⁴⁴⁰

A Professora Laura Belém, toca num assunto que é discurso na sociedade sobre a escola enquanto uma família e, conseqüentemente, o trabalho docente feito por amor, e que por isso ocorre uma “desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante”.⁴⁴¹ Tal discurso é uma construção histórica, articulada no interesse das classes dominantes do Brasil, na qual a Educação era vista como um trabalho filantrópico ombreada a uma Educação Pública e gratuita, mas com o intento de controle das massas. Neste contexto, “a escola seria uma extensão do lar e da família que a classe média havia idealizando para a sociedade moderna.”⁴⁴²

Como mulher, a Professora Laura Belém está inserida no processo de desvalorização do trabalho docente feminino, que não diferente da atuação em outros campos do trabalho, percebe estar no cerne da desvalorização de tal trabalho em que

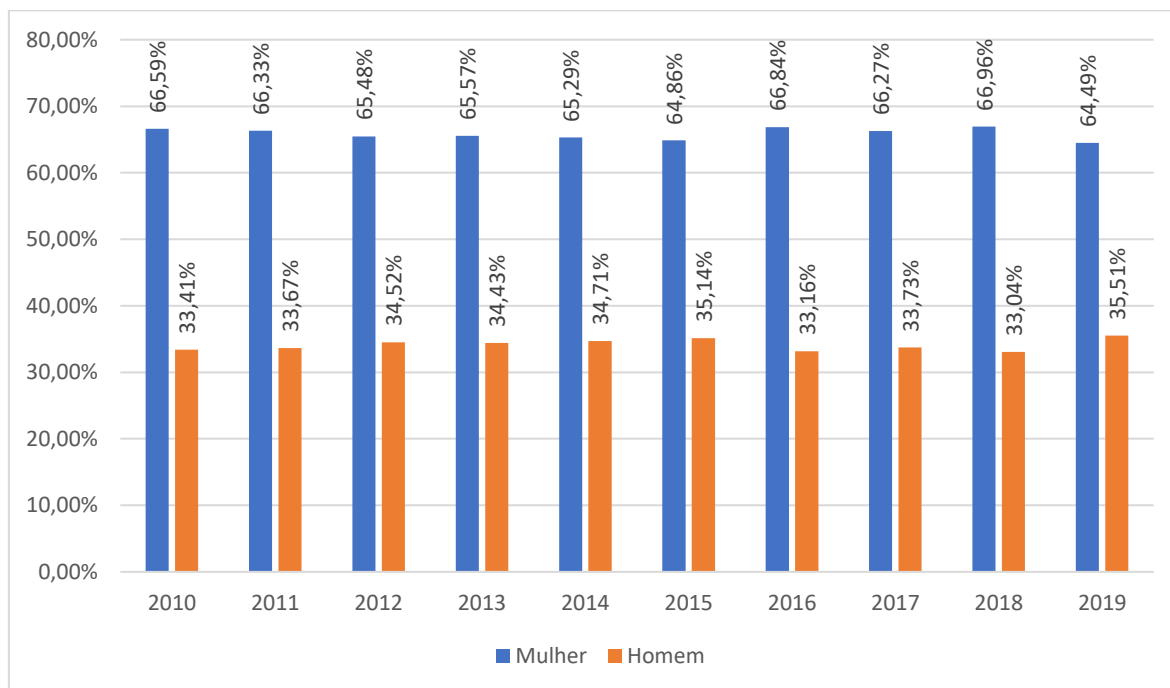
a história mostra-nos que a mulher fora submetida, ao longo dos séculos, à negligência, aos estereótipos e a distorção dos próprios fatos históricos. Somente por meio do desenvolvimento da história social (Nova História) e do interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas é que se procurou dar visibilidade às mulheres e à sua história, bem como às suas participações no contexto social como sujeitos de vontades, desejos e de projetos.⁴⁴³

⁴⁴⁰Laura Belém Pereira. Entrevista gravada em 22 mar. 2023. Realizada por James Batista, digitada, p. 10.

⁴⁴¹OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004. p. 1132.

⁴⁴² CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Relações de Gênero e Precarização do Trabalho Docente. **Revista HISTEDBR On-line**, v. especial, p. 251-263, 2009. p. 254

⁴⁴³ CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério**. Ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 58.

Gráfico 12 - Relação professores do Amazonas por gênero.

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica – INEP – Elaborada pelo autor

O gráfico 12 nos alude uma realidade que podemos denominar como feminização do trabalho docente. Não podemos afirmar que a precarização do labor do professorado tem uma raiz na presença feminina como ocorre em outras áreas, contudo, não há como não reconhecer que o labor feminino tem suas próprias problemáticas.

Essa divisão sexual do trabalho em que a mulher é um ponto sensível dentro dessa estrutura na classe trabalhadora, merece que nos debruçemos na especificidade da mão de obra feminina. Historicamente falamos de mães, filhas e esposas, e que, historicamente, ao adentrarem ao mundo do trabalho acabam adquirindo múltiplas jornadas já que a família e a casa demandam um trabalho extra a esta trabalhadora, resultando numa exploração pelo capital de forma distinta ao trabalho masculino. Para Ricardo Antunes,

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria.⁴⁴⁴⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 109.

⁴⁴⁵ Adentramos na temática sobre a jornada de trabalho feminina somente para não perdermos a possibilidade analítica da especificidade do labor feminino. A análise sobre jornada de trabalho será feita mais incisivamente no próximo capítulo.

Não se pode negar que essa reprodução em que o capital obriga a mulher a “ensinar” aos seus parentes as primícias básicas para o mundo do trabalho é, também, um trabalho pedagógico. Aqui, o conceito de educar para o trabalho não está inserido no grupo social da escola, mas da família. É neste contexto que Pierre Bourdieu expõe essa instância pedagógica que é a família, em que ela é

encarregada da primeira educação, tende a realizar mais completamente as tendências de toda Ação Pedagógica e pode assim, mesmo nas sociedades modernas, representar o papel de conservatório das tradições herdadas, quer da inercial das instituições de ensino, cuja própria função leva sempre a se autorreproduzir e tão pouco modificadas quanto possível, à maneira das sociedades tradicionais.⁴⁴⁶

Podemos concluir que é a partir da Ação para o processo de reprodução dos ideais para o trabalho que ocorre a “construção social do trabalho, onde homens e mulheres que trabalho são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados para o ingresso no mercado de trabalho.”⁴⁴⁷ Onde o capital tem sabido explorar muito bem essa divisão social do trabalho entre homens e mulheres.

Por conta desse processo de reprodução que tem sua gênese na família, a pujante presença feminina no trabalho docente acaba adquirindo uma extensão do âmbito familiar nas escolas. Assim chegamos a um assunto que tem tomado força nos últimos tempos: a escola é uma família?

O que temos a pensar sobre esse questionamento é uma construção de desvalorização do trabalho de professoras na Educação Básica, causando ainda uma passividade, não só das mulheres, mas de todos os trabalhadores docentes. Paulo Freire nos alude a uma reflexão importante quando escreve sobre os alunos tenderem a chamar as professoras de tia. Encrustado na realidade escolar, a escola família traz o discurso do poder hegemônico na construção, por exemplo, dos movimentos de professores. Aos professores tios não é dado o direito à greve para não prejudicar a sua família, os alunos. O Professor Paulo Freire, grande pensador da pedagogia brasileira contribui em muito o seu pensamento sobre essa desprofissionalização do professor. Ele ainda expõe que a tarefa de ensinar não deve ser vista como uma missão para pessoas passivas que não podem se engajar em atos de protesto como greves, mas pelo contrário, o ensinar seria uma atividade profissional que requer uma combinação complexa de qualidades como amorosidade, criatividade e competência científica. Freire ainda expõe:

O que me parece necessário na tentativa de compreensão crítica do enunciado professora, sim; tia, não, se não é opor a professora à tia não é também identificá-las

⁴⁴⁶BOURDIEU, P; PASSERON, J-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 56-57.

⁴⁴⁷ ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 110.

ou reduzir a professora à condição de tia. A professora pode ter sobrinhos e por isso é tia da mesma forma que qualquer tia pode ensinar, pode ser professora, por isso, trabalhar com alunos. Isto não significa, porém, que a tarefa de ensinar transforme a professora em tia de seus alunos da mesma forma como uma tia qualquer não se converte em professora de seus sobrinhos só por ser tia deles. Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é tia por profissão. Se pode ser tio ou tia geograficamente ou afetivamente distante dos sobrinhos mas não se pode ser autenticamente professora, mesmo num trabalho a longa distância, “longe” dos alunos.⁴⁴⁸

Como é percebido, o discurso criado pelo estado da família escola, tem como objetivo o controle dos professores, principalmente em momentos que a categoria se organiza e se mobiliza. É algo construído como estratégia e “que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência.”⁴⁴⁹ Essa violência ocorre de forma velada, com discursos que acabam tornando-se institucionalizados na burocracia estatal. A essa violência Pierre Bourdieu explica

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.⁴⁵⁰

É dentro desse campo, a Educação institucionalizada (Governo, Secretaria, Escola, Professores e Alunos), que teremos uma luta entre os denominados dominantes, aqui entendidos como o Governo; e os dominados, estes últimos, os professores, num espaço em que ocorre “as representações do mundo social” onde “os agentes passam suas vidas se classificando pelo simples fato de se apropriarem dos objetos que são, (...)”⁴⁵¹

Outro ponto que demonstra a precarização do trabalho docente no âmbito da SEDUC AM está no processo de formação continuada dos professores. Quando tratamos desse processo de formação que envolve a atualização dos conhecimentos do professor, existem fortes barreiras que acabam desestimulando a entrada de professores nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, ou seja, os mestrados e doutorados. Para a professora Laura Belém, este é um dos pontos que mais precariza o trabalho de professor, mas que no interior do Estado a situação é ainda pior para alcançar o que para muitos docentes é um sonho distante. Os cursos de Mestrados e Doutorados não estão ligados somente à busca de conhecimento, eles são enxergados como

⁴⁴⁸ FREIRE, P. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, SP: Olho d’água, 1997. p. 9.

⁴⁴⁹ FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso:** Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 13

⁴⁵⁰ BOURDIEU, P; PASSERON, J-C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. p. 19-20.

⁴⁵¹ BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 89.

uma possibilidade de melhorar de vida, uma transformação que não expande somente um capital acadêmico ou cultural, mas a possibilidade de adentrar num mundo socioeconômico mais favorável para o professor e sua família. Para a professora Laura Belém,

Bem, professor, a princípio, depois de passar no concurso da SEDUC em 2013 eu fui trabalhar como professora na rede estadual de ensino, lá na Escola Danilo de Mattos Areosa, e lá foi onde eu tive o meu primeiro contato com estudantes quilombolas. No início do ano letivo nós fazemos uma avaliação diagnóstica com os alunos, buscando ver qual é o nível de conhecimento deles, onde estão as possíveis dificuldades e onde a gente vai precisar focar para trabalhar essas possíveis dificuldades. E foi a partir de um texto de uma aluna vindo da comunidade quilombola que despertou o meu interesse em cursar o Mestrado. Na verdade, eu sempre tive o sonho. Quando eu terminei a graduação sempre ouvia que o salário de professor era ruim e eu sempre quis melhorar a questão salarial e buscar mais conhecimento. Então quando eu terminei a graduação, eu fiz a especialização pela mesma instituição de ensino e o Mestrado foi depois, já como professora da Escola Estadual. O sonho sempre foi ser Mestre, cursar o Mestrado, tanto pelo conhecimento quanto pela questão salarial. Porque eu ganhava na época não era o suficiente para eu ter o padrão de vida que eu gostaria, além de proporcionar isso para os meus filhos e ajudar a minha mãe. Esse foi o principal ponto, mas também a busca pelo conhecimento. Então, com base no texto dessa aluna foi que veio a primeira ideia do projeto de Mestrado. Como professora de Língua Portuguesa, eu lia minuciosamente os textos que recebia, e essa aluna escreveu no texto a palavra “casa” com z, “professora” com ç, e quando eu vi o texto fiquei desesperada, por que como que uma aluna no 1º ano do Ensino Médio tinha tanta dificuldade e insuficiência? Tanto na escrita quanto na leitura. E não apenas os erros ortográficos: ela falava da carência dos professores na comunidade, a dificuldade que tinha de aprender na escola do quilombo, o fato dos professores passarem ela de série mesmo sem ter aprendido nada. E isso foi despertando o meu interesse, de conhecer como era a realidade do lugar, o porquê desse aluno chegarem na escola aqui do município com tantas dificuldades na proficiência da leitura e da escrita. Foi daí que surgiu a primeira ideia de projeto do Mestrado.⁴⁵²

A Professora Laura Belém é um exemplo de como o professor luta contra a precarização do trabalho docente se rebelando contra o capital que desestimula a ascensão socioeconômica e cultural. Na Professora Laura Belém, podemos perceber que a construção da identidade do professor interiorano está ligada intimamente ao processo educacional como possibilidade de saída de uma realidade legada ao mundo rural e às dificuldades legadas às mulheres destes espaços sociais

A minha mãe estudou até a segunda série no Colégio Salesiano, em Barcelos. E como eles tinham uma vida muito sofrida, como eu te falei, a gente morava em uma casa em uma ilha, e ela não queria aquela vida para os filhos dela. O meu pai era uma pessoa muito rígida e violenta, também. Ele espancava minha mãe quando achava que devia, e como naquela época não tinha autoridade, não tinha punição, ele fazia o que ele queria. Aí as minhas irmãs foram crescendo e tomando as dores da minha mãe: todas as vezes que ele tentava machucá-la, as minhas irmãs ficavam na frente. A minha mãe não queria para os filhos dela a vida que ela teve, por isso ela lutou muito para nos manter na escola, tanto eu quanto as minhas irmãs mais velhas, que mesmo contra a vontade do meu pai, as minhas irmãs mais velhas já estudavam na comunidade do Cumaru, que era a que ficava mais próximo da nossa casa, mas elas

⁴⁵² Laura Belém Pereira. Entrevista gravada em 22 mar. 2023. Realizada por James Batista, digitada, p. 8.

remavam cerca de duas horas para chegar à escola, duas horas para ir e duas horas para voltar.⁴⁵³

Mesmo com uma possível predestinação às dificuldades sociais, a Professora Laura Belém via que a Educação poderia possibilitar uma vida melhor do que a da própria mãe e, mais ainda, da figura de seu pai que

O meu pai nunca se importou, realmente, com a nossa educação. Como ele era analfabeto, não sabia nem assinar o nome, ele sempre priorizava o trabalho. Para ele, os filhos tinham que nascer para trabalhar. O detalhe é que dos doze filhos que ele teve com minha mãe, os dez primeiros foram mulheres, somente os dois últimos foram homens. Ele realmente não se importava com o quesito escolar. A minha mãe sempre lutou muito para estarmos na escola.⁴⁵⁴

E ela complementa:

Para te falar a verdade, o Ensino Superior foi por acaso. Sempre foi o meu sonho porque eu via a minha mãe lutando para nos manter na escola, ela nunca desistiu. Principalmente com os filhos mais novos, Célia, eu e Quinho - como te falei, dos doze filhos, dez sobreviveram e um casal faleceu, sendo eu a do meio -, ela sempre lutou para manter a gente na escola, e sempre foi o meu desejo. No período do Ensino Médio foi quando eu engravidei do meu primeiro filho, e eu tive que desistir - no 3º ano, faltando três meses para acabar - porque eu não tinha com quem deixar o Lucas. A gente veio morar aqui em Novo Airão em 2001, e aí eu sempre tive o desejo de fazer faculdade, só que a princípio eu queria cursar História, e não Língua Portuguesa, porque eu também gostava muito de História, mas eu nunca tive oportunidade porque naquela época o ingresso na UEA e no UFAM, por meio do SIS e PSC, já existia mas não era tão acessível quanto hoje, porque hoje, pelo menos aqui na escola, os professores trabalham por meio da grade curricular, e naquela época era cada um por si. Mas eu cheguei a ir em Universidades pedindo bolsa e era 30%, só que eu não trabalhava na época, quem trabalhava era o Ronaldo (pai dos meus filhos), e o que ele ganhava não era o suficiente para me manter em Manaus e pagar a faculdade. Então eu voltei para Novo Airão, foi quando eu comecei a trabalhar aqui pela prefeitura e apareceu a oportunidade pela UNIASSELVI. Só que quando eu comecei a trabalhar aqui na prefeitura tinha uma assistente social que eu me inspirava muito nela, que era a dona Lindinalva. Tinha vários programas aqui em Novo Airão e eu a via ajudando muitas pessoas, então o meu desejo nesse momento já não era cursar História, e sim Serviço Social. Então eu continuei a correr atrás de bolsas das instituições de ensino e nada. Foi quando apareceu a UNIASSELVI aqui em Novo Airão. Eles ofertavam a disciplina de Língua Portuguesa, História e Matemática, mas mesmo assim eu fiquei indecisa se deveria fazer ou não, porque não era o curso que eu queria, eu queria mesmo era ser assistente social, eu achava lindo ajudar as pessoas, sempre gostei muito disso. A Dona Lindinalva conversou comigo e me deu um conselho. Ela disse: “Porque você não vai lá, faz primeiro esse curso e depois de formada você vai estar trabalhando e vai conseguir um dinheiro e poder pagar o curso que quiser.” E com base nesse conselho eu fui e pensei: “Se é para eu estudar em uma Universidade EAD (a parcela era acessível, com o que eu ganhava dava para pagar, as mensalidades eram cerca de metade do meu salário, do que eu ganhava na prefeitura na época, então dava para eu pagar sem precisar da ajuda do Ronaldo, o meu esposo), eu fui analisar os professores que estavam dando aula e assim, eram professores que não tinham muito comprometimento com a educação nessa época. Tinha uma professora que, nessa época, tinha a fama de ser muito rígida e eu sempre pensei que professor bom era aquele exigente, que exige mas que também te respeite. A professora Arlete Martins era a que estava ministrando Letras, e eu fui cursar Letras com ela. Foi um desafio, as

⁴⁵³ Laura Belém Pereira. Entrevista gravada em 22 mar. 2023. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

⁴⁵⁴ Laura Belém Pereira. Entrevista gravada em 22 mar. 2023. Realizada por James Batista, digitada, p. 2.

aulas eram toda terça-feira, e às vezes eu ficava “encucada” porque eu não conseguia compreender direito por ser no modo EAD, aí eu vinha para casa, tentava me inteirar dos assuntos, etc. Tinha um trabalho que era bem difícil a princípio, o *paper*, era uma espécie de “artigo”, e quando eu não sei gosto de correr atrás, então eu procurei aprender a fazer o *paper*, me oferecia para fazer dos meus colegas, mesmo dando um trabalho imenso, mas me ofereci para fazer dos meus colegas - alguns que só estavam ali pelo Ensino Superior - para eu praticar e aprender. E foi assim; no primeiro e segundo módulo foi assim, no terceiro eu já estava “craque” nos *papers*, já comecei a receber dos colegas para fazer.

Entretanto, a história de vida da Professora Laura Belém também traz à baila da discussão que são as possibilidades deste professor estatutário dar continuidade de melhorar seu conhecimento e, conseqüentemente, ter melhores condições salariais que descambam numa melhora de sua vida e de sua família.

Figura 14 - Lançamento do livro Educação e Saberes Quilombolas de autoria da Professora Laura Belém.



Fonte: Acervo da Professora Laura Belém.

Neste momento, passo a integrar essa análise da precarização através da minha entrada no Doutorado em História em 2021. Então partiremos para uma parte importante da História Oral que é a biografia, em que

A ênfase na biografia, na trajetória do indivíduo, na experiência concreta, faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em dada sociedade ou grupo. Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo - elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir “em negativo” o que seria mais frequente.

455

⁴⁵⁵ ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. p. 3.

Eu vim de uma família em que meus pais tiveram poucas possibilidades de ensino e, principalmente minha mãe buscou sempre incentivar os filhos a estudar. Constituí família cedo, aos 19 anos, o que me afastou das possibilidades de continuar estudando. Na Guarda Municipal de Manaus, instituição de Segurança Pública, mantive-me como trabalhador temporário por quatorze anos, empurrado ao desestímulo de retorno aos estudos. Em 2012, fui empurrado ao Curso de Licenciatura em História. Empurrado, pois como parte integrante dos brasileiros, queria mudar de vida, mas não queria ler, o que é uma das premissas do curso de História. Resolvido a tentar mudar de vida e sem condições econômicas para fazer um curso legado às elites (Medicina, Direito e Engenharias), busquei em uma universidade particular o curso de Licenciatura em Matemática para fazer um futuro concurso para a Polícia Civil. A universidade particular tem uma gama de opções de cursos noturnos, uma boa alternativa para os estudantes que necessitam trabalhar durante o dia, assim como eu. Na época, as vagas para o curso não foram preenchidas e me deram a opção do curso de Licenciatura em História. A decisão foi muito difícil, mas estimulado por minha esposa, grande incentivadora, aceitei e cursei até 2014 o curso de História. Mesmo com uma matriz curricular precária comparada ao curso da UFAM, tive grandes Professores como Hélio Dantas, Tenner Inauhinny, Brás Melgueiro e Robeilton Gomes que me estimularam a buscar a pós-graduação. Em 2016, quando assumi minha vaga em Concurso Público para Professor de História no Município de Novo Airão, também passei no Processo Seletivo para o Mestrado em História na UFAM. Por estar em estágio probatório, não pude solicitar licença para estudar.

Aqui trago algo que é característico do chão de escola: o companheirismo. Se não fossem os colegas que cobriam minhas aulas e a ajuda da própria gestão da escola, as possibilidades de ficar no meio do caminho teriam sido grandes, mas por fim, finalizei o Mestrado em 2018.

Em 2021, passei no Processo Seletivo do Doutorado em História da UFAM, e daí percebi essa parte da precarização do trabalho docente: a licença para aperfeiçoamento. Ao servidor nas condições de estatutário, e somente nesta, é dado o direito de estudo para aperfeiçoamento nos cursos de pós-graduação *strictu sensu* Mestrado e Doutorado, desde que haja compatibilidade de conteúdo que dialogue com a formação do docente e de sua lotação na SEDUC AM. O Estatuto do Magistério expõe o seguinte sobre o tema:

DAS LICENÇAS
SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 101 - Conceder-se-á licença ao integrante do Grupo Magistério:
(...)

IX - Para aperfeiçoamento profissional.

§ 1.º - O integrante do Grupo Magistério em estágio probatório, não terá direito às licenças dos itens V, VII e IX deste artigo.⁴⁵⁶

Como já fora explicitado em momento anterior, a lei do ano de 1987 tem em seu bojo uma defasagem grandiosa com algumas temáticas, necessitando de uma revisão e atualização para os tempos atuais. No que tange ao processo de aperfeiçoamento para os docentes, a lei se cala sobre o assunto, o que fortifica a ideia de atualização da norma. O governo do Estado optou pela atualização do tema na legislação no Estatuto dos Servidores Cíveis do Amazonas⁴⁵⁷ em detrimento à norma do professorado. O instrumento jurídico foi a lei complementar Nº 69/2009 de 27/11/2009⁴⁵⁸ que tratou sobre o aperfeiçoamento da seguinte maneira:

Art. 1.º O artigo 116 da Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

“Art. 116. Poderá o servidor público ser autorizado a se afastar de suas atividades funcionais para frequentar curso de aperfeiçoamento profissional, pelo prazo máximo de 04 (quatro) anos, sem prejuízo do vencimento e remuneração.

§ 1.º A autorização prevista no “caput” deste artigo será concedida por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual, mediante indicação do titular do órgão ou entidade, desde que comprovada a pertinência entre a atividade funcional do servidor e o curso pretendido.

§ 2.º O servidor ficará obrigado a prestar serviço ao Estado por período igual ao de seu afastamento, sob pena de indenização aos cofres públicos da importância despendida pelo Estado.

§ 3.º O prazo de afastamento previsto no “caput” deste artigo poderá ser estendido quando devidamente justificado pela Instituição de Ensino e ratificado pelo Titular do órgão ou entidade, que demonstrará a importância para o Estado e a boa-fé do servidor público.

§ 4.º Fica expressamente proibido o desvio de finalidade, sob as penas da lei, devendo ser observado os termos do ato autorizativo.

§ 5.º Somente será concedida nova autorização para afastamento, após o cumprimento da obrigação prevista no § 2.º deste artigo.”

Art. 2.º O Poder Executivo promoverá, por meio da Casa Civil, no prazo de sessenta dias, a republicação da Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986, com texto consolidado em face das disposições desta Lei.

⁴⁵⁶BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978**. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 07 jul. 2023. Cf. BATISTA, J. C. **Da lousa à luta: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980**. Curitiba: CRV, 2019.

AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

⁴⁵⁷AMAZONAS. **Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado do Amazonas. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980]. Disponível em: <https://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Estatuto-dos-Funcionarios-Publicos-Civis-do-Estado-do-Amazonas-editado.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

⁴⁵⁸AMAZONAS. LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2009 de 27/11/2009. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/860/860_texto_integral.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

Assim, como grande parte das legislações, a norma sobre o tema do aperfeiçoamento, que é de grande importância para o trabalho do professor, esconde como o processo ocorre na prática, demandando na maioria das vezes – como meu caso – desistência de um direito adquirido.

Figura 15 - Processo de uma solicitação de Licença para aperfeiçoamento.

← Consultar Tramitação de Proces... :
online.sefaz.am.gov.br

Mauá, 24 de agosto de 2023

Informações do Processo		
Processo	: 01.01.028101.007277/2021-30	
Situação	: Aberto	
Assunto	: 776 - PEDIDO DE AFASTAMENTO PARCIAL/TOTAL (CAP)	
Órgão/Entidade	: SEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR	
Interessado		
Interessado	: JAMES DA COSTA BATISTA	
Nova Pesquisa Voltar		
Data	Setor	Evento
09/09/2022	G222124	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
29/08/2022	EE1515	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
26/08/2022	CDE5	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
25/08/2022	G143335	190 - PARA ASSINATURA DIGITAL
25/08/2022	DGP	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
25/08/2022	G166041	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
18/08/2022	G104039	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
15/08/2022	G168776	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
15/08/2022	GELOT	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
15/08/2022	G143335	190 - PARA ASSINATURA DIGITAL
15/08/2022	DGP	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
12/08/2022	PROTOCGER	134 - RETORNO DE PROCESSO DIGITAL
12/08/2022	NAUT	50 - CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DO DESPACHO ANEXO
12/07/2022	PPC	50 - CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DO DESPACHO ANEXO
12/07/2022	NAUT	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
11/07/2022	PROTOCOLO	59 - TRAMITANDO
11/07/2022	Apelo ao Gab	59 - TRAMITANDO
15/12/2021	G250778	59 - TRAMITANDO
12/11/2021	CTA	50 - CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DO DESPACHO ANEXO
12/11/2021	PROTOCOLO	59 - TRAMITANDO
12/11/2021	CHEFIA_GAB	59 - TRAMITANDO
11/11/2021	G144120	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	G247548	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	G123872	190 - PARA ASSINATURA DIGITAL
10/11/2021	G168105	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	CHEFIA_GAB	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	G144120	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	G247548	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	G144120	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	GSEX	59 - TRAMITANDO
10/11/2021	ASSJUR	190 - PARA ASSINATURA DIGITAL
09/11/2021	G202805	59 - TRAMITANDO
09/11/2021	ASSJUR	50 - CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DO DESPACHO ANEXO
08/11/2021	G168859	176 - PARA APROVAÇÃO
08/11/2021	GSEAP	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
08/11/2021	DEGESC	59 - TRAMITANDO
03/11/2021	GDGE	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
03/11/2021	DEGESC	50 - CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DO DESPACHO ANEXO
22/10/2021	GSEAP	194 - ANALISADO
18/10/2021	G227607	68 - SOBRESTADO
06/10/2021	G227607	147 - ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO POR SOLICITAÇÃO
04/10/2021	GSEAP	50 - CONHECIMENTO E PROVIDÊNCIAS, NOS TERMOS DO DESPACHO ANEXO
01/10/2021	DEGESC	59 - TRAMITANDO
28/09/2021	GDGE	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
28/09/2021	DEGESC	59 - TRAMITANDO
28/09/2021	GRAGE	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
27/09/2021	DEGESC	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
20/09/2021	G185098	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
20/09/2021	G220553	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
20/09/2021	G185098	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
23/08/2021	G220553	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
12/08/2021	GPREV	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
12/08/2021	G166041	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
11/08/2021	G162965	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
11/08/2021	GELOT	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
11/08/2021	DGP	245 - PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
11/08/2021	PROTOCGER	129 - REGISTRO NA CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fonte: Acervo do autor.

Como é demonstrado na imagem acima, o processo consome grande parte do curso de pós-graduação. As disciplinas do curso de Doutorado iniciaram em agosto de 2021, mesmo mês em que a solicitação foi feita. Em 2022, nos meses de agosto e setembro, o processo retornou à escola em que estava lotado avisando que meu pedido foi indeferido por não haver outro professor para me substituir no período.

Durante a transição do processo, fui informado que mesmo havendo direito adquirido, o Executivo não era obrigado a conceder a Licença, pois era prerrogativa o poder discricionário da decisão. Esse poder discricionário é o

poder de escolha que, dentro dos limites legalmente estabelecidos, tem o agente do Estado entre duas ou mais alternativas, na realização da ação estatal, é que se chama poder discricionário. Poder discricionário é poder, mas poder sob a lei e que só será válida e legitimamente exercido dentro da área cujas fronteiras a lei demarca. O poder ilimitado é arbítrio, noção que briga com a do Estado de Direito e com o princípio da legalidade que é dela decorrente. O poder discricionário vem, geralmente, indicado nas leis que definem a competência dos órgãos e agentes públicos pelas expressões "poderá", "é autorizado", "permite-se", ou semelhantes. Ao conceito de poder discricionário contrapõe-se o de competência vinculada ou ligada, referido aos casos e situações em que o Estado está estritamente submetido à lei, não cabendo ao agente público qualquer margem de liberdade.⁴⁵⁹

Portanto, com toda a escrita da norma jurídica dando o direito ao professor – e a outros servidores civis -, o Poder Executivo não se encontra na obrigação da concessão de tal direito.

Em virtude da negação, optei por continuar trabalhando e estudando como muitos professores fazem nos dias atuais. Entretanto, temos casos em que os professores buscam na justiça o reconhecimento do seu direito previsto em lei. Veremos o caso de dois professores para exemplificar a questão e, ainda, como a justiça enxerga o direito a licença para aperfeiçoamento.

A professora nº 1, estatutária da SEDUC AM, adentra ao Doutorado em Letras, Estudos Literários e Literatura Brasileira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2019. Com o indeferimento de sua licença para aperfeiçoamento, busca na justiça a revalidação de seu direito. A ementa do processo consta o seguinte:

MANDADO DE SEGURANÇA. PROFESSORA DA REDE ESTADUAL. APROVAÇÃO EM DOUTORADO. PEDIDO DE LICENÇA PARA APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL. POSSIBILIDADE. PERTINÊNCIA ENTRE O CURSO E AS ATIVIDADES DA SERVIDORA. REQUISITO DISCRICIONÁRIO PREENCHIDO. CONDICIONAMENTO À EXISTÊNCIA DE PROFESSOR SUBSTITUTO. ILEGALIDADE. DESCONTOS NO CONTRACHEQUE. IMPOSSIBILIDADE DE EXCEDER À DÉCIMA PARTE DA REMUNERAÇÃO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS. INADMISSIBILIDADE. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. In casu, a Impetrante logrou êxito em ser aprovada para o curso de doutorado em Letras, estudos literários e literatura brasileira disponibilizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo o período de 11/03/2019 a 11/03/2023, motivo pelo qual protocolizou pedido administrativo com o fito de que lhe fosse concedida licença remunerada, possibilitando estudar sem prejuízo do recebimento de sua remuneração.

2. É possível a concessão de licença para fins de aperfeiçoamento, desde que comprovada a pertinência entre a atividade funcional do servidor e o curso pretendido, cuja existência e avaliação se mostra discricionária ao Chefe do Poder Executivo.

3. Nas manifestações encartadas no processo administrativo, colhe-se que o requisito da pertinência entre o curso e as funções da servidora encontra-se presente, não sendo possível a negativa de concessão em virtude de obstáculo que não se encontra em Lei, consubstanciado na inexistência de professor substituto, o que implica em ofensa ao princípio da legalidade e ao direito líquido e certo da Impetrante.

4. A motivação utilizada para não conceder a licença remunerada revela-se ilegal, sendo, desta feita, inidônea a justificativa fornecida, que ultrapassou os limites legais,

⁴⁵⁹ SILVA, A. R. M. C. Poder discricionário no Direito administrativo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 179/80, p. 51-92, 1990. p. 54

vez que a margem discricionária diz respeito unicamente à pertinência entre o curso e as atividades funcionais da Impetrante, que foram examinados e expressamente aceitos pelo Poder Público. 5. No que se refere à limitação dos descontos havidos em seus contracheques em virtude das faltas por ter se ausentado para cursar o Doutorado, há previsão de limitação das reposições que não podem exceder à décima parte do vencimento ou remuneração, não sendo possível a realização de descontos a maior, como praticado ilegalmente no caso concreto.

6. No que tange ao pleito de devolução dos valores excedentes da remuneração da Impetrante, tem-se que estes somente possuem razão de existir no presente writ quanto aos eventualmente praticados a partir da impetração, haja vista que o Mandado de Segurança não é sucedâneo de ação de cobrança e sua concessão não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.

7. Em dissonância com o Parquet, segurança conhecida e parcialmente concedida.

(TJ-AM - MS: XXXXX20198040000 AM XXXXX-61.2019.8.04 .0000, Relator.: Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento: 01/09/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 01/09/2020)⁴⁶⁰

A concessão da licença da professora foi conquistada na provocação do Poder Judiciário e publicada no Diário Oficial do Amazonas em 16 de julho de 2020.⁴⁶¹

O caso da professora demonstra algo que a historiografia vem anunciando há tempos: a busca por direitos que, em tese, já estariam consolidados, na justiça.

A Professora Clarice Speranza bem tratou sobre os trabalhadores e patrões das minas de carvão de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul entre 1940 e 1950. Estes trabalhadores que, de uma categoria com grande característica de precarização, buscavam em várias de suas demandas, um direito descrito em lei: o descanso semanal remunerado promulgado pelo Presidente do Brasil Eurico Gaspar Dutra em 1949. A busca pelo direito adquirido exemplifica muito bem o caso dos professores na luta por seus direitos. Os mineiros, após Assembleia da categoria, se dividiram em três grupos:

“os que aceitavam esperar mais (a pedido dos patrões), os que acreditavam numa saída jurídica para o problema e aqueles que pregavam uma mobilização imediata da categoria para exigir o pagamento dos domingos e feriados trabalhados.”⁴⁶²

Mesmo com o recorte distante de Clarice Speranza com esta tese, podemos perceber que a busca pela consolidação de direitos adquiridos vem de tempos bem distantes.

Thompson já anos alude essa questão das fragilidades do direito quando analisa os ingleses do século XVIII, que foram atingidos pela lei do cercamento em detrimento de seus costumes ao usufruto da terra para a sobrevivência deste pobres que tinham negado o acesso e à Educação e o que lhes restava era “recorrer à transmissão oral, com sua pesada carga de

⁴⁶⁰ Disponível em: [Tribunal de Justiça do Amazonas TJ-AM - Mandado de Segurança Cível: MS XXXXX-61.2019.8.04.0000 AM XXXXX-61.2019.8.04.0000 | Jurisprudência](https://www.tj-am.jus.br/portal/consulta/consulta_documento.php?documento=XXXXX-61.2019.8.04.0000). Acesso em: 13 jun. 2025.

⁴⁶¹ Diário Oficial do Estado do Amazonas. Número 34.291 - ANO CXXVII20/07/2020. p. 9.

⁴⁶² SPERANZA, C. G. **Cavando direitos**: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954). Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014. p. 17.

costumes”⁴⁶³; e, costume podia ser definido como “um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes.”⁴⁶⁴ O historiador inglês nos apresenta a questão de um direito que não precisa estar descrito e que, por isso, está incrustado na vida dos camponeses ingleses do século XVIII: o direito de sobreviver que estava ligado às terras cercadas.

Dialogando ainda com o contexto contemporâneo e os direitos dos trabalhadores, Thompson em sua obra *Senhores e caçadores*⁴⁶⁵, mostra que igualmente hoje a fragilidade das leis dá espaço para diversos entendimentos. Neste caso, o autor fala sobre a Lei Negra⁴⁶⁶ como uma lei que é “esboçada de modo tão vago que se converteu em terreno prolífico para decisões judiciais cada vez mais abrangente.”⁴⁶⁷

A lei inglesa do século XVIII nos amostra uma peculiaridade que envolvem os interesses nos campos, que nos dão uma ideia de que, entre dominantes e dominados, a lei beneficia o poder hegemônico e, como veremos agora, o Estado.

O professor nº 2⁴⁶⁸, após aprovação em curso de Doutorado no ano de 2021 buscou o direito de afastar-se para aperfeiçoamento. Com a negativa do Estado em liberar o docente, o mesmo buscou suposto direito no âmbito judicial. Infelizmente, na Justiça o professor teve seu direito negado, tendo o desembargador alegado que

A concessão de afastamento remunerado para a realização de curso de especialização constitui-se em ato discricionário da Administração, ou seja, de acordo com sua conveniência e oportunidade, não sendo referido direito, portanto, garantido. Assim, não deve o Poder Judiciário determinar a concessão do afastamento, sem observar os requisitos exigidos por lei, sob pena de interferência na competência discricionária da Administração.⁴⁶⁹

A mesma revista noticiou o caso da professora nº 1, em que a Desembargadora responsável do caso expôs: “O Poder Discricionário conferido à administração não é ilimitado, não se lhe permitindo decidir em desacordo com os preceitos legais, submetendo ao controle judicial eventual ato que haja sido proferido nesse sentido.” Ela complementa:

⁴⁶³ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15.

⁴⁶⁴ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 16.

⁴⁶⁵ THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴⁶⁶ Segundo Thompson, “Uma lei para a punição mais eficaz de pessoas perversas e mal-intencionadas usando armas e disfarces, e praticando agressões e violências às pessoas e propriedades dos súditos de sua majestade, e para o encaminhamento mais rápido dos infratores à justiça.” THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 363.

⁴⁶⁷ THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23.

⁴⁶⁸ Sobre este professor, não foi possível encontrar o curso e a instituição, e mais detalhes do seu processo em uma revista.

⁴⁶⁹ Afastamento remunerado de servidor do Amazonas deve atender aos critérios da administração. Direito Amazonas. 04 out 2022. Disponível em: <https://www.amazonasdireito.com.br/afastamento-remunerado-de-servidor-do-amazonas-deve-atender-aos-criterios-administrativos/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Percebe-se que tamanha é a importância do aperfeiçoamento do integrante do magistério que a lei define como direito-dever(também imposta à Administração Pública) que tem por escopo promover o aperfeiçoamento profissional da qualidade do ensino prestado à sociedade.

E finaliza:

No caso dos autos, o indeferimento do pedido de concessão de licença remunerada para este fim traduz clara violação, por parte da Administração Pública, do dever insculpido no citado dispositivo legal, tanto mais quando o servidor requerente atende em sua totalidade aos requisitos previstos na lei de regência⁴⁷⁰

O caso do professor nº 2 resultou no que muitos docentes fazem para conseguir se aperfeiçoar e conquistar melhor condição de vida e saúde: no Diário Oficial do Estado do Amazonas do dia 09 de março de 2023, o docente solicitou Licença de Interesse particular de 02 anos. Vale ressaltar que essa licença libera o servidor sem remuneração e sem contagem do tempo de serviço.⁴⁷¹

Finalizamos essa parte da exposição da precarização no seio das contratações de professores da SEDUC entendendo que independente da forma de contrato, seja temporária ou por concurso público, o professor sofre, de maneiras inerentes ao seu vínculo, a precarização do seu trabalho como professor.

⁴⁷⁰ AMAZONAS DIREITO. Justiça garante a professor licença remunerada para aperfeiçoamento da profissão. Amazonas Direito. 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.amazonasdireito.com.br/justica-garante-a-professor-licenca-remunerada-para-aperfeicoamento-da-profissao/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

⁴⁷¹ Diário Oficial do Estado do Amazonas. Número 34. 09 /03/2023. p. 28.

5. UM NOVO SÉCULO COM VELHAS LUTAS: REVERBERAÇÕES DA POLÍTICA GILBERTISTA NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO AMAZONAS NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI (1991-2010)

5.1 1990: uma nova década, velhas lutas

Ainda em fevereiro de 1990, o SINTEAM começou a tentativa de negociar com o governador. Entretanto, prática comum dos governadores, não ocorreu negociação alguma. A organização do movimento de professores não era muito diferente do que acontecia nas décadas de 1980. O que havia era uma fragmentação da liderança nas escolas. Cada escola tinha um professor por turno, que ficavam responsáveis em repassar as informações do sindicato. Isso não ocorria somente na capital, mas também, nos municípios do interior do estado. Antes do início do ano letivo de 1990, a imprensa fez a mobilização do SINTEAM, que ainda buscava o cumprimento do piso salarial estadual e, ainda, um aumento dos salários dos administrativos das escolas, que tinham o menor salário da SEDUC. Estava, então, agendada uma reunião com os representantes de turnos e delegados sindicais para os dias 3 e 4 de março para discutir o andamento do movimento deste ano.⁴⁷²

Figura 16 - Assembleia do SINTEAM em 03/03/1990.⁴⁷³



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 03 de Março de 1990, p. 3.

⁴⁷² SINTEAM ameaça governo com greve. *Jornal do Comércio*. Manaus, 23 fev. 1990, p. 3.

⁴⁷³ Na legenda: “Vivendo à mingua, professores decidem em assembleia responder ao governador amazonense.” SINTEAM prepara resposta ao governo. *Jornal do Comércio*. Manaus, 03 mar. 1990, p. 6.

Na reunião, os professores afirmaram que estavam vivendo à mingua, pois os seus salários não chegavam a NCz\$ 5.000 (Cinco Mil Cruzados Novos) e que caso o piso fosse cumprido este salário, mais o salário giz chegaria a NCz\$ 16.200,00 (Dezesseis Mil e duzentos Cruzados Novos). Neste momento não haviam decidido pela deflagração de greve, mas, sim, por um diálogo com o governo.

Figura 17 - Vivaldo Frota em reunião com o Secretário José Melo e a diretoria do SINTEAM.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 12 de abril de 1990. Capa.

O governador mantinha a estratégia de Amazonino e Gilberto em não ceder aos pedidos dos docentes, alegando, além da falta de recursos, o cumprimento pagamentos em dia. Segundo Vivaldo Frota, para justificar o não pagamento do piso, pagaria os salários dos servidores em dia e afirmou ainda que “se for necessário o corte na folha do pagamento, o primeiro será do governador,”⁴⁷⁴

Durante os meses seguintes não houve consenso entre a diretoria do SINTEAM e o governador Vivaldo Frota sobre o salário dos professores. O governador foi enfático dizendo que não pagaria e incitou que os docentes buscassem seus direitos na justiça e que apenas se a resposta do Judiciário fosse positiva, daria um jeito para pagar. Por outro lado, os professores

⁴⁷⁴ PAGAMENTO sem atraso. *Jornal do Comércio*. Manaus, 12 abr. 1990, p. 6.

afirmaram que o assunto estava levando a categoria à deflagração de uma greve. Sobre o assunto, o governador não esboçou nenhuma preocupação e avisou que caso houvesse o movimento paredista, este duraria até o novo governo assumir em 15 de março 1991.⁴⁷⁵

Figura 18 - Governador Vivaldo Frota: Só haverá aumento com mandado da justiça.⁴⁷⁶



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 14 de agosto de 1990, p. 10.

Com a decisão do governador em assembleia, os professores decidiram iniciar uma greve de ocupação, que consistia em ir para as salas de aulas sem dar aula “mesmo que os alunos estejam presentes”⁴⁷⁷. O movimento já contava com mais de dois mil professores.

No dia 15 de agosto foi realizada uma assembleia para tomar decisão sobre os futuros rumos da mobilização.

Como já exposto, a década de 1990 apresenta problemáticas muito substanciais na economia do país. Assim, trabalhadores tiveram que buscar meios para que tais dificuldades fossem sanadas e os professores não estavam a par dessa situação.

⁴⁷⁵ GOVERNO não reajusta salários. *Jornal do Comércio*. Manaus, 14 ago. 1990, p. 10.

⁴⁷⁶ GOVERNO não reajusta salários. *Jornal do Comércio*. Manaus, 14 ago. 1990, p. 10.

⁴⁷⁷ PROFESSORES decidem ocupar salas sem aulas. *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 ago. 1990, p. 2.

Nesse contexto de crise econômicas e conquistas que não se concretizaram, os professores decidiram, mais uma vez, organizar uma greve que foi decidida no dia 16 de agosto de 1990. O discurso de austeridade fiscal, comum dos governos gilbertistas, mais uma vez demonstrava que o governador tinha lado. Com mensagem enviada pelo governador Vivaldo Frota, a Assembleia Legislativa aprovou em tempo recorde o reajuste salarial dos policiais judiciários.⁴⁷⁸

A Vereadora de Manaus, Vanessa Grazziotin do PC do B, que fez parte da diretoria do SINTEAM, questionou os argumentos do governador sobre o piso dos professores, e ainda, o discurso de austeridade fiscal. O Jornal do Comércio expôs que para a vereadora era “um disparate o fato de o Governo do Estado dispor de U\$ 62 milhões para a construção do sambódromo em Manaus, ao mesmo tempo em que afirma não ter dinheiro para pagar o piso dos professores.”⁴⁷⁹

Com a greve já em andamento, o Secretário de Educação José Melo⁴⁸⁰ foi à mídia tentar desconstruir o movimento. No dia 28 de agosto, ao Jornal do Comércio, ele informou que somente 32% das escolas da capital haviam aderido à paralisação na capital e no interior do estado. O político construiu carreira nos mandatos de governadores gilbertistas, mostrando uma faceta desses políticos, que era a prática de adjetivar ao seu nome o título de professor como fez Gilberto Mestrinho e muitos outros depois dele. Segue a entrevista dele sobre a greve dos professores

Na verdade ainda não temos uma greve em sua plenitude como tivemos ano passado. Vejam, quando se cogitou da greve, dizia-se que ela era em função do Estado não estar pagando o piso salarial e nem a Regência de Classe. Quando nós conseguimos comprovar que isso era uma falácia, porque, na verdade, o Estado está pagando os três pisos salariais, está pagando 10% do salário giz na medida em que o seu orçamento permite, agora a questão já é outra. Por que não fizeram greve três meses atrás quando nós não pagávamos os três pisos, não pagávamos nada de giz, quando nós não tínhamos o plano o Plano de Cargos e salários pronto e quando as nossas escolas estavam aí caindo ao pedaço? Porque fazerem hoje, quando nós estamos com o Plano de Cargos e salários pronto, estamos pagando os três pisos salariais, pagando 10% do salário, estamos com escolas todas sendo recuperadas e reformadas, o material de ensino está dentro das escolas, a merenda escolar está dentro das escolas, por que fazer greve? Ou será que o motivo é outro? Será que esse motivo não é de natureza política? Será que é poque uma eleição se aproxima? Eu não vejo motivo porque o cuidado está

⁴⁷⁸ SESSÃO relâmpago pode ser rotina de campanha. **Jornal do Comércio**. Manaus, 17 ago. 1990, p. 3.

⁴⁷⁹ VANESSA é favorável à greve dos professores. **Jornal do Comércio**. Manaus, 17 ago. 1990, p. 3.

⁴⁸⁰ Foi Secretário de Estado da Educação e Cultura do Amazonas entre 1989 e 1991; Secretário, Secretaria Municipal de Educação, Manaus entre 1993 e 1994; Secretário, Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, do Amazonas entre 1995 e 1998. Elegeram-se deputado federal em 1994 e foi reeleito em 1998. Em 2002, foi eleito deputado estadual pelo PFL. De 2005 a 2006, presidiu a SNPH e recebeu a Ordem do Mérito Militar em 2006. Deixou a SNPH e assumiu a Secretaria de Governo até 2010. Em 2010, foi eleito vice-governador pelo PMDB. Tornou-se governador do Amazonas em 2014 e venceu a reeleição no segundo turno.

sendo o maior possível. O futuro das crianças que estão sendo mal formadas todos os anos em função de ene coisas, inclusive pela greve de professores.⁴⁸¹

Figura 19 - Secretário da SEDUC AM José Melo dando entrevista sobre a greve de professores.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 21 de agosto de 1990. p. 2.

Na narrativa do Secretário, podemos perceber um ponto em comum no discurso dos governos gilbertistas sobre o movimento de professores. em primeiro lugar, uma desqualificação do movimento, discursando que a Educação estadual está bem melhor que antes de sua entrada na pasta. Em segundo lugar, o discurso de que o salário dos professores é muito bom, o que faz ele não entender a greve dos docentes. Em terceiro lugar, uma ligação do movimento docente ao processo político partidário do Estado e, por fim, em quarto lugar, o prejuízo das crianças com a greve.

Isso é uma das formas como o poder se utiliza do discurso para atuar. O autor do discurso toma para si a responsabilidade de projetar o poder sobre os professores, transformando o enunciado do discurso como verdade “que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o

⁴⁸¹ PROFESSORES não aderem à greve. *Jornal do Comércio*. Manaus, 21 ago. 1990, p. 2.

poder?”⁴⁸² Aí está exposta uma das estratégias do estado na disputa existente dentro do campo educacional, em que

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem a definição de mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das práticas sociais.⁴⁸³

Este poder simbólico, como afirma Bourdieu, é, como vemos na narrativa do Secretário de Educação: pode se dar de forma direta (conflitos simbólicos na vida quotidiana) e indiretamente ou por procuração (lutas travadas por especialistas da produção simbólica, como o caso do Professor Melo).⁴⁸⁴ Proclamando, assim, a sociedade a desqualificar o movimento docente através dos meios de dispersão do discurso. Neste caso específico, a imprensa que em conjunto com o poder hegemônico da classe dominante

“efetiva e garante a proeminência dos discursos jornalísticos na vida cotidiana, destituindo o pensamento crítico da sua potência analítica em favor dos interesses econômicos e políticos das empresas de comunicação hegemônicas.”⁴⁸⁵

Conforme o tempo avançava, o movimento alcançava o interior do Estado e, conseqüentemente, os discursos dos parlamentos. A Deputada Federal Beth Azize⁴⁸⁶, em audiência, falou sobre estudantes de Tabatinga que estavam estudando em Letícia na Colômbia. Para a Deputada, isso demonstrava o desinteresse do Governo Estadual com a Educação de 1º e 2º graus. Na data, a deputada chamou a Presidente do SINTEAM, Lene Santiago, para discursar e ela expôs o cenário atípico dos professores naquele município. Segundo a professora, as escolas em Tabatinga não ofereciam condições de estudos para as crianças brasileiras, que iam para Colômbia suprir a necessidade do estudo. Havia ainda a questão militar na localidade onde dividiam os professores nas duas unidades educacionais existentes: a civil e

⁴⁸² FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 19.

⁴⁸³ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. p. 8.

⁴⁸⁴ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. p. 8.

⁴⁸⁵ MELO, P. B.; ASSIS, R. V. A imprensa como espaço dos discursos de poder. In: DOURADO, J. L.; LOPES, D. M. M. S.; MARQUES, R. S. (orgs.). **Economia Política do Jornalismo**: Tendências, Perspectivas e Desenvolvimento Regional. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2016, v. 1, p. 233-254. p. 236.

⁴⁸⁶ Elizabeth Azize foi juíza de Direito no Amazonas e política aliada de Gilberto Mestrinho, com que rompeu em 1986 pelo mesmo ter indicado ao Governo do Estado, Amazonino Mendes. Elegeu-se Deputada Federal no mesmo ano ficando no parlamento até o ano de 1995.

a militar. Na greve dos professores que estava acontecendo naquele momento, os professores da unidade educacional civil foram ameaçados pelo comandante da unidade militar que se tentassem cooptar os professores de seu comando seriam recebidos com metralhadoras.⁴⁸⁷

A essa altura, a greve que já mobilizava os docentes em frente a ALEAM, causava crise no governo e seus aliados do parlamento estadual. O Deputado Josué Filho, líder do governo, já avisara inclusive na sua rádio que deixaria o governo por causa do salário dos servidores. Segundo o *Jornal do Comércio*, o político já sentia os prejuízos eleitorais desde que Frota havia assumido o Governo Estadual. Para o radialista, uma tentativa de amenizar a situação seria pelo menos oferecer um abono aos servidores.⁴⁸⁸ Vale salientar que o movimento docente deu força para que outras categorias se mobilizassem contra o governador Vivaldo Frota e, em frente ao parlamento, gritavam e vaiavam os deputados da base aliada que saíam da ALEAM.⁴⁸⁹

O movimento grevista dos professores da SEDUC tornou-se pauta de muitos candidatos de posição e oposição. Não apenas Josué Filho enxergou no movimento a oportunidade de se pôr no cenário eleitoral daquele ano. Assim como os radialistas, outros políticos que até então faziam parte do Governo Estadual motivaram-se para a disputa eleitoral.⁴⁹⁰

Figura 20 - Servidores Públicos do Estado em frente à ALEAM.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 13 de setembro de 1990, p. 3

⁴⁸⁷ REPRESSÃO em Tabatinga. *Jornal do Comércio*. Manaus, 07 set. 1990, p. 3.

⁴⁸⁸ JOSUÉ Filho rompe com o governo. *Jornal do Comércio*. Manaus, 13 set. 1990, p. 3.

⁴⁸⁹ SITUAÇÃO pode forçar começo de revoadada. *Jornal do Comércio*. Manaus, 13 set. 1990, p. 3.

⁴⁹⁰ Freida Bittencourt do PMDB que fora Secretária da SEDUC de Gilberto Mestrinho em 1983 e Roberto Almeida do PT se utilizaram do movimento nos seus discursos.

Figura 21 - Servidores Públicos do Estado em frente à ALEAM.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 13 de setembro de 1990, p. 3

Com o alcance do movimento, o governador Vivaldo Frota tentou negociar o fim da greve propondo um adicional de 10% ao salário giz (Regência de Classe) que equivalia a 10% do vencimento, no entanto, o SINTEAM afirmou que a greve continuaria. Numa tentativa de diminuir sua imagem negativa, mas sem condições de negociar com o movimento grevista, o governador chamou os diretores de escolas para falar que faria o reajuste salarial.⁴⁹¹

⁴⁹¹ FROTA recua e anuncia aumento. *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 set. 1990, p. 1.

Figura 22 - Vivaldo Frota em reunião com os Diretores de Escola



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 de setembro de 1990, p. 1.

Figura 23 - Presidente do SINTEAM, Lene Santiago, em conversa com os professores sobre a proposta do Governador.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 15 de setembro de 1990, p. 1.

Para cessar o movimento, o governador utilizou da estratégia de aumentar o salário de todo o funcionalismo estadual através da Lei n.º 1.980, de 26 de setembro de 1990.⁴⁹² A referida lei trazia as seguintes mudanças:

Art. 1º Os vencimentos, gratificações, representações e funções gratificadas dos servidores públicos estaduais constantes dos anexos a seguir relacionados ficam reajustados na forma dos valores especificados, com vigência a partir de 1º de setembro de 1990:

Art. 2º Os vencimentos e salários, representações e gratificações dos servidores da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo, do Poder Legislativo, dos Órgãos do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, ocupantes de cargos e funções não abrangidos pelas anexas Tabelas I a XV, desta Lei, ficam reajustados, a partir de 12 de setembro de 1990, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) para os valores até 03 (três) salários mínimos;

II - 30% (trinta por cento) para os valores acima de 03 (três) salários mínimos.

(...)

Art. 6º O piso salarial do Estado fica fixado em Cr\$ 6.056,00 (seis mil e cinquenta e seis cruzeiros), a partir de 1º de setembro de 1990.

Com as mudanças promovidas pelo reajuste, o professor teve um salário inicial de CR\$ 17.170,00, muito distante da remuneração do Chefe do Cerimonial do Governador de CR\$ 400.000,00.⁴⁹³

Mesmo assim, o SINTEAM decidiu continuar com a greve e adotou uma prática: buscar a Justiça do Trabalho.

⁴⁹² AMAZONAS. **Lei nº 1.980, de 26 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a remuneração dos servidores públicos estaduais e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1990]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1990/10/8331. Acesso em: 25 set. 2025.

⁴⁹³ Diário Oficial do Estado do Amazonas. Nº 1.340. 01 de outubro de 1990.

Figura 24 - Assembleia do Professores decide continuar greve e aguardar a Justiça.



Fonte: *Jornal do Comércio*. Manaus, 10 de outubro de 1990, p. 3.

5.2 Justiça para os professores: o papel do Tribunal Regional do Trabalho na greve dos professores de 1990

No trânsito da década de 1980 para 1990, como já vimos, tiveram duas características paradoxais para a classe trabalhadora brasileira: a luta por melhores salários e crises econômicas. No seio deste cenário, uma instituição tornou-se extremamente importante: a Justiça do Trabalho, pois os trabalhadores que não conseguiam vitórias pelo campo da luta, buscavam na justiça a consolidação de direitos, que, em tese, deveriam ser cumpridos no âmbito das legislações enquanto garantia de direitos líquidos. Entretanto, neste cenário de inflação galopante, a corrosão salarial e a busca constante do patronato em diminuir os direitos trabalhistas, incentivou os trabalhadores a “encontraram nos tribunais da Justiça do Trabalho o palco de importantes conflitos entre o patronato e a classe trabalhadora.”⁴⁹⁴

⁴⁹⁴ PESSÔA, R. O. Nova República [?]: A Justiça do Trabalho no contexto da redemocratização. In: 3º ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 3., 2021, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. 2021, Rio de Janeiro, Disponível em:

A base desse direito buscado é a garantia de lei, ou seja, direito adquirido, independente da forma que foi conquistado. Entretanto, nesse cenário de pujante força do capital, o esquecimento – de propósito – destes direitos pelas classes hegemônicas se tornou comum. E isso não é ocorrência exclusiva da atualidade e nem é um cenário somente do brasileiro. Esse conjunto de normas que têm um papel de prenhe subjetividade deve ser entendido como algo que estará nos centros de conflitos entre, principalmente, as normas sociais – como a sobrevivência posta à prova pelo baixo salário – e que se faz presente em todas as sociedades.⁴⁹⁵ Deste modo,

A lei e a justiça (especialmente a Justiça do Trabalho) deixaram de ser vistas como simples instrumentos de uma dominação de classe para se configurarem como recursos que poderiam ser apropriados por diferentes sujeitos históricos que lhes atribuíam significados sociais distintos. Podiam configurar direitos pelos quais valia a pena lutar.⁴⁹⁶

Embora os professores tenham decidido aguardar a Justiça do Trabalho no dia 10 de outubro, o processo havia dado entrada no dia 01. Buscava-se pelo ato instaurar dissídio coletivo contra o Governo do Estado.

Em 1990, a Presidente do SINTEAM era a Professora Ralcilene Santiago Frota, conhecida no movimento como Professora Lene Santiago, eleita em 1989, substituindo a Professora Arminda Mourão. Lene Santiago não era professora da SEDUC, núcleo de grande atuação do sindicato, mas professora da SEMED Manaus, entretanto, sua ligação com o partido que liderava o sindicato, o PC do B, e sua efetiva participação nos movimentos, fizeram com que ela chegasse à liderança do sindicato.

Justificando-se como representante sindical dos professores da Rede Estadual de Ensino, SEDUC AM, solicitou ao juiz mandado de segurança previsto na Constituição Federal que descreve:

Art. 5º (...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "*habeas-corpus*" ou "*habeas-data*", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:
(...)

https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1636133176_ARQUIVO_09e56b53b46fb893ce31d4e68d12ac20.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026. p. 6.

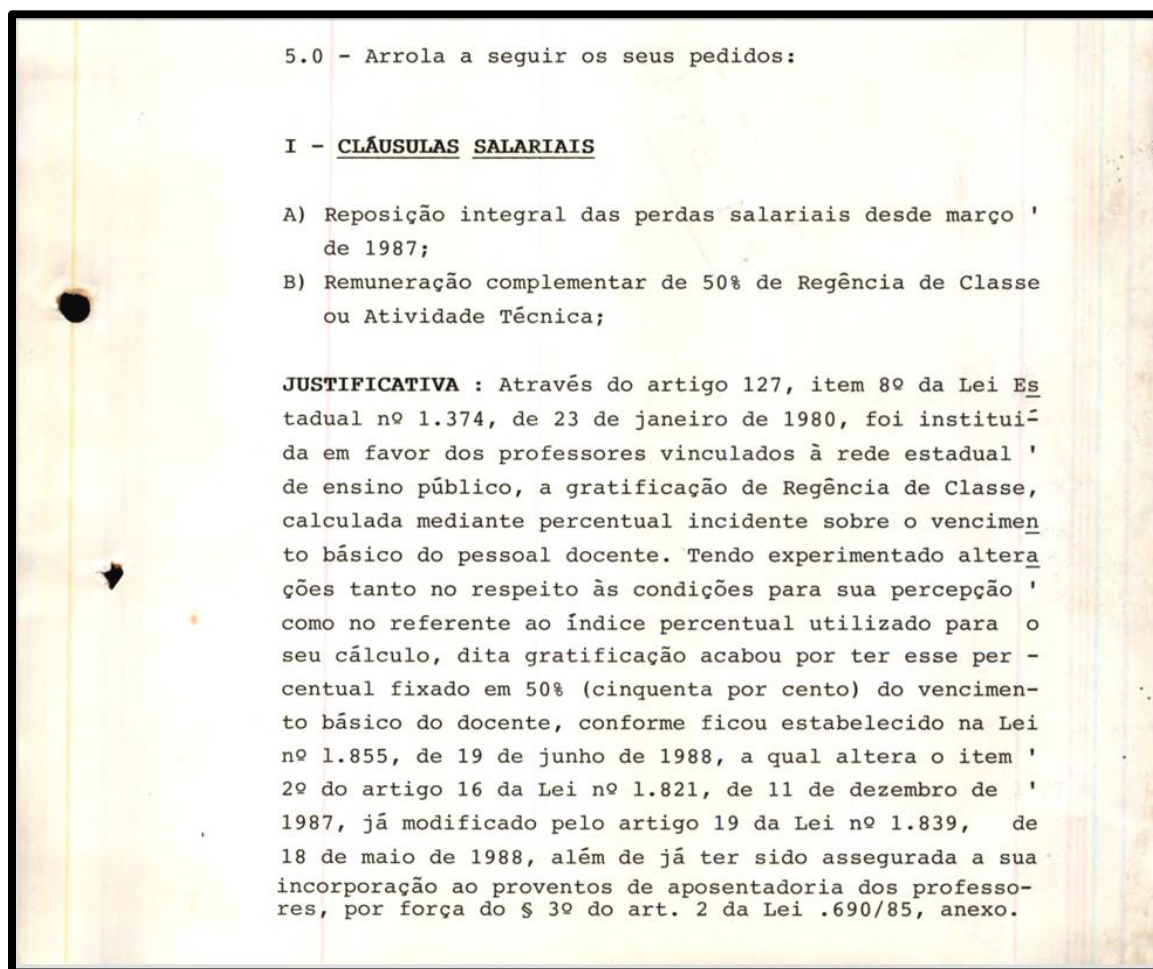
⁴⁹⁵ THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 351.

⁴⁹⁶ LARA, S. H. Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil. In: SCHMIDT, B. B. (org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil**. Pesquisa histórica e preservação de fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 106-122. p. 112.

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;⁴⁹⁷

A solicitação ao Tribunal baseava-se no seguinte pedido:

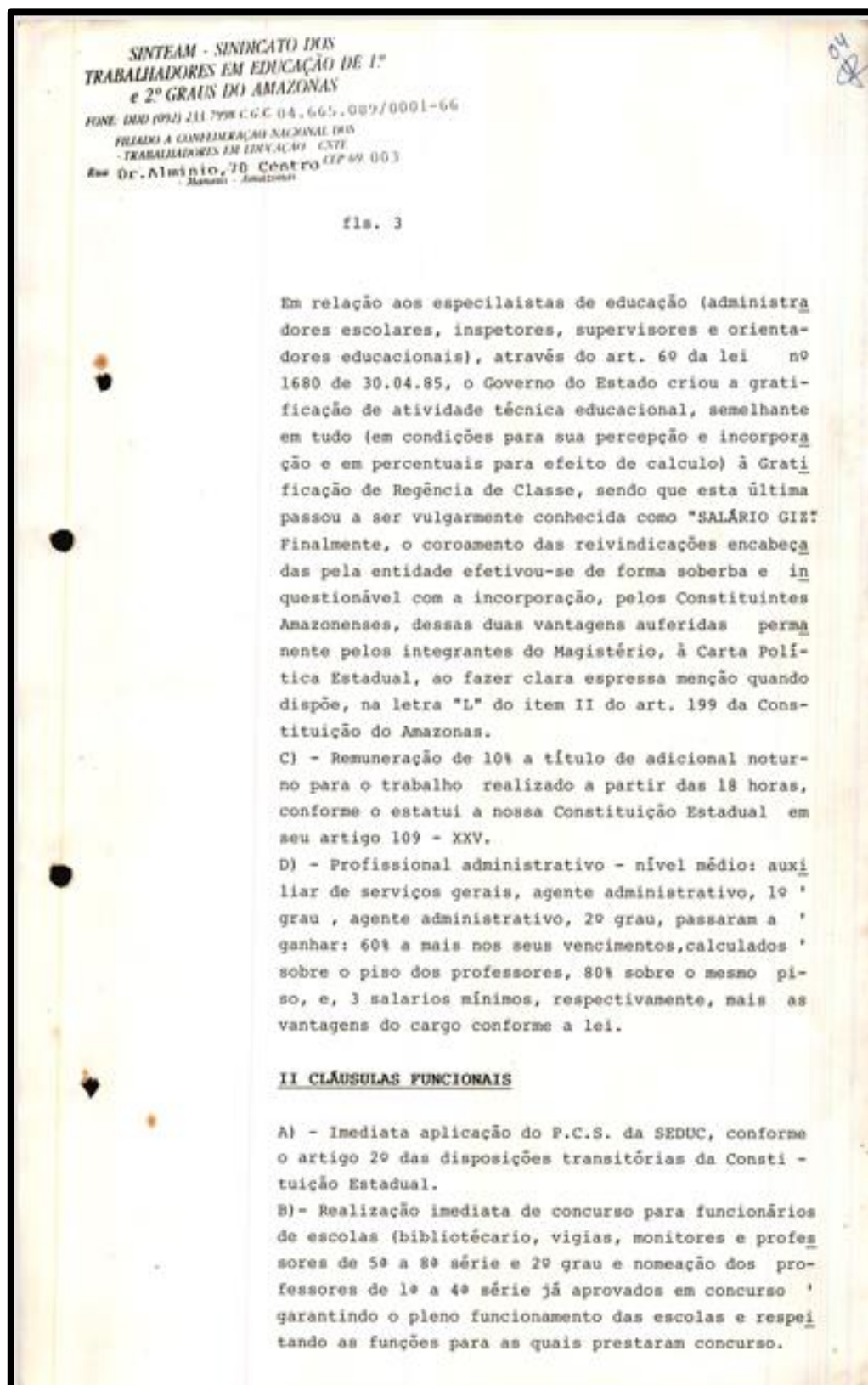
Figura 25 - Reivindicações dos professores.



Fonte: Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 2.

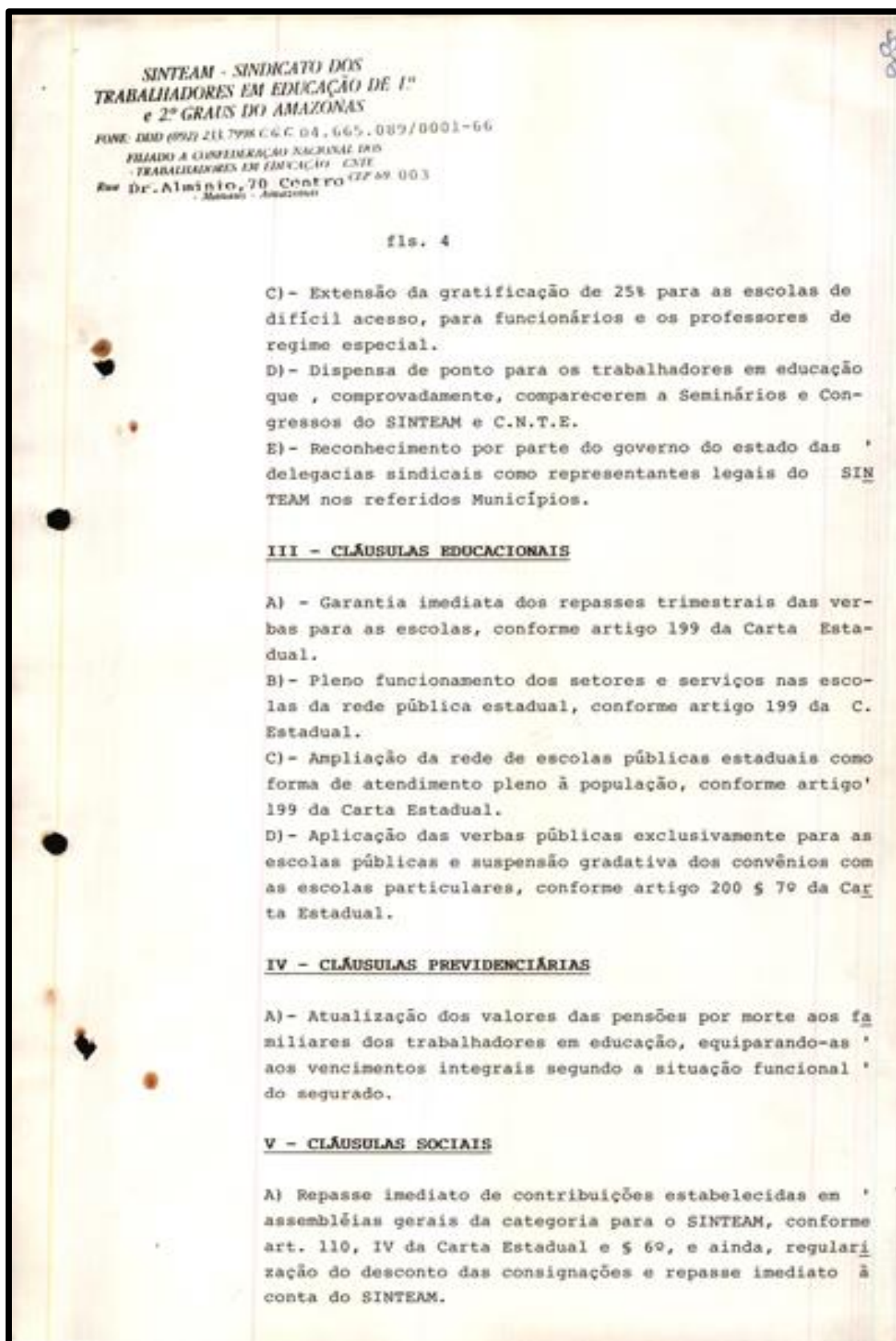
⁴⁹⁷ BRASIL. Constituição Federal de 1988.

Figura 26 - Reivindicações dos professores.



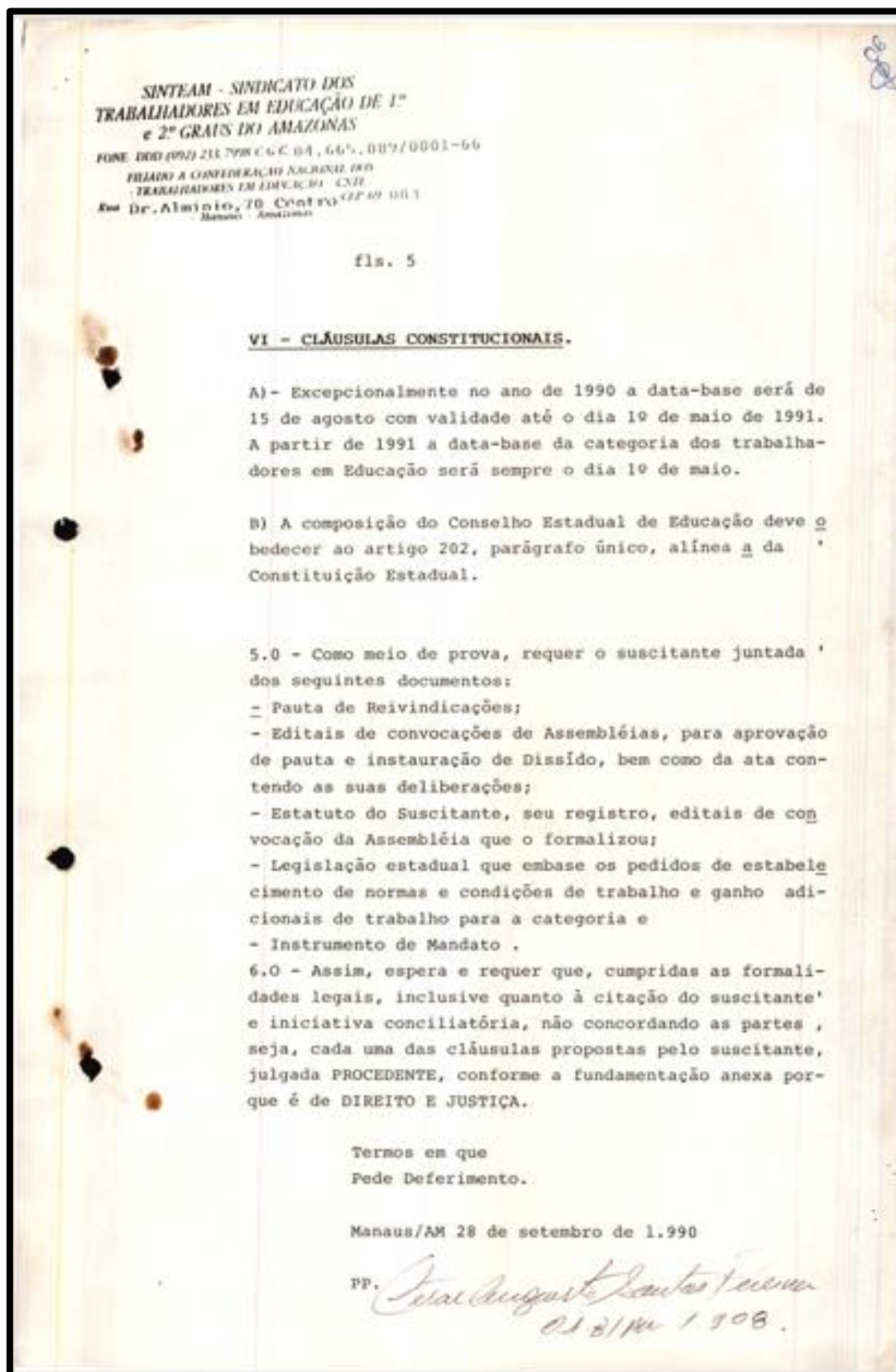
Fonte: Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 3.

Figura 27 - Reivindicações dos professores.



Fonte: Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 4.

Figura 28 - Reivindicações dos professores.



No dia 04 de outubro de 1990, no TRT, ocorre a primeira audiência com a presença do SINTEAM e o Governo do Estado. Nesta data, foi solicitada uma segunda audiência para o dia 10 do mesmo mês com as partes, tendo em vista que o Governo alegava que a Justiça do Trabalho não era responsável por decidir sobre servidores públicos. O SINTEAM solicitou ainda para a próxima audiência que fosse posto na mesa o não desconto das faltas dos grevistas.

Para a conciliação, o sindicato propôs os seguintes termos:

1. Reajuste de 173,18% sobre os vencimentos;
2. Remuneração Complementar (Regência de classe) de 50%;
3. Adicional Noturno de 10% dos vencimentos para quem trabalhasse a partir das 18h00;
4. Gratificação de 20% para trabalhadores em escolas de difícil acesso;
5. Repasse imediato das contribuições dos sindicalizados;
6. Vigoração do acordo a partir de 1º de outubro de 1990; e
7. O não desconto dos dias de greve.⁴⁹⁸

No dia 10 de outubro, o Procurador Geral do Estado expôs o lado do governo:

"Admitindo-se que o quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado, se eventualmente tenha servidores vinculados à CLT, nesse particular» o Estado adita seu arrazoado por escrito para lançar duas ponderações: 1ª - mesmo assim a Justiça do Trabalho seria incompetente, digo, incompetente para apreciar e julgar 1 cláusula de natureza econômica consoante o artigo 114, § 2a da Constituição da República;⁴⁹⁹ 2º - No há nos autos elementos de convicção a demonstrar que o Dissídio, ora sob debate, com respectiva pauta de reivindicação tenha como fundamento decisão de assembléia do Sindicato com manifestação expressa de eventuais servidores celetistas, por estas razões despicando será também quanto a este ângulo o Dissídio. Dissídio que ora se contendo, afinal o Estado requer juntada do despacho do então presidente do TST hoje Ministro do STF MARCO AURÉLIO PRATES DE MACÊDO, publicado no DOU de 11.07.90 Diário do Justiça, páginas 6.661/62"⁵⁰⁰.⁵⁰¹

⁴⁹⁸ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 66-68 – Proposta de conciliação.

⁴⁹⁹ Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas. (...)

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

⁵⁰⁰ O despacho do Ministro do TST tratava da incompetência da Justiça do Trabalho em dirimir problemas que envolvam servidores públicos. Segundo o Ministro: "4. Assiste razão ao recorrente. Com efeito, firmou-se a jurisprudência da Alta Corte no sentido da incompetência da Justiça do Trabalho para conhecer de litígio tendo por sede legislação erigida à luz do art. 106 da Constituição anterior - correspondente ao atual art. 37. IX - -, por ser de natureza administrativa, e não celetista, o liame empregatício que se forma." (*Grifo do autor*)

⁵⁰¹ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls.70-71.

O Estado alegou incompetência do TRT em julgar causas de servidores públicos baseado em jurisprudência sobre um caso em Minas Gerais.⁵⁰² E assim, também questionou a inconstitucionalidade do dissídio sobre o mesmo argumento.⁵⁰³ Sobre o restante, a PGR expôs:

a) Reajuste de Vencimento. O reajuste de 173,18% pretendido pelo SUSCITANTE não pode ser concedido aos trabalhadores de educação de 1^ª e 2^ª graus, não só por que inviabilizaria o Estado, desde que a Secretaria de Educação e Cultura possui em seu quadro de pessoas 28.429 servidores, entre professores e pessoal administrativo, como por que este reajuste não depende só do Poder Executivo, mas também da anuência do Poder Legislativo, nos termos do mencionado artigo 61 da Constituição Federal.⁵⁰⁴

b) Remuneração Complementar; Quanto à remuneração complementar de 50% por regência de classe ou atividade técnica, calculada sobre o vencimento básico, o Estado está, atualmente, concedendo-a no percentual de 20%, pretendendo chegar no mês de dezembro aos 50% pleiteado, pois, impossível é, em face dos compromissos financeiros do Estado, a sua imediata concessão. Ademais, trata-se aqui de cláusula de natureza econômica, estando vedada a sua apreciação por essa Justiça Especializada, desde que matéria reservada à lei.⁵⁰⁵

c) Adicional Noturno; O adicional noturno de 10% será concedido em breve, estando na dependência apenas da liberalização de um código, para o início de seu pagamento.⁵⁰⁶

d) Gratificação de localidade; A gratificação de 20% pleiteada para os trabalhadores das escolas de difícil acesso corresponde à gratificação prevista no art 98, do Estatuto do Magistério (Lei nº 1778/87), que está sendo paga aos servidores estatutários que preencham os requisitos legais. A extensão da citada vantagem aos servidores do regime especial e celetista depende de autorização legislativa nos termos do art. 61 da Constituição Federal.⁵⁰⁷

e) Contribuições: O repasse imediato das contribuições estabelecidas em Assembléias ao SUSCITANTE é impossível, devido à complexidade que envolve a arrecadação e o próprio repasse, não podendo ser efetuado com a agilidade exigida pelo Sindicato, de vez que existem normas disciplinando este procedimento.⁵⁰⁸

f) Pagamento dos vencimentos referentes aos dias parados: Como não existe lei complementar regulamentando o direito de greve dos servidores públicos, a paralisação dos professores é ilegal, o que permite ao Suscitado descontar dos trabalhadores os dias de paralisação.⁵⁰⁹

Como podemos ver, o âmbito da Justiça do Trabalho é um espaço de relação de poder. Nele, é evidente percebemos a luta de classes colocando forças distintas em um antagonismo no cerne deste campo jurídico em que “trabalhadores e trabalhadoras do país nascem na vida pública reivindicando direitos e os tribunais trabalhistas foram palco de muitos embates em torno de definições legais e simbólicas”⁵¹⁰, e, que para Pierre Bourdieu

⁵⁰² Processo TRT nº DC- 31/90 – fls.75-81.

⁵⁰³ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls.81-86.

⁵⁰⁴ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 86.

⁵⁰⁵ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 87.

⁵⁰⁶ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 87.

⁵⁰⁷ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 87.

⁵⁰⁸ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 87.

⁵⁰⁹ Processo TRT nº DC- 31/90 – fls. 88.

⁵¹⁰ SPERANZA, C. G. A historiografia sobre e com a Justiça do Trabalho mudou a história do trabalho no Brasil. In: DROPPA, A.; FLORES, A. J.; FELONIUK, W. (org.). **História, Direito e Trabalho: tópicos e aproximações metodológicas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora FI, 2022, v. 1, p. 14-36. p. 14.

É o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defronta agentes investido de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima justa do mundo social.⁵¹¹

A lei é o centro da Justiça, régua usada para as tomadas de decisão “que mostre independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Não conseguirá parece-lo sem preservar sua lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa”.⁵¹² Mas como engrenagem do estado, não há como ser neutra tendo em vista que deve “servir o bem comum, e o governo, o bem do povo.”⁵¹³

A morosidade, característica da burocracia judicial, estendeu o processo até agosto de 1991 e, mesmo dando vitória para o SINTEAM, o tempo da mobilização já havia encerrado, e, no ano de 1990, ocorreu o prejuízo aos docentes. A greve encerrou em outubro, com prejuízos significativos aos docentes.

Figura 29 - Professora Lene Santiago levantada pelos professores com a vitória no TRT em agosto de 1991.



Fonte: Acervo do SINTEAM

⁵¹¹ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. p. 220-221.

⁵¹² THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 354.

⁵¹³ BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 31.

No dia 26 de setembro, com os trabalhadores já cansados, iniciaram-se as negociações para o fim da greve. Na coluna frente a frente do *Jornal do Comércio* é mostrado como foi a situação da negociação que, assim como na década de 1990, teve a entrada da Igreja Católica nas negociações. Em duas notas a coluna conseguiu expor a situação:

Penitência

Nem só de rostos sisudos ficaram os participantes da comissão múltipla que foi negociar com o governador Vivaldo Frota o fim da greve dos professores, o seu retorno ao trabalho e a dispensa do desconto dos dias parados.

Houve o momento das gargalhadas, quando em determinado momento o vigário geral de Manaus, Monsenhor Francisco Pinto, integrante da comissão de interlocutores e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apelou ao governador para que dispensasse os descontos dos dias parados, ao que Vivaldo Frota respondeu com essa indagação ao prelado: *Monsenhor, quando um fiel lhe confessa um pecado, o senhor o dispensa da penitência?*⁵¹⁴

Como foi exposto, o Governo descontou os dias trabalhados, colocando os trabalhadores em condições difíceis que se arrastam até a atualidade.

O Professor Brás Melgueiro foi um dos grevistas e ele expõe aquilo que teve mais impacto em sua vida e da sua família, rememorando o mês que ficou sem salário para sustentar sua família. Mais uma vez, buscamos compreender essa problemática através da memória do professor Brás. Sua história de vida confunde-se entre o militante e o trabalhador, e essa parte do movimento de professores no breve governo do Vivaldo Frota é latente ainda em sua memória. Segundo ele, na década de 1990, o governador “Vivaldo Frota zerou nossos contracheques das lideranças. Perdemos licenças especiais por conta disso.”⁵¹⁵ Ele complementa sobre como a punição do governador lhe prejudicou até os dias atuais:

O Vivaldo descontou e só vim descobrir agora. Eu fui pedir a licença e tá lá a falta. Perdi a de 90 a 95. As outras têm agora as outras eu não gozei. Então o que que fiz, fui pesquisar na lei e tem a tal de pecúnia, o estado me aposentou e o certo era me chamar e pedir para me dar minha licença: “Olha você vai ser aposentado só depois dessa cadeira de 20 que eu me aposentei a outra ainda tô aqui, só ano que vem que vou aposentar. Adormeceu como se diz juridicamente, adormeceu e ele me aposentou aí entregou a pecúnia, calei e eles disseram que iam me pagar é isso.”⁵¹⁶

Outra docente que teve a contribuir sobre o difícil momento foi a Professora Doquinha:

Três meses, foram noventa e nove, noventa é oito, não! Foram noventa e sete dias. Foram noventa e sete dias de ponto zerado. Todos os professores tiveram os seus contra cheques zerados, e a gente não tinha do que viver. Ai todo mundo vivia, por exemplo eu vivia porque eu era casada ainda nessa época, meu marido sustentava. Eu tinha uma vizinha que morava em frente à minha casa que o marido dela era pedreiro e tinha uma outra vizinha que o marido dela era da saúde, a gente terminou tendo que

⁵¹⁴ FRENTE Perfil. *Jornal do Comércio*. Manaus, 26 set. 1990, p. 4.

⁵¹⁵ José Luis Brás Melgueiro. Entrevista gravada em 7 de dezembro de 2021. Realizada por James Batista, digitada, p. 14-15.

⁵¹⁶ José Luis Brás Melgueiro. Entrevista gravada em 7 de dezembro de 2021. Realizada por James Batista, digitada, p. 15.

fazer cota pra emprestar pra outra, porque chegará um momento que a gente não tinha do que viver porque os salários das professoras casadas com maridos que tinham salários menores, eram quem sustentava a casa.

Se fica três meses sem salário! Mas foram momentos de grande aprendizado, porque a gente não deixou um dia de ir pra luta. Nós fazíamos cota, a gente passava o chapéu nas assembleias pra pegar a contribuição. Ali no Olímpico, no ginásio do Olímpico a gente fazia assembleias e passa o chapéu, porque o sindicato também não tinha dinheiro, se o professoro não tinha dinheiro no seu contra cheque, como é que o sindicato teria né! Então passava o chapéu pra pegar a contribuição de quem podia pra pagar, naquele tempo a gente tinha que pagar o som né, porque só se fazia uma assembleia se contratasse a aparelhagem de som. Então o som era a parte mais cara, você tinha que contratar o som. Ai a gente pegava a contribuição fazíamos doações, os professores doavam roupas pra gente fazer feira lá no São José, e com esse dinheiro das feiras que a gente fazia, os brechôs de lá, conseguíamos pagar os dois funcionários que o sindicato tinha. E a sede, a gente ficou sem sede. O SINTEL, que era o sindicato dos telefônicos, nos cedeu o porão na Alexandre Amorim e nós nos abrigamos no porão do SINTEL. Não desmobilizou, não desmobilizou! Manteve a categoria mobilizada. O que desmobilizou a categoria foi o cansaço, porque greve boa, e esse é o grande jargão que a gente tem no movimento sindical. Greve boa é greve curta! Greve o quanto mais longa, mais difícil de vice ganhar e mais dispendioso pra você manter a categoria alinhada.⁵¹⁷

O andamento da década de 1990 aos anos 2000 será um palco de novo modelo de organização dos docentes que só voltaram à greve em 2005.

5.3 A construção da greve de 2005

Em 2005, o professorado amazonense já acumulava grandes perdas que nem a política de transformismo mantido entre Braga e o SINTEAM conseguiu controlar. O caso não era diferente na Rede de Educação de Manaus, em que os professores também se organizaram em busca de melhores condições de trabalho.

Mesmo com o cisma com Amazonino, Braga ainda tinha laços com o gilbertismo. O fato tanto é verdade que sua Secretária de Educação era Vera Edwards, que acompanhou Alfredo Nascimento durante muitos anos na Prefeitura de Manaus. Segundo matéria do *Jornal A Crítica* de 02 de junho de 2005, Eduardo Braga no Programa Canal Livre disse que em três anos de governo havia feito mais pelo Amazonas que Gilberto e Amazonino juntos.⁵¹⁸

No mesmo mês, Eduardo Braga estava sofrendo denúncias de corrupção em seu governo, fruto de um suposto superfaturamento na compra de medicações para a Central de Medicamento do Amazonas (CEMA). A criminalidade e o abuso dos policiais e civis também

⁵¹⁷ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 12-13.

⁵¹⁸ SIM & Não. *A Crítica*. Manaus, 02 jun. 2005, p. A4.

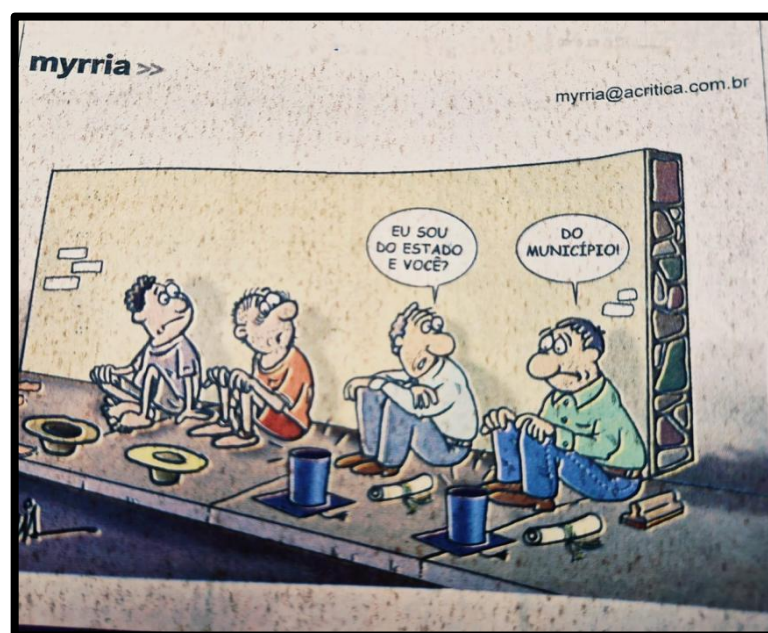
tomavam conta do noticiário no Estado. Nestes cenários políticos, nomes como Jeferson Peres e Arthur Neto optaram por não se aliançarem com Eduardo Braga.⁵¹⁹

O trágico cenário político reverberava no Parlamento Estadual no qual na oposição Eron Bezerra do PC do B tentava emplacar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os desvios da CEMA; contra a oposição, o irmão de Alfredo Nascimento, Evilázio Nascimento do Partido Liberal (PL) anunciava que era contra a CPI.⁵²⁰

Em meio à crise no governo de Eduardo Braga, os professores da SEMED e SEDUC decidiram fazer uma greve, deixando, neste dia, mais de 800.000 alunos sem aulas no estado.⁵²¹

Em 2005, Serafim Correia, economista e político, estava à frente da Prefeitura Municipal de Manaus.⁵²²

Figura 30 - Charge sobre as condições dos professores em 2005.



Fonte: *A Crítica*. Manaus, 16 de junho de 2005

⁵¹⁹ ARTHUR Neto quer “distância” de Braga. *A Crítica*. Manaus, 04 jun. 2005, p. C1.

⁵²⁰ PEDIDO de CPI já foi formalizado. *A Crítica*. Manaus, 07 jun. 2005, p. A6.

⁵²¹ “GREVE” deixa mais de 800 mil alunos sem aula. *A Crítica*. Manaus, 16 jun. 2005. Capa.

⁵²² Sua carreira política começou quando se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sendo eleito vereador em Manaus em 1988 e 1992. Ele tentou ser prefeito em 1996 e 2000, mas perdeu para Alfredo Nascimento. Em 1998, foi candidato a vice-governador com Eduardo Braga (PSL), mas perdeu para Amazonino Mendes. Em 2002, perdeu novamente para Eduardo Braga na corrida pelo governo do estado. Em 2004, foi eleito prefeito de Manaus ao vencer Amazonino Mendes no segundo turno. No entanto, em 2008, tentou a reeleição, mas foi derrotado pelo mesmo oponente que concorria pelo PTB. Em 2010, tentou ser vice-governador na chapa de Alfredo Nascimento, mas a reeleição de Omar Aziz impediu seu sucesso. Em 2014, foi eleito deputado estadual, recebendo 36. 501 votos.

A manifestação ocorrida no dia 15 de junho, segundo o Jornal *A Crítica*, havia sido financiada pelo grupo contrário a Eduardo Braga e que, possivelmente, tal grupo tenha enganado o Sindicato. Isso demonstra o que alguns professores já narravam, que o PC do B, que tinha a liderança do SINTEAM, estava alinhado ao governo Eduardo Braga.

A Professora Helma Sampaio, atuante nos movimentos sociais e que se sindicalizou no SINTEAM em 1991, tem sua percepção sobre o sindicato no governo Eduardo Braga. Para ela:

Aconteceu que em 2005, SINTEAM, "vendeu" a Greve⁵²³ em troca de Secretarias no Governo Eduardo Braga. Depois deste triste episódio, o Sindicato deixou de ser combativo e de defender as demandas da categoria. Assim passamos um longo período sem luta organizada dos trabalhadores da educação. Foi quando um grupo de professores decidiu formar uma Associação com o objetivo de lutar pelos direitos da categoria, diante da realidade de peleguismo do SINTEAM.⁵²⁴

Outro professor que relata essa ligação do sindicato com Eduardo Braga foi o Professor Lambert Melo. Professor Lambert como professor de História, faz uma leitura muito importante da mudança de postura sindical do momento, influenciado pela vitória do PT em 2002. O que nós colocamos como transformismo, o professor vai denominar de sindicalismo de conciliação, diferente do peleguismo que a Professora Helma e a categoria chamavam no momento. A narrativa de Lambert nos leva a refletir os lados que a política amazonense tomou nos anos 2000. O que ocorre são momentos de cismas que são desfeitos rapidamente, mas demonstram que o grupo não homogêneo e que vários nomes queriam ter a liderança da facção gilbertista. O que os separavam eram os pleitos e a ideia de que ser governador levaria ao comando do grupo. Entretanto, isso pode ser revisto, pois o próprio Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes estiveram distantes do Governo Estadual, mas sempre mantinham seu alcance na própria estrutura do executivo, e também no Legislativo e Judiciário. Segundo o Professor Lambert Melo:

Eu fiquei sindicalizado no SINTEAM até 2007, porque em 2005 e foi o início da chantagem do SINTEAM, de um Sindicato combativo de luta para um sindicato colaboracionista que muitos dizem que é pelego e tal, mas de conciliação passa a ser um sindicato colaboracionista com os governos de conciliação, porque nós tivemos a eleição do Lula em 2002. Então o Lula em 2003, junto com a posse do Lula em 2003, nós temos o estado do Amazonas a entrada no governo do Eduardo Braga que apoiou já naquela época, junto com o PT. Então o que que nós vamos ver... nós não tínhamos reajuste salarial no Brasil. O governo também não pagou o reajuste salarial 2003 não pagou em 2004 reajuste salarial. Então houve a deflagração de uma greve, mas essa greve, e, hoje a gente tem essa leitura, essa greve ela não foi uma greve espontânea que veio da base, ela foi uma greve fomentada pela direção sindical. Era uma forma de mostrar força para o governo, porque o governo não estava querendo fazer negociação no sentido de colocar o PC do B na estrutura. Assim, querendo deixar cedo fora das negociações. Não queria abrir para o PC do B, e, então, essa greve ela foi uma forma justamente do PC do B dizer: "Olha eu tenho o controle dos

⁵²³ Sobre a referida greve, ela será objeto de análise no capítulo seguinte.

⁵²⁴ Helma Sampaio. Entrevista pelo aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp em 12 de setembro de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 04.

movimentos e se você não quiser ter problema abre o governo para o nosso partido. Você vai enfrentar a greve todo ano! Nós estamos de plataforma, nós fomos massa de manobra, nós somos o Eduardo Braga, entendeu o recado?” E ele cedeu ali há um aumento de salário que não foi o que esperava a categoria esperava um aumento maior.⁵²⁵

A professora Raimunda de Souza Gomes, a Doquinha, foi Presidente do SINTEAM no período do governo Braga. Antes de ela falar sobre a construção do movimento grevista contra Eduardo Braga, em 2005, ela expõe algo importante para a compreensão da greve: a sua característica cíclica. Segundo a ex-presidente do SINTEM:

Então, como eu lhe disse o movimento ele é cíclico né, então quando eu assumi a presidência do SINTEAM a gente, a última greve tinha sido a de noventa. Nós amargávamos mais de uma década de descenso, nós não tínhamos capacidade de mobilização, nem a gestão do Adonai, nem a gestão do Paulo ou a do Eliomar mesmo que fosse. Nós não tivemos condições de organizar a categoria para o enfrentamento. Eu me lembro na gestão do Paulo, acho que foi do Paulo, a gente fez uma carreata pra sede do governo e o Amazonino não nos recebeu, nós fizemos uma grande carreata, fazíamos assembleias grandes, mas não tinha intensidade. Chega em noventa e nove e eu com esse medo, eu não tava com medo, eu tava com pavor, eu tinha pavor, eu dizia meu Deus e se estourar uma greve, quê que eu vou fazer, eu não sei conduzir uma greve. E todo mundo dizia, não a agente aprende na marra, você aprendeu um monte de coisa, aprende na marra.

Quando foi em abril de dois mil e um nós estávamos com o salário muito defasado, muito, muito, muito defasado. Atraso de salário, o salário defasado era Amazonino Mendes e a gente de inúmeras tentativas de negociação fazer a paralização de um dia e uma carreta para a sede do governo que era lá na Torquato Tapajós. Ali eu cresci, eu me tornei outra mulher depois dali, porque nós organizamos a maior carreata que a gente já tinha feito até então e o Amazonino pra sua infelicidade ele botou a cavalaria né e todos os cães que a Polícia Militar podia com o cacetete pra nos confrontar, e eu fui pra frente, então os professores me carregaram nos ombros pelo enfrentamento. Eu entrei uma e sai outra daquele movimento. Depois dali como a gente enfrentou ele concedeu, ele não recebeu, mas ele concedeu um abono que foi o maior abono que a gente já tinha tido da história, que dava acho que era cento e vinte pra todo mundo inclusive para as outras categorias e duzentos para os professores de nível superior. E aí veio uma discussão que me acendeu um alerta ali, que o movimento não pode ser só de uma categoria, o movimento tem que unificar pra demais categoria. Foi o Amazonino que me deu essa sacada quando ele deu aumento pra todo mundo linear, aí eu comecei a discutir, articular com a saúde, com a polícia e com os demais segmentos dos servidores públicos do Estado porque a gente junto tinha mais força. Foi ali que teve meu primeiro embate, Amazonino. Aí nisso teve muita situação, em dois mil e três, em dois mil e três já era o Eduardo Braga o governador, e o Eduardo Braga a gente havia apoiado né pra governo. Ele ganha e ele começa a nos enrolar, nos enrolar.⁵²⁶

A última greve havia sido a de 1990, portanto, quinze anos sem que houvesse um movimento paredista. Isso não significa que os professores ficaram inertes, mas que a forma de negociação com o governo sofria uma metamorfose comum ao trabalho e trabalhador na ocorrência do neoliberalismo. Desta maneira a década de 1990

⁵²⁵ Lambert Melo. Entrevista gravada em 12 de novembro de 2022. Realizada por James Batista, digitada, p. 17.

⁵²⁶ Raimunda Gomes. Entrevista gravada em 25 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada, p. 09. p. 19-20.

Nos anos 90, apesar de uma alteração qualitativa no cenário econômico internacional, não se verificou mudança substancial no movimento oscilatório nas atividades econômicas, com redução da produção entre 1990 e 1992, recuperação entre 1993 e 1995 e desaceleração desde 1996. Diante da maior exposição da produção interna à competitividade internacional, o mix de produção das empresas tornou-se cada vez menos dependente de bens e serviços nacionais. Parte dos empresários que não conseguiram ajustar-se a tempo foi eliminada pela privatização, desnacionalização e especialização da produção brasileira, sem que houvesse a retomada do crescimento econômico sustentado.⁵²⁷

Sobre o que o Professor de Economia Marcio Pochman expôs do cenário da década de 1990, Boito Jr. e Marcelino acrescentam que esse período da efervescência dos movimentos paredistas tinha motivo; e; vai além, traz uma indagação do porquê dos anos 2000 serem tão diferentes, ou na visão de Doquinha, cíclicos:

Ao dizer isso, queremos advertir o leitor para o fato de que o ciclo excepcional de greves de 1978-1992 não pode ser tomado como unidade de medida para avaliar a dimensão e a natureza da crise sindical iniciada na década de 1990 e para a recuperação, que acreditamos ser real, do sindicalismo na década de 2000. A maior parte da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990 foram marcadas, como se sabe, por uma taxa de inflação muito elevada, que beirou, em mais de uma conjuntura, a situação de hiperinflação. Já, na década de 2000, a taxa de inflação tem se mantido baixa. Ora, o aumento do número de greves em resposta à corrosão dos salários pela inflação, ou a sua diminuição em decorrência de uma relativa estabilização dos preços, não podem ser considerados, sem mais, indicadores de força ou de fraqueza do movimento sindical.⁵²⁸

O grupo que o Jornal se referia era o de Amazonino Mendes e Gilberto Mestrinho. Com força na política nacional, a notícia da mobilização dos docentes alcançou até a imprensa paulista.⁵²⁹

O Jornal *A Crítica*, manteve o papel de apoiar o governo que estava no poder, fato muito comum na grande imprensa, afastando a imagem de que a imprensa é neutra. A imprensa deve ser pensada com historicismo que exige e, ainda, dentro da conjuntura que se encontra, e pensar a imprensa nessa perspectiva é “toma-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimento nos diversos processos e conjunturas.”⁵³⁰ E no caso de *A Crítica*,

É certo que os veículos da imprensa usavam desabusadamente a ideia de neutralidade e de equidistância, ou mesmo asseveravam seus compromissos com o conjunto da

⁵²⁷ POCHMANN, M. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 50, p.149-166, 1998. p. 155.

⁵²⁸ BOITO JÚNIOR, A.; MARCELINO, P. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Cadernos do CRH**, v. 23, n. 59, 2010. p. 329

⁵²⁹ Folha de São Paulo. **Professores protestam contra baixos salários em Manaus**. São Paulo, 16 de junho de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17566.shtml>. Acessado em 10 set. 2025.

⁵³⁰ CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-272, 2007. p. 257.

sociedade e, em especial com as parcelas mais baixas. Basta lembrar aqui o dístico encimado por *A Crítica*, um jornal que se autoproclamava “*de mãos dadas com o povo*”. Na prática, no entanto, nada disso era verdadeiro, e os grupos empresariais de mídia, embora pudessem divergir e criticar topicamente os governos e seus representantes, sempre que as tensões se agudizavam entre governos e movimentos sociais, acabavam por demonstrar seu inequívoco atrelamento – de classe, seguramente – às elites políticas e econômicas.⁵³¹

O periódico amazonense, o Jornal A Crítica, segue uma característica comum de apoiar o poder hegemônico, por isso não é incomum que já tenha estado ao lado de Amazonino Mendes. O Professor Ribamar, mais uma vez, ao fazer crítica ao Negão, foi “congelado” pela direção do Grupo Calderaro (dono do Jornal A Crítica, canais de TV aberta e emissora de rádio), ao fazer críticas ao ex-governador enquanto estava publicando no periódico.⁵³² Estava assim plasmado o cenário político das eleições de 2006.

A mobilização dos professores foi um aviso aos governos estadual e municipal, que caso não houvesse diálogos, a greve iniciaria em julho.

Neste ínterim, os governos divulgaram a antecipação do décimo terceiro para acalmar os ânimos dos professores. O pagamento ocorreria no final de junho.

Para animar os professores municipais, o Prefeito Serafim Correia ofereceu um abono de R\$ 100,00 (cem reais) para os servidores de ensino fundamental e médio, e R\$ 200 (duzentos reais) para os servidores de ensino superior. No mesmo período, o Governo Estadual não dialogou com os representantes dos docentes.

Mesmo com o oferecimento do abono, os professores municipais se uniram aos estaduais e decidiram fazer greve a partir de 04 de julho de 2005.

Representando a categoria, a Professora Doquinha explicou que os professores municipais não aceitaram o abono, achando-o “uma tentativa de calar a boca dos trabalhadores.”⁵³³ Na tentativa de frear a greve, a Secretária da SEDUC, Professora Vera Edwards, reuniu com o SINTEAM e acertara os inícios das negociações. Na ocasião foi criada uma comissão que reunia três representantes da categoria e três da secretaria.⁵³⁴

⁵³¹ BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019. p. 127.

⁵³² A crônica foi a última publicada no Jornal *A Crítica*. FREIRE, J. R. B. A Mansão do Tarumã: Freud explica. **Taquiprati**, 11 fev. 2001. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/332-a-mansao-do-taruma-freud-explica>. Acesso: em 30 set. 2025. Como não teve mais espaço no jornal e julgando ter sido afastado por causa do ex-governador Amazonino Mendes, o Professor publicou outro texto sobre o assunto na internet. FREIRE, J. R. B. Taquiprati censurado: carta ao jornal A Crítica. **Taquiprati**, 08 jul. 2001. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/312-taquiprati-censurado-carta-ao-jornal-a-critica->. Acesso em: 30 set. 2025.

⁵³³ PROFESSORES ameaçam greve para Julho. **A Crítica**. Manaus, 23 jun. 2005, p. A8.

⁵³⁴ COMISSÃO é formada. **A Crítica**. Manaus, 29 jun, 2005, p. C2.

No dia 04 de julho, como haviam anunciado, os professores iniciaram o movimento grevista com uma carreata no Centro da Cidade. Aliás, o Centro Histórico da Cidade de Manaus sempre foi palco das grandes mobilizações dos professores. Por ser um local de aglomeração de pessoas e por ser também o maior centro comercial do estado, a localidade sempre serviu divulgação dos movimentos de professores. O centro, como é mais conhecido na cidade de Manaus, passou a integrar a identidade coletiva do movimento de professores, além de ter se constituído como parte da memória coletiva em que

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.⁵³⁵

Mesmo com a saída da sede do Governo do Estado em 1995, o centro virou local de memória do movimento de professores, onde, até nos dias atuais, serve de símbolo de luta da categoria. Essa memória social é repassada aos novos docentes conforme eles adentraram ao magistério da rede estadual. Isso ocorre de maneira que estes movimentos docentes são repassados no convívio com os professores mais antigos, numa forma de acontecimentos “vividos por tabela”, um dos elementos constitutivos da memória. Ou seja, “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.”⁵³⁶ Deste modo, a memória “ não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram.”⁵³⁷ Chegamos à conclusão que estas memórias coletivas são construídas através da individualidade memorialística dos professores, em que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”⁵³⁸, que vai se construindo como passar dos tempos, e se firmando conforme ocorrem os movimentos de professores. Para Pierre Nora,

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais.⁵³⁹

⁵³⁵ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 9.

⁵³⁶ POLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992. p. 201.

⁵³⁷ RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 101.

⁵³⁸ HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990. p. 51.

⁵³⁹ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. p. 07.

Figura 31 - Mobilização dos professores na Av. Eduardo Ribeiro - Centro Histórico de Manaus.



Fonte: A Crítica. Manaus, 29 de julho de 2005, p. C1. Ao fundo pode se ver o Instituto de Educação do Amazonas (IEA) localizado no fim da avenida histórica.

No *A Crítica* do dia 05 de julho de 2005, o periódico expõe o posicionamento dos antagonistas frente ao movimento grevista. Pelo lado do SINTEAM, o professor de Educação Física e um dos componentes dos comandos de greve, Professor Jeferson Costa Santos, do IEA, expôs “ainda temos um número pequeno de pessoas nos comandos de greve, mas a intenção é de, aos poucos, abranger um maior número de profissionais.”⁵⁴⁰

Com o retorno das aulas do recesso do meio de anos no dia 04 de julho, na maioria das escolas do centro de Manaus não houve aula devido à greve dos professores. Essas escolas localizadas no Centro de Manaus, IEA, Estadual e Benjamin Constant, sempre foram lugares de agitação sindical, atuando na grande maioria dos movimentos de professores.

O professor do IEA deixa um ponto importante da operacionalidade e organização dos movimentos: os delegados de comando de greve. A Professora Helma Sampaio nos explica isso:

Pois é, na greve de 2005 eu era base da categoria. Eu posso dizer que a greve foi deflagrada e praticamente 100% categoria do magistério paralisou na greve de 2005. Evidentemente que a greve foi construída, a adesão foi sendo feita no processo, e nós que éramos das zonais da greve, nós íamos... delegados de greve... Nós íamos nas unidades escolares com o carro de som, com uma carreata e parávamos em frente das

⁵⁴⁰ SINTEAM faz arrastão da mobilização. *A Crítica*. Manaus, 05 jul. 2005, p. C1.

escolas chamando os colegas para o movimento paredista. Isso era muito corriqueiro na época, de sair aqueles que já tinham aderido a greve, de sair nas carreatas com o carro som, visitando as escolas, entrando e conversando com os nossos pares na frente da escola para fazer a sensibilização daqueles colegas para que eles aderissem ao movimento paredista. Então tinha muito disso.⁵⁴¹

Por ser um estado grandioso em sua territorialidade e, ainda, de difícil acesso, já que a maioria dos municípios interioranos acessados podem ser acessados de barco ou avião, havia a necessidade de representatividade do SINTEAM nos interiores para organizar estes movimentos. Daí surge a figura do delegado, também nos interiores, como conta a Professora Doquinha:

Eu estou na greve desde oitenta e oito, na greve de oitenta e oito eu já estava na delegacia sindical em Lábrea conduzindo greve. A greve que houve em oitenta e nove, oitenta e oito, oitenta e nove, foram greves que construíram, podemos dizer assim a greve de noventa, porque foram as greves pelo piso. A greve de noventa já foi uma greve em defesa da consolidação do piso, porque o piso tinha sido judicializado, né, então eu já estou em greve desde oitenta e oito, em noventa eu já estou em Manaus. Oitenta e oito, oitenta e nove em Lábrea, noventa em Manaus, como professora lá no Dom Milton Corrêa Pereira, lá na Cidade Nova.

Eu fui, do que a gente chamava, é, os nomes eles vão mudando ao longo do tempo, mas a gente chamava comando de greve naquele tempo. Então eu era uma das pessoas que compunham o comando de greve na Cidade Nova, (...).⁵⁴²

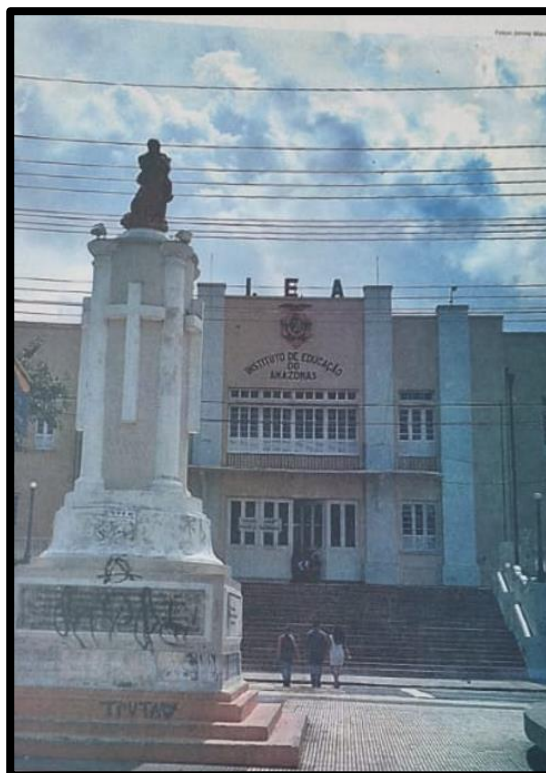
Para se ter uma ideia de como a greve afetou as aulas, uma gestora da Escola Estadual Madalena de Paula, que preferiu não se identificar, expôs que “decidimos que hoje (04 de julho) avisaríamos os pais de alunos sobre o início da greve.”⁵⁴³

⁵⁴¹ Helma Sampaio. Entrevista pelo aplicativo de Mensagem WhatsApp em 12 de setembro de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 07.

⁵⁴² Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 12.

⁵⁴³ SINTEAM faz arrastão da mobilização. **A Crítica**. Manaus, 05 jul. 2005, p. C1.

Figura 32 - Instituto de Educação do Amazonas sem movimentação de professores e alunos.



Fonte: A Crítica, 05 de julho de 2005, p. C1.

O jornal ainda trouxe alguns números importantes sobre a paralização do professorado estadual:

Tabela 5 - Números referente à greve dos Professores da SEDUC 2005.

Itens	Números
Salário buscado	R\$ 1.350,00 (20 horas)
Salário da época	R\$ 850,00 (20 horas)
Escola alcançadas	196
Alunos do IEA que não tiveram aula	4.620
Trabalhadores da Educação que poderão parar as aulas	Mais de 30.000

Fonte: A Crítica, 05 de julho de 2005, p. C1.

Do outro lado do embate, a Secretária de Educação Vera Lúcia Edwards expôs:

Os trabalhadores alegam que em 1985 recebiam três salários mínimos e meio e reivindicam um piso em torno de R\$ 1.350,00, que está completamente fora da realidade.

Para se ter uma ideia, no Estado de Goiás, o piso do professor é de R\$ 810,00 para jornada de quarenta horas, o que significa dizer que os salários pagos no Amazonas não estão tão defasados.

Estamos abertos já discussão e promovendo um estudo para verificar a possibilidade ou não de um reajuste. Esperamos também contar com o apoio da população no sentido de buscar o direito de ter aula.⁵⁴⁴

Destacamos mais uma vez o alinhamento discursivo com o gilbertismo, destacando três pontos. O primeiro, a dificuldade financeira do Estado em não poder pagar o pedido pelos professores, desconfiguração do movimento amostrando que o salário pago pelo estado é superior a outros mais ricos, e por fim, a cooptação da sociedade em desfavor dos professores na busca de aulas para os seus filhos. Estes pontos estão presentes no discurso de poder desde a década de 1980, inaugurada pelo próprio Gilberto Mestrinho quando voltou ao Governo do Estado em 1983.

O dia 05 de julho foi marcado pela intensa mobilização dos docentes. A calmaria do IEA do dia anterior foi trocada pela movimentação dos docentes no dia seguinte.

Figura 33 - Mobilização dos docentes na Avenida Eduardo Ribeiro – Centro, e, ao fundo, o IEA.



Fonte: A Crítica, 06 de julho de 2005, p. C1.

Ao mesmo tempo, os movimentos ocorriam nos bairros de Manaus na tentativa de cooptação dos docentes que ainda não haviam aderido.

⁵⁴⁴ SECRETÁRIA diz que pedido de reajuste d categoria é irreal. **A Crítica**. Manaus, 05 jul. 2005, p. C1.

Figura 34 - Professores tentam entrar em escola na periferia de Manaus.



Fonte: A Crítica, Manaus 06 de julho de 2005, p. C1.

Mais uma vez foi dado um significativo espaço para a Secretária de Educação que não poupou o movimento das críticas aos professores e defesa ao governo:

A senhora considera legítima a greve dos professores?

Não. A Procuradoria Geral do Estado até pode dar legitimidade ao movimento, mas eu não a considero legítima. Na minha opinião, ela é intempestiva. O Governo do Estado já implementou o plano de cargos, carreiras e salários que eles tanto pediam. A SEDUC tem 32 mil funcionários. Qualquer acréscimo que seja dado representa um aumento de gastos muito grande. Temos que ser responsáveis para cumprir nossos compromissos.

Como cidadã, a senhora acha justo o salário pago ao professor?

Penso que o professor deve ser tratado com o maior critério. Ele é tão importante quanto o profissional da saúde, ou da área jurídica. Porém, o governo não pode ser irresponsável e dar um aumento a um salário que pode vir a atrasar ou nem mesmo ser pago.

A senhora se sente injustificada pelo movimento grevista?

Sim. Eu estou me sentindo injustificada pelo sindicato, pois na hora de aprovar o plano de cargos e carreiras, eles estavam lá, mas agora eles veem com essas reivindicações irreal.⁵⁴⁵

No dia 08 de julho, o periódico trouxe mais notícias da greve dos professores. A matéria informava que em 21 dos 62 municípios amazonenses os docentes já haviam paralisado por causa da greve e que no dia anterior havia ocorrido uma assembleia com mais de quatrocentos professores. Segundo a presidente do SINTEAM:

⁵⁴⁵ PROFESSORES fazem arrastão em escolas. **A Crítica**. Manaus, 06 jul. 2005, p. C1.

O movimento está bom porque temos uma comissão de professores trabalhando na conscientização dos colegas.

Estamos recebendo informações de que mais professores estão se reunindo para discutir e estão aderindo.

Ela – a secretária – disse que o aumento de salário somente no próximo ano. Então, aula na Rede Pública, somente no ano que vem.⁵⁴⁶

5.4 Doquinha, a mulher-mãe-ribeirinha presidente

A greve de 2005 não era a primeira da Professora Doquinha, mas como Presidente Sindical foi uma experiência ímpar que trouxe muitas implicações em sua identidade como presidente, professora, ribeirinha, esposa e mãe. A memória da professora sobre o movimento de 2005 se atou principalmente na figura da professora como mulher. Assim vamos compreender como a professora constituiu sua narrativa:

Então eu era professora de matemática! Aí comecei o curso de graduação, mas por problemas familiares, de ciúmes do meu marido, eu terminei desistindo do curso, porque eu fazia em Humaitá, aí eu desisti e fiquei, eu falei, não, eu vou fazer outra coisa. E a militância política foi me dando uma leitura de que eu precisava enveredar pra uma área que me desse mais sustentação política de leitura de mundo, aí eu escolhi a pedagogia. E fiz o vestibular pra pedagogia, em noventa, fiz o vestibular em noventa pra pedagogia também por uma questão ainda familiar, não cursei, perdi a matrícula e voltei a fazer de novo em noventa e três e entrei em noventa e cinco pra a UFAM pra fazer pedagogia.

quando eu entrei na faculdade mesmo pra fazer o curso, eu já era mãe. Então eu já tinha um filho, quando eu me separei, que eu me separei do meu marido em noventa e três, noventa e dois. Eu não podia começar a fazer faculdade porque eu precisava trabalhar três horários, eu vim de Lábrea com duas cadeiras né, professora de matemática, fui dar aula no Dom Milton lá na Cidade Nova no núcleo treze, fiquei no Dom Milton até o concurso que houve em noventa e três, que eu era aquele chamado regime especial, e noventa e três teve concurso eu perdi minha vaga no Dom Milton e eu fui para o Santa Etelvina. Só que em mil novecentos e noventa, o Arthur Virgílio Filho fez, o Neto né? Virgílio Neto, fez concurso pra prefeitura de Manaus, pra SEMED, e eu fiz e passei pra ser professora primária. Então eu sou do município desde noventa, final de noventa, início de noventa e um eu tomei posse na SEMED. E aí eu trabalhava três horários. Trabalhava de manhã na SEMED e a tarde e a noite na Cidade Nova.⁵⁴⁷

Percebe-se que a narrativa da professora está atrelada a três questões: primeiramente, ao marido que não aceitava o seu crescimento laboral, e consequentemente, financeiro. Neste ponto, é muito comum que a mulher “possuir um cônjuge implica na elevação do número de horas trabalhadas no lar; enquanto que para os homens ocorre o inverso”⁵⁴⁸, o que não permite que essa mulher trabalhe horas longas fora da casa.

⁵⁴⁶ Postura do governo é criticada. **A Crítica**. Manaus, 08 jul. 2005, p. C5.

⁵⁴⁷ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 07.

⁵⁴⁸ CANTIERI, L.; FERRO, A. R. A divisão do trabalho por gênero e as diferentes composições familiares no Brasil urbano: o que mudou entre 2001 e 2014. **Revista De Estudios Brasileños**, v. 9, p. 3444, 2018. p. 63.

Outra questão que a professora expõe é o fato de ser mãe, o que associado ao marido ciumento, não permitia que ela buscasse a formação que queria já que iria ter que se deslocar do município de origem. Assim, ter filho na divisão sexual do trabalho se torna uma forma de designar à mulher o espaço da domesticidade.⁵⁴⁹

Esses dois pontos que Doquinha expõe são fatores que acabam sendo levados na criação da identidade da trabalhadora docente, configurando assim, o papel da professora como “mais bem desempenhada pelas mulheres por conta da identidade feminina vigente na época e também em torno do conceito de “mãe educadora” e, portanto, “como cuidado na educação de crianças, eram a extensão das atividades já realizadas pelas mulheres em seus lares.”⁵⁵⁰ E neste fazer-se docente que o magistério se tornou um trabalho

Amplamente constituída por mulheres, pelo menos no ensino básico. Exercem seu trabalho em instituições e sistemas de ensino diferenciados por nível e jurisdição: são professoras da educação infantil, professoras do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino superior, de estabelecimentos públicos, privados, confessionais, oficiais, formais, não-formais. A marca é a heterogeneidade. E isso traz questões de vulto e urgentes tanto para o estudo dessa ocupação como para o encaminhamento de nossas lutas políticas e sindicais.⁵⁵¹

Após sua separação, Doquinha veio para a capital como várias mulheres ribeirinhas: solteiras e em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse cenário da mulher ribeirinha que vem do interior, desquitada, com filhos em busca de melhor condição de vida para a família, se deu fortemente após a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967. Contudo, este é um acontecimento que não buscou somente o trabalho operário, mas em outras categorias, as mulheres enxergavam a capital amazonense como um oásis de possibilidade. Deste modo,

No Amazonas, com a implantação do Polo Industrial, as mulheres amazonenses migraram para a sede da capital em busca de uma vida melhor inserindo-se como empregada na indústria, com a promessa de prosperidade e mudança radical na qualidade de vida. (...) Durante muito tempo a mulher esteve sobre o domínio patriarcal, que a deixava em uma relação de poder inferior ao homem. Atualmente a mulher contemporânea já entendeu que é preciso separar o ambiente doméstico do trabalho, até mesmo como forma de um equilíbrio de poder entre homem e mulher, valorizando sua participação constante no complemento de renda salarial familiar, que em muitos casos deixam de ser complementar para se tornarem a única renda familiar. Na sociedade moderna é comum depararmos com as mulheres exercendo diferentes funções laborais, inclusive as que antes eram tidas como masculinas, (...)⁵⁵²

⁵⁴⁹ CANTIERI, L.; FERRO, A. R. A divisão do trabalho por gênero e as diferentes composições familiares no Brasil urbano: o que mudou entre 2001 e 2014. **Revista De Estudios Brasileños**, v. 9, p. 3444, 2018. p. 63.

⁵⁵⁰ SANTOS, A. M.; SILVA, R. S. O processo de construção da identidade docente no Brasil. In: Seminário Internacional de Educação: Educação e Interdisciplinaridade, percursos teóricos e metodológicos, 15., 2016, Novo Hamburgo. **Anais [...]**. Novo Hamburgo, 2016. v. 01. p. 01-10. p. 05.

⁵⁵¹ GARCIA, M. M. A.; HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005. p. 45.

⁵⁵² ARAÚJO, V. P. A mulher e/ no trabalho: poder e emancipação (uma análise na perspectiva figuracional). In: SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA, 2., 2021. **Anais eletrônicos [...]**. 2021, p.

O terceiro ponto da narrativa de Doquinha que chama a atenção é a carga horária que ela teve que enfrentar para alimentar sua família. Três turnos, para os professores da Educação Básica significa, na prática, trabalhar manhã, tarde e noite. Para Doquinha, essa intensa carga horária de trabalho se deu

Porque eu precisava sobreviver, foi depois que eu me separei. Eu me separei em noventa e dois, eu tinha filho pequeno e aí minha família veio pra Manaus, minha mãe ficou muito preocupada, eu sozinha com filho pequeno e aí minha mãe veio vendeu as coisas lá que a gente tinha em Lábrea e meus irmãos desempregados ainda em busca né de conseguir um emprego, então eu basicamente sustentava a família. Então minha mãe cuidava do meu filho, eu saía da minha casa cinco e meia pra seis horas da manhã e eu retornava por volta de onze e meia, meia noite.⁵⁵³

Outro ponto da narrativa em que Doquinha dá muita atenção é no seu fazer como liderança sindical. Ela narrou seus passos na construção da identidade de sindicalista, mas ainda, aliançada ao ser mulher num espaço ocupado, geralmente, pelos homens. Segundo ela,

Então, a presidência do sindicato foi um caminho quase que necessário, eu entro pra direção oficial, direção executiva digamos assim do sindicato, eu passei, na gestão da Lene eu tava fora quando foi a outra gestão do Adonai que nós perdemos a eleição pro Adonai Sabá, Adonai assume a presidência do SINTEAM e eu não fico, eu não quero participar e tal, mas a gente fica na escola ainda como representante de turno. Aí veio a outra gestão do Eliomar, eu entro no conselho fiscal, porque eu era da cidade nova, a gente tinha muito isso, temos ainda, num sei se essa gestão atual faz, de você tentar ocupar todos os espaços geográfico né, das regiões geográficas de Manaus e do interior. Então eu era da cidade nova, eu entrei pelo conselho fiscal em noventa e três na eleição de noventa e três, na eleição de noventa e cinco eu já entro pra executiva como secretaria da pasta de aposentados, a primeira gestão foi de do conselho fiscal a segunda já foi na secretaria de aposentados e a terceira gestão foi do Paulo Assunção, Paulo Assunção, eu fui vice-presidente, eu era vice-presidente nem me lembro, não me lembro se eu era vice-presidente, alguma coisa assim.⁵⁵⁴

E mais uma vez ela relaciona ser mulher com a liderança sindical:

Então, eu era uma mulher separada né, hoje chamada mãe solo, eu era professora de periferia lá no Santa Etelvina e eu era do interior. Eu não tinha nada que pudesse me alçar essa condição de ser uma presidenta de sindicato que todos respeitassem, eu dizia isso nas minhas falas, né. Mas terminou que o meu nome foi o nome que ganhou maior adesão pra ser cabeça de chapa. Quando nós definimos que seria eu, aí nós fomos para o processo de formação, processo de construção, então a gente vai estudar, a gente vai passar por debates exaustivos pra se preparar né pra enfrentar o desafio. Eu lembro que, hoje, ah se hoje tivesse isso seria tão interessante, eu tive debate público na televisão⁵⁵⁵

1-9. Disponível em: <https://certificates-congresse-me.herokuapp.com/2spcpam/resumos/14017.pdf?version=original>. Acesso em: 26 jan. 2026. p. 07.

⁵⁵³ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 15.

⁵⁵⁴ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 18.

⁵⁵⁵ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 19.

Doquinha nos amostrou a vivência de muitas mulheres professoras que participam do movimento docente. Solteiras, com filhos e trabalhando muitas horas. Isso se mostra um cenário de precariedade ainda mais para as professoras, que, como já dissemos, ainda têm uma jornada de mãe e dona de casa. Mesmo com os problemas que Doquinha já havia enfrentado no movimento docente, ainda tinha um que mais a marcou: o desrespeito sustentado pelo preconceito por ser mulher em um espaço masculinizado.

Teve uma outra assembleia que nós fizemos aqui no Auxiliadora, é Auxiliadora aqui na Doroteia⁵⁵⁶ né, que eu tava falando ao microfone, fazendo o encaminhando da greve e o rapaz chegou pra meter uma banana na minha boca, foi tão automático que eu dei um tapa assim no meio da cara dele, no pé do ouvido dele, eu dei uma mãozada nele, porque eu sempre fui muito bruta, no movimento se você não se embrutece, você é pisada né, então eu dei uma mãozada nele que ele caiu por cima, a assembleia terminou ali na maior confusão do mundo. Pra você ver o nível da agressividade. Esse mesmo rapaz ele tinha parceria com outro rapaz que ficava por ali pela praça do congresso, fazia charge, então ele fazia muita charge minha, as coisas mais inusitadas que você possa imaginar ele fazia da minha pessoa. Então foi uma greve muito difícil, porque você tinha que conduzir da política, você tinha que conduzir no debate econômico, e você ainda tinha que se livrar de toda essa perseguição, na verdade se a gente fosse olhar hoje, era a, não só uma questão de eu ser mulher, não era só machismo, ia muito mais além do machismo, era uma agressão de querer me matar.⁵⁵⁷

Mas Doquinha conseguiu resistir às dificuldades e terminar seu mandato. Ela destaca que

Então eu acho que não tem que haver da nossa parte ficar no chorô, no mimimi. Você vai para o enfrentamento disputar base, porque o ministério do trabalho permite hoje que tenha, então se o ministério do trabalho dá duas cartas sindical porque eu vou ficar me digladiando, eu represento a base, e nós sempre dissemos isso, nós representamos a base seja sindicalizada ou não. Aqueles que querem vim conosco venham, os que não querem marcham com outros, isso é democracia né. E assim, desde o Libório a Isis eu tive algumas divergências de orientação, porque penso assim, eu acho que você criar determinadas arestas, vai criando sectarismo né e o sectarismo ele não é bom pra ninguém. Você tem que tá no diálogo, talvez a minha formação, eu sempre digo, a minha formação é muito diferente da maioria desse povo que tá aí, porque eu me formei com essa pulverização de forças políticas das mais diversas possíveis que você possa imaginar. Então quando você tem só uma orientação política na base de um sindicato eu acho ruim, eu acho ruim, porque isso converte pra pensamento único, pensamento único não cria possibilidades amplas, ela fecha, você tem que disputar, você tem que dialogar, você tem que divergir, claro, respeitosamente. Eu te falei das minhas questões com esse rapaz porque chega ao cumulo do desrespeito, mas, o Edinaldo por exemplo, que ele PSTU, o professor Edinaldo aqui do brasileiro, nunca mais eu vi o Edinaldo, o Edinaldo a gente só faltava se esbofetear na mesa de reunião, nos debates, saía dali a gente ia tomar cerveja na mesa do bar, porque a gente não somos inimigos.

⁵⁵⁶ O Colégio Santa Doroteia é uma instituição particular de ensino localizada na cidade de Manaus ligada à Igreja Católica criada em 1910 na capital amazonense.

⁵⁵⁷ O Colégio Santa Doroteia é uma Instituição Educacional fundada e mantida pela Congregação das Irmãs de Santa Dorotéia do Brasil. É uma obra pioneira, iniciada em 07 de outubro de 1910, quando chegaram a Manaus as cinco primeiras Irmãs Doroteias, atendendo à solicitação do Bispo do Amazonas, Dom José Lourenço de Aguiar. Desde então, o Colégio se tornou referência como a primeira escola confessional católica da cidade. Av. Joaquim Nabuco, 1097 – Centro. Manaus – AM. Disponível em: <https://santadoroteia.com/quem-somos/>. Acessado em 09 de outubro de 2025.

Nós somos adversários políticos, e a gente ia beber cerveja, muitas das vezes ele me levava na moto, porque ele tinha uma moto. Paulo Assunção que foi uma grande liderança, presidente do SINTEAM até hoje eu tenho o Paulo na mais alta conta, meu amigo pessoal. Quando eu fui fazer a entrevista com ele para o meu doutorado, foi lá pra Itacoatiara, foi dois dias a entrevista. Uma tarde a gente ficou ali naquele restaurante da beira do rio conversamos, aí ele falou: não Doquinha no outro dia a gente precisa tomar um café da manhã amanhã par terminar. Assim, eu acho que isso é democracia, a convivência saudável, você tem que ser respeitoso com as pessoas, divergir é salutar, mas você não pode é restringir a possibilidade do outro.⁵⁵⁸

5.5 Do céu ao inferno: o fim da greve de 2005

O movimento grevista ganhava mais adesões pelo estado. Em Manaus, sede da organização, as esposas e esposos de professores engrossavam as manifestações que se tornavam grandiosas com milhares de pessoas.⁵⁵⁹ No dia 12 de julho, os manifestantes organizaram um panelaço em frente à ALEAM, que fez o governador Eduardo Braga receber os professores no dia seguinte.⁵⁶⁰

Figura 35 - Panelaço dos professores em greve na frente da ALEAM.



Fonte: A Crítica, 13 de julho de 2005, p. A1.

Os municípios do interior também estavam alinhados com o movimento organizado em Manaus. Segundo a imprensa, os outros 61 municípios fizeram sua mobilização. Como sempre, um dos municípios mais ativos era Parintins. O município, que estava em época de organização do Festival Folclórico dos Bois-bumbás, aproveitou para levar seus mais 1.200 professores da

⁵⁵⁸ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 26-27.

⁵⁵⁹ PROFESSORES forçam governo a negociar. **A Crítica**. Manaus, 13 jul. 2005, p. C1.

⁵⁶⁰ DEPOIS de panelaço, Braga recebe grevistas. **A Crítica**. Manaus, 13 jul. 2005, p. A1.

SEDUC que entoavam: “*ri, ri, ri / eu só volto para a sala / depois que o salário subir!*”⁵⁶¹ O Jornal *A Crítica* também informava que mais de 17 mil alunos estavam sem aula e os municípios com maior adesão eram Coari, Manacapuru, Itacoatiara, Presidente Figueiredo e Tefé.

O Amazonas, sendo o maior estado brasileiro, tem características peculiares como o acesso aos municípios interioranos. Para a grande maioria dos 62 municípios, o acesso se dá por meio fluvial ou aéreo. Pela sua grandiosidade, a distância dos municípios com a capital Manaus é muito complexa, o que dá uma ideia de como organizar professores da Rede Estadual de Ensino era – e é! – uma grande missão. Para compreendermos tal fenômeno, passamos a analisá-lo pelo prisma das Redes Sociais enquanto metodologia. Compreender de que forma os professores, que se encontravam distantes territorialmente em diversos rincões deste estado, se ligaram ao polo central das ações de mobilizações na capital amazonense é no que a metodologia sociológica das redes sociais está centrada. Ela será usada como meio de compreender como “Atores Sociais” se relacionam e criam unicidade, neste caso, no movimento docente.

Amplamente utilizado em pesquisas das Ciências Humanas, as Redes Sociais vêm servindo de apoio analítico para diversos objetos de pesquisas, mostrando-se então como um método interdisciplinar⁵⁶² e como “recurso metodológico focado nas práticas dos atores sociais e suas diferentes formas de atuação [...]”⁵⁶³.

Para Comissoli e Costa, trabalhar com redes sócias “nada mais é do que tratar das relações sociais que interligam as pessoas”, os “atores sociais”, neste caso, o professorado, são vistos como grupo social em lugares distintos, que se encontravam nas mobilizações.⁵⁶⁴

Este é o caso do movimento dos professores da Educação Básica de primeiro e segundo grau da rede pública estadual amazonense. Seu processo de organização sindical foi lento e se arrastou - e se arrasta ainda hoje com a divisão causada por dois sindicatos - por toda a década de 1990 até hoje que nos possibilita dar atenção às mobilizações que tiveram um enfrentamento e repressão pelo Governo do Estado. Estes movimentos que nascem na cidade de Manaus, estendem-se e criam relacionamento com municípios do

⁵⁶¹ INTERIOR está mobilizado. *A Crítica*. Manaus, 14 jul. 2005.

⁵⁶² SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. MODERNIDADE, EXCLUSÃO E ESPACIALIDADE DO FUTURO. 1995, Brasília. *Anais [...]*. Brasília, 1995. vol. 6, p. 1045-1052.

⁵⁶³ COMISSOLI, A.; COSTA, M. Â. S. Estrelas de Primeira Grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. *MÉTIS: História e Cultura*. Caxias do Sul/RS, vol. 13, n. 25, p. 11-30, jan-jun, 2014. p.12.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 13.

interior do estado como, nos possibilitam ser enxergados pelo prisma das Redes Sociais, pois,

contribuíram fortemente para a elaboração e difusão, em seu bojo, de projetos de identidade voltados aos operários, concorrendo para o reconhecimento do papel desempenhado por eles na sociedade e para a sua distinção de outros segmentos sociais, sem deixar de considerar também as diferenciações entre os próprios setores do operariado amazonense.⁵⁶⁵

O Jornal aqui adotado para vermos o andamento da greve já trouxe, em muito nas suas páginas, o alinhamento entre o movimento da capital e do interior. São nestas notícias que percebemos os elos entre os grupos, denominados cliques que “são entendidos como grupos de atores direta e fortemente ligados a todos os outros.”⁵⁶⁶, que são unidos por dois fatores: o SINTEAM e a Greve. Estes dois ligam as mobilizações docentes em diferentes localidades e acabam tecendo uma rede de relação entre os professores. Sendo assim, para Diani, tal relação pode ser entendida como um movimento social que, na metodologia de Redes Sociais, “é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum.”⁵⁶⁷ O exemplo na figura 37 nos ajuda a compreender tal método no movimento docente.

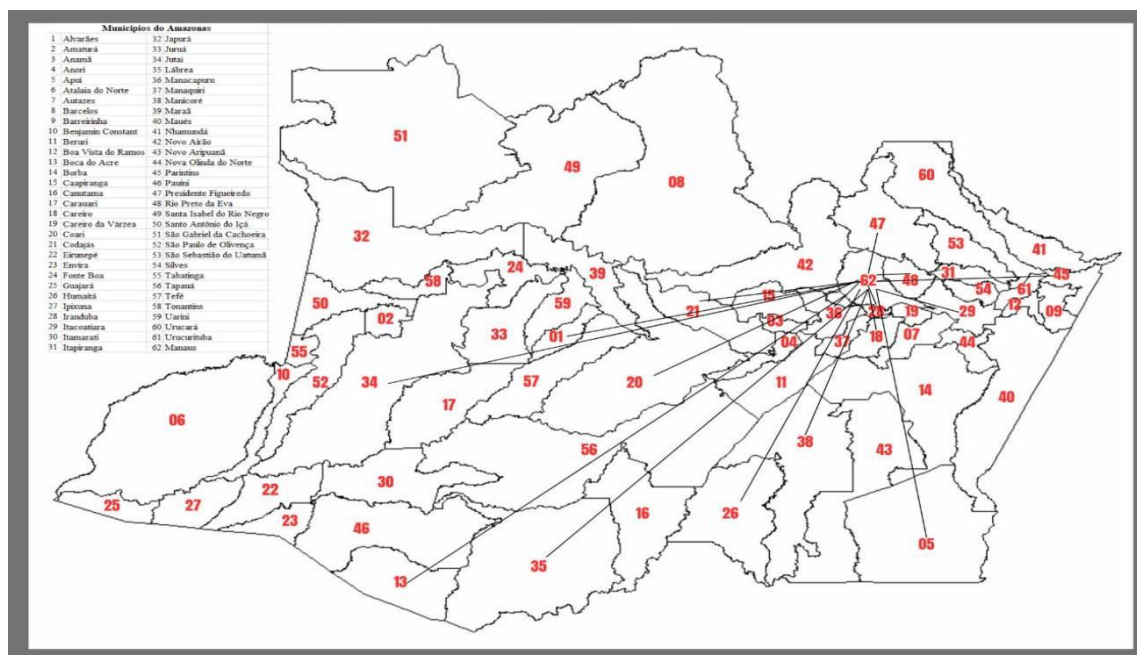
Pelo sociograma criado a partir da apresentação dos municípios no periódico *Jornal A Crítica* entre os meses de junho e agosto de 2005, percebemos uma contradição no discurso do Jornal. Embora ele afirme que a greve tenha atingido 90% do professorado, a rede social da mobilização mostra pouca aderência dos municípios. E ainda, percebe-se que os municípios citados, em sua maioria, são municípios próximos da capital amazonense.

⁵⁶⁵ TELES, L. E. C. **Construindo Redes Sociais, Projetos de Identidade e Espaços Políticos: a Imprensa Operária no Amazonas (1890-1928)**. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 22.

⁵⁶⁶ ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1esp, p. 8–19, 2007. DOI: 10.5433/1981-8920.2007v12n1esp8. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 24 jan. 2026. p. 5.

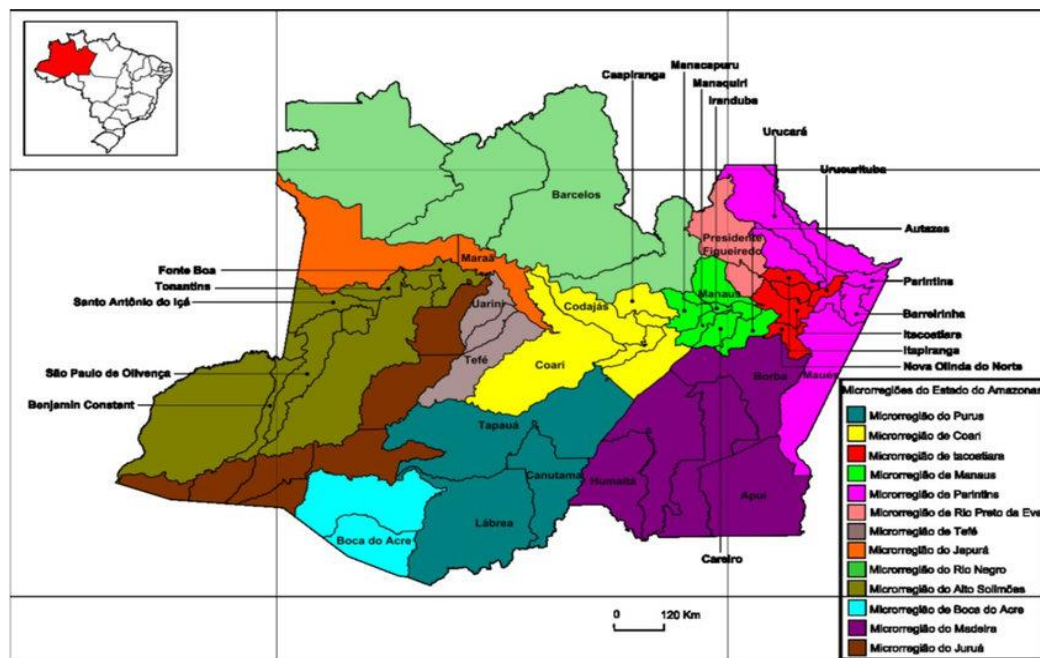
⁵⁶⁷ DIANI, M. The concept of social movement. **The sociological review**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992. p. 6.

Figura 36 - Sociograma da teia de redes sociais da greve de 2005.



Fonte: A Crítica. Criado pelo autor.

Figura 37 - Mapa do Amazonas e sua divisão por municípios.



Fonte: ResearchGate. net⁵⁶⁸

⁵⁶⁸ Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/341885048/figure/fig1/AS:900398533599233@1591683147580/Figura-1-Mapa-com-as-Microrregioes-dos-Municipios-do-Estado-do-Amazonas-que-aderiram-ao.jpg>. Acesso em: 09 out. 2025.

Tabela 6 - Distância dos municípios interioranos a Manaus.

Distância dos Municípios do interior a Manaus					
Nº	Município	km	Nº	Município	km
1	Alvarães	531	32	Japurá	952
2	Amaturá	907	33	Juruá	712
3	Anamã	161	34	Jutaí	954
4	Anori	234	35	Lábrea	865
5	Apuí	1.097	36	Manacapuru	84
6	Atalaia do Norte	1.136	37	Manaquiri	156
7	Autazes	110	38	Manicoré	391
8	Barcelos	405	39	Maraã	634
9	Barreirinha	314	40	Maués	270
10	Benjamin Constant	1.119	41	Nhamundá	302
11	Beruri	173	42	Novo Airão	134
12	Boa Vista do Ramos	271	43	Novo Aripuanã	180
13	Boca do Acre	1.030	44	Nova Olinda do Norte	227
14	Borba	210	45	Parintins	369
15	Caapiranga	134	46	Pauini	925
16	Canutama	638	47	Presidente Figueiredo	107
17	Carauari	788	48	Rio Preto da Eva	80
18	Careiro	102	49	Santa Isabel do Rio Negro	683
19	Careiro da Várzea	23	50	Santo Antônio do Içá	879
20	Coari	444	51	São Gabriel da Cachoeira	853
21	Codajás	240	52	São Paulo de Olivença	1.008
22	Eirunepé	1.159	53	São Sebastião do Uatumã	246
23	Envira	1.206	54	Silves	181
24	Fonte Boa	677	55	Tabatinga	1.106
25	Guajará	1.485	56	Tapauá	488
26	Humaitá	698	57	Tefé	643
27	Ipixuna	1.363	58	Tonantins	849
28	Iranduba	23	59	Uarini	565
29	Itacoatiara	265	60	Urucará	259
30	Itamarati	983	61	Urucurituba	207
31	Itapiranga	418			

Fonte: Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONASTUR)⁵⁶⁹. Tabela criada pelo autor

No dia 13 de julho, os professores não foram recebidos pelo governador, apenas pela Secretária da SEDUC, que informou os motivos para não conceder o reajuste.

Na matéria do dia 15 de julho, “*Greve na educação: categoria avalia proposta do governo*”, é exposto que o governador ofereceu um aumento de R\$ 100,00 (Cem Reais) a partir

⁵⁶⁹ Disponível em: <https://www.amazonastur.am.gov.br/municipios/>. Acesso em: 09 out. 2005.

de janeiro de 2006. Os professores ficaram de realizar assembleia neste dia. O periódico informa que 95% dos professores estavam paralisados. Os grevistas que estavam na frente da Sede do Governo vaiaram a proposta do governo.⁵⁷⁰ No jornal do dia 16, era informado que os docentes não aceitaram a proposta do governo.⁵⁷¹

No dia seguinte uma matéria do *A Crítica* fazia uma crítica ao cenário que os professores estavam inseridos economicamente. Na matéria denominada “Diferença: Garis tem salários mais altos. Em comparação com os funcionários da educação, os funcionários da limpeza pública são mais bem pagos.” Segundo a matéria, a comparação se fazia da seguinte maneira:

1. O Gari com 1º Grau incompleto somando vencimento, produtividade, horas-extras, salário família e abono, ganhava: R\$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais);
2. Gari com 2º Grau completo somando as mesmas vantagens do anterior, acrescidas de percentuais devido sua escolaridade: R\$ 1. 320,00 (Mil trezentos e vinte reais);
3. Professor com Magistério: de R\$ 613,47 (Seiscentos e trezes reais e quarenta e sete centavos) a R\$ 710, 71 (setecentos e dezessete reais e setenta e um centavo);
4. Professor com Licenciatura Plena: de R\$ 850, 85 (Oitocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco reais) a R\$ 985, 27 (Novecentos e oitenta e cinco e vinte e sete reais); e
5. Professor com Mestrado: de 1.135, 42 (Mil cento e trinta e cinco e quarenta e dois centavos) a R\$ 1.315, 60 (Mil trezentos e quinze e sessenta centavos).⁵⁷²

O periódico ainda trouxe uma matéria muito interessante sobre o tema. Assinada pelo jornalista Leandro Prazeres⁵⁷³, ela expõe os dois lados da diferença social:

Luís Carlos Paiva da Silva, 48, caminha durante 25 minutos todos os dias para dar aula em uma escola no Bairro Amazonino Mendes, Zona Norte. “*Se eu for de ônibus, o dinheiro vai faltar no fim do mês*” revelou o professor que tem mais de 26 anos de magistério e que trabalha em regime de 20 horas semanais. Na casa de dois quartos ode mora no bairro Cidade Nova, Zona Norte, acomodam-se mais cinco pessoas – sua esposa e quatro filhas. Luís enquadrado na classe 7 e no nível B de remuneração da tabela da Secretaria estadual de Educação (SEDUC). Seu salário bruto é de R\$ 644, 93 (Seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos).

Faltando pouco mais de 5 anos para se aposentar, Luís afirma ter acompanhado as manifestações de professores desde 1980. É para ajudar as filhas que hoje gostaria de ter uma remuneração “digna”. “*Eu luto para que a gente seja mais respeitado. Gostaria de ter um salário condizente com a importância da nossa profissão para poder bancar os estudos das minhas filhas,*” desabafa. A mais velha delas já está trabalhando e ajuda, assim como a sua mãe nas despesas de casa. Luís não acha que

⁵⁷⁰ CATEGORIA avalia proposta do governo. *A Crítica*. Manaus, 15 jul. 2005, p. C7.

⁵⁷¹ PROFESSORES não aceitam R\$100 em duas vezes. *A Crítica*. Manaus, 16 jul. 2005, p. A1.

⁵⁷² GARIS têm salários mais altos. *A Crítica*. Manaus, 17 jul. 2005, p. C5.

⁵⁷³ Parte da biografia e currículo do jornalista disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3111171156520769>. Acesso em: 09 jul. 2005.

os garis, que em média ganham cerca de 30% a mais que ele, deveriam receber menos. Ele reforça a tese de que o problema é bem mais amplo. *“Tanto os professores quanto os garis estão desvalorizados. No Brasil não se dá a devida importância à educação. Isso explica muito da atual situação do País em termo de atraso,”* avalia. Luís sente falta do tempo em que professor impunha respeito. *“Quando eu comecei, ser professor era uma grande coisa. A gente era respeitado por tudo mundo. Hoje em dia nem os alunos respeitam mais a gente. É uma situação constrangedora,”* desabafou.⁵⁷⁴

O Jornal *A Crítica* é um instrumento de informação que circulou por diversas partes do Amazonas, mas também em outros estados como diz a matéria de 1969 o qual nos diz: “Os municípios começaram a nos ler com regularidade, e os Estados também. O departamento de circulação arranhou mais gente para atender Belém, Brasília, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista e ao impaciente italiano da Cinelândia, (...)”⁵⁷⁵

O Professor Luís Balkar Peixoto, importante historiador e pesquisador da UFAM, já nos mostrava a importância dessa democratização da informação através da imprensa no interior do estado, mesmo que de um período distante ao nosso, o trânsito entre o final do século XIX para início do XX. Isso se dá pela complexa geografia desse estado continental que conta com ligações entre os municípios, em sua grande maioria, por meio dos frondosos e grandiosos rios amazônicos. Segundo ele,

Queremos crer que mesmo a Imprensa que chega às cidades interioranas do Amazonas, atua não somente como um canal de informação sobre a região, o país e o mundo, mas é percebida, demandada e atua também revestida dessa dimensão de “verniz civilizatório”, mostrando-se capaz de fazer avançar as distantes localidades em direção ao progresso sempre esperado.⁵⁷⁶

Quanto a relação entre História Oral e Imprensa, há uma complementação entre as duas. Já vimos que a memória é seletiva e, individualmente falando, “o sujeito administra as influências que lhe chegam de fora a fim de construir suas próprias recordações,”⁵⁷⁷ portanto, preenche de lacunas que precisam ser preenchidas nas análises de acontecimentos como a Greve de 2005. Daí a escolha nesta tese de envolver as narrativas dos colaboradores e imprensa, e qualquer fonte que venha contribuir com a memória dos entrevistados. Então,

Recorre-se à metodologia da História Oral para ouvir as narrativas de vida dos entrevistados. Ouvir e conhecer as vivências, suas lutas e significados. Se a discussão teórica sobre rumos, metodologia e ética em História Oral parece estar longe de chegar ao fim, o trabalho de campo continua, e é um dos elementos mais fascinantes do projeto. Apesar da necessidade de um olhar crítico sobre os depoimentos, é inegável também o envolvimento com esses indivíduos. A História Oral – a História também -

⁵⁷⁴ PROFESSOR enfrenta dificuldade. *A Crítica*. Manaus, 17 jul. 2005, p. C5.

⁵⁷⁵ CINCO séculos de Gutemberg. *A Crítica*. Manaus, 10 abr. 1969, p. 01.

⁵⁷⁶ PINHEIRO, L. B. S. P. Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920). *Diálogos (Maringá)*, v. 18, p. 297-323, 2014. p. 311.

⁵⁷⁷ RIOS, F. “Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. *Revista Intratextos*, 2013, v. 5, n.1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>. p. 09.

recorre a outras disciplinas, pede ajuda à Antropologia, enquadra os fatos e documentos dentro de um contexto que a Ciência Política pode ajudar a iluminar.⁵⁷⁸

Destarte, mostra-se proveitoso para os mais diversos estudos e pesquisas as entrevistas contidas nas folhas dos periódicos, auxiliando o trabalho historiográfico e preenchendo onde a memória dos entrevistados não conseguiu avançar. Por isso,

As entrevistas podem ser extremamente úteis na obtenção de dados sobre o passado inexistentes em arquivos e em documentos de outra natureza, como os escritos, os iconográficos e os audiovisuais. Os depoimentos ajudam a recuperar informações sobre fatos e processos que só podem ser conhecidos pela narrativa daqueles que os viveram diretamente ou daqueles que os presenciaram de alguma maneira. Os depoimentos são uma fonte importante para a compreensão do passado do jornalismo numa diversidade de aspectos: sociais, culturais, econômicos, estéticos, tecnológicos, discursivos, editoriais e políticos. (...) Ao usar essa metodologia, é importante ter clareza de que, mais importante do que o factual, é o significado que ele adquire para quem lembra. Nesse sentido, os depoimentos têm validade na medida em que remetam para uma multiplicidade de experiências.⁵⁷⁹

Voltando à matéria do dia 17 de julho, o jornalista trouxe o outro trabalhador citado na matéria, os garis.

A solidariedade sempre aflora onde o sofrimento é grande. O gari Raimundo Carneiro Ribeiro, 57, estudou até à quarta série. Ele é solidário à luta dos professores por melhores salários. *“Não acho justo eles ganharem tão pouco. Nós, da limpeza, trabalhamos duro e a rotina é pesada. Mas os professores estudaram e fizeram faculdade. Eles deveriam ganhar pelo menos igual,”* observou.

A colega de trabalho, Francisca Santos, 53, trabalha limpando a sujeira nas águas do porto da Manaus Moderna. Ela acha que os educadores não recebem como deviam. *“Eu não sabia que a gente ganhava ais que eles. Acho que os professores deveriam ser mais valorizados. Afinal, educação ‘pe tudo, né?’,”* questionou Francisca.⁵⁸⁰

Tentando conter a greve, o governo ofereceu um abono de R\$ 170,00 (Cento e setenta reais) um aumento de quase 20%. Isso ocorreu por que a categoria dos Policiais Civis iniciou um movimento grevista e se juntou aos professores na mobilização em frente ao Palácio. Fora a bonificação, o governo se comprometeu em não descontar os dias parados dos professores desde que houvesse a reposição das aulas. Para os demais servidores, o abono seria de R\$ 100,00 (Cem reais)⁵⁸¹. O Governo do Estado ainda lançou uma nota nos meios de comunicação:

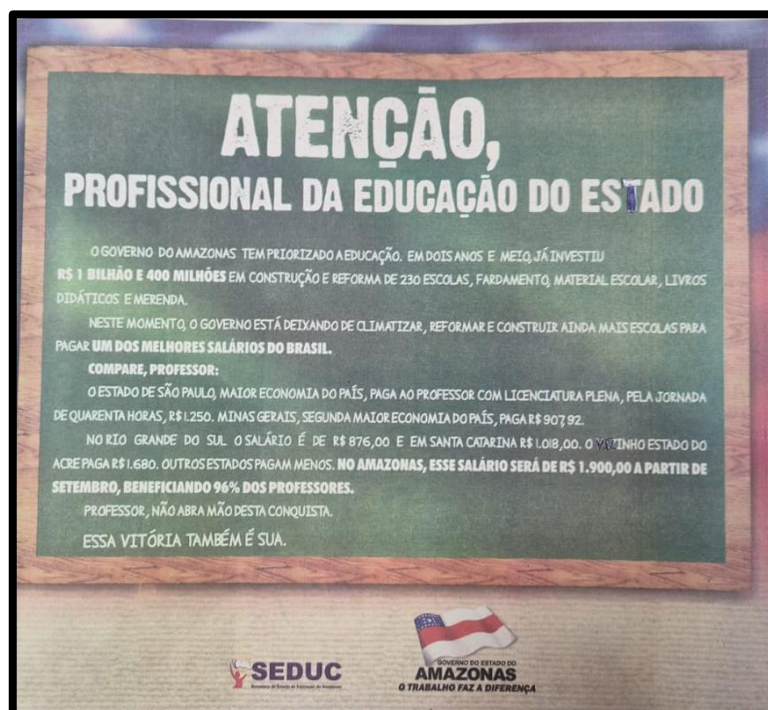
⁵⁷⁸ AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 08.

⁵⁷⁹ RIBEIRO, A. P. G. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Revista Contracampo**, v. 32, n. 2, p. 73-90, 2015. p. 74

⁵⁸⁰ PROFESSOR enfrenta dificuldade. **A Crítica**. Manaus, 17 jul. 2005, p. C5.

⁵⁸¹ NOVA proposta de reajuste. **A Crítica**. Manaus, 19 jul. 2005, p. C5.

Figura 38 - Comunicado à sociedade amazonense



Fonte: A Crítica, 19 de julho de 2005.

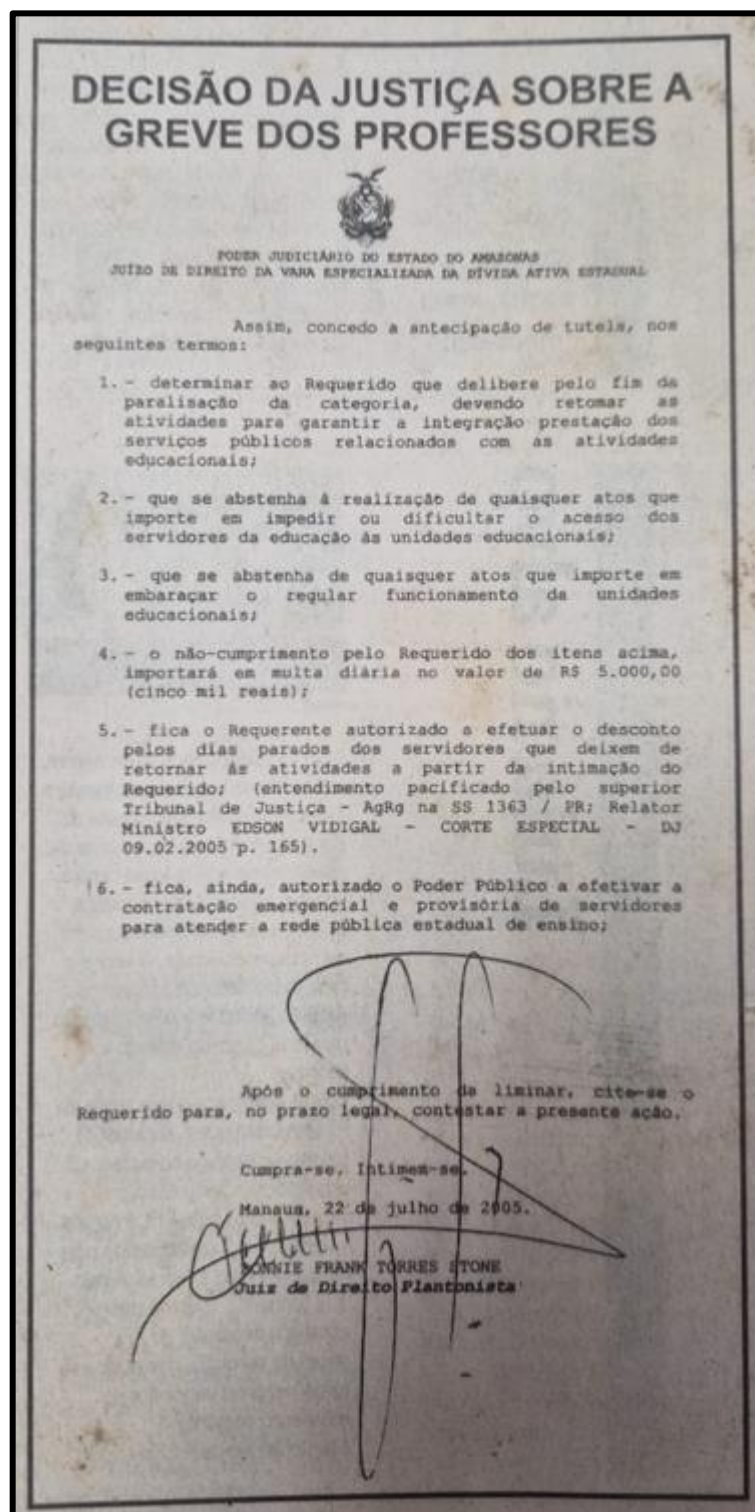
A Assembleia que ocorreu no dia 22, infelizmente, teve um triste marco para a categoria: o professor Miguel Progênito de 47 anos, um dos grevistas e atuante no movimento, teve um infarto e morreu.⁵⁸² O fato aconteceu depois da Assembleia que decidiu pela não aceitação da proposta do governo e a manutenção da greve. Na mesma data, os professores da SEMED Manaus aceitaram o abono oferecido pelo prefeito, Serafim Corrêa, de R\$ 300,00 (Trezentos Reais) e as aulas retornaram normalmente no dia seguinte.⁵⁸³

No dia 22 de julho, o governo conseguiu, através da justiça comum, uma ordem para parar a greve com uma ordem judicial.

⁵⁸² INFARTO mata sindicalista na greve dos professores. **A Crítica**. Manaus, 23 jul. 2005, p. A1.

⁵⁸³ A semana: Rede Estadual continua em greve. **A Crítica**. Manaus, 23 jul. 2005, p. A3.

Figura 39 - Ordem judicial para parar a greve.



Fonte: A Crítica, 23 de julho de 2005.

Michel Foucault, já nos alertava que os Tribunais de Justiça ou, como ele denomina, a Justiça Popular, nasce na França com uma íntima relação com a burguesia, daí não podendo ser um meio neutro de julgamento.⁵⁸⁴

No dia 23 de julho, o jornal trouxe a seguinte matéria “*Justiça considera ilegal a greve dos professores*”, mostrando que a justiça multaria o sindicato em cinco mil reais por dia parado após a decisão, mandaria o governo descontar os dias parados e, por fim, faria um processo seletivo para substituir os professores grevistas⁵⁸⁵.

No dia 27 de julho, os professores perceberam que o diálogo com o governo não avançava, principalmente, com a entrada da justiça no processo. Tentando uma comoção por parte do judiciário, os professores deitaram um frente ao Palácio da Justiça, - em frente ao Teatro Amazonas – e fizeram um tapete humano em meio ao calor manauara⁵⁸⁶.

Figura 40 - Professores deitados em frente ao Palácio da Justiça.



Fonte: A Crítica, Manaus 28 de julho de 2005, p. C4.

⁵⁸⁴ FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 85-128.

⁵⁸⁵ JUSTIÇA considera ilegal a greve dos professores. **A Crítica**. Manaus, 23 jul. 2005, p. C5.

⁵⁸⁶ SEDUC prepara lista para punir grevistas. **A Crítica**. Manaus, 28 jul. 2005, p. C4.

No dia 29 de julho, o jornal trouxe a narrativa do Professor Vitor Ferreira para demonstrar o enfraquecimento do movimento. O professor desabafou:

Eu já voltei às aulas porque estou no período do estágio probatório, ou seja, estou mais suscetível à demissão que os funcionários mais antigos que trabalham comigo. Eu estou dando aula no Instituto de Educação do Amazonas (IEA) há dois anos.⁵⁸⁷

O Jornal complementou: “Vitor só não está parado porque realmente precisa do dinheiro, como todos os seus companheiros de sala de aula.”⁵⁸⁸ Pela SEDUC, já se construía a lista dos professores que seriam demitidos. O Jornal teve acesso às listas, mas não divulgou os nomes.

A decisão da justiça enfraqueceu o movimento, mas antes derrubou a Secretária da SEDUC Vera Lúcia Edwards. O governador ainda afirmava que aquele professor que retornasse à sala de aula não seria punido com demissão e desconto nas faltas. O novo Secretário da SEDUC escolhido foi o Professor Gideão Amorim que foi empossado pelo vice-governador Omar Aziz.⁵⁸⁹

Figura 41 - Novo Secretário de Educação.



Fonte: A Crítica, 30 de julho de 2005.

O novo secretário chegava com a ideia de negociar com os professores, entretanto, as possíveis punições como descontos e até demissão aliados ao cansaço, levava os professores ao fim do movimento paredista.

⁵⁸⁷ GOVERNO faz terror para acabar com a greve. **A Crítica**. Manaus, 29 jul. de 2005, p. C1.

⁵⁸⁸ GOVERNO faz terror para acabar com a greve. **A Crítica**. Manaus, 29 jul. de 2005, p. C1.

⁵⁸⁹ GREVE derruba Secretária da Educação. **A Crítica**. Manaus, 30 jul. 2005, p. A1.

No mês de agosto não foram mais postadas notícias sobre a greve o que, segundo alguns professores, ocorreu porque o SINTEAM negociou direto com o governo e encerrou a greve sem avisar a categoria. Os professores conseguiram um abono de R\$200,00 (Duzentos reais), que foram pagos a partir de setembro daquele ano.

Várias são as narrativas para o fim da Greve de 2005. Segundo Doquinha: “Greve o quanto mais longa, mais difícil de vice ganhar e mais dispendioso pra você manter a categoria alinhada.”⁵⁹⁰ O Professor Lambert Mello detalha, na sua visão, o que aconteceu:

Eu nunca fiz parte da diretoria do SINTEAM, nunca entrei na diretoria do SINTEAM, mas eu fiquei sindicalizado no SINTEAM até 2007. Até 2007 eu fui sindicalizada no SINTEAM, porque em 2005 nós tivemos uma experiência muito ruim, e foi o início dessa passagem do SINTEAM de um sindicato combativo de luta, para um sindicato colaboracionista, que muitos dizem que é “pelego”, mas de conciliação, passa a ser um sindicato colaboracionista com os governos de conciliação. Porque nós tivemos a eleição do Lula em 2002. Então, o Lula toma posse em 2003 e junto com a posse do Lula em 2003, nós temos no Estado do Amazonas a entrada no governo do Eduardo Braga, e o Eduardo Braga apoiou, já naquela época, fez campanha junto com o PT. Então, ele entra como governador e o Lula. Então, nós não tínhamos reajuste salarial. O Braga entrou no governo, também não pagou o reajuste salarial em 2003, e não pagou em 2004. Em 2005 houve a deflagração de uma greve. Mas essa greve, hoje a gente tem essa leitura, essa greve não foi uma greve espontânea que veio da base, ela foi uma greve fomentada pela direção sindical, numa forma de mostrar força para o governo, porque o governo não estava querendo fazer negociação, no sentido de colocar o PCdoB na estrutura das secretarias do governo. Ela estava querendo deixar o PCdoB de fora das negociações, não queria abrir para o PCdoB, e essa greve foi uma forma justamente do PCdoB dizer: “olha, eu tenho o controle dos movimentos sindicais, e se você não quiser ter problema de greve no movimento sindical, negocia com a gente; abre o governo para o nosso partido, porque senão você vai enfrentar greve todo ano”. Nós fomos, de certa forma, massa de manobra, fomos manipulados, e o Eduardo Braga entendeu o recado e cedeu a um aumento de salário que não foi o que a categoria esperava. A categoria esperava um aumento maior. Eduardo Braga deu um aumento de 50 reais no salário. E quando houve esse acordo, que o SINTEAM fechou a greve em 50 reais, a categoria se sentiu vendida, traída, porque queria que a greve continuasse, porque não queria aceitar os 50 reais, mas como o Braga já tinha aceitado abrir o governo para o PCdoB, então o SINTEAM fechou o acordo em 50 reais, na expectativa de que iria receber o retorno nas secretarias que o Braga ia disponibilizar para o PCdoB. E o SINTEAM forçou para acabar com a greve. Fizeram uma assembleia forjada. Depositaram os votos na urna que não existia e acabaram com a greve em 2005. Então daí começa essa caminhada do sindicato, que era de luta, que era combativo, que todo mundo respeitava, pra se tornar um sindicato colaboracionista com o governo estadual, (...)⁵⁹¹

A professora Helma Sampaio também tem uma opinião próxima ao Professor Lambert:

Na greve de 2005, infelizmente como já narrado aí, nós tínhamos tudo para ser vitoriosos da greve, mas o SINTEAM por conta do seu atrelamento político-partidário, finalizou a greve de maneira muito repentina, desagradando os professores, porque eles ganharam secretarias na esfera governamental. E aí foi uma grande decepção. Foi um grande tapa na cara da categoria, que fez esmorecer o movimento de luta dos professores. Mas foi isso, foi uma greve bonita, organizada que tinha tudo para sair vitoriosa e, por conta desse atrelamento político-partidário, desses interesses

⁵⁹⁰ Raimunda de Souza Gomes. Entrevista gravada em 24 de julho de 2025. Realizada por James Batista, digitada, p. 13.

⁵⁹¹ Lambert Melo. Entrevista gravada em 12 de novembro de 2022. Realizada por James Batista, digitada, p. 17.

que não eram o interesse da categoria, mas interesses de partidos, a greve foi finalizada desse jeito e as consequências foram dramáticas. Tanto é, que nós já escrevemos em mensagem, passamos muito tempo sem ver a categoria na rua lutando por seus direitos. Ela deixou de acreditar na luta sindical, nos representantes sindicais. Então essa foi a consequência mais dramática da greve de 2005, e foi um trabalho muito grande para retornar com a categoria pras ruas, e, de fazer a categoria acreditar, novamente, na sua força de organização para conquistar seus direitos.⁵⁹²

As narrativas sobre a greve divergem em algum ponto, mas uma coisa era clara: havia uma relação entre o SINTEAM e o governador Eduardo Braga. O movimento docente só voltou a se organizar em greve treze anos depois em 2018.

5.6 O Ensino Mediado por Tecnologia e a precarização do trabalho docente: o caso do professor Francisco Belém

No governo de Eduardo Braga, além da precarização em torno da remuneração dos professores, uma modalidade de ensino merece destaque por precarizar não só o trabalho docente, mas também o processo educacional. Não é de hoje que os discursos governamentais sobre levar Educação aos rincões mais distantes do estado são propagados. Com o avanço tecnológico, foi ofertado o Ensino Mediado por Tecnologia (EMT). É necessário que seja analisada esta modalidade de ensino, pois na teoria a mesma é uma ferramenta de sucesso da SEDUC, pois leva Educação às mais distantes comunidades do Estado. Entretanto, se forem analisadas, intimamente, veremos algumas questões problemáticas.

O modelo foi criado a partir da Resolução 26/2006-CEE/AM e, em 2007, chegou aos 62 municípios do Estado. “As aulas são produzidas por professores especialistas e transformadas em peças televisivas em uma central de produção educativa para TV. O conteúdo é transmitido ao vivo para todas as salas de aula da rede pública estadual”⁵⁹³ através de equipamentos que consistem em uma tv, um computador e uma antena de internet que são geridos por empresas terceirizadas.⁵⁹⁴

⁵⁹² Helma Sampaio. Entrevista pelo aplicativo de Mensagem WhatsApp em 12 de setembro de 2025. Realizada por James Batista, digitada. p. 08.

⁵⁹³ CEMEAM. Cemeam da rede estadual de ensino inspira criação de Centro de Mídias no Pará. 05 de julho de 2024. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/noticias/cemeam-da-rede-estadual-de-ensino-inspira-criacao-de-centro-de-midias-no-para>. Acesso em: 21 set. 2025

⁵⁹⁴ O Centro de Mídias da Seduc (Secretaria de Educação do Amazonas), que leva ensino a 40 mil alunos do interior do estado com aulas via satélite, teve seu custo anual ampliado em mais de R\$ 6 milhões neste ano, com a renovação de dois contratos com acréscimo de preço. Os contratos milionários são prestados por três empresas, duas delas pertencentes ao mesmo dono. E o terceiro contrato está sendo questionado na Justiça estadual, no Tribunal de Contas do Estado e é alvo de investigação do Ministério Público Federal. Os três contratos somam R\$ 55.739.305,84 por ano. O mais caro é da empresa VAT Tecnologia da Informação S.A., no valor de R\$ 19.890.112,00. Esse contrato foi firmado em 2015, com preço de R\$ 16.720.000,00 e foi acrescido de R\$ 3.170.112,00 neste ano, um aumento de R\$ 18,96%.

Para que possamos entender como tal modalidade de ensino ocorre na prática, usaremos a biografia do Professor Francisco Belém. Como já vimos, o professor é filho de ribeirinhos da Cidade de Novo Airão. Com anos de experiência no magistério e Mestre em Linguística, é possível, com suas memórias, compreender o trabalho docente neste tipo de ensino. Para tanto, nos apoiaremos na biografia como importante instrumento da História Oral. Verena Alberti nos ensina que

A ênfase na biografia, na trajetória do indivíduo, na experiência concreta, faz sentido porque a biografia mostra o que é potencialmente possível em dada sociedade ou grupo. Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo – elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir “em negativo” o que seria mais freqüente.⁵⁹⁵

A biografia nos alude aos fatos através da memória do biografado. Este tem uma preocupação com os fatos, narrando-os pelo prisma de sua História de Vida, daí a necessidade de criar diálogos com outras fontes quando nos utilizamos dessa memória. Assim, Pierre Bourdieu nos alerta sobre a especificidade da biografia:

Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo] O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que “se entrega” a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.⁵⁹⁶

O segundo mais caro é o do consórcio DMP/Via Direta, formado pelas empresas DMP Design Marketing e Propaganda Ltda. e Via Direta Publicidade e Promoções Ltda-ME. O valor saltou de R\$ 14.990.000,00 para R\$ 18.057.193,84, um acréscimo de 20,46%. A terceira empresa é a Techlog Serviços de Gestão e Sistemas Informatizados Ltda., com o nome fantasia Techlog Amazônia. Assinado em fevereiro de 2017, com o preço de R\$ 17.792.000,00, esse contrato foi renovado neste ano sem acréscimos.

Os três contratos se confundem pela descrição dos objetos, mas, na prática, uma empresa fornece internet para a transmissão das aulas, outra produz e distribui os programas de TV (aulas) e outra dá manutenção nos equipamentos de recepção do conteúdo. AMAZONAS ATUAL. Centro de Mídias da Seduc-AM paga R\$ 55,7 milhões por ano a três empresas. 03 de junho de 2018. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/centro-de-midias-da-seduc-am-paga-r-557-milhoes-por-ano-a-tres-empresas/#:~:text=Os%20contratos%20milion%C3%A1rios%20s%C3%A3o%20prestados,renovado%20neste%20ano%20sem%20acr%C3%A9scimos>. Acesso em: 21 set. 2025.

⁵⁹⁵ ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. p. 11.

⁵⁹⁶ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191. p. 184.

O Professor Francisco Belém atuou nesta modalidade de ensino. Ele lecionou em uma escola estadual no município de Novo Airão. Segundo ele,

As aulas, elas são o ensino mediado por tecnologia, pra mim, eu sempre revidei, sempre questionei, essa modalidade de ensino, pra mim, ela não serve pra absolutamente nada. Pelo menos não em cidades, em municípios, onde pode haver contratação de professores e tem muitos professores disponíveis pra dar aula. Eu vou te dizer por quê, porque é assim, o aluno entra, tem uma tv ligada, um professor falando e o aluno não dá menor atenção pra aquilo, é chato, as pessoas estão acostumadas a assistir vídeos curtos, esses aplicativos de vídeo curtos, então, com o professor em sala de aula, chamando a atenção do aluno, querendo que o aluno aprenda, já fica difícil, imagine uma sala de aula, ah, mas tem o professor ali mediado, o professor tá ali, nem o professor também presta atenção.⁵⁹⁷

O professor nos mostra algumas questões que estão intimamente ligadas ao processo de precarização do trabalho docente.

Figura 42 - Professor Francisco lecionando numa Escola de Novo Airão (AM) - 2025.



Fonte: Acervo pessoal do Professor Francisco Belém

Em 2009 ocorre o primeiro PSS para esta modalidade de ensino destinado ao interior do estado, e para a atuação no modelo foi exigido que o professor tivesse o Curso Normal Superior ou outra Licenciatura Plena. No mesmo edital é vista outra forma de precarização do trabalho docente: a formação exigida. No certame foi permitida a participação de profissionais com o Magistério, Licenciatura Curta, graduandos entre o 3º e o 8º período da Licenciatura e

⁵⁹⁷ Francisco de Souza Belém. Entrevista gravada através do Aplicativo WhatsApp em 10 de julho de 2025. Realizada por James da Costa Batista, digitada. p. 3.

Bacharelados - formações que a LDB de 1996 já havia pautado para a formação mínima dos professores da Educação Básica Nacional. Os salários para Professor de 20h consistia:⁵⁹⁸

Tabela 7 - Remuneração Professores EMT – PSS 2009.

Nº	Nível de Graduação	Remuneração
01	Licenciatura Plena	R\$ 1.066,78
02	Licenciatura Curta	R\$ 903,76
03	Adicional	R\$ 853,71
04	Magistério	R\$ 800,80

Fonte: Diário Oficial nº 31.518 de 29 de janeiro de 2009.

O Professor Francisco Belém continua:

É, porque. Porque o professor muitas vezes não domina disciplina, ele não pode opinar nos conteúdos. Então assim, eu como professor, o que eu fazia? Quando chegava a disciplina de língua portuguesa, eu ia dar aula de língua portuguesa e deixava a televisão lá do armário fechado para a televisão falando.⁵⁹⁹

Em pesquisa sobre o modelo EMT, a Professora Alciraine Pinto explica que há dois tipos de professores que atuam na modalidade: os docentes do Centro de Mídia e o docente das comunidades:

As aulas transmitidas pelo Centro de Mídias são ministradas por profissionais com formações específicas em suas respectivas áreas, somado a estrutura oferecida pelo Centro de Mídias do Amazonas de onde as aulas são transmitidas, permitem a transmissão de conteúdos com nível de qualidade elevada. O sistema conta ainda com a presença dos professores presenciais responsáveis por auxiliar os alunos nas referidas comunidades onde os discentes recebem as transmissões.

Os discentes nas comunidades rurais, reúnem-se diariamente para assistir as aulas, os mesmos são acompanhados pelos professores presenciais. Esses profissionais, através das orientações propostas nos planos de aula, realizam as orientações para a execução das atividades didáticas enviadas pelos professores especialistas dos referidos componentes curriculares.⁶⁰⁰

Como é visto, ocorre a contratação de um único docente por turma de EMT, e a exigência é que ele tenha alguma licenciatura, ocorrendo uma subutilização deste docente, já que ele fica encarregado basicamente de ligar os equipamentos, mediar a participação dos alunos com o tutor em Manaus (o que quase nunca ocorre), fazer as chamadas e aplicar a

⁵⁹⁸ Francisco de Souza Belém. Entrevista gravada através do Aplicativo WhatsApp em 10 de julho de 2025. Realizada por James da Costa Batista, digitada. p. 3.

⁵⁹⁹ Francisco de Souza Belém. Entrevista gravada através do Aplicativo WhatsApp em 10 de julho de 2025. Realizada por James da Costa Batista, digitada. p. 3.

⁶⁰⁰ QUEIROZ. A. P. Educação e seus desafios em uma Escola do Campo com Ensino Presencial Mediado por Tecnologia. **Revista Foco**, v. 17, n. 8, p. 01-15, 2024. p. 07.

avaliação. No trabalho deste professor, o Horário de Trabalho pedagógico também é prejudicado, pois ele não está disponível integralmente para as aulas, ficando livre da docência em dias pré-estabelecidos pelo calendário anual e, muito distante, de 1/3 de horário do horário pedagógico.

Figura 43 - Aula gravada no Centro de Mídia⁶⁰¹



Fonte: Fundação Telefônica VIVO.

Uma das comunidades que recebe o EMT é a Comunidade Quilombola Jaú Tambor. A comunidade fica a mais de 270 quilômetros da capital amazonense, o que demanda uma viagem aproximadamente de 10 horas de voadeira. Na comunidade, existe uma escola multisseriada que é mantida pela comunidade e pela Prefeitura de Novo Airão. Devido à distância com a sede municipal, Novo Airão, os estudantes de Ensino Médio são impossibilitados de ir para a cidade estudar. Desta forma, em parceria com a SEDUC, é oferecida o EMT nesta comunidade. O docente é contratado através de PSS pela SEDUC, pois devido à distância e às condições de moradia e aos salários não atrativos, não há docentes para aquela área. Os alunos deste tipo de ensino destas comunidades buscam somente ter o certificado de Ensino Médio, pois a grande maioria acaba ganhando a vida na comunidade. Entretanto, por experiência própria, há comunitários que preferem mandar seus filhos para Novo Airão, ou ainda, a Manaus em busca de um futuro melhor. Sobre essa situação o Professor Francisco Belém encerra sua fala:

E assim, a prova de que o ensino não funciona é que quando a gente vai para os vestibulares, não tem aluno aprovado do ensino mediado pela tecnologia, é muito raro, né? Eu lembro que uma vez teve uma aluna lá do Igarapé Açul que foi aprovada, virou notícia, gente. A prova, desculpa, assim, mas para mim, até essas questões de festivais em escola, essas coisas não deveria existir, porque o ensino médio é para preparar o aluno para vestibular. Então, se você desvia desse foco, não está servindo para nada.

⁶⁰¹ FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. Centro de Mídias de Educação do Amazonas: a tecnologia digital encurta as distâncias da educação pública no maior estado brasileiro. 08 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/centro-de-midias-de-educacao-tecnologia-digital/>. Acesso em: 21 set. 2025.

E ali, eu não vou negar também que os conteúdos são muito bons, mas eles não prendem a atenção do aluno. Então, assim, essa questão funciona dessa maneira, a televisão falando e o aluno fingindo que tá ouvindo. É dessa maneira, em resumo.⁶⁰²

Figura 44 - Sala de Aula da Escola Municipal Jaú Tambor na Comunidade Quilombola Jaú Tambor – Novo Airão (2021).



Fonte: Dissertação de Mestrado da Professora Laura Belém⁶⁰³

O Ensino à Distância foi permitido pela LDB, visando um alcance impossibilitado pelo ensino regular, entretanto, pelo menos no caso do Amazonas, isto serviu de fortificação de um sistema que visa dar ao estudante uma formação mínima exigida pelo mercado. Contudo, como o EMT se faz presente em áreas que a economia gira em torno da plantação, caça e pescas, estes estudantes ficam com um certificado, e ainda, com uma formação que não os transforma, mas reproduz um *status quo* que fortifica os ideais neoliberais e, conseqüentemente, do capital. Esse é um dos motivos pelos quais a Educação é uma ferramenta que serve aos ideais do neoliberalismo e para que haja uma divisão de classe com antagonismos bem definidos, é, também, objeto de luta pelas forças hegemônicas. Neste contexto que emaranha Educação, neoliberalismo e capitalismo em que “as finalidades das instituições escolares na atual formação social culminariam, em última instância, na emancipação humana e não apenas na sua reprodução”⁶⁰⁴, temos,

⁶⁰² Francisco de Souza Belém. Entrevista gravada através do Aplicativo WhatsApp em 10 de julho de 2025. Realizada por James da Costa Batista, digitada. p. 3.

⁶⁰³ PEREIRA, L. B. **Educação e saberes tradicionais quilombolas**: um estudo sobre as práticas educativas na Escola Municipal Jaú Tambor – Novo Airão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. p. 111

⁶⁰⁴ BENINI, E. G.; FERNANDES, M. D.; PETEAN, G. H.; PENTEADO, R. C.; MAGNIN, L. S. L. T. Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. **Trabalho, educação e saúde (online)**, v. 18, p. 1-15, 2020. p. 07.

Entretanto, os exemplos parecem apontar em direção contrária. Uma das finalidades, que é a formação de cidadãos, parece estar comprometida – principalmente se forem considerados os limites da democracia burguesa. Suas forças ‘extra’ escolares do capital atuam formal e informalmente por meio de mecanismos de internalização de valores e consensos a serviço do capital. Outra finalidade é a qualificação para o desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, considera-se o processo de especialização do trabalho, resultante da apropriação e direcionamento da ciência e da tecnologia para a valorização do valor e reprodução da estrutura hierárquica de comando do capital. Desse modo, somente faz sentido o credencialismo cristalizado nos diplomas escolares e a disputa por uma vaga de emprego, cuja vantagem sobre os concorrentes reside naquele que tem mais ‘capital humano’.⁶⁰⁵

A precarização do trabalho docente no modelo EMT está também ligada ao que Karl Marx definiu como “isolamento dos processos particulares”⁶⁰⁶, análogo ao que acontecia nas fábricas do século XIX. A identidade profissional do professor do EMT é desfigurada, e aquilo que o caracteriza como trabalhador, primeiramente, que é a sua formação, é esquecida do processo educacional. Neste caso, caberia ao professor num processo estratégico de resistência a esse processo de alienação, fazer o que o Professor Francisco Belém fez: isolar os aparelhos num ambiente em que não pudesse atrapalhar ao mesmo tempo que não o prejudicasse, e dar uma aula sobre Língua Portuguesa, sua formação de Graduação e Mestrado. No entanto, devemos observar que esta forma de resistência, mesmo em busca de ajudar os discentes, é um perigo para o docente, pois o aparelho que leva conteúdo é o aparelho que vigia o professor. Voltando aos estudos do filósofo Michel Foucault, temos aí a analogia do panoptismo moderno. Diferente das torres centrais das penitenciárias, um sistema em que um tutor fica responsável pelo contato com todas as turmas do EMT, vigia também a presença e controla o trabalho do docente. Como já vimos, há diversas formas de controlar o trabalhador e o trabalho docente e, uma delas, é a legislação. Neste ponto, lembremos de uma legislação que controla de forma enérgica o professor: o Código Penal Brasileiro (CPB), que versa sobre um tipo de crime próprio do servidor público, a prevaricação em que “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” prevê uma pena de até um ano e multa.⁶⁰⁷ Deste modo, com as perspectivas foucaultianas de controle, vigilância e adestramento, ou *dressage*, têm um papel ambíguo em que

⁶⁰⁵ BENINI, E. G.; FERNANDES, M. D.; PETEAN, G. H.; PENTEADO, R. C.; MAGNIN, L. S. L. T. Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. **Trabalho, educação e saúde (online)**, v. 18, p. 1-15, 2020. p. 07.

⁶⁰⁶ MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.; MAUÉS, O. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, n. 1, p. 141-160, 2010.; MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

⁶⁰⁷ BRASIL. **Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 02 de set. 2025.

Os sistemas voltados para a gestão educacional se enquadram como parte do dispositivo de controle, vigilância e *dressage* da atividade docente, ou seja, podem atuar tanto como uma ferramenta de apoio pedagógico, como podem ocultar uma prática de vigilância e controle institucional, restringindo ou mesmo impedindo a liberdade do docente em sua práxis cotidiana.⁶⁰⁸

Em 2010, ocorrem novas eleições para o Governo do Estado. Eduardo Braga elege-se Senador. Omar Aziz é eleito prefeito, tendo como vice José Melo.

⁶⁰⁸ O conceito de *dressage* que no francês está mais próximo à tradução de adestramento, refere-se à forma de docilização dos corpos dos professores para facilitar, assim, a vigilância e controle dos mesmos. MENDONÇA NETO, O. R.; ANTUNES, M. T. P.; VIEIRA, A. M. Controle do trabalho docente: provocações foucaultianas para análise da gestão universitária. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 20, p. 665-683, 2015. p. 670.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho docente tem se mostrado através do processo de proletarização, um labor análogo às outras categorias de trabalhadores. Tais características como arrocho salarial, contratos precários e direitos que não são cumpridos, os torna um tipo de trabalho que não atrai tantas pessoas. Podemos adicionar a isto, as características de precarização contidas nesta categoria de trabalhadores. Precarizar a Educação, iniciando com um sucateamento das instituições, faz parte do cenário neoliberal vigente e que vê na figura do professor um meio de concretizar seus ideais de construção de mão de obra barata e alienada. Deste modo, o professor vem sofrendo uma desvalorização pensada e arquitetada pelas classes hegemônicas num cenário de total desvalorização de seu trabalho.

A tese aqui exposta se mostra como um pontapé nas possibilidades de estudos sobre a categoria do professorado. Aliado ao cenário peculiar do Estado do Amazonas, urge pesquisas que se debrucem sobre o educador.

Infelizmente, a tese não pôde analisar muitas coisas da precariedade do trabalho do professor como questões de gênero feminino e homossexual enquanto trabalhadores precarizados, o aumento tecnológico que avança na transformação do trabalho docente maximizado pela Pandemia de Covid-19 em 2020, e várias questões que merecem uma atenção.

Entretanto, podemos reconhecer que questões como jornada de trabalho, salários e tipos de contratos e, ainda, legislações, já nos fornecem um quadro abrangente de como se caracteriza a precarização no trabalho do professor.

Coisas como outras greves, outros movimentos e o cisma sindical ainda nos dão a possibilidade de entender essa categoria que buscou, em sua história no estado do Amazonas, a luta por melhores condições de vida e salário.

O movimento docente, iniciado na década de 1980, passou hoje por uma resignificação criando grupos antagônicos e um cisma sindical que trouxe à tona uma nova instituição: o ASPROM Sindical.

É óbvio que isto é mais subjetivo, pois uma categoria como a dos professores tem como característica a homogeneidade. Daí outras possibilidades futuras, as análises dos professores por seus currículos.

O uso de diversas fontes trouxe uma análise de bom tamanho ao que nos propomos, contudo, ainda temos dificuldades em cooptar professores para participar de entrevistas.

Mesmo que a História Oral busque mais qualidade que quantidade, num cenário de cem convites feitos, ter apenas dez aceitações é algo que precisa ser visto. Há um temor do professor em falar/lembrar do seu trabalho. Essa lacuna que não conseguimos perceber, ainda, deve balizar futuras pesquisas sobre o tema.

A imprensa manauara se mostrou como fonte favorável ao assunto mesmo com a aliança dos meios de comunicação com os governos gilbertistas. As informações contidas nela nos propiciaram entender aquilo que na História Oral chamamos de não-dito. Claro, não podemos perder de vista que em meio à potencialidade, a imprensa não é neutra.

Numa primeira aventura em processos judiciais, trouxemos questões que não são encontradas em documentos oficiais que estão à disposição do pesquisador. São nuances da relação trabalhador-patrão que, por exemplo, os Diários Oficiais não nos amostam. Então, as fontes judiciais, com sua tamanha especificidade, nos ajudaram na concepção desse professor e seu fazer-se.

Sobre a documentação burocrática, cabe uma crítica que pelo visto vai demorar a ser resolvida: a SEDUC não apoia pesquisas que tenham o cerne no trabalho de professor. Foram feitos vários contatos, na sua maioria pessoalmente, em busca de fontes sobre a precarização, contudo, a falta de avanço nos diálogos se mostra uma característica do sistema público, visto que isso acontece também nos processos que o professor precisa se afastar do trabalho para, por exemplo, estudar.

Ainda em 2025 os direitos de professores descritos em lei não são cumpridos. Temas como quantidade de alunos, material para trabalhar, estrutura das escolas, Horário de trabalho pedagógico e gestão democrática, são temas que não avançam em qualquer Governo que esteja à frente do Estado. São questões, em sua maioria, políticas que precarizam ainda mais o trabalho docente. Por isso, esta tese não pode se afastar da exposição sobre a política e entender que houve um *modus operandi* que criou laços entre os governadores quando lidavam, principalmente, com os professores. A isto denominamos gilbertismo: práticas políticas que tiveram início com o retorno do Boto Navegador e se concretizam ainda nos dias atuais.

Embora o recorte desta análise não tenha alcançado esse período, não havíamos como deixar de falar da relação do governo de extrema-direita que o Brasil vivenciou entre 2019 e 2022. Tal governo teve como foco de ataques os professores. Estes quase que diariamente eram chamados de doutrinadores ideológicos. Não era incomum ser agredido ou violentado moralmente nesse período. Deixo aqui a esperança nos avanços sobre o tema como forma de resistência destes professores injustiçados.

Por fim, esperamos que esta análise contribua na compreensão da identidade deste professorado como trabalhador, que faz-se docente em meio as precarizações no seio de seu labor.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

Documentos Oficiais

Anuários Estatísticos do IBGE (1980 a 2000)
Sinopses estatísticas da Educação Básica – INEP (2000 a 2019)
Censo da Educação – INEP (1997 a 2006)

Orais

Entrevista com **Francisco de Souza Belém**. [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 10 jul. 2025.
Entrevista com **Aloysio Nogueira de Melo** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 06 jun. 2017.
Entrevista com **Raimunda de Souza Gomes** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 24 jul. 2025
Entrevista com **Lambert Melo** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 12 de nov. 2022.
Entrevista com **José Luis Brás Melgueiro** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 07 dez. 2021.
Entrevista com **Gamaniel da Costa Pinheiro** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 19 abr. 2025.
Entrevista com **Marineide Ribeiro da Cunha** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 28 abr. 2025.
Entrevista com **Laura Belém Pereira** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 22 mar. 2023.
Entrevista com **Helma Sampaio** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 12 set. 2025.
Entrevista com **Ivan Cabral Sampaio** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 19 abr. 2021.
Entrevista com **Gerson Gonçalves Medeiros** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 05 jan. 2017.
Entrevista com **João Ricardo Bessa Freire** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 03 jun. 2017.
Entrevista com **Francisco Ferreira Lemos** [Concedida a James da Costa Batista, Manaus (AM)] 28 maio 2018.

Processo Judicial

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. Dissídio Coletivo nº DC 31/90 Recorrente: Estado do Amazonas. Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores em Educação de 1º e 2º grau do Estado do Amazonas (SINTEAM). Relator: Juiz Eduardo Barbosa Penna Ribeiro]. Manaus (AM), 01 de outubro de 1990.

Periódicos

A Crítica. Manaus, 10 de abril de 1969.
A Crítica. Manaus, 29 de novembro de 1983.
A Crítica. Manaus, 03 de dezembro de 1983.
A Crítica. Manaus, 02 de junho de 2005.
A Crítica. Manaus, 04 de junho de 2005.
A Crítica. Manaus, 07 de junho de 2005.
A Crítica. Manaus, 16 de junho de 2005.
A Crítica. Manaus, 23 de junho de 2005.
A Crítica. Manaus, 29 de junho de 2005.
A Crítica. Manaus, 06 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 05 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 08 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 13 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 14 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 15 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 16 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 17 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 19 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 23 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 23 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 28 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 29 de julho de 2005.
A Crítica. Manaus, 30 de julho de 2005.

Jornal do Comércio. Manaus, 5 de maio de 1971.
Jornal do Comércio. Manaus, 27 de abril de 1985.
Jornal do Comércio. Manaus, 23 de fevereiro de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 03 de março de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 12 de abril de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 14 de agosto de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 15 de agosto de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 17 de agosto de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 17 de agosto de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 21 de agosto de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 07 de setembro de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 13 de setembro de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 15 de setembro de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 26 de setembro de 1990.
Jornal do Comércio. Manaus, 06 de dezembro de 1995.
Jornal do Comércio. Manaus, 05 de fevereiro de 1997.
Jornal do Comércio. Manaus, 23 de março de 1997.
Jornal do Comércio. Manaus, 14 de abril de 1998.
Jornal do Comércio. Manaus, 04 de setembro de 2000.
Jornal do Comércio. Manaus, 21 de dezembro de 2000.

Jornal do Norte. Manaus, 05 de fevereiro de 1997.

O Jornal. Manaus, 3 de abril de 1971.

Redes Sociais

Youtube

Jornal Dez Minutos. PT do Amazonas lança candidatura de Marilene Corrêa ao Senado. 10 de maio de 2010. 1min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SyBA6EfwbUY>. Acesso em: 20 set. 2025

PROF. GILBERTO MESTRINHO. Hoje é a vez do então governador Amazonino Mendes falar sobre o Gilberto Mestrinho durante a convenção em Manaus para a eleição de 1998. Manaus, 17 de setembro de 2025. *Instagram*: @profgilbertogilbertomestrinho. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DOuFzZ1EmGR/?igsh=MXYYyZW50dmtodnVmOA==>. Acesso em: 29 set. 2025.

PROF. GILBERTO MESTRINHO. Hoje é a vez do então governador Amazonino Mendes falar sobre o Gilberto Mestrinho durante a convenção em Manaus para a eleição de 1998. Manaus, 17 de setembro de 2025. *Instagram*: @profgilbertogilbertomestrinho. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DOuFzZ1EmGR/?igsh=MXYYyZW50dmtodnVmOA==>. Acesso em: 19 set. 2025.

Facebook

MANAUS NA HISTÓRIA. 1986 - Jingle "Roda do Destino" da campanha de Amazonino Mendes para Governo do Estado em 86. Candidato: Amazonino Mendes (PMDB) Candidato a Vice: Vivaldo Frota (PFL) Coligação: "Partido da Aliança democrática (PMDB, PFL, PL, PMB, PCB e PH. Facebook. Manaus (AM), 12 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/16D6FmcBXL/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Eletrônicos

Acrítica.com. "Lula virou caixeiro viajante da Odebrecht", avalia fundador do PT no Amazonas. Entrevista com o Aloysio Nogueira. Acrítica.com de 28 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/lula-virou-caixeiro-viajante-da-odebrecht-avalia-fundador-do-pt-no-amazonas-1.179300>. Acesso em: 16 set. 2025.

ADOLFO, M. Escola política de Amazonino de 92 ainda está viva. **Portal Mario Adolfo**, 2017. Disponível em: <https://marioadolfo.com/escola-politica-que-amazonino-lancou-em-1992-faz-disputa-o-poder-ate-hoje/>. Acesso em: 18 set. 2025.

Afastamento remunerado de servidor do Amazonas deve atender aos critérios da administração. Direito Amazonas. 04 out 2022. Disponível em: <https://www.amazonasdireito.com.br/afastamento-remunerado-de-servidor-do-amazonas-deve-atender-aos-criterios-administrativos/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

AMAZONAS DIREITO. Justiça garante a professor licença remunerada para aperfeiçoamento da profissão. Amazonas Direito. 20 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.amazonasdireito.com.br/justica-garante-a-professor-licenca-remunerada-para-aperfeicoamento-da-profissao/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. PNE chega a seu décimo ano em 2024 com 90% de seus dispositivos descumpridos, 13% em retrocesso e 30% com lacuna de dados. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2024/06/17/pne-chega-a-seu-decimo-ano-em-2024-com-90-de-seus-dispositivos-descumpridos-13-em-retrocesso-e-30-com-lacuna-de-dados/>. Acesso em: 22 maio 2025.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. PNE chega a seu décimo ano em 2024 com 90% de seus dispositivos descumpridos, 13% em retrocesso e 30% com lacuna de dados. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2024/06/17/pne-chega-a-seu-decimo-ano-em-2024-com-90-de-seus-dispositivos-descumpridos-13-em-retrocesso-e-30-com-lacuna-de-dados/>. Acesso em: 22 maio 2025.

Carlos Souza acusa Eduardo Braga de ser o criador do ‘Caso Wallace’. **AMAZONAS1**. 06 jun. 2019. Disponível em: <https://amazonas1.com.br/para-irmao-de-wallace-senador-foi-o-idealizador-de-um-complo-diabolico-para-prejudicar-a-familia-souza/>. Acesso em: 21 set. 2025.

CEMEAM da rede estadual de ensino inspira criação de Centro de Mídias no Pará. **CEMEAM**. 05 jul. 2024. Disponível em: <https://centrodemidias.am.gov.br/noticias/ceameam-da-rede-estadual-de-ensino-inspira-criacao-de-centro-de-midias-no-para>. Acesso em: 21 set. 2025.

Censo IBGE – 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/brasil/am>. Acesso em: 17 ago. 2018.

CPERS. Nossa história. Disponível em: [Nossa História CPERS - Sindicato](#). Acessado em: 09 mar. 2026.

DEPUTADO do Amazonas é investigado por envolvimento com crime organizado. **G1**. 02 ago. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1252141-5598,00.html>. Acesso em: 21 set. 2025.

Folha de São Paulo. **Professores protestam contra baixos salários em Manaus**. São Paulo, 16 de junho de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17566.shtml>. Acessado em 10 set. 2025.

FREIRE, J. R. B. Domingo da Ressureição: a greve de professores. **Taquiprati**, 2018. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1389-domingo-da-ressureicao-greve-de-professores-no-amazonas>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FREIRE, J. R. B. Os meninos de rua, Lupércio e a orelha de porco. **Taquiprati**, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/483-os-meninos-de-rua-lupercio-e-a-orelha-de-porco>. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, J. R. B. Quem é o Herodes de Igarapé? **Taquiprati**, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/484-quem-e-o-herodes-de-igarape->. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, J. R. B. Quem mandou? Amazonino e o Taquiprati. **Taquiprati**, 1997. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/362-quem-mandou-amazonino-e-o-atentado-ao-taquiprati>. Acesso em: 14 set. 2025.

IPCA IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidoramplo.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Acesso em: 02 mar. 2023.

Jornal Dez Minutos. PT do Amazonas lança candidatura de Marilene Corrêa ao Senado. 10 de maio de 2010. 1min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SyBA6EfwbUY>. Acesso em: 20 set. 2025.

Relatório do Inep aponta retrocessos e descumprimento de metas do Plano Nacional de Educação. **G1**, 2020. /Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/02/relatorio-do-inep-aponta-retrocessos-e-descumprimentos-de-metas-do-plano-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2025.

Relatório do Inep aponta retrocessos e descumprimento de metas do Plano Nacional de Educação. **G1**, 2020. /Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/02/relatorio-do-inep-aponta-retrocessos-e-descumprimentos-de-metas-do-plano-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Professores temporários nas redes estaduais do Brasil**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 12, n. 1esp, p. 8–19, 2007. DOI: 10.5433/1981-8920.2007v12n1esp8. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 24 jan. 2026.

ADOLFO, M. Escola política de Amazonino de 92 ainda está viva. **Portal Mario Adolfo**, 2017. Disponível em: <https://marioadolfo.com/escola-politica-que-amazonino-lancou-em-1992-faz-disputa-o-poder-ate-hoje/>. Acesso em: 18 set. 2025.

AGUIAR, J. V. S. **Manaus**: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60. Manaus: Valer, 2002. ALBERNAZ, C. Prolegômeno Historiográfico ao objeto Político. **Historiae**, v. 2, n.2, p. 9-24, 2011. ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

ALVES, A. E. S. Trabalho docente e proletarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 36, p. 25–37, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i36.8639638. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639638>. Acesso em: 4 jul. 2023.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História** [UNESP], São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

AMADO, J.; FERREIRA, M. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AMARAL, G. **Fábio Lucena: um senador amazônida (1940-1987)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. AMAZONAS. **Constituição Política do Estado do Amazonas, 1989**. Disponível em: <http://www.ale.am.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

AMAZONAS. **Decreto 15.781 de 12 de janeiro de 1994**. Corrige os salários dos servidores do Executivo. Diário Oficial do Estado do Amazonas nº 27.867. Manaus, 13 de janeiro de 1994.

AMAZONAS. **Decreto nº 15.385 de 07 de maio de 1993**. Diário Oficial do Amazonas nº 27.697. Manaus, 07 de maio de 1992.

AMAZONAS. **Decreto nº 15.385 de 07 de maio de 1993**. Diário Oficial do Amazonas nº 27.697. Manaus, 07 de maio de 1992.

AMAZONAS. **Instrução normativa nº 004/2012** – SEDUC. Disciplina procedimentos e define critérios para a implementação do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores da Carreira do Magistério em Estágio Probatório da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. Disponível em: <https://antigo.seduc.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/estagio-probatorio-informacoes-.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2025.

AMAZONAS. **LEI COMPLEMENTAR Nº 69/2009 de 27/11/2009**. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/860/860_texto_integral.pdf. Acessado em: 12 jun. 2025.

AMAZONAS. **Lei nº 1.374, de 23 de janeiro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1980]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1980/1/8458?o=1. Acesso em: 21 maio 2025.

AMAZONAS. **Lei nº 1.674, de 10 de dezembro de 1984**. Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1984]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1984/12/13373?q=lei+n%C2%BA+1.674. Acesso em: 26 jan. 2026.

AMAZONAS. **Lei nº 1.762, de 14 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o Estatuto dos funcionários públicos civis do Estado do Amazonas. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1986]. Disponível em: <https://www.ipaam.am.gov.br/wp->

content/uploads/2018/04/Estatuto-dos-Funcionarios-Publicos-Civis-do-Estado-do-Amazonas-editado.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

AMAZONAS. **Lei nº 2.054**, de 10 julho de 1991. Corrige as tabelas de vencimentos e salários dos servidores públicos e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1991]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1991/7/13183?q=Corrige+as+tabelas+de+vencimentos+e+sal%C3%A1rios+dos+servidores+p%C3%BAblicos+e+d%C3%A1+outras+provid%C3%Aancias. Acesso em 25 jan. 2026.

AMAZONAS. **Lei nº 2.162, de 16 de setembro de 1992**. Reajusta as tabelas de vencimento dos salários, soldos e proventos dos servidores públicos civis e militares da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1992]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/1992/9/8140?q=Lei+n%C2%BA+2.162+. Acesso em: 25 jan. 2026.

AMAZONAS. **Lei nº 2.607, de 28 de junho de 2000**. Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [1992]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2000/6/6806. Acesso em: 27 jan. 2026.

AMAZONAS. **Lei nº 2.624, de 22 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a integração se servidores em Quadro Suplementar e dá outras providências. Manaus: Assembleia Legislativa do Amazonas, [2000]. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2000/7079/7079_texto_integral.pdf#:~:text=DISP%C3%95E%20sobre%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20de,Suplementar%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 08 set 2025.

AMAZONAS. **Lei nº 2607, de 29 de junho de 2000**. Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, § 1º, da Constituição do Estado. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, [2000]. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2000/6/6806?q=Lei+n%C2%BA+2.607. Acesso em: 26 jan. 2026.

AMAZONAS. **Lei nº 3.951, de 04 de novembro de 2013**. institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, e dá outras providências. Disponível em: https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2013/11/7339. Acesso em: 01 ago. 2025.

ANTONIAZZI, M. R. F. A educação profissional no contexto da sociedade capitalista brasileira: análise a partir do método crítico-dialético. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 127-145, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serviço Social & Sociedade**, v. 1, p. 405-419, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ARANHA, G. B. (2014). Retratos urbanos: o cotidiano da cidade na ótica dos cronistas. *Revista De Humanidades (Descontinuada)*, 29(2), 389–412, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23180714.2014.29.2.389-412>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ARAUJO, H. L.; OLIVEIRA, J. M.; ALENCAR, B. C.; ALVES, A. S. O Estado Neoliberal e a Precarização do Trabalho Docente. In: CASTRO, P. A.; SILVA, G. C. C.; CAVALCANTI, R. J. S.; SILVA, A. V.; SILVA, G. (orgs.). **Escola em Tempos de Conexões**. 1. ed. Campina Grande: Realize Editora, 2022, v. 3, p. 386-403.

ARAÚJO, V. P. A mulher e/ no trabalho: poder e emancipação (uma análise na perspectiva figuracional). In: SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA, 2., 2021. **Anais eletrônicos** [...]. 2021, p. 1-9. Disponível em: <https://certificates-congresse-me.herokuapp.com/2spcpam/resumos/14017.pdf?version=original>. Acesso em: 26 jan. 2026. p. 07.

AVELAR, A. F. A identidade do professor: herói ou refém do seu tempo? **Revista Científica Cognitions**. v. 4, n. 1, p. 1–13, 2021. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/91>. Acesso em: 25 set. 2025.

BARROS, J. D'A. **Seis desafios para a Historiografia do Novo Milênio**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BATALHA, C. H. M. História do Trabalho: um olhar sobre os anos 90. **História**. São Paulo, nº 21, 2002, p. 73-87.

BATALHA, C. H. M. Os Desafios Atuais da História do Trabalho. **Anos 90**, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, 2006.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **Plano Real, dependência e dívida externa**. Textos para discussão 76, FGV EESP - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getulio Vargas (Brazil)., 1999.

BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019.

BATISTA, J. C. **Da lousa à luta**: organização, mobilização e luta dos professores amazonenses na década de 1980. Curitiba: CRV, 2019.

BATISTA, J. C. Educação amazonense no governo de João Walter de Andrade (1971-1973). In: FUCHS, C.; SCHWENGBER, I. L.; SCHUTZ, J. A. (orgs.). **Educação em Debate: cercanias da pesquisa**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 250-263.

BATISTA, J. C.; SILVA, P. N. Justiça e Trabalho: Precarização do trabalho docente sob o olhar do Contrato de Regime Especial. In: BARROS, W. F. S. (org.). **Às portas dos tribunais: Os trabalhadores no Poder Judiciário no Norte do País**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, v. 1, p. 237-251.

BENINI, E. G.; FERNANDES, M. D.; PETEAN, G. H.; PENTEADO, R. C.; MAGNIN, L. S. L. T. Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente. **Trabalho, educação e saúde (online)**, v. 18, p. 1-15, 2020.

BEZERRA, A. **A Escola Pública no Amazonas: as políticas de 1987 a 1994**. 2. ed. Revista. Manaus: Edua, 2013.

BOITO JÚNIOR, A.; MARCELINO, P. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Cadernos do CRH**, v. 23, n. 59, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. O capital simbólico e classes sociais. In: Bourdieu e a questões das classes. **Revista Novos Estudos**. v. 96, p. 105-115, 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 abr. 2025. Art. 205 a 213.

BRAGANÇA, Sabrina Zientarski de ; ZIENTARSKI, Clarice . **As relações e aprendizagens presentes entre os movimentos sociais de trabalhadores de diferentes categorias profissionais**. Educação e Emancipação (UFMA) , v. 9, p. 228-256, 2016.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm. Acessado em 02 de set. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978.** Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 07 jul. 2023. Cf.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978.** Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1632.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997.** Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acessado em 15 set. 2025.

Brasil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República. [1961]. Disponível em: www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964.** Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14330.htm. Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1968]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1971]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educacional (LDB). Brasília: Presidência da república, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Resultado das Eleições no Amazonas em 1994.** Consultado em 18 de setembro de 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral. Resultado das Eleições no Amazonas em 1994.** Consultado em 18 de setembro de 2025.

CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Relações de Gênero e Precarização do Trabalho Docente. **Revista HISTEDBR On-line**, v. especial, p. 251-263, 2009.

CAMPOS, R. S.; CAMPOS, C. S. S. **Mulheres Camelôs: o retrato da precarização do trabalho no Brasil.** Apresentação oral. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

CANTIERI, L.; FERRO, A. R. A divisão do trabalho por gênero e as diferentes composições familiares no Brasil urbano: o que mudou entre 2001 e 2014. **Revista De Estudos Brasileños**, v. 9, p. 3444, 2018.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, A. C. M. **Precarização do trabalho: políticas públicas e ação coletiva.** São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2022.

CARDOSO, A. C. M. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador.** São Paulo: Annablume, 2009.

CHAMON, M. **Trajetória de feminização do magistério.** Ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.
CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, nº 40, p. 11-36, Editora UFPR.

COMISSOLI, A.; COSTA, M. Â. S. Estrelas de Primeira Grandeza: reflexões sobre o uso de redes sociais na investigação histórica. **MÉTIS: História e Cultura.** Caxias do Sul/RS, vol. 13, n. 25, p. 11-30, jan-jun, 2014.

COSTA, G. B. N. Hipocrisia cínica ou cinismo hipócrita? A coragem da mentira e as estratégias de manipulação política na contemporaneidade. **Revista Apoena**, v. 4, p. 60-73, 2022.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. Na oficina do historiador: conversas sobre História e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-272, 2007.

CUNHA, L. A. **Uma leitura da escola capitalista.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1990.
DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

DIANI, M. **“The concept of social movement”.** The Sociological Review, 1992, p. 1-25.

DIEDERICHS, A. R. M. **Movimento de professores de 1º e 2º Graus: Uma análise crítica.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

DUARTE, J. F. **Trabalho docente em tempos de neoliberalismo.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n. 35, p. 73-111, 1995.

FAGUNDES, B. F. L. É possível fazer tábula rasa do passado... E do presente dos historiadores? In: DELGADO, DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FERNANDES, F. **A Constituição Inacabada** – Vias Históricas e o Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, 2006.

FILGUEIRAS, L. **A história do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, L. O Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (org.). **Neoliberalismo y Sectores Dominantes - tendencias globales y experiencias nacionales**. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, v. 1, p. 179-206.

FORTES, A. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, 2016.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, J. R. B. A Batalha do Igarapé de Manaus. In: **Essa Manaus que se vai**. Manaus: Instituto Census, 2012, p. 45.

FREIRE, J. R. B. Domingo da Ressureição: a greve de professores. **Taquiprati**, 2018. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/cronica/1389-domingo-da-ressureicao-greve-de-professores-no-amazonas>. Acesso em: 18 nov. 2018.

FREIRE, J. R. B. Os meninos de rua, Lupércio e a orelha de porco. **Taquiprati**, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/483-os-meninos-de-rua-lupercio-e-a-orelha-de-porco>. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, J. R. B. Quem é o Herodes de Igarapé? **Taquiprati**, 1995. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/484-quem-e-o-herodes-de-igarape->. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, J. R. B. Quem mandou? Amazonino e o Taquiprati. **Taquiprati**, 1997. Disponível em: <https://www.taquiprati.com.br/cronica/362-quem-mandou-amazonino-e-o-atentado-ao-taquiprati>. Acesso em: 14 set. 2025.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, SP: Olho d'água, 1997.

FREITAS, Ana Cláudia. Exigir nossos direitos, ensinar democracia?: o Hino do CPERS/Sindicato e a greve de professoras/es de 1987 no Rio Grande do Sul. In: **V Seminário Internacional História do Tempo Presente**, 2023, Florianópolis. Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2023.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Centro de Mídias de Educação do Amazonas: a tecnologia digital encurta as distâncias da educação pública no maior estado brasileiro**. 08 jul. 2022. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/centro-de-midias-de-educacao-tecnologia-digital/>. Acesso: em 21 set. 2025.

GARCIA, M. M. A; HYPOLITO, Á. M.; VIEIRA, J. S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005.

GEROLOMO, Amilton Carlos. **Trabalhadores do ensino e sindicato: uma relação de conflito. Os professores da rede de ensino oficial do Estado do São Paulo e a APEOESP (1978-1987)**. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GOMES VIEIRA, R. **As reconfigurações do trabalho docente no século XXI: controle, intensificação e precarização do professor**. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

GONÇALVES, B. M. V.; LIMA, F. J. **Jornada de trabalho docente e implicações na prática profissional: Um estudo sob a perspectiva de professores de Matemática da escola básica**. In: VII ENALIC, 2018, Fortaleza- CE. Anais ENALIC. Campina Grande: Editora Realize, 2018. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES NETO, R. B. História e escrita do tempo: Questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

GUIMARÃES NETO, R. B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. et al. **História oral, desigualdades e diferenças**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, p. 16-17.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990.

HARGREAVES, A. Para além da padronização: comunidades de aprendizagem profissional ou seitas de treinamento para o desempenho? In: HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 171-200.

HEREDIA, B. M. A.; SOARES, P. M. G. Os Comícios e A Política de Facções. **Anuário Antropológico**, v. 94, p. 31-94, 1995 HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu** (UNICAMP. Impresso), v. 17-18, p. 139-156, 2001. p. 146.

HOBBSBAWM, E. J. “O ‘Novo Sindicalismo’ em perspectiva”. In: **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 225-256.

HOBSBAWM, E.; SCOTT, J. “Sapateiros politizados”. In: HOBSBAWM, E. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, F.; SANTOS, E. R. Os jingles como formas simbólicas estratégicas de persuasão político-eleitoral. **Cadernos do Tempo Presente / UFS**, v. 8, p. 27-38, 2017.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. Análise Histórica das Constituições Brasileiras. **PONTO-E-VÍRGULA (PUCSP)**, v. 10, p. 217-244, 2011.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **RBCS**, v. 24, n. 69, p.21-30, 2009.

KASPER, S. A.; RINALDI, R. P. O trabalho docente como elemento fundamental na garantia do direito à educação. **Itinerários Educativos**, p. 41-55, 2019. KEYNES, J. M. (1982 [1936]). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

KUENZER, A. Z.; CALDAS. Trabalho Docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2014.

LARA, S. H. Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil. In: SCHMIDT, B. B. (org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil**. Pesquisa histórica e preservação de fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 106-122.

LIMA, E. L. C. **Dimensões da República das Letras no Amazonas: a intelectualidade Gymnasiana em Manaus (1900-1930)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

LOPES, H. C.; CONCEICAO, O. A. C. A inflação e os Planos Cruzado e Real: uma interpretação institucionalista. **Economia e Sociedade**, v. 25, p. 147-172, 2016.

LOUIS, A. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

LOURENÇO, Elaine. . Salários e greves: memórias dos professores da escola pública paulista nas décadas de 1970 e 1980. In: **XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-20, 1978.

MACHADO, M. B. C. ; NOSCHANG, F. A. **A Campanha de Alceu Collares para o Governo do Rio Grande do Sul em 1990**. In: 12 Encontro Nacional de História da Mídia,

2019, Natal - RN. 12 Encontro Nacional de História da Mídia - Anais. Natal - RN: Alcar, 2019. v. 1.

MACIEL, D. Revolução passiva e transformismo em Gramsci. *In: DEL ROIO, M. (org.) Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 165-168.

MANAUS. **LEI Nº 1118 - DE 01 DE SETEMBRO DE 1971.** Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Manaus. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/estatuto-do-servidor-funcionario-publico-manaus-am>. Acessado em: 09 jun. 2025.

MARQUES, M. L. B. 1982: a repressão do regime cívico-militar ao movimento docente e o conteúdo da imprensa escrita no Rio Grande do Sul. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015. p. 1-15.

MARRAS, J. P. As relações de trabalho no pós-1978: o impacto das mudanças na sociedade. **Organização em Contexto**, n. 4, p. 73-91, 2006.

MARX, K. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Edipro, 2020.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MATOS, M. B. A formação da classe operária inglesa: História e intervenção. **Trabalho necessário**, n. 18, 2014.

MAUÉS, O. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, n. 1, p. 141-160, 2010.

MELO, P. B.; ASSIS, R. V. A imprensa como espaço dos discursos de poder. *In: DOURADO, J. L.; LOPES, D. M. M. S.; MARQUES, R. S. (orgs.). Economia Política do Jornalismo: Tendências, Perspectivas e Desenvolvimento Regional.* 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2016, v. 1, p. 233-254.

MENDONÇA NETO, O. R.; ANTUNES, M. T. P.; VIEIRA, A. M. Controle do trabalho docente: provocações foucaultianas para análise da gestão universitária. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 20, p. 665-683, 2015.

MENDONÇA, R. S. P.; AMADEO, E.; BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão do IPEA).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MIRANDA, J. A Constituição de 1988: Uma Constituição de esperança. **Revista de Informação Legislativa.** v. 45, n. 179, p. 155-164, 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/179/ril_v45_n179_p155.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

MODENESI, A. M.; FILHO, F. F. Choque de oferta, Indexação e Política Monetária: breves considerações. **Economia & tecnologia (UFPR)**, v. 26, p. 1-10, 2011.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, M. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República** – da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais (PUCSP)**, São Paulo, v. 1, p. 103-112, 1996.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 23, p. 15-35, 2002.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, M. A. M. **Escola ou empresa?** Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, M. E. **“Professor, você trabalha ou só dá aula?”: o fazer-se docente entre história, trabalho e precarização na SEE-SP**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados, 2016.

OLIVEIRA, M. E. As consequências humanas da precarização do trabalho na SEE-SP: sofrimento docente e resistência. **TRILHAS DA HISTÓRIA**, v. 5, p. 84-104, 2015.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública / Journal of Public Health**, São Paulo, v. 29, n. 5, p. 403-414, 1995.

OSTER, V. V.; MARTINS, A. M.; SEHNEM, E. L. F. Transitoriedade na Educação. **Retratos da Escola**, v. 18, p. 117-134, 2024.

PEREIRA, J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 15, p. 82-98, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n15p82-98>. Acesso em: 22 maio 2025.

PEREIRA, L. B. **Educação e saberes tradicionais quilombolas: um estudo sobre as práticas educativas na Escola Municipal Jaú Tambor – Novo Airão**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

PESSÔA, R. O. Nova República [?]: A Justiça do Trabalho no contexto da redemocratização. In: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 3., 2021, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. 2021, Rio de Janeiro, Disponível em: https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1636133176_ARQUIVO_09e56b53b46fb893ce31d4e68d12ac20.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

PETERSEN, S. R. F. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, p. 129-153, 1995.

PIMENTA, R. M. Uma luta difícil: Instituições sindicais brasileiras e o uso de novas tecnologias para construção de suas memórias. In: DELGADO, L. A. N.; FERRERIRA, M. M. (orgs.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In: FAZENDA, I. (org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. 17. ed. Campinas: Papirus Editora, 2012, v. 1, p. 161-178.

PINHEIRO, L. B. S. P. Imprensa e Sociedade nos Confins da Amazônia (1880-1920). **Diálogos (Maringá)**, v. 18, p. 297-323, 2014.

PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)**. 2. ed. Manaus: EDUA, 2003.

POCHMANN, M. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 50, p.149-166, 1998.

POLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992.
 POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PONCHMANN, M. **O trabalho no Brasil pós-neoliberal**. Brasília: Liber Livros, 2011.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996, p. 60.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**, n.14, p. 7-39, 1997.

PRADO, G. S. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. p. 19-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>. Acesso em: 30 mai. 2023.

PUCCI, B. *et al.* O processo de proletarianização dos trabalhadores em educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 91-108, 1991.

QUEIRÓS, C. A. B. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. **Revista Antíteses**, v. 12, p. 542-562, 2019.

QUEIRÓS, C. A. B. 'Papagaio que está trocando as penas não fala': autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964. **Revista de História da Unisinos**, v. 23, p. 73-83, 2019.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho(online)**, v. 8, p. 49, 2017.

QUEIROS, C. A. B. ; Petit, Pere ; Petit, Pere . O Amazonas e o Pará sob a mira do golpe. In: César Augusto Bubolz Queirós. (Org.). **60 anos do golpe de 1964: o Amazonas em perspectiva**. 1ed. Manaus: EditoraUEA, 2024, v. , p. 17-40.

QUEIROZ, C. Profissão docente em risco. **Revista FAPESP**, São Paulo, v. 332, 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/profissao-docente-em-risco/>. Acesso em: 15 maio 2025.

QUEIROZ, T. R. A Chacota da Derrota: A Charge do Miranda e a Eleição de 1974 em Manaus. **Tempo Amazônico**, v. 8, p. 1-21, 2021.

QUEIROZ, A. P. Educação e seus desafios em uma Escola do Campo com Ensino Presencial Mediado por Tecnologia. **Revista Foco**, v. 17, n. 8, p. 01-15, 2024.

RAMALHO, J. C. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República: Da transição democrática à Crise de 2016 - Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. RAMOS, L; REIS, J. G. A. **O emprego no Brasil nos anos 1990**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 1997.

RÉBÉRIOUX, M. Lugares da Memória Operária. In: FENELON, D. R. (org.). **O Direito à Memória: Patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

REIS FILHO, M. M. **A saga dos operários em Manaus – 1980**. Manaus: EDUA, 2013.

REIS FILHO, Milton Melo dos. **Memória do operariado amazonense: a festa como constructo e expressão da subjetividade operária**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2013.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais (PUCSP)**, v. 19. p. 65-79, 2015.

RIBEIRO, A. P. G. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Revista Contracampo**, v. 32, n. 2, p. 73-90, 2015.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, F. “Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo”. **Revista Intratextos**, 2013, v. 5, n.1, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>.

RODRIGUES, M. S. X. **A precarização do trabalho docente: contextos e desafios**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2011.

RODRIGUES, R. S.; Costa, A. C. Da Constituição Federal de 1988 ao Plano Nacional de Educação 2014-2024: ardilosas apropriações da valorização do trabalho do professor. **POLÍTICA & TRABALHO (UFPB. IMPRESSO)**, v. 50, p. 231-248, 2019.

ROSANVALLON, P. **Parlamento dos invisíveis**. São Paulo: Annablume, 2017.

ROSANVALLON, P. **Por uma História do Político**. Tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SALLUM JÚNIOR, B. O Governo Itamar e a Democracia de 1988. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 11, p. 279-303, 2021.

SALLUM JÚNIOR., B. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, J.; SALGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5, p. 163-191.

SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

SANTANA, M. A. Um sujeito ocultado: Trabalhadores e regime militar no Brasil. **Em pauta**, n. 33, p. 85- 96, 2014.

SANTIAGO, C. **Clandestinidade nas linhas de montagem: A Greve dos Metalúrgico de Manaus (1985)**. Manaus: EDUA, 2015.

SANTOS, A. M.; SILVA, R. S. O processo de construção da identidade docente no Brasil. In: Seminário Internacional de Educação: Educação e Interdisciplinaridade, percursos teóricos e metodológicos, 15., 2016, Novo Hamburgo. **Anais [...]**. Novo Hamburgo, 2016. v. 01. p. 01-10. p. 05.

SANTOS, E. M. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Editora Valer, 2021.

SANTOS, M. S.; MARTINS, J. R. Análise do estado de bem-estar social sob a ótica Keynesiana: Seu desenvolvimento, ascensão e enfraquecimento. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 11, n. 26, p. 1-14, 2020.

SANTOS, W. S.; DUTRA JUNIOR, W.; SILVA, G. F. Educação e Neoliberalismo no Brasil nos anos de 1990: o desmonte da educação pública. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 5, n. 12, p. 01 - 24, 2024.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. MODERNIDADE, EXCLUSÃO E ESPACIALIDADE DO FUTURO. 1995, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 1995. vol. 6, p. 1045-1052.

SEKI, A. K.; SOUZA, A. G.; GOMES, F. A.; EVANGELISTA, O. Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa (UEPG. Online)**, v. 12, p. 942-959, 2017.

SERRA, C. H. A. Neoliberalismo, políticas governamentais e exclusão social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3., 1999, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 1999. v. 1. p. 38-47.

SERRÃO, R. N. O Estado Novo no Amazonas: a estratégia Político-econômica de Álvaro Maia através do Jornal do Commercio (1937-1942). **Manduarisawa**, v. 5, p. 317-332, 2022.

SILVA, A. R. M. C. **Poder Discrecional no Direito Administrativo Brasileiro**. Revista de Direito Administrativo, RDA, v. 179/80, p. 51-92, 1990.

SILVA, F. T. REFORMA TRABALHISTA: EMPREGO, TEMPO E HISTÓRIA. In: SPERANZA, C. G. **História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas/organização**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SILVA, P. R. **Disputando espaços construindo sentidos: Vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna (Manaus/AM – 1967-2010)**. Manaus: EDUA, 2016.

SILVA, R. B. O PTB (1945/1964): Suas tendências políticas internas e a hegemonia do Diretório Sul-Rio-Grandense. **PERSEU: História, Memória e Política**, v. 7, p. 175-198, 2011.

SILVEIRA, F. E. Reflexões sobre a natureza do poder político: o problema da hipocrisia. **Civitas (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 1, p. 147-168, 2001.

SINGER, P. **A formação da Classe Operária**. 14. ed. São Paulo: Atual, 1994.

SIQUEIRA, G. S. O STF no Egito: Greve e História do Direito no Recurso Extraordinário n.º 693.456/RJ. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 1016-1045, 2019.

SIQUEIRA, G. S. O STF no Egito: Greve e História do Direito no Recurso Extraordinário n.º 693.456/RJ. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, p. 1016-1045, 2019.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, A. C. M. As crônicas como fonte de pesquisa na história. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: FONTES HISTÓRICAS, ENSINO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2., 2010, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande, 2010. p. 2287-2299. P. 2290. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/bitstream/riufcg/34283/1/AS%20CR%C3%94NICAS%20COM%20FONTE%20DE%20PESQUISA%20NA%20HIST%C3%93RIA%20-%20EVENTO%20II%20COLOQUIO%20INT.%20DE%20HIST%C3%93RIA%20GT%2016%202010..pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

SOUZA, A. N. Tempo de ensino e tempo de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

SPERANZA, C. G. A historiografia sobre e com a Justiça do Trabalho mudou a história do trabalho no Brasil. In: DROPPA, A.; FLORES, A. J.; FELONIUK, W. (org.). **História, Direito e Trabalho: tópicos e aproximações metodológicas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora FI, 2022, v. 1, p. 14-36.

SPERANZA, C. G. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul (1940-1954)**. Porto Alegre: Anpuh, Oikos, 2014.

TEIXEIRA, J. S.; LIMA, I. O. Neoliberalismo e privatização da educação no Brasil. In: COLÓQUIO NACIONAL E COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 8.;6., 2019, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista, 2019. v. 13. p. 1800-1805.

TELES, L. E. C. **Construindo Redes Sociais, Projetos de Identidade e Espaços Políticos: a Imprensa Operária no Amazonas (1890-1928)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação Entre História Oral e as Memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 67-8, 1997.

TORRES, I. C. Gilberto Mestrinho: de caudilho a boto sedutor do Amazonas. In: UGARTE, A. S.; QUEIRÓS, C. A. B. (orgs.). **Trajatória Políticas na Amazônia Republicana**. 1. ed. Manaus: Valer, 2019, v. 1, p. 121-150.

TORRES, I. C. T. **Arquitetura do Poder: Memória de Gilberto Mestrinho**. Manaus: EDUA, 2009.

TRÓPIA, P. V. O sindicalismo brasileiro em disputa nos anos de 1990: origem, raízes sociais e adesão ativa da Força Sindical ao neoliberalismo. **Estudos de Sociologia (São Paulo)**, v. 14, p. 79-102, 2009.

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 77, n.77, p. 71-99, 2001.

TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 102, p. 1-11, 2008.

VISCARDI, C. M. R.; JARDIM, F. P. B. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, J. L.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o Tempo da Nova República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, v. 5, p. 447-477.

VISENTINI, P. F. **A Primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

VISENTINI, P. F. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

VIZENTINI, P. G. F. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-398, 2005.

ZANETTI, L. **O novo sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

ZICMAN, R. B. História através da Imprensa: algumas considerações. **Projeto História**, n. 4, 1985.